



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS MOURA BEZERRA

**FEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SUJEITO POLÍTICO E A AVALIAÇÃO DO ATER-  
MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE 2004-2016.**



NATAL/RN  
2018

MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS MOURA BEZERRA

**FEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SUJEITO POLÍTICO E A AVALIAÇÃO DO  
ATER- MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE 2004-2016.**

**Orientador:** prof. Dr. João Bosco Araújo da  
Silva

NATAL, RN  
2018

MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS MOURA BEZERRA

**FEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SUJEITO POLÍTICO E A AVALIAÇÃO DO  
ATER- MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE 2004-2016.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGCS/UFRN, como requisito à obtenção do Título de doutora em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. João Bosco Araújo da Silva

NATAL/RN  
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas,

Moura, Maria da Conceição Dantas.

Feminismo e agroecologia: o sujeito político e avaliação do ATER-mulheres no Rio Grande do Norte 2004-2016 / Maria da Conceição Dantas Moura Bezerra. - 2018.

271f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Silva.

1. Feminismo. 2. Agroecologia. 3. Avaliação de Políticas Públicas. 4. Sujeito Político. 5. Assistência Técnica e a Extensão Rural para Mulheres (ATER-mulheres). I. Silva, João Bosco Araújo da. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 141.72

MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS MOURA BEZERRA

**FEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SUJEITO POLÍTICO E AVALIAÇÃO DO  
ATER- MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE 2004-2016.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Ciências Sociais, da Universidade Federal do  
Rio Grande do Norte – UFRN. Como requisito  
parcial para obtenção de título de Doutora.

Aprovada em: 03/05/2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Presidente: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Silva – Orientador

---

Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza – UFRN

---

Profa. Dra. Andréa Lorena Butto Zarzar – UFRPE

---

Profa. Dra. Renata Mayara Moreira de Lima – UFAL

---

Profa. Dra. Michelle Pascoal Maia

À beleza da dor e da delícia de viver o cotidiano  
Com Júnior, Zélia Letícia e Maria Cecília.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Centro Feminista 8 de Março por me proporcionar a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos em feminismo e agroecologia e de estudar sua ação política com as mulheres rurais

Ao meu querido orientador Prof. Dr. João Bosco Araújo da Silva, que com sua competência e qualificação intelectual me ensinou com leveza o fazer ciência, na medida em que nutrimos uma amizade, herança da minha passagem no mestrado e doutorado, que guardarei para eternidade. Meu muito obrigada pelo respeito, confiança e pelos aprendizados repartidos.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pelo conhecimento construído, aos professores pelos aprendizados compartilhados.

Aos funcionários Otânio Revorêdo da Costa e Jeferson Gustavo Lopes pela forma dedicada que desenvolvem seus trabalhos e a maneira gentil e respeitosa com que tratam os discentes do Programa. Com eles a burocracia não é problema.

Aos membros dos grupos de pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação das Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela construção do conhecimento, em especial aos participantes do projeto Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por me dar as condições financeiras, através de concessão de bolsa para cursar o doutorado e me dedicar com exclusividade aos estudos.

À Prof<sup>a</sup> Dra Laeticia Jalil coordenadora da pesquisa: Organização Produtiva de Mulheres e Promoção da Autonomia por meio do estímulo a prática Agroecológica/convênio nº048364/2014 UFRPE/MDA/FADURPE entre Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, por disponibilizar os dados pesquisados para elaboração da minha tese. Muito obrigada professora, companheira e amiga.



A todas as minhas companheiras de trabalho, em especial Rejane e Ivi, que assumiram infindáveis demandas em função do meu afastamento para concluir meu doutorado. Obrigada, queridas.

Às minhas amigas Geane Bezerra, Ivi Aliane, Adriana Vieira e minha filha Zélia Letícia, que dialogaram com os números e me fizeram entender que eles não são tão difíceis de decifrar. Obrigada por cada uma das tabelas e números decifrados e construídos.

À dedicada revisora deste trabalho, Camila Paula, obrigada pelas valiosas contribuições e pelos debates travados durante a revisão. Seus aportes foram fundamentais para a conclusão. Obrigada ainda pela leveza e bom humor que fez nossos momentos de trabalho mais alegres e prazerosos. Você é linda por dentro e por fora!

Às minhas queridas filhas Maria Cecília e Zélia Letícia, que se dedicaram no apoio e na superação da ausência, pelos dias que viveram sem o meu carinho e souberam entender meu estresse. Obrigada, meus amores, por existirem em minha vida.

Ao meu companheiro Nilton Júnior pelo apoio incondicional para que eu pudesse concluir o doutorado. Que inclusive adiou decisões da vida para acontecer a minha defesa. Assim como Isolda Dantas, ele também acredita que “quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede”.

Às minhas queridas irmãs que estão sempre presentes: Ester, por organizar minha vida, inclusive financeira; Isolda pela companhia constante, Menca, pelo socorro leal com sua fé inabalável, que me confortou nos momentos mais difíceis neste período.

À minha sobrinha Eduarda Pamplona pelo auxílio de sempre que neste trabalho foi fundamental na parte que tenho muita deficiência: organização. Com seu jeito metódico, herdado do pai, ajudou de montão. Obrigada, Du.

Ao meu pai querido, pela alegria que, por dias, me acolheu na Caiçara para elaboração da tese. Ele, com a felicidade estampada no rosto, com seu jeito carente, me inspirou muito neste período. É um grande exemplo de vida para todos nós.

Às minhas colegas de doutorado Divaneide Basílio pelas compreensões políticas compartilhadas em sala de aula e a Kênia Almeida pela leveza do fazer ciência.



## RESUMO

No período 2004 e 2016, as mulheres rurais conquistaram um conjunto de políticas públicas, entre estas, a Assistência Técnica e a Extensão Rural para Mulheres, o programa ATER Mulheres, ofertado pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Objetiva atender as mulheres agricultoras na área de produção, gestão e comercialização. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo geral avaliar a efetividade do ATER Mulheres no Rio Grande do Norte, no período de 2004 a 2016. A tese traz o resultado de um percurso teórico prático obtido durante a investigação. A abordagem proposta concentra-se em três formulações teóricas: o feminismo como uma teoria crítica e movimento social, a agroecologia nos aspectos ecológicos e socioeconômicos e avaliação de políticas públicas. É a partir dos estudos da economia feminista que a pesquisa dialoga com a construção da agroecologia como ciência e prática social. O debate conceitual é feito em colóquio com a trajetória do feminismo como movimento social e com seu deslocamento teórico-prático no processo histórico. Os aportes teóricos trazem ainda referenciais para essa avaliação, capazes de demonstrar que as relações sociais de sexo, em uma abordagem de consubstancialidade, devem ser parte integrante da leitura da agroecologia e âncora para a percepção da efetividade do programa estudado. Como parte da metodologia, a pesquisa busca realizar uma avaliação de políticas públicas compreendendo que essas são constituídas por teorias e técnicas científicas. O estudo utilizou ferramentas de investigação que tornam mais precisos o processo de julgamento e para alcançar os objetivos, os critérios são estabelecidos de acordo com o campo de pesquisa estudado (WEISS, 1975). A avaliação da efetividade do programa baseou-se no conceito de Arretche (2009), que parte da percepção se a vida das pessoas que acessaram a política mudou ou não. A partir desses referenciais e dos dados empíricos, a pesquisa afirma que o ATER Mulheres executado no RN, desenvolvido nos territórios Açu-Mossoró, Sertão do Apodi, Seridó e Mato Grande, teve efetividade na vida das mulheres pela capacidade de conjugar os aportes do feminismo e da agroecologia na sua execução.

**Palavras-chave:** Feminismo, Agroecologia, Avaliação de políticas públicas, ATER Mulheres.

## **ABSTRACT**

In the time between 2004 and 2016, rural women have achieved a set of social programs, among them, Technical Assistance and Rural Extension for Women, the ATER Women program, offered by the Directorate of Policies for Rural Women, DPMR, from the Ministry of Agrarian Development / MDA. It aims to assist women farmers in the fields of production, management and marketing. With this purport, the research had as its general objective: to evaluate the effectiveness of ATER Women in Rio Grande do Norte from 2004 to 2016. The thesis is the result of a practical theoretical course obtained during the investigation. The proposed approach focuses on three theoretical formulations: feminism as a critical theory and social movement, agroecology in ecological and socioeconomic aspects and evaluation of government social programs. It is from the studies of feminist economics that the research dialogues with the construction of agroecology as a science and social practice. The conceptual debate is held with the trajectory of feminism as a social movement and with its theoretical-practical shift in the historical process. The theoretical contributions also provide references for this evaluation, capable of demonstrating that the social relations of gender, in an approach of consubstantiality, should be an integral part of the reading of agroecology and anchor for the perception of the effectiveness of the studied program. As part of the methodology, the research seeks to carry out an evaluation of social programs understanding that these are constituted by scientific theories and techniques. The study used research tools that make the evaluation process more precise and to achieve the objectives, the criteria are established according to the field of studied research. (WEISS, 1975). The evaluation of the effectiveness of the program was based on the concept of ARRETCHE, (2009), which recognizes how the perception of whether or not the life of people who accessed the program changed. Based on these references and the empirical data, the research states that the ATER Women, executed in RN, developed in the territories Açu / Mossoró, Sertão do Apodi, Seridó and Mato Grande, had effectiveness in women's life by the ability to combine the contributions of feminism and of agroecology in its execution.

**KEYWORDS:** Feminism, Agroecology, Evaluation of government programs, ATER Women

## LISTA DE SIGLAS

**AEGRE** – Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**AF** – Agricultoras Familiares

**ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas

**ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia

**AR** – Assentada da Reforma Agrária

**ASA** – Articulação Semiárido Brasileiro

**ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural

**CF8** – Centro Feminista 8 de Março

**CONTAG** – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

**COOPERVIDA** – Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltipla ao Desenvolvimento Rural

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**DPMR** – Diretoria de políticas para Mulheres Rurais

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

**ENA** – Encontro Nacional de Agroecologia

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IF** – Instituto Federal

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MJV** – Mulheres Jovens

**MM** – Marcha das Margaridas

**MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas

**MMM** – Marcha Mundial das Mulheres

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**ONG** – Organização Não Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PA** – Projeto de Assentamento

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**POPMR** – Programa de Organização Produtiva

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**REMTE** – Rede de Mulheres Transformando a Economia

**RESF** – Rede de Economia Solidária e Feminista

**USA** – Estados Unidos das Américas

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Esquema Norteador das Perguntas do Grupo Focal	41
<b>Figura 2</b>	Cubo mágico representando a três relações estruturantes da sociedade: gênero, classe e raça	58
<b>Figura 3</b>	Cubo mágico representando o nó no âmbito das práticas sociais	58
<b>Figura 4</b>	Quadrinho ilustrado	60
<b>Figura 5</b>	Manifestação pelo direito ao voto	63
<b>Figura 6</b>	Simone de Beauvoir	66
<b>Figura 7</b>	Fluxo circular de renda	83
<b>Figura 8</b>	Fluxo circular de renda ampliada	83
<b>Figura 9</b>	Pirâmide do essencial para a vida humana	86
<b>Figura 10</b>	Marcha das Margaridas 2000	138
<b>Figura 11</b>	Marcha das Margaridas 2003	140
<b>Figura 12</b>	Marcha das Margaridas 2007	141
<b>Figura 13</b>	Marcha das Margaridas 2011	143
<b>Figura 14</b>	Marcha das Margaridas 2015	146
<b>Figura 15</b>	Encontro Nacional Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética 2008	163
<b>Figura 16</b>	Plenária de Mulheres do III ENA	169
<b>Figura 17</b>	Cartaz da Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Mossoró 2015	170

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	População por área residente e por sexo	177
<b>Tabela 2</b>	Dados de população e faixa etária das mulheres, por Território da Cidadania	179
<b>Tabela 3</b>	Dados de população e faixa etária das mulheres por município do Territórios da Cidadania do Mato Grande	181
<b>Tabela 4</b>	Dados por município do IDHM, IDHM Educação, mães chefes de família e sua escolaridade do Território da Cidadania do Mato Grande	182
<b>Tabela 5</b>	Dados da população e faixa etária das mulheres por município do Território da Cidadania Seridó	184
<b>Tabela 6</b>	Dados por município do IDHM, IDHM Educação, mães chefes de família e sua escolaridade do Território da Cidadania do Seridó	185
<b>Tabela 7</b>	População por município (Urbano X Rural) Território Açu-Mossoró	187
<b>Tabela 8</b>	Faixa etária da população do Território Açu-Mossoró	188
<b>Tabela 9</b>	Dados Sertão do Apodi – RN	189
<b>Tabela 10</b>	Dados Demográficos do Sertão do Apodi	190

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Projetos executados pelo ATER Mulheres no Rio Grande do Norte	37
<b>Quadro 2</b>	Grupo Entrevistado	39
<b>Quadro 3</b>	Pautas das mulheres da Via Campesina	134



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Participação relativa de mulheres na diretoria da organização	177
<b>Gráfico 2</b>	Função exercida pelas mulheres que participam da diretoria da organização	179
<b>Gráfico 3</b>	Número de organizações por percentual de participação de mulheres no Território da Cidadania Mato Grande	183
<b>Gráfico 4</b>	Número de organizações por percentual de participação de mulheres no Território da Cidadania Seridó	186
<b>Gráfico 5</b>	Acesso às políticas públicas Seridó	193
<b>Gráfico 6</b>	Acesso às políticas públicas Mato Grande	193
<b>Gráfico 7</b>	Acesso às políticas públicas 2008	194
<b>Gráfico 8</b>	Acesso à posse de terra no Seridó	195
<b>Gráfico 9</b>	Acesso à posse de terra no Mato Grande	195
<b>Gráfico 10</b>	Situação de posse sertão do Apodi (Terra Morada)	196
<b>Gráfico 11</b>	Tipo de produção Seridó	197
<b>Gráfico 12</b>	Tipo de produção Mato Grande	197
<b>Gráfico 13</b>	Destino da produção do Seridó	198
<b>Gráfico 14</b>	Trabalho das Mulheres	226
<b>Gráfico 15</b>	Trabalho doméstico e cuidados	226
<b>Gráfico 16</b>	Jornada de trabalho das mulheres Sertão do Apodi	227
<b>Gráfico 17</b>	Divisão sexual do trabalho	228

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2 PLANEJANDO O CAMINHO DA DESCOBERTA: OBJETIVOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>28</b>
2.1 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA AVALIAÇÃO DO ATER MULHERES NO RN.....	30
.....	44
<b>3 FEMINISMO E AGROECOLOGIA: UMA LEITURA A PARTIR DAS MULHERES RURAIS .....</b>	<b>45</b>
3.1 CATEGORIAS DO PARADIGMA FEMINISTA: GÊNERO, PATRIARCADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS .....	46
3.2 DO FEMINISMO ILUSTRADO À RELAÇÃO COM A NATUREZA.....	59
3.2.1 O feminismo ilustrado do século XVIII.....	59
3.2.2 Feminismo do século XIX.....	63
3.2.3 Do século XX à relação com a natureza.....	66
3.3 O ECOFEMINISMO E A AGROECOLOGIA: A GÊNESE DO DEBATE .....	67
3.4 O CAMINHO DA AGROECOLOGIA E A SUSTENTABILIDADE DA VIDA ...	73
3.5 AGROECOLOGIA E ECONOMIA FEMINISTA: SEM FEMINISMO HÁ AGROECOLOGIA? .....	78
3.5.1 A economia feminista: lentes que enxergam o trabalho das mulheres ....	79
3.5.2 Pirâmide do essencial para a vida humana .....	85
3.5.3 O trabalho nada leve das mulheres rurais .....	88
3.6 FEMINISMO E AGROECOLOGIA: UMA ELABORAÇÃO CONSUBSTANCIAL .....	91
3.7 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS, CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: PREENCHENDO A LACUNA DA AGROECOLOGIA .....	95
<b>4 O FEMINISMO EM CAMPO: UMA LEITURA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE AGENDA DAS MULHERES RURAIS .....</b>	<b>103</b>

4.1 MULHER SUJEITO POLÍTICO E A PAUTA PARA O ESTADO BRASILEIRO .....	103
4.2 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: UM BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL.....	109
4.3 A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E O PAPEL DO ESTADO.....	112
4.4 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA E A EXTENSÃO RURAL: ONDE ESTÃO AS MULHERES?.....	114
4.5 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER) UM NOVO MODELO PARA AS MULHERES E HOMENS DO CAMPO .....	120
4.6 O FEMINISMO NO RURAL .....	125
4.6.1 As mulheres da Via e a construção e fortalecimento do feminismo no campo .....	131
4.6.2 A Marcha das Margaridas e a luta por políticas públicas para as mulheres rurais.....	137
4.7 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E SUA CONSTRUÇÃO COMO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL.....	151
4.7.1 Outra agenda é possível: contribuição da MMM nas agendas de mobilização nacional no brasil .....	155
4.7.2 “Somos mulheres e não mercadoria”: a ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres .....	157
4.7.3 Campanha de valorização do salário mínimo: uma luta contra a pobreza entre as mulheres .....	159
4.8 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES BRASIL: QUANDO AS MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE SE UNIREM O CAPITALISMO PATRIARCAL NÃO VAI RESISTIR .....	162
4.8.1 Soberania alimentar e energética, aliança campo e cidade .....	163
4.8.2 Feminismo e auto organização e a luta por políticas públicas.....	167
4.9 A CONSTRUÇÃO DA MULHER COMO SUJEITO POLÍTICO: SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA.....	169
4.10 MMM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS.....	170
<b>5 TERRITÓRIO, CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO E EFETIVIDADE DO ATER MULHERES NO RN.....</b>	<b>175</b>

5.1 PERFIL DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA .....	176
5.1.1 Caracterização dos territórios .....	180
5.1.2 As usuárias de ATER Mulheres no RN.....	191
5.2 OS SUJEITOS POLÍTICOS E SUA ATUAÇÃO NO RN: MMM, CF8, GRUPOS DE MULHERES RURAIS E A CONTRIBUIÇÃO PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	199
5.3 A EFETIVIDADE DO ATER MULHERES NO RN .....	206
5.3.1 A construção metodológica do CF8 como suporte para execução do ATER Mulheres no RN, as mulheres como sujeitos.....	206
5.3.2 A execução do ATER Mulheres RN a partir de uma metodologia de construção do sujeito político .....	208
5.3.3 Feminismo e agroecologia: a construção coletiva do conhecimento nas atividades do ATER mulheres .....	209
5.3.4 A efetividade na ótica das agentes mediadoras.....	222
5.3.4.1 Feminismo: percepção sobre o trabalho doméstico e a construção do sujeito político nas comunidades.....	224
5.3.4.2 Agroecologia: uma leitura a partir dos ecossistemas e dos aspectos sociais .....	233
5.3.5 A efetividade na ótica das usuárias da política.....	238
6 CONCLUSÕES.....	244
REFERÊNCIAS .....	252
APÊNDICES .....	266

## 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 2000 ocorreram mudanças na sociedade brasileira a partir da ação do sujeito político feminista no campo e sua interação com o Estado em transformação. O feminismo no campo incorporou novas reflexões orientadas pela coextensividade entre feminismo, agroecologia e economia feminista, que orientaram seus processos organizativos, suas agendas, bem como a relação com o Estado brasileiro a partir do diálogo com as políticas para as mulheres rurais.

Em um percurso dialético, esse período também foi palco de transformações no âmbito do Estado e em particular na elaboração e efetivação de políticas públicas para as mulheres rurais. Com o governo Lula em 2003, dá-se início a uma nova institucionalidade no que se refere às políticas para as mulheres rurais, caracterizada pela participação social, qualificação dos programas existentes e a criação de novas políticas públicas para a concretização da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras, que incluem os direitos à terra, à documentação civil, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva, entre outros.

O conjunto dessas transformações do sujeito político feminista no campo e no Estado foi responsável por mudanças concretas na vida das mulheres. Esta tese analisa essas transformações tomando como referência a Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres, o Projeto ATER Mulheres, em distintos planos – o nacional e o local, tendo como referência a proposição e negociação das demandas dos movimentos sociais de mulheres rurais nessa política pública, destacadamente a Marcha das Margaridas e as mulheres da Via Campesina e, no plano proposição e articulação a Marcha Mundial das Mulheres teve um papel importante em nível nacional nos territórios que foram beneficiados pelo programa de assistência técnica e extensão rural do Rio Grande do Norte.

Parte-se da hipótese de que os resultados obtidos com o acesso às políticas públicas, especificamente o ATER Mulheres, são parte de mudanças socioeconômicas que marcaram a vida das mulheres rurais do Rio Grande do Norte, que só puderam ser alcançadas pela orientação feminista agroecológica,

que foi adotada nos serviços de ATER ofertados pelo MDA/DPMR e executados pelo Centro Feminista 8 de Março. Por sua vez, as mudanças se associam à construção de um sujeito político feminista de grupos que se articulam entre si e compartilham de um mesmo horizonte de transformação geral da sociedade orientado pelo feminismo, economia feminista e agroecologia. Tal articulação é propiciada pela atuação da Marcha Mundial das Mulheres e o Centro Feminista 8 de Março.

Esse processo de articulação tem ocasionado uma mudança nas relações sociais dos assentamentos e comunidades rurais voltadas para a construção da autonomia econômica, bem como para o fortalecimento do sujeito político e o questionamento das relações de gênero, incluindo a divisão sexual do trabalho.

Para responder a essa suposição, esta tese avaliou a efetividade da assistência técnica para mulheres rurais em todos os territórios do RN que acessaram o ATER Mulheres, buscando responder às seguintes questões:

- a) A organização das mulheres, tendo como referência o feminismo, fortalece a possibilidade de efetividade do ATER Mulheres executados no RN?
- b) A participação das agricultoras no ATER Mulheres e em grupos auto-organizados alterou a divisão sexual do trabalho promovendo a autonomia econômica das mulheres?
- c) De que modo o ATER Mulheres empreendeu uma produção agroecológica considerando a divisão sexual do trabalho e os aportes da economia feminista?
- d) O acesso ao ATER Mulheres mudou a vida das mulheres do RN?

Com o objetivo de promover uma avaliação do ATER Mulheres no RN, integrado aos campos de análises do feminismo, da economia feminista e da agroecologia, o estudo percorreu o caminho teórico e prático de natureza qualitativa. Busca, em Bourdieu (2004), dialogar com um conjunto de conceitos e construir um esquema metodológico. Como parte do objetivo, a pesquisa realizou uma avaliação de políticas públicas constituída por teorias e técnicas científicas. Neste trabalho, foram utilizadas ferramentas de investigação que tornam mais precisos o processo de julgamento (WEISS, 1975).

As políticas são avaliadas na comparação do que são e do que deveriam ser, verificando se o programa está alcançando ou não os objetivos e metas propostas. Utiliza-se o conceito de efetividade segundo Arretche (2009), no sentido de ser uma dimensão que constrói uma relação sistemática entre a execução da política e seus resultados na vida das usuárias, seja em forma de sucesso ou fracasso. É o conceito que institui a relação entre a implementação da política e seus produtos negativos ou positivos, comparados com seus propósitos de alteração da realidade social.

Nesse sentido, avaliar a efetividade do ATER Mulheres do RN, considerando o feminismo, a economia feminista e a agroecologia como as âncoras da teoria e de prática social, é perceber que as mulheres conseguiram ampliar suas capacidades, condição de agente e sujeito político; sua autonomia econômica e alteração na percepção da divisão sexual do trabalho, além de tornarem-se sujeitos para decidirem o que plantar e como plantar, tendo a agroecologia como princípio ecológico e socioeconômico, seja na geração de renda, nas relações sociais de sexo e na interação com a comunidade e a natureza.

O percurso de análise da realidade social pesquisada alcançou uma coerência acadêmica sedimentada num quadro teórico, em dados documentais e empíricos. Para a sistematização dos resultados, são estruturados três pontos centrais: o debate teórico dos conceitos que subsidiaram a análise da política da ATER Mulheres no RN; a sistematização das análises sobre elementos documentais e históricos que deram conta de reconstruir os processos em curso e antecedentes considerados elementos fundamentais para os resultados; um debate sobre políticas públicas e avaliação de políticas públicas como método de análise para apresentação de um julgamento teórico e os resultados empíricos da pesquisa.

A pesquisa de campo é composta por duas técnicas: grupo focal e entrevista semiestruturada. Com as agentes mediadoras, ou seja, as técnicas do ATER Mulheres do Centro Feminista, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Já com as mulheres usuárias da política, foi realizado um grupo focal. Por último, realizou-se mais um grupo focal com agentes-chaves, nesse caso, com representações da Marcha Mundial das Mulheres nos territórios de execução do ATER.



A tese é composta por sete capítulos organizados de forma a debater os aportes teóricos e empíricos que deram conta, de juntos, apresentar os resultados da pesquisa “FEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SUJEITO POLÍTICO E A AVALIAÇÃO DO ATER- MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE 2004-2016”.

O primeiro capítulo trata-se da introdução deste trabalho, trazendo objetivos, justificativa e apresentação da pesquisa. O segundo capítulo traz a construção metodológica que norteou a elaboração desta tese. Com o título “Metodologia: planejando o caminho da descoberta”, apresenta os passos teóricos e empíricos percorridos para chegar aos resultados assinalados no sexto capítulo. A partir de uma leitura sobre avaliação e efetividade, e de como a pesquisa se estrutura, o capítulo também apresenta os conceitos de avaliação de políticas públicas que foram base para o julgamento do ATER Mulheres no RN. O conceito de efetividade de Arretche (2001) é o alicerce teórico para essa avaliação, sendo considerado um método científico para mensuração dos resultados apreendidos na pesquisa.

O terceiro capítulo é intitulado: “Feminismo e agroecologia: uma leitura a partir das mulheres rurais”. Através da delimitação da abordagem feminista, situa-se o campo teórico que guia esta tese e a revisão da literatura sobre os principais conceitos na teoria feminista. Este capítulo fundamenta-se no “fazer visível”, de acordo com Amorós e Miguel (2007), apresentando essa premissa como constitutiva da teoria, já que organiza um marco analítico e torna visíveis e significativos fatos antes não vistos como dignos de investigação científica. Dentro do “fazer ver”, a reflexão da consubstancialidade em Kergoat (2010) consiste em apresentar as relações sociais de sexo perpassadas por outras relações sociais, formando um entrelaçamento que não pode ser desatado nas práticas sociais, somente na análise sociológica, afirmando que as relações sociais são coextensivas. De acordo com Kergoat, no desenvolvimento das relações sociais de classe, gênero e raça, elas se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Faz-se, então, um resgate da história do feminismo mostrando como se dá a sua ligação com a agroecologia. E finaliza-se o capítulo com o tópico “Agroecologia e Economia Feminista: sem feminismo há agroecologia?”, no qual, a partir da dimensão rural, os conceitos de agroecologia, feminismo e economia feminista dialogam com as dimensões socioeconômicas, trazendo

uma leitura da contribuição da economia feminista como uma articulação teórica e prática na vida das mulheres rurais e como um precedente necessário para ampliar o arcabouço teórico e prático do fazer agroecológico. Com isso, apresenta uma leitura crítica da construção da agroecologia no Brasil.

O quarto capítulo desenvolve o tema sobre a pauta política das mulheres e tem como título “O feminismo em campo: uma leitura a partir da construção de agenda das mulheres rurais e sua relação com o Estado”. Apresenta a relação do movimento de mulheres com o estado brasileiro, em especial, as políticas para mulheres rurais. O capítulo discorre sobre dois temas fundamentais: as políticas públicas para as mulheres rurais e o movimento de mulheres rurais e suas interfaces com a Marcha Mundial de Mulheres e o GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, ANA. Com o subitem “Políticas públicas, assessoria técnica e extensão rural para as mulheres rurais”, o capítulo apresenta ainda a história da política de ATER no Brasil e seu papel na política pública durante o período da chamada modernização conservadora da agricultura brasileira, incluindo uma análise crítica do processo que, em última instância, distanciou a extensão rural do conhecimento de mulheres e homens do campo. Também indica de que maneira o Estado respondeu às demandas apresentadas na pauta política das mulheres, especificamente no tema da assessoria e extensão rural. O propósito é fazer um apanhado histórico da política, utilizando referências, leituras de documentos oficiais e dados para demonstrar como as mulheres agricultoras foram incorporadas na política de ATER: desde a chamada extensão rural no Brasil até a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Em seguida, apresentam-se as estratégias adotadas para incorporação da perspectiva de gênero na PNATER e discorre sobre os programas e políticas para as mulheres rurais, elaborados e executados dentro da concepção de assessoria técnica construída pelos movimentos sociais e em diálogo com a proposta aprovada da lei de ATER (Lei Nº 12.188/2010). O tópico encerra-se com um debate sobre ATER Mulheres, considerando as estratégias de elaboração e execução da política a partir de uma leitura do feminismo e da agroecologia.

Em um segundo debate, o capítulo quatro apresenta o feminismo no rural, resgata o processo de luta das mulheres rurais e apresenta a pauta dos dois

principais campos que as organizam no Brasil: as mulheres da Via Campesina e a Marcha das Margaridas. As mulheres da Via constroem um processo de organização no interior de seus movimentos e, ao mesmo tempo, dialogam com a sociedade tendo como eixos a luta contra o agronegócio, o capital e a igualdade de gênero. Para tal, o capítulo apresenta um resumo da pauta política das mulheres da Via Campesina, que realizam ações anuais com força política e poder de impactar no questionamento da exploração capitalista no campo. Já a Marcha das Margaridas implica em um novo modelo de desenvolvimento, apresentando para o Estado uma pauta ampla de políticas públicas, visando reorientar as políticas estatais para um tipo de desenvolvimento que atenda às necessidades do campo brasileiro, em especial das mulheres. O capítulo traz as reivindicações das Margaridas sobre assessoria técnica e demonstra como as demandas das mulheres foram qualificando-se na medida em que a política de governo foi ampliando para o diálogo e atendimento das reivindicações propostas. Por último apresenta a interface dos dois campos de articulação (Marcha das Margaridas e Mulheres da Via Campesina), com a Marcha Mundial de Mulheres e o GT de Mulheres da ANA. No tópico nominado “A Marcha Mundial das Mulheres e sua construção como movimento social no Brasil”, discute-se o processo organizativo do movimento internacional Marcha Mundial das Mulheres, que tem amplitude e interferência no processo de acessos às políticas públicas das mulheres rurais. Esse processo organizativo tem sua contribuição no desenvolvimento e na construção de agentes e sujeitos coletivos. Busca-se afirmar que existe uma relação causal entre o desenvolvimento, expansão das capacidades das pessoas, construção de agentes e a atuação do movimento Marcha Mundial das Mulheres no RN. Apresenta o debate da identidade do movimento e sua legitimidade para as mulheres rurais, e, por fim, discorre sobre a atuação da Marcha Mundial das Mulheres com as mulheres rurais dos campos de articulação existentes no Brasil.

O quinto capítulo faz a análise sobre território, construção do sujeito político e a efetividade do ATER Mulheres no RN. Apresenta os territórios em que foi executada a ATER e, a partir dos pressupostos teóricos, incluindo a literatura de avaliação de políticas públicas de gênero no Brasil, investiga o caminho percorrido pelas mulheres para o acesso às políticas públicas e as mudanças ocasionadas por esse acesso. Os documentos oficiais e dos

movimentos sociais reconstroem o debate do ATER Mulheres no Brasil postulando suas especificidades. Para isso, faz-se referência ao ATER Mulheres e como se deu sua execução no RN, analisando o depoimento das técnicas responsáveis, das mulheres usuárias da política e as agentes-chave, militantes da Marcha Mundial das Mulheres. O resultado da pesquisa apresenta reais mudanças na vida das mulheres e exhibe a constatação de que a coextensividade entre feminismo, economia feminista e agroecologia, na execução do ATER Mulheres no RN, possibilitou desbravar novas metodologias de execução e proporcionou às mulheres autonomia para decidir sobre o que plantar e como plantar, assim como fortaleceu suas capacidades de lideranças na comunidade, de gerir sua produção e suas vidas.

A conclusão traça algumas reflexões sobre aspectos que se revelaram centrais na avaliação da efetividade do ATER Mulheres do RN e na vida das mulheres que acessaram a política. Considera que a efetividade só foi possível pela articulação entre sujeitos políticos, estados e execução da política em uma sintonia que se conecta com o feminismo, a economia feminista e a agroecologia.



## **2 PLANEJANDO O CAMINHO DA DESCOBERTA: OBJETIVOS E METODOLOGIA**

O objetivo desta tese é proceder uma avaliação da efetividade do ATER Mulheres no RN em uma análise integrada da política, nos aspectos dos sujeitos feminista e a relação dialética com o Estado para elaboração das políticas públicas para as mulheres rurais. Como concretude da análise, o estudo busca apreender as mudanças ocorridas na vida das mulheres a partir do acesso à política, em dois aspectos: 1) O Estado Brasileiro protagonizou a elaboração de políticas públicas para as mulheres rurais baseada na relação com o sujeito feminista do campo e com referência no feminismo, na economia feminista e na agroecologia; 2) O acesso às políticas públicas, especificamente ao ATER Mulheres, é parte de um conjunto de mudanças socioeconômicas que vêm ocorrendo na vida das mulheres rurais do Rio Grande do Norte, e só foi possível alcançar essas mudanças significativas na vida dessas mulheres porque a política foi executada tendo como referência o feminismo, economia feminista e a agroecologia.

Para avaliar a efetividade da Assessoria Técnica e Extensão Rural para Mulheres, ATER Mulheres, no Rio Grande do Norte, 2004-2016, construiu-se como objetivos específicos: 1) Descrever as características da Assessoria Técnica e Extensão Rural para mulheres do RN; 2) Investigar o conjunto de mudanças socioeconômicas que o programa ocasionou na vida das mulheres rurais da região; 3) investigar se a articulação entre feminismo e agroecologia potencializou a efetividade da execução do ATER na vida das mulheres que acessaram a política; 4) Avaliar a participação das mulheres no movimento feminista e a contribuição desse envolvimento para facilitar o acesso ao programa e fortalecer as mudanças em suas vidas; 5) Analisar se a assessoria técnica desenvolvida no período pesquisado contribuiu para que as mulheres questionassem a divisão sexual do trabalho no cotidiano das usuárias da política e se ampliou suas capacidades para conquista da autonomia econômica; 6) Investigar se a produção, a comercialização e o consumo advindo da assessoria técnica promoveu a agroecologia considerando as dimensões da divisão sexual do trabalho e da economia feminista.



Considerando que a ideia de objetividade em Weber (2001) não possui, sob nenhuma hipótese, o mesmo sentido de neutralidade e, ao mesmo tempo, renunciando qualquer aspiração dessa chamada neutralidade, é oportuno, como orienta o autor, explicitar a motivação e localização da visão política da pesquisa como condição primeira para adquirir a objetividade científica.

Este trabalho está explicitamente ancorado na elaboração e na atuação política da Marcha Mundial das Mulheres, MMM, no Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, GT Mulheres da ANA, e também na atuação profissional da autora desta tese no Centro Feminista 8 de Março, CF8, em Mossoró, Rio Grande do Norte. Ainda são pilares dessa reflexão as elaborações e atuações da Sempre viva Organização Feminista, SOF, e da Articulação Semiárido Brasileiro, ASA.

A atuação política nesses movimentos e articulações citadas é, portanto, a motivação que confluiu neste objeto de pesquisa. O posicionamento político de um movimento feminista que se define como anticapitalista e procura alterar a vida das mulheres para transformar o mundo, baseando-se em outro modelo de produção que dialogue com a vida cotidiana das mulheres e que se inaugure uma distinta relação com a natureza é o mesmo visualizado na implementação do ATER Mulheres executado pelo CF8.

A pesquisa teve início com a construção do quadro teórico que subsidiou a análise dos dados empíricos e, por sua vez, serviu para desvendar a efetividade do Programa ATER Mulheres desenvolvido como parte da política de ATER. Percebeu-se a realidade socioeconômica e as relações sociais que permeiam a execução de políticas públicas, em especial as políticas públicas para mulheres rurais, particularmente, no Rio Grande do Norte, que foi campo empírico desta pesquisa.

Na elaboração da tese, definiu-se por bases teóricas referenciais capazes de aportar as relações sociais de sexo ou relações de gênero como parte integrante da leitura de desenvolvimento e agroecologia e como âncora para a percepção da efetividade do programa estudado. A avaliação da efetividade do programa baseou-se, como já dito, no conceito de Arretche (2001), que reconhece como a forma de perceber se a vida das pessoas que acessaram a política mudou, ou não.



Nisso, Coelho (2011, p. 252), ao “[...] considerar a Avaliação de Efetividade pela Expansão das Capacidades e Liberdades”, confirma ter sido o guia conceitual que norteou os caminhos teóricos para se analisar os dados coletados, e agrega-se ao conceito de Sen (2000), aos conceitos discutidos na economia feminista como divisão sexual do trabalho, consubstancialidade das relações sociais e ao conceito de agroecologia, no que se refere aos ecossistemas e às dimensões sociais de emancipação dos sujeitos. Esses três campos de abordagem conceitual deram sustentação para avaliar, como diz Arretche (2001), se a vida das pessoas que acessaram a política mudou, ou não, sem perder de vista o que fala Draibe (2001), sobre o que se propõe a política e seu processo contínuo no qual nascem, crescem, transformam-se, reformam-se.

Para dar maior nitidez aos conceitos utilizados na avaliação do ATER Mulheres no RN e demonstrar em que base teórica se sustenta essa avaliação, o tópico seguinte traz o debate sobre avaliação de políticas públicas como um método utilizado para avaliação da efetividade do referido programa.

## 2.1 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA AVALIAÇÃO DO ATER MULHERES NO RN

“FEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SUJEITO POLÍTICO E A AVALIAÇÃO DO ATER- MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE 2004-2016” se insere como uma pesquisa de avaliação de políticas públicas e, com essa denominação, é metodologicamente recomendável seguir alguns requisitos demandados na literatura de avaliação. A referência da literatura brasileira de avaliação de políticas públicas tem influência de países como os Estados Unidos, que se denomina de avaliação sistemática de políticas públicas ou de projetos sociais.

A avaliação de programas sociais definidos por Aguilar e Ander-Egg (1994) inclui cinco etapas e procedimentos: 1) processo sistemático – que consiste na utilização de métodos científicos; 2) validade e confiabilidade – para uma maior precisão e credibilidade dos dados é necessária a utilização de determinados requisitos em conformidade com o método científico utilizado, isso significa uma preocupação com escolhas e esboço da metodologia e das técnicas de coleta de dados; 3) informações suficientes e pertinentes –

entendendo a avaliação como um julgamento. Nesse caso, é fundamental que se tenha informações importantes e satisfatórias, para que não se faça um julgamento de valor pré-concebido e sim uma avaliação baseada em dados adequados para essa tomada de decisão científica; 4) Fase do processo avaliativo – as fases do programa de avaliação podem ser definidas da seguinte forma: diagnóstico, programação, execução e conclusão; 5) por último, e não menos importante, a tomada de decisão é uma etapa considerada, pelos autores, como o sentido principal da avaliação que consiste no fato da avaliação tornar-se útil para alterar a execução do programa social e ou melhorar os programas futuros.

Baseando-se nessas considerações de Aguilar e Ander-Egg (1994), é possível definir avaliação de políticas públicas ou de projetos sociais como uma maneira de avaliar semelhante à pesquisa social aplicada de forma sistemática, planejada e coordenada. Esse tipo de avaliação tem como objetivo identificar e fornecer dados satisfatórios e pertinentes para subsidiar o juízo de mérito e de valor inerente a uma avaliação de políticas públicas ou de programas sociais. Seja na fase de diagnóstico, processo de elaboração ou execução, seja para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados.

Como pressuposto de uma avaliação, precisa-se considerar, de acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986), que as políticas públicas e os programas sociais devem ter como meta melhorar a vida das pessoas. Já para Sen (2000), as políticas públicas têm como finalidade a expansão das capacidades das pessoas. É a partir dessas premissas e dos aportes da agroecologia e do feminismo que serão feitas considerações avaliativas do ATER Mulheres no RN. A pesquisa baseou-se no planejamento e em um rigor metodológico de avaliação de políticas públicas utilizando as ferramentas de investigação de forma precisa e objetiva.

As avaliações são constituídas por teorias e técnicas científicas utilizando ferramentas de investigação que tornam mais precisos os processos de julgamento. “Para alcançar os objetivos é necessário estabelecer critérios claros e específicos de acordo com o campo de pesquisa encontrado” (WEISS, 1975, p. 14). Assim, a avaliação de políticas, segundo a autora, é a comparação entre o que é e o que deveria ser, para saber se o programa está alcançando, ou não,

os objetivos e as metas propostas. O critério de perda comparativa e de investigação da ação prática é o que distingue das demais investigações. A investigação da avaliação de políticas públicas distingue das demais pelo critério comparativo entre o planejado e o executado (ARRETCHE 2001).

Há muitos tipos de programas e disso dependerá o tipo de avaliação que será feita: alcance, dimensão, duração, clareza e especificidades do programa, complexidade e duração do período abrangido pelas metas e grau de inovação.

Para compor um marco conceitual das considerações avaliativas sobre o ATER Mulheres no RN é fundamental tecer considerações sobre a avaliação política do programa. Nesse sentido, se faz necessário fundamentar-se nos escritos de Figueiredo e Figueiredo (1986), que darão subsídio para compreender em que medida esse programa tem uma noção estruturante de transformações, nesse caso específico, das relações sociais de sexo, no sentido de transformação da hierarquia de poder entre mulheres e homens e nas relações com os ecossistemas defendidos pela agroecologia.

Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986), tradicionalmente, a análise de políticas públicas tem como principal preocupação o estudo das tomadas de decisões que implica em reconhecer quais fatores influenciam no processo de tomada de decisão. “Desta forma, as várias experiências de estudos nessa área sofrem do chamado neutralismo. Isso quer dizer que estuda a eficácia das políticas subestimando ou rejeitando seu conteúdo” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 107).

Pensando na perspectiva neutralista e cartesiana, os processos de avaliação são definidos com o objetivo de perceber, principalmente, se as metas foram atingidas. Objetiva-se, também, perceber quais os custos, quais os efeitos positivos ou negativos, previstos ou não previstos, para que, assim, seja possível subsidiar as tomadas de decisões de novos rumos da política, ou mesmo de seguir com o atual estabelecimento.

No entanto, “avaliar é imputar importância ou atribuir valor” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 107), é definir se os fatos são benéficos ou maléficos. Diante disso, a avaliação política conduz a aferir valor às políticas, às suas decorrências, às instâncias institucionais em que elas são elaboradas e se desenvolveram e aos atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas. Nesse sentido, se faz necessário estabelecer critérios avaliativos

capazes de aferir por que as políticas são aquelas definidas e não outras. Já que a definição de uma política envolve princípios e concepções, é necessário considerar que avaliação de política “terá sempre um caráter complexo e controverso” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 108).

Assim, avaliar uma política requer munir-se das teorias e construir métodos e técnicas consistentes capazes de desvendar os resultados, fazendo uma comparação entre o planejado, o executado e os frutos obtidos. Porém, também é fundamental analisar em que medida essa política foi elaborada. Porque esta e não outra. Em que ideologia se insere tal política. Só assim poderá ser possível ter uma visão de avaliação ampla, capaz de perceber as diversas dimensões de uma avaliação de políticas públicas.

Segundo Draibe (2001), as políticas públicas ou os programas sociais têm vida. Nascem, crescem, transformam-se, reformam-se. Algumas vezes estancam/estagnam, às vezes acabam. Transita com os elementos de um ciclo vital, um processo de desenvolvimento, de maturação. Esse ciclo é o objeto das avaliações de processos. “O campo onde se debate e elabora as políticas e programas devem ser analisados como um campo de interesses e conflitos de ideias” (DRAIBE, 2001, p. 27). A fomentação de uma política pública ou de um programa precede uma elaboração e segue direções e prioridades:

Os agentes que a conduzem e a direcionam, bem como os que se beneficiam, constroem estratégias, escolhas e decisões que influenciam na política. Assim, é possível identificar as estratégias de implementações, em cada política ou programas (DRAIBE, 2001, p. 26).

Assim, a avaliação dos efeitos de uma ação deve considerar a ação desenvolvida, nesse caso o ATER Mulheres, e o contexto de execução, como e em que os fatores externos ao programa influenciam direta ou indiretamente na implementação. Nessa situação específica, por exemplo, a influência das relações de poder entre homens e mulheres dificulta ou não, o acesso das mulheres ao acesso à assessoria técnica e às experiências na esfera produtiva? “A inter-relação entre a ação e o contexto que está sendo implementada é que vai dimensionar a densidade da mudança” (ROCHE, 2002, p. 37).

No caso de avaliação de políticas públicas direcionadas a promover a igualdade entre mulheres e homens, é importante considerar os elementos já analisados das políticas para as mulheres executadas até então, no Brasil.

Especificamente nesta pesquisa será utilizado o conceito de efetividade elaborado por Arretche (2001), considerado uma incubação condensada do que foi analisado pelo autor citado. Tal fato consiste na comparação entre o objetivo do programa e os resultados alcançados na vida das pessoas usuárias.

Não é demais lembrar que a efetivação na vida das mulheres diz respeito ou está relacionada às questões que estão contidas no quadro teórico desta pesquisa. Fala-se de divisão sexual do trabalho, condição de agente e autonomia econômica, relação com o ecossistema e suas dimensões sociais. Essas questões devem emergir para a contribuição na expansão das capacidades, com referência em Sen (2000), e liberdade das mulheres usuárias do programa.

As mudanças ocorridas na vida das mulheres ou as efetivações foram medidas, nesta pesquisa, por indicadores de mudanças considerando as dimensões as quais se pretendem ser desvendadas na avaliação de desenvolvimento como liberdade; agroecologia como ecossistemas e aspectos sociais; feminismo e economia feminista no tocante ao sujeito político, divisão sexual do trabalho e autonomia econômica.

Os indicadores<sup>1</sup> estão relacionados com o conceito de desenvolvimento como liberdade apresentado por Sen (2000), quando reafirma a necessidade das demandas das mulheres estarem presentes nas discussões de desenvolvimento; com os conceitos de divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009); e o ecossistema e dimensões sociais debatidos na agroecologia em Sevilla (1999), Alterier (2002) e Silipandri (2009).

Tais indicadores foram fundamentais para a avaliação do ATER Mulheres. Esses indicadores de efetividade delimitaram a coleta e análise dos dados empíricos e orientaram a pesquisa documental e o marco conceitual, possibilitando atingir os objetivos propostos e a verificação da hipótese definida.

Os indicadores contribuem, ainda, não só para visualizar as efetivações, mas também para perceber se houve efetividade da política. Sua elaboração

---

<sup>1</sup> O quadro de indicadores para cada objetivo específico da pesquisa é parte do Apêndice desta tese.

permite medir os resultados e o alcance da expansão de capacidades para promover o desenvolvimento.

O caminho percorrido para elaboração desta tese, já descrito resumidamente na introdução, teve as seguintes etapas: revisão teórica, pesquisa documental e empírica.

A literatura sobre a temática do feminismo, economia feminista e agroecologia envolveu o conceito de agente, conflito, cooperação, divisão sexual do trabalho, economia, feminismo, autonomia econômica, ecossistema e avaliação de políticas. A releitura desses conceitos tendo como âncora o objeto de estudo desta pesquisa possibilita um maior rigor científico na análise dos dados obtidos na pesquisa empírica e na comprovação dos pressupostos elaborados, inicialmente, como ponto-guia na realização deste trabalho.

A pesquisa documental privilegiou a consulta aos documentos da instituição não governamental executora do ATER Mulheres no RN, o Centro Feminista 8 de Março, como: relatórios, acervos fotográficos, sistema de monitoramento das ações, entre outros; documentos oficiais do governo como: o referencial para o Programa de ATER do INCRA e a lei de ATER, nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que rege sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, relatórios de governos, em especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais, DPMR.

O MDA foi o órgão governamental onde se realizou a coleta de dados, de forma especial, nos documentos emitidos pela DPMR, como chamadas do ATER Mulheres e base de sustentação das chamadas. Também foram consultados institutos de pesquisas e entidades representativas da sociedade civil. Na esfera da sociedade civil, foram pesquisados documentos da Marcha das Margaridas, de mulheres da Via Campesina como movimentos que dialogaram com o governo na elaboração da política; da ONG Centro Feminista 8 de Março, como executora do RN do ATER mulheres e da Marcha Mundial das Mulheres como o movimento representativo da maioria das mulheres usuárias da política de ATER no RN. Dos institutos de pesquisas como IPEA, DIEESE, ATLASBRASIL (2013) e PNUD, foram consultados dados sobre a situação socioeconômica das mulheres rurais, apresentada mais adiante na caracterização de cada território.

A escolha da instituição executora do ATER Mulheres do RN, Centro Feminista 08 de Março, se definiu a partir da leitura dos resultados das chamadas públicas, dos quais todos foram ganhos pela referida instituição. Vale aqui reafirmar o que já foi mencionado na introdução desta tese, de que existe uma relação profissional e política com o CF8, no qual trabalho desde os anos 1990.

O acesso aos relatórios do CF8 e dados do Sistema de Registro e Monitoramento da Execução do ATER em todo o Brasil, SIATER, referentes à execução do ATER Mulheres no RN, possibilitaram construir um quadro numérico do acesso nos territórios estudados e, ao mesmo tempo, serviram para avaliação da efetividade na vida das mulheres. Ainda dos arquivos do CF8, foram consultados os seguintes documentos: projetos elaborados pela ONG no âmbito do ATER Mulheres que correspondem ao período anterior à aprovação e publicação da lei de ATER e às propostas metodológicas das chamadas posteriores à promulgação da referida lei; documentos diversos que apresentam elementos comprobatórios da participação das mulheres beneficiárias do ATER em atividades de movimentos feministas, especificamente da Marcha Mundial das Mulheres, importante para a visibilidade das mulheres; organicidade dos grupos dos quais participam e sua relação com o movimento, além do número de lideranças de mulheres que ampliaram suas capacidades.

Aparentemente, esses dados se mostram amplos e desconexos para uma avaliação de uma política pública, no entanto, serviram de pistas para avaliar se houve alteração na legitimidade social das mulheres beneficiárias da política pública de ATER. Os relatórios ainda foram úteis para avaliar os indicadores ligados à agroecologia e economia feminista.

Nessa empreitada, os dados fornecidos pelo MDA e pelo CF8 (os projetos executados e relatórios de execução) foram os documentos que possibilitaram ter uma visão geral da execução e do acesso à política no RN e para que a pesquisa de campo conseguisse realizar a avaliação da efetividade do ATER no estado. Para uma melhor compreensão da execução e do acesso no RN, considerou-se importante apresentar um extrato dos projetos executados pelo Centro, fazendo a interface com a temática estudada, com ênfase para os projetos de ATER Mulheres executados no RN de acordo com o Quadro 1.



**Quadro 1 – Projetos executados pelo ATER Mulheres no Rio Grande do Norte**

<b>Projetos executados pelo ATER MULHERES no Rio Grande do Norte</b>						
<b>Entidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Objeto</b>	<b>Território</b>	<b>Período de execução</b>	<b>Municípios atendidos</b>	<b>Nº beneficiárias</b>
CF8	2010	Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para territórios da cidadania Açu-Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.	Açu-Mossoró	2010 a 2012	12	160
Cf8	2010	Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para territórios da cidadania Açu-Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.	Açu-Mossoró	2010 a 2012	12	160
CF8	2013	Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para mulheres agricultoras familiares em situação de extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, no território da cidadania Sertão do Apodi.	Sertão do Apodi.	2013 a 2015	5	240
CF8	2014	Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com vista ao fortalecimento da produção agroecológica, no âmbito do Programa de Fomento às atividades Produtivas Rurais, no território da cidadania do Mato Grande	Mato Grande	2014 à 2017	5	320
CF8	2014	Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com vista ao fortalecimento da produção agroecológica, no âmbito do Programa de Fomento às atividades Produtivas Rurais, no território da cidadania do Semiárido/RN.	Seridó	2014 a 2017	6	319
<b>Total de Beneficiárias</b>					<b>40</b>	<b>1199</b>

Fonte: MDA e arquivos CF8.

O Quadro 1 dá uma dimensão do número de mulheres atendidas e ao mesmo tempo reconstrói a periodicidade com que foi executado o ATER Mulheres no Estado.

Para avaliar a execução do ATER Mulheres descrita no Quadro 1, a entrevista foi uma das técnicas de pesquisa escolhidas para essa investigação por entender que contribui para a realização de sondagens e permite colher informações básicas sobre o problema estudado. Além disso, de acordo com Soriano (2004), é adequada para aprofundamento da coleta de dados e para orientar as estratégias desenvolvidas. No entanto, com esse método, o pesquisador pode ir além das perguntas dirigidas e se aprofundar de acordo com as respostas do entrevistado. No caso específico da presente pesquisa, considera-se a técnica adequada, já que, em alguns aspectos, não se dispõe de informações suficientes acerca da execução do ATER Mulheres no RN.

As entrevistas com as agentes mediadoras, usuárias e agentes-chave foram realizadas em períodos diferentes. Em 19 e 20 de março de 2017 com as agentes mediadoras, 21 de março de 2017 com as usuárias e, em 30 de janeiro de 2018, com as agentes-chave.

Em um ambiente que proporcionou o debate e o aprofundamento das questões sobre a efetividade do ATER Mulheres no âmbito dos quatro territórios do RN, onde se executou a assessoria técnica para mulheres, foram entrevistadas cinco técnicas do CF8, sendo uma delas a coordenadora da execução. Durante as entrevistas, foram manifestadas as dificuldades institucionais enfrentadas para tal fim. Seja no que diz respeito às questões operacionais como continuidade das ações, prestações de contas e questões relacionadas aos resultados da política ao tratar dos dilemas institucionais que se estabelecem no interior do estado e sua relação com a sociedade civil, com uma correlação de força estabelecida na sua estrutura, ou com o masculinismo estatal analisado por Alvarez (2004).

A principal abordagem realizada nessas entrevistas semiestruturadas foi em torno da efetividade entendida como ampliação das capacidades das mulheres, das necessidades da organização na intenção de contribuir com essa

efetivação, nas dimensões da divisão sexual do trabalho e da interação com os ecossistemas.

A coleta de dados com as mulheres usuárias da política foi feita, como já dito, através do grupo focal. A escolha dessa técnica se deu por considerar que ela propicia discutir um tema específico e o diálogo com as falas, impressões, concepções e conceitos dos participantes. Segundo Flick (2009), a referida técnica vai além dos limites das respostas de uma única entrevistada.

Quanto ao grupo focal, trata-se de uma técnica de coleta de dados qualitativa considerada eficaz no controle sobre a qualidade dos dados, pois são os participantes em um processo de diálogo que não permitem exageros ou a omissão de informações e, ocasionalmente, ocorre o domínio da veracidade dos dados debatidos.

Constata-se, com essa referência, que grupos de foco ou entrevistas tipo focal são entrevistas feitas com um grupo pequeno de pessoas, escolhido para aquele fim, com tema específico. Em Flick (2009), vê-se que as entrevistas são formadas de, no mínimo, 6 e no máximo 12 participantes, dentro de períodos de 30 minutos a 2 horas de duração.

No caso específico da presente pesquisa, foi realizado um grupo focal com militantes da MMM para obter dados sobre a influência do movimento na elaboração e acesso às políticas públicas do RN e um outro grupo focal com mulheres de diversos municípios dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, conforme explicitado no quadro a seguir:

**Quadro 2 – Grupo entrevistado**

<b>Território</b>	<b>Município</b>	<b>Nº de entrevistadas</b>
Açu-Mossoró	Tibau, Mossoró, Açu, São Rafael	6
Sertão do Apodi	Apodi, Felipe Guerra, Caraúbas, Upanema	6
Total	9	12

Fonte: Autora, 2017.

O grupo focal com as beneficiárias do ATER Mulheres foi realizado em março de 2017. A escolha dos territórios pesquisados no grupo focal se deu pelo fato de que os dados das beneficiárias do Sertão do Apodi e Açú-Mossoró não estavam inseridos no programa de monitoramento do SIATER. Os territórios de Mato Grande e Seridó foram introduzidos na pesquisa exclusivamente por meio dos dados fornecidos pelo CF8, contidos no sistema e nos relatórios avaliativos da ação. Foram pesquisadas as atividades realizadas, os resultados e, principalmente, os seminários de avaliação, especificamente nas falas das mulheres beneficiárias do ATER Mulheres daqueles territórios.

A mobilização do grupo focal foi feita pelo CF8 tendo como critério: ser liderança dos grupos comunitários e maior frequência nas atividades desenvolvidas durante a execução. O que chamou atenção no processo de mobilização foi a disponibilidade das mulheres em participar da atividade e de falar sobre o assunto.

Os dados coletados através do grupo focal são parte constitutiva da pesquisa realizada pela UFRPE, através do projeto Organização Produtiva de Mulheres e Promoção da Autonomia por meio do estímulo à prática Agroecológica<sup>2</sup>. Para esta tese foram utilizados os dados coletados do grupo focal considerando o esquema norteador a seguir, apresentado em forma de organograma:

---

<sup>2</sup> Convênio número 048364/2014 UFRPE/MDA/FADURPE entre Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, PE.

**Figura 1 – Esquema Norteador das Perguntas do Grupo Focal**



Fonte: Autora, 2017.

Considerando as dimensões que pretendem ser desvendadas na avaliação, como já descrito, foram utilizados como eixos na elaboração dos indicadores de mudança o desenvolvimento como liberdade; a agroecologia nas dimensões do ecossistemas e aspectos sociais; o feminismo e economia feminista no aspecto da divisão sexual do trabalho e do sujeito político.

Assim, nas dimensões: a) desenvolvimento como liberdade: as mulheres ampliaram suas capacidades na dimensão de acesso à renda e de valor social na família e sociedade como um pressuposto para contribuir com o desenvolvimento. b) agroecológica: consumo e melhoramento na alimentação e produção considerando os ecossistemas e inter-relação entre a esfera produtiva e reprodutiva; c) feminismo e economia feminista: ampliação das capacidades de intervenção das lideranças envolvendo número de reuniões e participação das atividades antes e depois do projeto; participação em atividades fora da comunidade e em movimento social feminista; visibilidade das mulheres; número de lideranças e mulheres que ampliaram capacidades; percepção das mulheres

sobre a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado, incluindo o total de horas dedicadas às atividades domésticas; as atividades produtivas a partir do acesso ao ATER Mulheres como continuidade ou ruptura das atribuições do doméstico e o valor social de trabalho de homens e de mulheres na comunidade.

Considerando todos os procedimentos da técnica de pesquisa, deu-se início à entrevista em um ambiente de informalidade e descontração. Com isso, foi possível reconstruir a história individual das mulheres, envolvendo estado civil, idade, raça/etnia, número de filhos, naturalização, entre outros aspectos do perfil do grupo pesquisado<sup>3</sup>. Esse processo foi importante para a pesquisa por permitir desnudar a realidade social na qual as mulheres estão envolvidas. Na sequência, em diversas ocasiões, foi necessária a pausa da entrevista em decorrência de muita emoção nos momentos dedicados aos relatos de histórias de vidas, principalmente pelas alterações que esses projetos provocaram na vida dessas mulheres.

Expor o processo da entrevista é descrever a emoção e o entusiasmo dessas mulheres ao narrarem fatos considerados simples e sem importância para muitos teóricos, mas com bastante significado para elas. Esses relatos são significativos por descreverem a forma como elas expressam com alegria a conquista do direito de ir e vir. Um direito garantido há bastante tempo no país, mas conquistado há tão pouco tempo para algumas das mulheres entrevistadas. Nesse contexto, também foi revelador desvendar as divergências de opinião sobre a responsabilidade do trabalho doméstico e o consenso coletivo da sua existência e da necessidade de ser feito, seja por homens ou mulheres.

No decorrer da pesquisa, a realidade de mudança ia, aos poucos, sendo desvendada no que se refere à importância do trabalho produtivo na vida das mulheres, e como a escolaridade contribui para a ampliação da legitimidade social das lideranças. Esses processos foram ocasionados por fatores que, através da técnica de grupo focal, tornaram-se nomináveis e dialogados.

Ficou explícita, durante a pesquisa, a forma convincente que as mulheres falavam das suas conquistas e a força com que apresentavam o desejo de superar os desafios. No entanto, também se percebeu as dificuldades de superação desses desafios. Nos relatos mais detalhados era percebida, em

---

<sup>3</sup> Como esses dados não têm relevância do ponto de vista dos resultados do objeto de pesquisa resolvemos não explorá-los de forma demonstrativa.

vários momentos, a possibilidade da desistência de lutar tamanha a dificuldade com infraestrutura, burocracia e adversidade climática, por exemplo.

Com base na pesquisa realizada para esta tese, afirma-se que a coleta de dados realizada através do grupo focal com as usuárias foi consideravelmente suficiente do ponto de vista científico e permeada de emoção e sentimentos, por parte das entrevistadas.

Os capítulos seguintes contêm as dimensões teóricas e resultados empíricos que compõem a tese.







### **3 FEMINISMO E AGROECOLOGIA: UMA LEITURA A PARTIR DAS MULHERES RURAIS**

Feminismo e agroecologia são duas dimensões que trazem na sua construção duas semelhanças constitutivas, são marcos interpretativos da realidade social e, ao mesmo tempo, se caracterizam como um movimento social. A economia feminista é o terceiro aporte que fortalece o diálogo crítico entre essas duas dimensões e traz elementos para construir as bases dos resultados deste estudo.

O movimento feminista tem uma contribuição teórica crítica que, ao longo da história, questionou paradigmas e construiu novos conceitos. Resgatar historicamente esse processo de construção põe em evidência não somente a elaboração teórica, mas o processo organizativo das mulheres como sujeitos políticos.

Com uma visão feminista teórica crítica, a tese aproxima de forma cronológica as teorias, conceitos e acontecimentos históricos que distinguiram a construção do feminismo como marco interpretativo da realidade social e como movimento social. Datado entre o século XVIII ao século XXI, o feminismo traduziu-se em mudanças na vida das mulheres e em construção de conceitos que proporcionaram, segundo Silveira (2014), o “fazer ver”, aquilo que as teorias convencionais nem sequer são capazes de discernir da realidade de homens e mulheres.

As teorias feministas não foram construídas e desenvolvidas somente no campo das ciências sociais e, muito menos, em torno de um pensamento linear e homogêneo, mas, de acordo com Moreno (2013), é possível identificar os principais conceitos, categorias e referências que contribuem para a compreensão de seu diferencial como paradigma teórico. Assim, conceitos como gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e consubstancialidade das relações sociais são parte do processo do “fazer ver”.

Em outra ponta do novelo, o processo de construção da agroecologia como ciência e como um saber da prática é palco de debates acadêmicos e da realidade de mulheres e homens rurais, tanto nos espaços acadêmicos como nas instancias de governo. De acordo com Silipandri (2015), como ciência, a

agroecologia é compreendida como um conjunto de conceitos científicos com o propósito de desbravar os agroecossistemas, recuperando o aprendizado dos povos referente à sua adaptação aos ecossistemas e às variações ambientais.

Assim, a agroecologia, segundo Silipandri (2015), recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna, e para além de discutir o conceito, debate-se a agroecologia como uma ação prática política nas suas dimensões socioeconômicas.

O capítulo encerra com um debate crítico à construção da agroecologia como ciências e como ação política. Para isso, utiliza-se dos aportes da economia feminista para explicitar a lacuna teórico-prática da agroecologia quando oculta a contribuição das mulheres rurais como sujeito político do movimento da agroecologia e do feminismo.

### 3.1 CATEGORIAS DO PARADIGMA FEMINISTA: GÊNERO, PATRIARCADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Como já dito, a teoria feminista como um marco interpretativo da realidade consegue “fazer ver” aquilo que as teorias consagradas cientificamente nem sequer são capazes de enxergar. Para isso, constrói categorias analíticas para desvendar a estrutura de poder das relações sociais até então veladas. Este trabalho discorre sobre quatro categorias da teoria feminista: patriarcado, gênero, divisão sexual do trabalho e consubstancialidade das relações sociais com maior destaque da divisão sexual do trabalho por sua importância para objeto da pesquisa.

Anterior ao conceito de gênero, no final dos anos 1960, o feminismo radical apresenta o conceito de patriarcado através do célebre livro *Política sexual*, de Kate Millett, respaldado na teoria feminista, que define o patriarcado como “um sistema de domínio masculino que utiliza um conjunto de estratégias para manter subordinadas as mulheres” (COBO, 2014, p. 11).

A teoria de Delphy (2015) gerou polêmica quando disse que o patriarcado é um sistema que subordina as mulheres aos homens, tendo como base material constituída o dito modo de produção doméstico. Assim, a família seria o espaço de exploração econômica das mulheres pelos homens, se distinguindo da lógica de exploração capitalista.

Já Dalla Costa (1975) teoriza sobre o trabalho doméstico afirmando que este seria produtivo, visto que reproduz a força de trabalho, considerada mercadoria para o sistema capitalista. Essa visão deu origem à proposta de salário para as donas de casa. Esse debate de remuneração tornou-se polêmico entre o movimento feminista porque, segundo Moreno (2013), poderia significar uma legitimação do papel atribuído tradicionalmente às mulheres na família.

Delphy (1981) ainda acrescenta que não existe unidade na conceituação e na utilização do conceito de patriarcado entre as diversas correntes teóricas feministas. Como exemplo, a autora cita as diferenças existentes entre as feministas socialistas e as radicais na utilização do termo. Para as feministas socialistas, a opressão das mulheres é resultado do capitalismo patriarcal quando se apropria da dominação masculina sob as mulheres para se manter como sistema. Nesse caso, seus beneficiários são os capitalistas e, em última instância, os homens como categoria social. Já para as feministas radicais, a opressão das mulheres deve-se a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens em suas mais diversas etapas da vida.

Fica nítido nesse debate que, mesmo envolvendo variadas concepções do que venha a ser patriarcado, existe uma unidade na afirmação de que é uma forma de poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Cobo (2014) é quem mais se aproxima de uma conceituação ampla ao considerar as demais visões ao definir o patriarcado como uma construção social com duas características principais: a universalidade e seu caráter adaptativo. O patriarcado, segundo essa visão, é um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres e toda a estratégia está organizada para alcançar esse propósito e de reproduzir esse sistema social e suas práticas simbólicas.

O caráter universal e adaptativo do patriarcado pode ser explicitado em um único exemplo: é universal porque existe em todas as sociedades e instituições, desde as mais remotas da antiguidade até as mais modernas e as ditas pós-modernas. E é adaptável porque suas formas de dominação vão se moldando de acordo com as estruturas e valores da sociedade. Em uma sociedade da Idade Média, por exemplo, a dominação era movida nas estruturas, nas leis e relações cotidianas; nas sociedades contemporâneas, o patriarcado

se utiliza dos mecanismos existentes como internet, meios de comunicação de massa e todo um sistema simbólico presentes na sociedade midiaticizada.

Um dos elementos centrais para manter a capacidade de adaptação do patriarcado é a separação entre público e privado. Nesse sentido, Moreno (2013) explica que a separação entre público e privado destina prioritária e previamente as mulheres ao mundo privado, onde são responsabilizadas por tarefas relacionadas à reprodução social enquanto que, ao homem, cabe o espaço público, da produção, da política e da socialização. “A essa separação combina-se uma hierarquização, a partir da qual é socialmente atribuído maior valor às atividades realizadas pelos homens” (MORENO, 2013, p. 20).

O conceito de patriarcado permite, ainda, visualizar que os âmbitos da dominação e da exploração das mulheres estão estreitamente interligados ao conceito de gênero e da divisão sexual do trabalho que contribuem para entender como o trabalho feito por homens e mulheres se transforma em desigualdade.

Seguindo as reflexões das categorias do paradigma feminista, o conceito de gênero trata-se de uma categoria analítica construída no seio do feminismo, explicita as estruturas de poder existentes entre homens e mulheres. Foi através de sua construção que se tornou possível perceber a diferença biológica (do sexo anatômico ou biológico) constitutivo dos homens e das mulheres levando à desigualdade social. É a partir do conceito de gênero que se investiga a sequência da estruturação da sujeição das mulheres em relação aos homens. Vale ressaltar que a construção social de gênero não é uniforme e nem estática, mas dinâmica, ainda que permanente. As relações sociais entre homens e mulheres são, portanto, relações de poder, como argumentou Moreno (2013).

Scott (1990) elencou quatro dimensões para explicitar a categoria gênero como um conceito de análise: (I) os símbolos culturais que se referem a representações simbólicas; (II) as normas religiosas, políticas, científicas e educacionais que oferecem conceituação do feminino e do masculino; (III) a educação e o sistema político que legitimam as práticas e discursos; e (IV) a identidade subjetiva que deve ser compreendida na sua construção histórica e relacionada com as atividades, organizações e representações sociais. A autora ainda observa que essas dimensões se articulam sem, necessariamente, agirem ao mesmo tempo, e nem serem apenas reflexões um do outro.

Em um segundo momento de seus escritos, Scott (1990, p. 16-17) discorre bem o conceito de gênero como primeiro modo de significar as relações de poder. Para a autora, gênero é

[...] um primeiro campo no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. [...] o gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Segundo sua afirmação, gênero é a primeira forma de significar as relações de poder, portanto, é fundamental compreender como essas relações se estabelecem socialmente e fazem parte da construção social do masculino e feminino. As relações de poder estão mergulhadas e permeiam as relações de gênero.

O termo gênero indica uma forte rejeição ao determinismo biológico em relação à utilização dos termos como “sexo” ou diferença sexual que podem funcionar como um “denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior” (SCOTT, 1989, p. 7). Ainda sobre o tema, a autora coloca que

No seu uso descritivo o conceito de “gênero” é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O “gênero” é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1989, p. 8).

Não se consegue mudar os paradigmas históricos existentes, porém surgem novos paradigmas para questionar essas desigualdades anteriores. As feministas estadunidenses, por exemplo, utilizaram o termo gênero para ressaltar o modo social das distinções relacionadas ao sexo, repudiando o determinismo biológico e enfatizando os aspectos relacionais, principalmente por compreenderem que homens e mulheres são entendidos em termos recíprocos.

Assim, de acordo com Scott (1995), não se poderia compreender qualquer um dos sexos através de estudos separados.

A composição desse conceito de gênero possibilitou à teoria feminista visibilizar e denunciar as estruturas e mecanismos ideológicos que promovem e fortalecem a hierarquia de poder entre homens e mulheres e sua exclusão dos processos sociais. O conceito de gênero é para o feminismo o mesmo que a categoria trabalho é para o marxismo. Foi a partir do marxismo e suas categorias que se percebeu a existência das classes sociais e das estruturas econômicas. E foi a partir do conceito de gênero que se visibilizou as estruturas de poder entre homens e mulheres. Posteriormente, outros conceitos construíram leituras colocando os elementos materiais que estruturam essa relação de poder como a divisão sexual do trabalho.

Cobo (2014) afirma que foi no contexto dos anos 1970 que a categoria de gênero adquiriu forma e sentido, quando a antropóloga Gayle Robin conseguiu disseminar gênero como uma categoria analítica capaz de desvendar a posição social de desvantagem a qual as mulheres ocupam ao longo da história. No entanto, o termo gênero como construção social, longe de ser uma elaboração recente, foi descoberto ainda no iluminismo. Segundo a autora, houve a inauguração de uma tradição intelectual no século XVIII de contestação da lógica moral da subordinação das mulheres e da luta contra o preconceito que já considerava o gênero como uma construção social.

Nesse sentido, Cobo (2014) apresenta ainda três direções nas quais a categoria de gênero percorre para “fazer ver” as estruturas e tramas sociais que mantêm as desigualdades entre homens e mulheres. A primeira delas refere-se ao gênero como categoria científica das ciências sociais. O feminismo tem utilizado gênero como uma variável analítica e o uso desse conceito nas ciências sociais provocou a crise de seus paradigmas e a redefinição de muitas de suas categorias.

Ainda de acordo com Cobo (2014), a segunda direção refere-se à existência de uma normativa que define o ser mulher. Isso significa ter um espaço já predeterminado socialmente que essencialmente está relacionado à maternidade, aos cuidados, ao mundo doméstico e à ausência de poder. E a terceira direção diz respeito à normativa social do feminino na qual repousa que o gênero tem o princípio de hierarquia de poder que designa ao homem o espaço

público. Já o espaço privado foi criado pelos homens para as mulheres, é o que Danielle Kergoat chama de divisão sexual do trabalho.

De modo recente, o debate crítico do conceito de gênero tem retomado o termo patriarcado e, com novas questões, busca uma nova síntese partindo de definições alternativas de conceitos como as relações sociais de sexo.

Nesse sentido, Kergoat (2003; 2009) elabora o conceito das relações sociais de sexo como a primeira relação antagônica na sociedade. É o princípio de tensão presente em um todo das relações sociais. É o alicerce pelo qual se constroem grupos sociais antagônicos – grupo social dos homens e grupo social das mulheres. Já que, segundo a autora, as relações sociais de sexo são aquelas que equivalem a um princípio de tensão nas diferentes esferas sociais, sendo indissociáveis as análises das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho. A autora ainda acrescenta que a divisão sexual do trabalho percebida como aquela que divide e hierarquiza as tarefas feitas por homens e mulheres é o que está em constante disputa nas relações sociais de sexo.

Para Kergoat (2003; 2009) são quatro características que definem as relações sociais de sexo. A primeira é a relação estabelecida de forma antagônica entre os grupos sociais dos homens e o grupo social das mulheres; a segunda são construções sociais e não biológicas; a terceira é de que existe uma base material que sustenta as relações sociais e que a base ideológica tem uma relação dialética com base material que é a divisão sexual; e por último, a autora considera que essa relação é hierárquica e está permeada de poder e dominação. Trata-se, então, de relações baseadas em hierarquia, poder e dominação. É dessa forma que as relações sociais de sexo são estruturantes em todas as relações sociais.

Em resumo, embasada teoricamente nos escritos de Kergoat (2009), pode-se concordar com Moreno (2013) quando utiliza os termos da autora para definir o conceito de gênero ou de relações sociais de sexo como marcadas por uma relação adversa entre grupos sociais de homens e mulheres, compreendendo que tal antagonismo é uma construção social balizada por uma relação de poder com base material na sociedade e não apenas no sistema simbólico. Portanto, eliminar a hierarquia de poder que permeia as relações sociais de sexo só será possível com mudanças na divisão sexual do trabalho e



quando as transformações ideológicas estiverem profundamente conectadas às alterações da base material.

As relações sociais de sexo ou relações de gênero e sua relação com a divisão sexual do trabalho contribuem para compreender que as relações de submissão das mulheres são sustentadas por uma base material que se relaciona ou dá suporte às dimensões ideológicas e culturais dessa subordinação. Nesse caso, não se trata de um julgamento para simplesmente mensurar as estatísticas sobre as diferenças de inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres. De acordo com Faria (2011), esse conceito se propõe a problematizar a realidade e a socialização de homens e mulheres a partir das tarefas atribuídas socialmente a homens e mulheres, seja no campo ou na cidade.

A divisão sexual do trabalho é responsável pelas bases da opressão e da desigualdade na vida das mulheres, pois fundamenta as relações sociais construídas entre homens e mulheres. De acordo com o contexto social, essa divisão vai se readequando e, assim, mantendo-se ativa e, muitas vezes, equivocadamente compreendida como algo natural. Hirata e Kergoat (2007) descrevem a divisão sexual do trabalho em dois princípios básicos que explicam, perfeitamente, a situação desse tipo de relação em qualquer época histórica. Primeiramente, existe a separação que julga o que é trabalho do homem e trabalho da mulher, logo em seguida, a hierarquia que valoriza o trabalho do homem em detrimento ao da mulher. Sobre esse assunto Hirata e Kergoat (2007, p. 56) definem que

Divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por característica a distinção prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social.



Os dois princípios da divisão sexual do trabalho, em especial o da hierarquia, afeta diretamente a autonomia das mulheres, tanto na cidade quanto, especialmente, no campo, onde a falta de atuação do estado é ainda maior<sup>4</sup>.

Segundo León (2003), a economia feminista contribui com a construção do conceito de divisão sexual do trabalho quando argumenta que no mundo da economia não existe só o âmbito da produção, mas também o da reprodução. Ressurge o debate sobre o reconhecimento do trabalho reprodutivo, dando visibilidade ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres urbanas e rurais. O debate também denuncia o quanto os homens se beneficiam deste trabalho feito pelas mulheres, tendo mais tempo de dedicação ao seu próprio trabalho, lazer, crescimento pessoal e formação.

Ainda de acordo com León (2003), uma das principais justificativas ideológicas para a divisão sexual do trabalho é a naturalização da desigualdade que atribui ao biológico a construção social (mulheres são mais fracas que os homens) e as práticas de homens e mulheres (essa tarefa é de homem e essa outra é de mulher). Ou seja, quando se considera a desigualdade como uma essência biológica, como parte da natureza, a construção do masculino e do feminino não se dá como uma construção social, mas como processos naturais.

O estudo da divisão sexual do trabalho demonstra que é preciso articular a ideologia e a reprodução simbólica com a existência de uma base material – hierarquização e separação das tarefas de homens e mulheres – para construir e perpetuar as desigualdades.

Ao teorizar sobre o termo divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 596) afirmam que se aplica a duas acepções de conteúdos distintos:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

---

<sup>4</sup> No Brasil, é recente a incorporação das mulheres rurais como usuárias das políticas públicas. Datada no ano 2000 (BUTTO, 2009).

A divisão sexual do trabalho é, hoje, um termo conhecido na sociologia com sentidos distintos. Muitas vezes é utilizado com a conotação descritiva de demonstrar que existe uma diferenciação das atividades realizadas entre homens e mulheres. No entanto, segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 297), falar em termos da divisão sexual do trabalho “é articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades”.

Nesse sentido, o conceito da divisão sexual do trabalho teve um papel importante na discussão clássica e neoclássica sobre trabalho. A definição de trabalho defendida pelo marxismo não respondia ao conjunto da realidade do trabalho, especificamente o das mulheres, já que o debate girava em torno do trabalho remunerado. A contra-argumentação apresentava que as mulheres estavam e estão simultaneamente nas duas esferas: no trabalho produtivo, portanto, remunerado e no trabalho reprodutivo, não remunerado. Na definição clássica de trabalho, a atividade realizada em casa não é considerada. Segundo Carrasco (2003), essa definição oculta a dimensão econômica e a relação com a exploração do atual modelo de desenvolvimento.

Acompanhando esse raciocínio, Faria (2010) afirma que no capitalismo houve uma redução do conceito de trabalho apenas para aquelas atividades vinculadas ao mercado. Antes do atual modelo de desenvolvimento capitalista, era considerado trabalho o conjunto das atividades humanas necessárias para nossa existência. Acrescenta Faria (2010, p. 6):

Essa redução do conceito de trabalho veio vinculada a uma forte separação, que o capitalismo instaurou entre o que é uma esfera produtiva e uma esfera reprodutiva, correspondente a uma outra divisão entre esfera pública e privada. No atual modelo de desenvolvimento capitalista, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se “mercantilizar”. E aí o trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho porque não se troca no mercado.

Isso significa que, no atual estágio da sociedade, existe uma separação entre o que é produtivo e o que não é produtivo e desconsidera que o trabalho da reprodução seja uma atividade fundamental para a continuidade do sistema capitalista. Tanto o marxismo quanto as teorias clássicas e neoclássicas

desconsideram a produção e a reprodução como uma unidade, tratando as duas esferas de forma separada e hierarquizada.

Reconhecer que o trabalho da reprodução é parte da esfera econômica não significa transformá-lo em uma mercadoria. A esfera da reprodução tem dinâmica específica que não pode ser medida pelos indicadores do mercado. Não se pode, por exemplo, mercantilizar o afeto do cuidado realizado por uma mãe que, nesse caso, o trabalho e o amor se codeterminam. No entanto, não se pode naturalizar e invisibilizar esse trabalho. Como afirma Kegoart (2003), uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres. Esse trabalho era invisível, feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.

Nesse sentido, é possível perceber que a divisão sexual do trabalho não está dissociada do conceito de classe, do patriarcado e das relações de gênero ou relações de sexos como bem define Kergoat (2003). Para compreender a totalidade das relações sociais, faz-se necessário ler a realidade a partir da consubstancialidade, que entra como a quarta categoria elencada para compreensão do paradigma teórico do feminismo.

O conceito de consubstancialidade das relações sociais foi elaborado tendo como referência a articulação entre sexo e classe social para, mais a frente, ser desenvolvido sob a imbricação entre classe, sexo e raça.

A ideia de junção analítica de gênero e classe teve uma grande adesão das feministas socialistas e das teorias críticas feministas questionadoras do paradigma hegemônico da economia. Esse movimento teórico prático incluiu o trabalho doméstico e do cuidado, ou o *trabalho do care*, como é denominado na academia, como parte constitutiva da análise teórica. Foi a junção analítica de gênero e classe que gerou o conceito de divisão sexual do trabalho, essencial para discutir as condições materiais que estruturam as desigualdades nas relações entre homens e mulheres.

Essa mesma compreensão teórica política incorporou no debate a dimensão de origem ou raça. Aqui, considerando que essas três dimensões gênero, classe e raça são os pilares de uma sociedade capitalista patriarcal e racista, surge o questionamento de como fazer uma leitura mais completa da totalidade das relações sociais com uma abordagem que traga as três

dimensões de opressão e dominação sem uma sobrepor ou hierarquizar as outras. A consubstancialidade busca responder a essa demanda.

O conceito de consubstancialidade é uma categoria analítica fundamental para interpretar a realidade a partir do feminismo crítico. Esse conceito foi formulado nos anos de 1970/80 e teve como precursora a teórica feminista e socialista Danièle Kergoat. A ideia é entender as práticas sociais da divisão sexual do trabalho na tríplice dimensão de gênero, classe e raça. Para este trabalho, será considerada a raça como a terceira dimensão, de acordo com Kergoat (2010).

Para a autora, as relações são consubstanciais, entendendo que “elas formam um nó que não podem ser desatados no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica” (KERGOAT, 2010, p. 94). Essa construção analítica compreende a sociedade a partir das relações sociais que, por sua vez, não são mecânicas. A autora utiliza ainda a metáfora de círculo e espiral para explicar que a consubstancialidade não considera a realidade encerrada em si mesma e, por isso, não se pode analisar as relações sociais isoladamente, mas aguçar a capacidade de reconhecer os entrecruzamentos que formam um nó social individual ou coletivo.

Para construir uma análise tendo como instrumento o conceito de consubstancialidade das relações sociais, Kergoat (2010) traz seu conceito de coextensividade, que implica em afirmar que as relações de classe, gênero e raça se desenvolvem, reproduzem e se correpoduzem mutuamente. Sem essa compreensão, a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser desiguais enquanto, de acordo com Hirata (2014), para a consubstancialidade, a principal problemática gira em torno da não hierarquização das formas de opressão.

Em perspectivas analíticas, o conceito de consubstancialidade faz a crítica aos estudos de gênero que abordam as dimensões de gênero, raça e classe como categorias estudadas separadamente ou em interposição. A visão interseccional é um exemplo de formulação que faz essa divisão e limita a compreensão, pois, como defende Moreno (2013), tais dimensões estão no seio de relações sociais em constante evolução, conflito e renegociação.

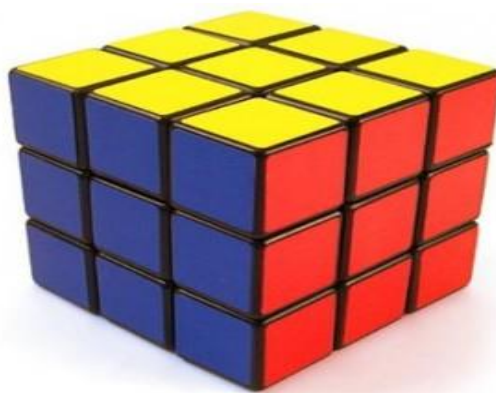
Para Hirata (2014), a principal crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que tal visão não contempla as relações sociais

fundamentais de sexo, classe e raça como ponto de partida para compreensão da teia social que é complexa e dinâmica. Outra crítica de Hirata à análise interseccional é de que esta deixa a dimensão classe social à margem quando evidencia mais a questão gênero-raça, por exemplo. Assim, a autora define a interseccionalidade como uma geometria variável por incluir outras relações como a de sexualidade, religião, entre outras, sem ter como foco a transversalidade das relações sociais fundamentais que são classe-gênero-raça.

Perceber essas duas visões sobre abordagem de gênero, classe e raça contribui para localizar as críticas feministas nas perspectivas analíticas que pretendem teorizar e compreender a totalidade da vida das mulheres. Como nesta pesquisa busca-se compreender essa totalidade da vida das mulheres do universo estudado, a teoria da consubstancialidade se mostra como mais apropriada para ser a base teórica utilizada, sem desconsiderar a contribuição da interseccionalidade em estudos nos quais a dimensão de classe não seja algo constitutivo para a compreensão.

Percebendo a importância do conceito de consubstancialidade, é adequado defini-la como uma “fórmula” para estudar e incidir sobre as relações que integram uma totalidade e por esse motivo não podem ser desmembradas nas dinâmicas sociais. Para materializar o debate proposto pela consubstancialidade, apresenta-se o conceito construído por Danielle Kergoat em forma de imagem.

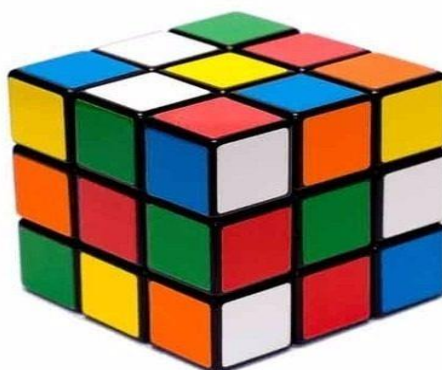
**Figura 2** – Cubo mágico representando a três relações estruturantes da sociedade: gênero, classe e raça<sup>5</sup>



Fonte: Autora, 2017.

Primeiramente vamos considerar que a totalidade das relações sociais está representada pela imagem de um cubo mágico na Figura 2. As três cores vermelho, azul e amarelo que aparecem na imagem são as relações sociais fundamentais de sexo, classe e raça consideradas por Kergoat na construção do conceito de consubstancialidade. As relações de classes, raças e gêneros (ou relações de sexo) são consideradas, neste trabalho, como estruturantes das relações de poder hierárquico existente entre homens e mulheres.

**Figura 3** – Cubo mágico representando o nó em nível das práticas sociais



Fonte: Autora, 2017.

---

<sup>5</sup> A ideia de definir a consubstancialidade através de uma imagem do cubo mágico foi consolidada graças a conversas prazerosas com Renata Moreno, a qual agradeço a contribuição e os bons debates.

Em uma segunda imagem do mesmo cubo mágico, na Figura 3, está posta a representação dinâmica da totalidade das relações sociais, dessa vez, para representar o nó que, como explica Kergoat (2010), não é possível de desatar nas práticas sociais, pois a separação das dimensões só acontece na abstração teórica das teorias sociais. O cubo mágico se mostra como uma totalidade com vários lados e combinações. A capacidade de mistura das cores exemplifica a dinâmica social das relações que estão no todo e mostra que todas essas relações coexistem em sua totalidade. O fato de cada cor ter relação entre si evidencia o que Kergoat chama de consubstancialidade. Em outras palavras, na prática social, essas relações se codeterminam.

As demais cores presentes na segunda imagem, como a verde, branca e laranja demonstram que, nas práticas sociais, as relações sociais raça, classe e gênero são permeadas por outras dimensões como religião, castas, região, dentre outras, no entanto, azul, vermelho e amarelo, como cores primárias, conduzem as práticas sociais e devem conduzir as análises sociológicas, pois, para Kergoat (2014), a multiplicidade de pontos de outras aberturas leva a um ímpeto de fragmentação das práticas sociais e à dissolução das relações sociais, podendo até contribuir com a sua reprodução desigual. Sobre essa questão, Hirata (2014) reforça que não é possível colocar todos os pontos que permeiam a sociedade em um mesmo plano e/ou nível porque se corre o risco de categorizar ao invés de raciocinar acerca das relações sociais em sua complexidade que se entrelaça.

A partir do debate dos conceitos elaborados pelo feminismo, a sua atuação como movimento político se desenvolveu de acordo com o processo histórico da sociedade. No tópico seguinte, apresenta-se uma breve trajetória do feminismo como organização política e sua relação com a natureza, o que, posteriormente, foi base para a articulação entre feminismo e agroecologia.

### 3.2 DO FEMINISMO ILUSTRADO À RELAÇÃO COM A NATUREZA

#### 3.2.1 O feminismo ilustrado do século XVIII



**Figura 4 –** Quadrinho ilustrado



Fonte: <http://www.teoriacriativa.com/olymppe-de-gouges-feminista-revolucionaria-e-heroína/>

Das transformações dos séculos XVIII e XIX, destaca-se a consolidação da Revolução Industrial capitalista, acrescida da revolução nacional<sup>6</sup> e da revolução ideológica do Século das Luzes<sup>7</sup>. No período anterior, a enciclopédia vasta era a ferramenta usada para difundir a naturalização e a divindade da dominação dos homens sobre as mulheres. Tais teorias eram bastante difundidas a partir da ideia de um destino natural ou obrigatório baseado na crença divina para as mulheres.

O final do século XVIII e início do século XIX coincidem também com a ampliação dos meios de difusão da informação, o surgimento dos tipos móveis, da imprensa e do enciclopedismo. Segundo Vinteuil (1989), foi a partir disso que começaram a circular abertamente as primeiras teses que questionavam a naturalização da dominação dos homens sobre as mulheres. É a origem da teoria feminista.

<sup>6</sup> De acordo com Bressar (2006), existem três acontecimentos históricos que estão intimamente ligados ao mundo moderno e, consequentemente, ao desenvolvimento econômico: revolução comercial; revolução industrial e revolução nacional, ou a formação dos estados nacionais.

<sup>7</sup> A Revolução ideológica do Século das Luzes caracteriza-se como “Época das Luzes”. A partir da contribuição dos filósofos e escritores desse período, originou a revolução cultural e intelectual na história do pensamento moderno. Denominado o movimento de Iluminismo, visava estimular a luta pela razão. Dentre os pensadores da época, pode-se destacar Locke, pensador inglês, e os franceses, Montesquieu, Voltaire e, principalmente, Jean-Jacques Rousseau. O Século das Luzes representava a luz do conhecimento.



Mesmo que distante das ciências sociais e da academia, a teoria feminista desenvolveu conceitos e categorias necessários para uma abordagem teórica crítica dos paradigmas científicos hegemônicos das enciclopédias da época e para compreensão da realidade das mulheres.

De fato, o termo feminismo só passou a existir depois do século XVIII. No entanto, de acordo com Miguel (2002), o feminismo, em seu sentido amplo, sempre existiu. Segundo a autora, deve-se considerar feminismo todas as vezes que as mulheres, individual ou coletivamente, denunciam a injustiça provocada pelo patriarcado e reivindicam uma mudança nas suas vidas.

Em Cobo (2014), busca-se na história sua data de nascimento na linguagem escrita. Mesmo sem o termo propriamente dito, o feminismo remonta aos escritos de François Poullain, de 1673, com o livro *De l' égalité des sexes*<sup>8</sup>, na qual o autor afirmava que a subordinação das mulheres não era de origem natural ou divina, era um produto da sociedade. Na Revolução Francesa, um século depois, as mulheres organizadas politicamente reivindicam o status de cidadãs concedido aos homens. Mais precisamente em 1792, Mary Wollstonecraft denunciava que a submissão das mulheres não era decorrência da supremacia natural dos homens.

As duas obras citadas são consideradas por Cobo (2014) como “as atas fundamentais do feminismo” para se comprovar que o termo gênero como construção social, longe de ser uma elaboração recente, foi descoberto no seio do iluminismo. E são essas obras que, segundo a autora, inauguram uma tradição intelectual de contestação da lógica moral da subordinação das mulheres e da luta contra o preconceito.

Foi até o Século das Luzes que os discursos sobre as mulheres oscilaram de inferioridade à excelência em relação aos homens. Cada alocação dependia da função ou lugar ao qual as mulheres eram designadas. A supremacia das mulheres no trabalho doméstico e sua separação do mundo público eram justificadas pela supremacia moral das mulheres em relação aos homens para lidar com aquele local e tarefa, ao passo que o discurso da subordinação das mulheres tem gênese em uma natureza inferior à masculina. De acordo com Cobo (2014), esse discurso (de inferioridade e excelência) é construído sobre a

---

<sup>8</sup> *Igualdade de gênero* (tradução livre da própria autora).

ideia de que há uma forma de ser diferente para cada sexo. Nesse contrassenso a autora afirma:

O paradoxo desse discurso é que se origina precisamente naquilo que as subordina: sua designação ao espaço doméstico, sua separação do âmbito público-político e sua 'inclinação natural' a maternidade. O significado desta argumentação é que a excelência se assenta em uma concepção de feminino que foi resultado da hierarquia genérica patriarcal e que se resume no exercício das tarefas de cuidados e na capacidade de ter sentimentos afetivos e empáticos por parte das mulheres em relação aos outros seres humanos (COBO, 2014, p. 14).

Esse argumento da autora já tinha sido percebido por Mary Wollstonecraft, quando analisava a educação do regime antigo como uma arma dos homens para oprimir as mulheres. Chegou, inclusive, a chamar tal educação de imoral. Naquele período, a educação dada às mulheres era exclusivamente voltada a legitimar a construção social do ser feminino, como ser uma boa esposa, com aprendizagem de bordados e bons modos. Para ela, as mulheres são privadas da educação, razão, da igualdade e dos direitos pela tirania dos homens e o enfraquecimento da moral. Isso se concretiza em uma aristocracia masculina.

Do ponto de vista teórico, a Revolução Francesa se constitui como um importante marco histórico para o feminismo do século XVIII. Existe um consenso de que a participação das mulheres na Revolução marcou o início do movimento de mulheres como processo de auto-organização. As mulheres da época apenas defendiam os valores da Revolução: *Liberté, égalité, fraternité* para todas as mulheres e homens, mas mesmo com a participação ativa, as conquistas lhes foram negadas. Olympe des Gouges, uma valente defensora da conflagração, foi guilhotinada por escrever os direitos da Mulher e da Cidadã.

De acordo com Cobo (2014), geograficamente, o feminismo do século XVIII se fez presente precisamente na França, Inglaterra e Alemanha. Já no século seguinte o feminismo concentra-se na Inglaterra e nos Estados Unidos. Seu surgimento teórico e prático pode ser considerado herdeiro do feminismo iluminista da Revolução Francesa, aquele feminismo que muitos propagavam ter sido um episódio de mulheres isolado. Nesse contexto, é a partir de 1850 que há uma ampliação do que se conhece como movimento feminista: organização das mulheres reivindicando direitos e igualdade.

### 3.2.2 Feminismo do século XIX

**Figura 5** – Manifestação pelo direito ao voto



Fonte: Imagem disponível em: <<https://womensenews.org/2017/09/teen-voices-on-womens-suffrage/>>.

O século XIX foi palco da desnaturalização do ser mulher com a ideia de indivíduo fundamentado no princípio da igualdade das sociedades modernas, a elaboração feminista teve como tarefa comprovar que as mulheres eram indivíduos dotados de razão. A igualdade protagonizada pelas sociedades modernas não incluíam outros indivíduos se não os homens nobres. Foi necessário o feminismo para que as mulheres se tornassem parte desse ideário de igualdade. Sobre isso Silveira (2014) afirma:

Já dizia um precursor das ideias de igualdade entre homens e mulheres, Pulain de la Barre (que rivalizou com Rousseau) a igualdade não é somente uma ideia, senão um sentimento moral, uma ideia força com capacidade esclarecedora e transformadora: um horizonte, um parâmetro ético-político, como diz a filósofa feminista Celia Amorós. À luz do conceito de igualdade, podemos perceber o fenômeno da desigualdade, em todos os níveis da sociedade, que se produz e se reproduz. Leva-nos a desenvolver uma sensibilidade social, por meio da qual, qualquer manifestação de desigualdade se torne intolerável e tal sensibilidade se torna combustível de nossas intervenções políticas (SILVEIRA, 2014, p.161).

Considerando o feminismo como uma teoria crítica e uma ação política, como afirma a autora, o que se constata é um silêncio ou mesmo uma ausência de interesse das ciências sociais com o surgimento do movimento feminista, o que leva a acreditar em uma falsa ideia de que em um longo período da história ocorreu uma aceitação por parte das mulheres a sua condição de dominadas. Somente quando as mulheres construíram capacidades teóricas e práticas para articular uma agenda pública que o feminismo passou a ser considerado um movimento social.

Quando já não se podia ser incógnito, o movimento feminista passa a ser percebido como um fenômeno social. Diante disso pode-se indagar: qual o lugar e a importância do feminismo?

Nas respostas a essa pergunta, Silveira (2014) afirma que, no âmbito acadêmico, as ciências sociais do século XX já não podiam mais ignorar tal fenômeno social, pois vários teóricos das ciências humanas declararam a importância do movimento feminista, sejam estes das mais distintas correntes teóricas, desde Castells, Giddens, Touraine e mesmo o historiador marxista Hobsbawm.

E não tinha como ser diferente: no século XX ocorreu o esforço das teóricas feministas em construir o status de ciências para as teorias feministas, ao mesmo tempo em que ecoava das ruas e de outros diversos espaços uma reivindicação coletiva ou individual, que se transformou em uma agenda política para os próximos períodos.

Silveira (2014) diz que, como um movimento de ação e mobilização, a pauta política do feminismo da época pôde ser representada pelo movimento feminista norte-americano, que resume um programa que exigia igualdade de salários e de opções de trabalho, direito à posse e à administração de bens; transações financeiras como ter contas correntes e negócios; direito à liberdade e à participação política; acesso à educação; igualdade no matrimônio sem refutar as lutas herdadas das reivindicações das pautas feministas de forma ampla, como a mudança da vida das mulheres.

Nesse contexto, surge o questionamento do por que se tem tão pouca informação sobre as lutas das mulheres americanas e a autora faz refletir sobre como os processos coletivos construídos por mulheres são excluídos da história oficial. Acrescentam-se, então, outras indagações como: por que aceitar o

simplismo de taxar a luta pelo direito ao voto e das sufragistas ao direito burguês? Essas mulheres que lutaram pelo direito ao voto são as mesmas que tiveram um papel fundamental na luta contra a escravidão nos Estados Unidos, por exemplo:

Sabemos da luta e da disputa, das tensões para ir além do direito ao voto das mulheres, o seu papel etc. Mas ficamos durante muito tempo sem lançar nossas vistas a essas grandes mobilizações das mulheres americanas que se mesclaram às lutas das trabalhadoras fabris por seus direitos. Sim, direito ao voto, significava direito político e um exercício de autonomia para as mulheres (SILVEIRA, 2014, p. 159).

A luta pelo direito ao voto desencadeou um processo de engajamento das mulheres que deve ser considerado como percussor das conquistas institucionais modernas. Foi nesse período que as mulheres reeditaram a Declaração Cidadã das Mulheres, construída por Olympe des Gouges, agora sobre o nome de *Declaração de Seneca Falls* nos EUA, na qual trazia propostas de revogação de todas as leis que impedissem o pleno desenvolvimento das mulheres e que, a partir de então, essas leis não seriam consideradas “sem força e autoridade”.

O direito ao voto foi uma reivindicação central para as mulheres de distintas correntes que se formaram na mobilização das mulheres. Enquanto isso, o feminismo socialista teve em Flora Tristan uma das precursoras do ideário e, através dela, os socialistas utópicos foram os primeiros que entenderam a reivindicação das mulheres e, em especial, sua necessidade de independência econômica.

Assim como as sufragistas viam o matrimônio como uma instituição repressora e “causa de injustiça e infelicidade” (SILVEIRA, 2014, p. 164), a principal contribuição do socialismo utópico para a libertação das mulheres foi seu debate sobre o papel da família na opressão e a necessidade de transformações.

Já no século XIX as mulheres socialistas iniciaram o debate sobre a *questão da Mulher* no marxismo. Como referência teórica podemos citar a obra *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, que ainda hoje é referência para entender a abordagem marxista. As teóricas da economia feminista dialogam com Engels sobre as lacunas do livro e, ao mesmo tempo,

colocam sua importância no seio do movimento operário. No entanto, a contribuição teórica de Engels sobre a opressão das mulheres não impediu que alguns setores do movimento operário tratassem o feminismo como divisor da classe. Assim, afirma Silveira (2014, p. 164):

Chegou-se a afirmar que o feminismo era um desvio. Isso impediu que as mulheres socialistas se organizassem dentro de seus próprios partidos. Apesar disso, a sedimentação de um feminismo socialista se deu com a insistência de Clara Zetkin que dirigiu a revista Igualdade.

Desde as sufragistas com sua pauta imediata de direito ao voto, mas que carregou consigo a luta pela igualdade institucional, até as socialistas que construíram uma luta pela igualdade entre homens e mulheres concomitante às batalhas pelas transformações gerais da sociedade, o século XIX foi profícuo para o feminismo. O século XX é palco da chamada revolução feminista. Entram em cena as consignas: *O privado é político; Nosso corpo nos pertence; Quem ama não mata*.

### 3.2.3 Do século XX à relação com a natureza

**Figura 6 – Simone de Beauvoir**



Fonte: Disponível em:  
<[http://www.wagnercampelo.com/simonedebauvoir/crono\\_1961\\_70.htm](http://www.wagnercampelo.com/simonedebauvoir/crono_1961_70.htm)>.

As transformações do ser mulher no século XX estão ancoradas na célebre frase da filósofa Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para se entender essa frase é necessário ler um pouco mais dos escritos da autora. Em Beauvoir (2009), logo após a frase, ela afirma que não é o destino que define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o homem e a mulher ou “entre o macho e o castrado” que qualifica o ser mulher.

No diálogo com a teoria de Carrasco e Kergoat, é possível afirmar que nos escritos de Beauvoir se dá a gênese ou a incubação feminista dos séculos seguintes, notadamente o debate do público e do privado ou mesmo da produção e reprodução.

Para Amorós e Miguel (2007) a contribuição de Beauvoir, do ponto de vista teórico, foi a passagem do século XIX para o século XX. Seus escritos referendaram os movimentos feministas das sufragistas ao feminismo dos anos 1960 e 1970, quando se anteciparam temas da pauta do feminismo. A partir dos anos 1960, o movimento feminista ganhou uma nova roupagem. No campo da ação política, a agenda de reivindicação passa a ter as ruas e as manifestações públicas como espaço do diálogo e da indignação; no quesito da elaboração de variadas áreas do conhecimento, forma-se o campo de diálogo da teoria crítica feminista.

Entre as correntes feministas, cito: (I) a corrente socialista com o feminismo da igualdade; (II) o feminismo radical e culturalista dos anos 1970; (III) o feminismo da diferença e (IV) o ecofeminismo, que tem uma relação com essa pesquisa por ser considerada uma corrente promissora na relação com a agroecologia.

### 3.3 O ECOFEMINISMO E A AGROECOLOGIA: A GÊNESE DO DEBATE

Como já citado, a partir da década de 1970, com as críticas à visão desenvolvimentista, sinônimo de crescimento econômico, ocorreram diversos eventos internacionais produzidos pela ONU em busca de um conceito de desenvolvimento capaz de promover o diálogo entre as questões do crescimento econômico e as demandas da preservação ambiental. Entre esses eventos, tais como a Conferência de Estocolmo em 1972, e, posteriormente, a Rio 92 e a Rio



+20, esta realizada no Rio de Janeiro em 2012, ocorreram as conferências de mulheres realizadas em 1975, 1985, 1995.

No ano de 1975, a ONU proclamou a década da mulher na Primeira Conferência Mundial sobre a Situação da Mulher. A pauta em questão era pensar em como as mulheres se incorporariam na temática de desenvolvimento. Essa década explicitou a não incorporação das mulheres nos processos anteriores. O “raciocínio era que se elas tinham ficado à margem do desenvolvimento e era preciso integrá-las ao processo” (SILIPANDRI, 2015, p. 55).

De acordo com Deere e León (2002), para a continuidade do debate, foi criado o Instituto Internacional da Pesquisa e Capacitação das Mulheres com o propósito de estudar o papel das mulheres no saneamento e na questão da água. Nas décadas posteriores, a política de “integração” das mulheres na temática do desenvolvimento seguiu sem nenhum questionamento à hierarquia de poder entre homens e mulheres e entre a exploração da natureza. Quando no ano de 1985 aconteceu a Segunda Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi e, nesse período, já se percebia a divergência de alguns setores das mulheres com a política da ONU no que se refere a gênero e desenvolvimento, foi então que ocorreu uma forte pressão das camponesas e mulheres dos países ditos em desenvolvimento para que a conferência oficial imprimisse uma crítica ao enfoque do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Na década 1990 se multiplicaram as conferências da ONU que envolveram a temática de desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mulheres. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim, retomou o tema mulheres e meio ambiente em nível internacional, reafirmando que a temática populacional não podia ferir os direitos sexuais e reprodutivos conquistados dos espaços de conferência da ONU.

As discussões de desenvolvimento e sustentabilidade são elaboradas de formas distintas pelas correntes teóricas que norteiam o debate sobre desenvolvimento sustentável: neoclássica, institucional e ecológica. A teoria neoclássica, segundo Almeida (2002), analisa a questão ambiental com a mesma racionalidade e os mesmos critérios de eficiência presentes na economia capitalista sem, necessariamente, propor uma alteração no modo de produção e sua relação com a natureza. Hoje, com a Rio +20, essa vertente volta com força política, reeditando a chamada economia verde surgida na década de 1970.



Essa teoria propõe a continuidade do atual modelo de desenvolvimento sem questionar o crescimento ilimitado e o modo de produção e de consumo que impôs.

Na visão neoclássica, a sustentabilidade ambiental é ancorada na racionalização e no controle da economia capitalista e impõe a externalidade presente na economia, compreendida por Nunes (2009) como um conceito em que efeitos sobre o exterior são ações que impõem involuntariamente custos ou benefícios. São efeitos positivos ou negativos sob terceiros sem que estes tenham oportunidade de impedi-los e sem que tenham a obrigação de pagá-los ou o direito de serem indenizados.

Dialogando com a realidade rural, empresas transformam a natureza ou os bens naturais em insumos rentáveis, sem necessariamente preocuparem-se com o território e as pessoas. Um exemplo de como funciona a economia verde é que a exploração da natureza seria legitimada pela recompensa a alguns danos ambientais, sobretudo, através do já conhecido mercado de carbono, acordado pelo protocolo de Quioto<sup>9</sup>.

A segunda teoria de referência é a teoria institucional defendida por Swaney (1987) e Sorderbaum (1990). Esta retira do centro analítico as ações dos indivíduos e do mercado e volta-se para as instituições como as responsáveis por promover um crescimento econômico articulado à sustentabilidade. Nessa teoria, ganham força as normativas e as políticas estatais para promover a sustentabilidade.

Daí vem a importância dos discursos e propostas lançadas pelos organismos internacionais como a ONU que, no relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1991, faz recomendações específicas para mudanças institucionais e legais resumidas em seis áreas prioritárias: 1) formulações de políticas, programas e orçamento que promovam o desenvolvimento econômico e sustentável; 2) reforço aos organismos de proteção ao meio ambiente; 3)

---

<sup>9</sup> Em 1997, no Japão, foi decidido que os países signatários do acordo firmado em Quioto deveriam assumir compromissos para a redução das emissões de gases que agravam o efeito estufa. Esse acordo é conhecido como Protocolo de Quioto. O objetivo central do Protocolo de Quioto passa a ser que os países limitem ou reduzam suas emissões de gases de efeito estufa. Por isso, a redução das emissões passa a ter valor econômico.

avaliação e divulgação dos riscos e ameaças ao sistema natural e à sobrevivência humana; 4) ampliação de direitos, participação e controle social nas tomadas de decisão de projetos desenvolvimentistas; 5) elaboração, a partir dos princípios da ONU, de uma declaração universal sobre a proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável e 6) redefinição dos objetivos das instituições financeiras multilaterais, visando o desenvolvimento sustentável.

As recomendações demonstram que as normas institucionais visariam à regulamentação do modelo de desenvolvimento e isso bastaria para resolver a coalizão entre crescimento econômico e preservação ambiental.

A terceira e última é a teoria ecológica clássica que se propõe a fazer uma interação entre economia e ecologia e, assim, promover um desenvolvimento sustentável. Na vertente ecológica, a economia passa a ser vista “como um subsistema dentro de um ecossistema maior, o que implica o entendimento de que o crescimento econômico precisa, obrigatoriamente, estar em harmonia com outras dimensões do desenvolvimento” (ANDRIOLI, 2007, p. 1).

Nessa compreensão, a economia é percebida em uma dinâmica com importância igual às demais dimensões do desenvolvimento. O essencial seria definir, do ponto de vista ecológico, qual o tamanho ideal da economia em relação ao ecossistema total ou questionar o modelo de produção e consumo vigente como base em um desenvolvimento sustentável.

Dialogando com essa visão ecológica clássica, no interior do movimento feminista, já nos meados do século XX, momento em que se discutem valores e se questiona a sociedade patriarcal, as ecofeministas iniciam um debate sobre os problemas ecológicos. E é nesse contexto que, segundo Silipandri (2015)<sup>10</sup>, surge o chamado ecofeminismo, com o objetivo de questionar esses modelos desenvolvimentistas e sua contradição com a sustentabilidade da vida. Esses questionamentos estão em pauta na sociedade ocidental desde os anos de 1960, mesmo período do surgimento dos movimentos de contracultura nos Estados Unidos e Europa.

---

<sup>10</sup> Anterior aos anos de 1960 existiram ações de mulheres feministas que podem ser consideradas de questionamento ao modelo produtivista e desenvolvimentista, no entanto, foi nos anos 1960 que se intitulou as ecofeministas como movimento organizado.

O aumento da poluição foi um dos primeiros temas impulsionadores dos debates entre feministas e ecológicas. Sobre isso, vejamos o que fala Silipandri (2014):

Enquanto por parte dos ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento da população mundial para se adequar a “capacidade de carga” do planeta, para as ecofeministas a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo, que se garantisse o direito a escolha das mulheres com relação à procriação (SILIPANDRI, 2015, p. 47).

Esse debate perdurou por longo período nas agendas internacionais, em especial, as construídas pela ONU. No entanto, ele é encerrado pelas próprias ecofeministas quando declara o fim da responsabilidade das mulheres sobre os problemas ambientais relacionados à “superlotação” global. Elas denunciam esse paradigma e afirmam que as mulheres devem ter direito de escolher sua maternidade e, conseqüentemente, acesso ao direito a métodos contraceptivos como forma de exercer sua sexualidade.

Silipandri (2015) esclarece que o debate ecofeminista foi centralizado entre as categorias de natureza e cultura. A cultura no debate hegemônico seria a ideia de transcendência (capacidade de se transformar) superior à natureza já que tinha a envergadura de transformá-la sobre os interesses e os sonhos dos seres humanos. Por sua vez a natureza era apenas onde se localizavam os atributos da existência natural.

Dentro desse diálogo entre natureza e cultura as mulheres são vistas como um elemento da natureza:

As mulheres passam a ser identificadas como as mais próximas da natureza do que da cultura, por conta da fisiologia (seu corpo), de seu papel social ligado a maternidade e por sua estrutura psicológica, dados o seu corpo e seu papel social (SILIPANDRI, 2014, p. 49).

No entanto, como fala a própria autora, as mulheres são seres políticos que participam e com potencial de transcendência da própria socialização a qual são impostas, como mãe e responsável pelo cuidado e pela sustentabilidade da vida humana, por exemplo. Esse debate de natureza e cultura perdurou até os

anos de 1980. Ainda hoje há paradigmas que identificam as mulheres como natureza e, nesse caso, as mais apropriadas para cuidar da natureza.

Na década de 1980, o ecofeminismo teve como referência o movimento pacifista. Em Silipandri (2015), são vários os exemplos de manifestação das mulheres em proteção à natureza na Europa, e manifestações pelo fechamento das bases militares. Na Índia, as camponesas ensinaram todo o mundo com a luta pela preservação das árvores quando se abraçavam às árvores para impedir que fossem cortadas por madeireiras. As mulheres conseguiram mostrar para o mundo que estão longe de ser apenas um ser simbólico ligado à natureza. Esses exemplos, somados a muitos outros construídos pela organização das mulheres, demonstram que são transcendentais: capazes de mudar suas vidas, a natureza e o meio social em que vivem.

As décadas seguintes foram marcadas pela agenda internacional e a continuidade do debate ecofeminismo. Sejam nos espaços institucionais da ONU como as conferências de temáticas sobre meio ambientes, ou seja, nos espaços autogestionados como fórum social mundial, o debate ecofeminista ganhou corpo na arena política, na institucionalidade e na elaboração teórica.

Entre as produções sobre ecofeminismo, vale dialogar entre a economia ecológica e a economia feminista tendo como referência os escritos de Yayo Herrero (2012). De acordo com a autora, os modelos de desenvolvimento têm colocado em risco o equilíbrio ecológico e humano. Partindo dos pressupostos dos paradigmas da economia ecológica e economia feminista, percebe-se que a vida humana tem duas dependências primordiais: a primeira é a dependência em relação à natureza e a segunda é em relação à vulnerabilidade da vida humana (HERRERO, 2012).

Durante todo o tempo de vida de uma pessoa, precisa-se sempre de outra ou outras para sobreviver. Na infância precisa-se de cuidado e afetividade; na fase adulta, precisa-se de afetividade e de cuidados específicos e na fase da velhice precisa-se de muitos tipos de cuidados e afetividades. Dessa forma, essas duas dependências são fundamentais para a sustentabilidade da vida humana. No entanto, o atual modelo de desenvolvimento capitalista ignora a existência de limites e dependências do planeta e oculta o tempo necessário para a reprodução da vida. Tenta impor uma autonomia do modelo diante da natureza e da reprodução humana. De acordo com Herrero (2012, p. 4):

La economía feminista y la economía ecológica son imprescindibles para lograr este cambio. Constituyen dos planteamientos heterodoxos que coinciden en señalar la necesidad de cambiar el foco del interés desde el dinero hacia lo que posibilita una vida buena... análisis de los problemas que cada una afronta por separado gana en profundidad y claridad. [...] Concebir lo humano como opuesto y superior a la naturaleza impide comprender las relaciones de dependencia, conduce a considerar la naturaleza un gran almacén a disposición de algunos seres humanos.

A autora adere ao já falado por Picchio (1992) quando afirma que a economia feminista explicita a existência de uma contradição entre reprodução natural e social das pessoas e o processo de acumulação capitalista. A economia ecológica denuncia a invisibilidade das dinâmicas do atual modelo de desenvolvimento que não conseguem perceber os limites da natureza, bem como o tempo necessário para sua recomposição.

Assim, a proposta de se trabalhar o feminismo com a ecologia é parte de um esforço que inclui o questionamento a todas as dimensões do atual modelo de desenvolvimento para reconstruir novas bases com respeito ao ecossistema e fortalecimento da igualdade entre homens e mulheres.

### 3.4 O CAMINHO DA AGROECOLOGIA E A SUSTENTABILIDADE DA VIDA

De acordo com Sevilla (1999), três campos de saber constituem o pensamento da agroecologia: uma corrente baseada nos saberes construídos pela prática social dos povos camponeses/indígenas, uma segunda corrente advinda da junção entre as áreas da agronomia e ecologia representadas por Gliessman (2003), na relação entre agroecologia e questão ambiental em Altieri (2002), e em uma vertente da sociologia conduzida pelo próprio Sevilla (1999) através de estudos desenvolvidos especialmente no mestrado e doutorado na Espanha. A partir desses três campos que o tópico discutirá as barreiras machistas e as contribuições das mulheres para a agroecologia.

O significado da agroecologia tem sido objeto de debate teórico-político desde a década de 1970, quando a terminologia agricultura alternativa foi utilizada para designar um campo que conglomerava as diversas iniciativas

críticas à chamada agricultura convencional do campo da revolução verde<sup>11</sup>. De acordo com Carvalho (2016), no campo alternativo estão as demais correntes de agricultura não industrial: orgânica, biodinâmica, biológica e natural.

Para Silipandri (2009), ancoradas no conceito de sustentabilidade, duas correntes de propostas se constituíram como resposta à crise ambiental da década de 1970: a ecotecnocrática e a ecossocial, ambas desenvolvidas como um amplo campo de elaboração.

A corrente ecotecnocrática tem como exemplo o relatório *Limits to Growth*, conhecido no Brasil como “Nosso Futuro Comum” que, como já dito, apresentou a existência limítrofe entre o esgotamento dos recursos naturais em face da atividade econômica. Nesse campo de proposta, a produtividade e o crescimento econômico devem ser mantidos ao cabo que o meio ambiente deve ser preservado. A preservação ambiental para esse campo político elaborativo é apenas uma questão de gestão estratégica.

Nesse sentido, de acordo com Pereira (2011), o conceito de desenvolvimento consolidado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CNUMAD, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1992, teve três pilares caracterizando o Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental. E na Rio +20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro<sup>12</sup>, essa vertente volta com força política, reeditando a chamada economia verde surgida na década de 1970. Esse campo de proposta, assim como em 92, propõe a continuidade do atual modelo de desenvolvimento, sem questionar o crescimento ilimitado e o modo de produção e de consumo que se impôs.

O segundo campo de resposta, o ecossocial, baseia-se na premissa de que as pessoas devem ser a âncora estrutural do desenvolvimento. Dessa forma, constrói uma leitura crítica ao atual modelo de desenvolvimento e afirma que a agroecologia vai dialogar com uma proposta que tem base no

---

<sup>11</sup> Sobre revolução verde ver “Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)”.

<sup>12</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. (Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2017).

protagonismo de mulheres e homens que vivem da agricultura. Silipandri (2009), embasada por Caporal (1998), afirma que na agroecologia “a sobrevivência das pessoas não deve estar submetida à lógica do capital, mas sim à busca da conservação de todas as formas de vidas” (SILIPANDRI, 2009, p. 103).

É entre esses debates sobre a sustentabilidade que a agroecologia é definida no meio acadêmico como um campo que permite a elaboração de técnicas e implementações de uma agricultura sustentável em relação ao agrossistema e às futuras gerações. É, portanto, uma ciência construída em diálogo com outros campos de saberes, com uma abordagem agrícola que incorpora o cuidado ao meio ambiente e aos problemas sociais. Por isso, agroecologia é mais que uma ciência que sustenta uma técnica produtiva, pois está empenhada na sustentabilidade ecológica do sistema de produção ao qual ampara teoricamente.

Altieri (1989), quando fala da relação entre agroecologia e questão ambiental, afirma que o desenvolvimento agrícola sustentável deve considerar a pobreza rural e as questões ambientais. A contribuição da agroecologia ao desenvolvimento rural sustentável deve estar sustentada na premissa de basear-se no saber camponês tradicional com técnicas agroecológicas necessariamente compatíveis com a cultura camponesa, acrescida dos subsídios da ciência e da agricultura moderna. Uma vez que na agroecologia não se tenta modificar radicalmente os ecossistemas camponeses, as técnicas ecológicas tratam de identificar elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma otimização da unidade de produção. Nesse sentido, a sustentabilidade, para Altieri (1996), só será obtida quando os sujeitos políticos do campo tiverem domínio sobre a terra, os recursos e acessos a uma tecnologia apropriada para manejá-la.

Nas conclusões sobre o tópico de Agroecologia “Y el diseño de agroecosistemas sustentable”<sup>13</sup>, Altieri (1996) apresenta seu conceito de agricultura sustentável apontando os aportes agroecológicos:

El resultado final del diseño agroecológico es mejorar la sustentabilidad económica y ecológica del agroecosistema, con un sistema de manejo propuesto a tono con la base local de recursos y con una estructura operacional acorde con las condiciones ambientales y

---

<sup>13</sup> “E o desenho de agroecossistemas sustentáveis” (Tradução livre da autora).



socioeconómicas existentes. En una estrategia agroecológica los componentes de manejo son dirigidos con el objetivo de resaltar la conservación y mejoramiento de los recursos locales (germoplasma, suelo, fauna benéfica, diversidad vegetal etc.) enfatizando el desarrollo de una metodología que valore la participación de los agricultores, el uso del conocimiento tradicional y la adaptación de las explotaciones agrícolas a las necesidades locales y las condiciones socioeconómicas y biofísicas (ALTIERI, 2002, p. 144-145)<sup>14</sup>.

Ainda sobre o conceito de sustentabilidade na agroecologia, em Sevilla Guzmán (1999) voltam-se às duas noções já discutidas na conferência sobre desenvolvimento sustentável em 1992. A primeira questão, concebida na agroecologia como o “ecotecnocrática”; e a segunda elaborada com os princípios agroecológicos, da forma definida por Altieri (2002). A primeira abordagem, que tem a ciência como consunção, se reivindica a objetividade do conhecimento, da neutralidade cultural e da natureza universal como elementos centrais para seu campo de pesquisa, que atua em um contexto independente da cultura e da ética. A segunda, para construir seu conceito, elabora uma crítica à chamada ciência convencional e aponta limitações nas resoluções de problemas listando os “efeitos colaterais” das receitas aplicadas e, com isso, constrói uma sustentabilidade da agroecologia que se apoia nas culturas tradicionais dos manejos agrícolas e enlaçam o potencial produtivo dos sistemas sociais e biológicos em seu processo de evolução produtivo.

Sevilla Guzmán e González de Molina (2000) definem a agroecologia de uma forma ampla como campo de estudos que ambiciona o manejo ecológico dos recursos naturais. Através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, se propõe, então, mediante um controle das forças produtivas que estancam seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, a reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, esse é um argumento que

---

<sup>14</sup> O resultado final do desenho agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica do agroecossistema, com um sistema de gestão proposto em sintonia com a base de recursos locais e com uma estrutura operacional de acordo com as condições ambientais e socioeconômicas existentes. Em uma estratégia agroecológica, os componentes de gestão são direcionados com o objetivo de destacar a conservação e melhoria dos recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade de plantas etc.), enfatizando o desenvolvimento de uma metodologia que valorize a participação de agricultores, a utilização dos conhecimentos tradicionais e a adaptação das explorações agrícolas às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas. (Tradução livre da autora)

Caporal (2004) utiliza para definir agroecologia. Nessa definição transforma a dimensão local como central, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Nas palavras do autor, agroecologia é

Entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Partindo, especialmente, de escritos de Miguel Altieri, observa-se que a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL, 2004, p. 12).

A agroecologia, nesse sentido, é definida como ciência e arcabouço teórico metodológico, trazendo na sua centralidade a transação, de forma sistêmica, dos preceitos produtivos convencionais para uma transação sustentável.

No entanto, para este trabalho, a agroecologia não é uma mera substituição de técnicas produtivas e de insumos, ela possui uma vertente social. É uma mudança de paradigma que questiona o método produtivo, mas também os resultados finais da produção e a forma organizativa da sociedade a qual o atual modelo da agricultura convencional se sustenta. A agroecologia apoia-se na sustentabilidade para subsidiar a transição do modelo hegemônico de produção agrícola, e a sustentabilidade é entendida, de acordo com Silipandri (2009), como a capacidade de conciliar as atividades agrícolas com a ecologia e a vida digna das pessoas. E é nessa sustentabilidade da vida que entra o trabalho das mulheres rurais, por isso a importância de debater a ecologia em sua versão de agroecologia concomitante à discussão do feminismo. Com esse propósito que se amplia, no ponto seguinte, o entendimento sobre a imbricação entre os paradigmas feministas e agroecológico, utilizando a economia feminista como aporte para o debate crítico.

### 3.5 AGROECOLOGIA E ECONOMIA FEMINISTA: SEM FEMINISMO HÁ AGROECOLOGIA?

Sem feminismo há agroecologia? Em um primeiro momento, o diálogo proposto para esse tópico traz a importância do trabalho executado pelas mulheres rurais para, a partir da economia feminista, debater a práxis da agroecologia. Por último, apontam-se os desafios de continuidade das questões de se pensar a retroalimentação da agroecologia como uma ciência, movimento e prática social.

Como já dito por Caporal (2004), a agroecologia, enquanto ciência, orienta a aplicação dos princípios e conceitos ecológicos e tem se apresentado como um enfoque teórico que proporciona as bases científicas para o desenvolvimento da agricultura alternativa ou sustentável. Para a agroecologia, é necessário entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e revalorizar os conhecimentos e capacidades dos atores e atrizes locais para construção de sistemas agrícolas sustentáveis.

Essa mesma compreensão teórica encontra-se nos escritos de Silipandri (2009, p. 108) quando adverte que

Uma das principais premissas da agroecologia, como já foi colocado, é a análise da coevolução dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que essa coevolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura [...].

Com essa abordagem teórica, a agroecologia rejeita o projeto hegemônico da ciência que vê como verdade apenas os saberes produzidos racionalmente por sua metodologia e, ao mesmo tempo, constrói um saber emergente, no qual os saberes vividos são parte constitutiva do saber científico.

No campo do movimento feminista e da agroecologia, as análises e práticas são diversas. Há quem afirme que as mulheres que atuam na agroecologia ou em movimentos mistos não são feministas por considerarem como sujeitos políticos apenas aquelas que se auto-organizam em movimentos autônomos de mulheres. Por outro lado, no movimento da agroecologia há quem garanta que não existe sequer uma ligação com o feminismo, partindo do

entendimento de que a agroecologia é uma ciência e uma prática de caráter universal, e o que importa nessa abordagem é a relação do ser humano com a natureza, não sendo de sua abrangência as mudanças efetivas nas relações sociais de mulheres e homens.

Entre outras abordagens, existe um campo que articula o feminismo com a luta agroecológica e que afirma ser necessária uma mudança na teoria e na prática do campo da agroecologia, para que os sujeitos políticos, compostos por mulheres e homens, sejam partes constitutivas das transformações. Existe um setor do feminismo que articula a teoria e a prática para construção de um campo agroecológico protagonizado pelas mulheres tendo como plataforma política a transformação geral da sociedade. Essa perspectiva se orienta pela igualdade entre homens e mulheres sem prescindir de superar as desigualdades sociais no seio da agroecologia e na sociedade, sejam elas entre homens e mulheres, entre negros e brancos.

Trazendo a agroecologia nas suas dimensões socioeconômicas, apresentam-se as desigualdades entre mulheres e homens que, segundo Silipandri (2015), são especificamente complexas de mensurar. Por isso o debate perpassa pela discussão do ecofeminismo, entendendo a conexão entre o movimento ecológico e feminista e reconhecendo que ambos estão na pauta política desde os anos 1960, acompanhando os diversos contextos sociais e políticos dos últimos anos; e pela visão da economia feminista que garante visibilizar a importância do trabalho que as mulheres realizam.

Finaliza-se o capítulo com uma leitura da contribuição da agroecologia e da teoria feminista como uma articulação teórica e prática na agenda das mulheres rurais.

### **3.5.1 A economia feminista: lentes que enxergam o trabalho das mulheres**

A economia feminista analisa o sistema capitalista explicitando a sua deficiência de encontrar soluções para as questões da sustentabilidade da vida ou mesmo de resolver as tensões da vida cotidiana.

O ponto de vista da sustentabilidade da vida é revelar os conflitos entre a vida e o mercado. Assim foi com a presença das mulheres no trabalho remunerado que se construíram os elementos para explicitar a interdependência

do mercado à esfera da reprodução, bem como revelar a tensão existente entre o mercado e a vida. Segundo Carrasco (2003) o nexo entre ambos, ocultado pela teoria econômica, potencializa o conflito que esconde a dimensão econômica e a relação de exploração que o atual modelo de desenvolvimento promove sobre o trabalho das mulheres.

Nesse sentido, Carrasco e Tello (2011) discorrem sobre a importância de demonstrar e articular os distintos elos que sustentam o sistema econômico e social para revelar a insustentabilidade do atual modelo que omite sua dependência ao sistema da sustentabilidade humana.

Partindo da economia feminista, León (2003) afirma que na esfera econômica não existe somente o domínio da produção, mas também o da reprodução. Com isso, constrói o reconhecimento de que existe uma interdependência nesses dois campos – produção e reprodução – apresentados como dicotômico. O trabalho da reprodução passa a ser percebido, nessa visão, como parte integrante da economia. Nesse sentido, a economia feminista deslocou o debate econômico, apresentando como campo necessário e propício para discutir o *bien vivir*<sup>15</sup> das pessoas, quando apresenta a reprodução como mais um objeto dessa ciência.

É a partir da economia feminista que se visibiliza o volume de trabalhos domésticos e de cuidados realizados pelas mulheres na esfera familiar, tanto em espaços urbanos como nos rurais. Essa releitura, a partir de Carrasco (2012), possibilitou que os dados estatísticos fornecessem elementos para um novo olhar que recupera a experiência das mulheres, buscando com isso situá-las na análise teórica não centrada na experiência masculina, mas a partir de indicadores de gêneros capazes de mensurar tais realidades.

Vale destacar que reconhecer que o trabalho da reprodução é parte da esfera econômica não significa transformá-lo em uma mercadoria. A esfera da

---

<sup>15</sup> León, (2008) baseia-se nos escritos de Carrasco (2003) para definir o significado do Bem viver ou bien vivir: “o paradigma do ‘bem viver’ é convergente e se retroalimenta de análise e propostas da economia feminista e a ecologista, que questionaram as noções de economia e riqueza nas suas formas predominantemente clássicas e neoclássicas, e que postulam a sustentabilidade ambiental e humana como centrais e indissociáveis”. O ‘bem viver’ na sua formulação básica dá centralidade à relação harmônica e integral entre os seres humanos e a natureza. [...]: O ‘bem viver’ nasce dos povos e nacionalidades indígenas. Procura a relação harmoniosa entre os seres humanos e destes com a Natureza [...]. É um elemento fundamental para pensar uma sociedade diferente, uma sociedade que resgate os saberes e as tecnologias populares, sua forma solidária de organizar-se, de dar resposta própria (LEÓN, 2008, p. 3).

reprodução tem dinâmica específica, que não pode ser medida pelos indicadores do mercado. Não se pode, por exemplo, mercantilizar o afeto do cuidado realizado por uma mãe, que nesse caso, o trabalho e o amor se codeterminam. No entanto, não se pode naturalizar e invisibilizar esse trabalho. Como afirma Kegoart (2003), uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, esse trabalho era invisível, feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.

Segundo Perez (2006), todos os trabalhos realizados na esfera do cuidado e da reprodução devem ser considerados necessários para manter a esfera econômica ou, como afirma Moreno (2013): “toda atividade que compõe o processo de sustentabilidade da vida deveria ser considerada nas análises econômicas e sociológicas sobre o trabalho humano” (MORENO, 2013, p. 44).

Para Faria (2011), o objetivo do cuidado e do afeto está distante da ideia de mercado, de ganhar benefícios. Nesse caso, o objetivo é proporcionar o *bien vivir* das pessoas da família ou comunidade. O trabalho do cuidado, como já dito, possui características particulares, que não se encaixariam se transferidos para um trabalho mercantil. No entanto, é importante observar que trabalho doméstico remunerado é utilizado por mulheres – grande maioria nas cidades da América Latina – para diminuir a carga de trabalho. Quando isso acontece, esse trabalho é transferido para outras mulheres, que, por sua vez, maximizam sua jornada de trabalho para entrar no mercado, ficando responsável pelo trabalho do cuidado de sua própria família, ou seja, o trabalho do afeto. Em outras palavras, o trabalho doméstico do mercado não muda a obrigatoriedade da responsabilidade do cuidado e do afeto presente na esfera da reprodução. Para Bosch (2005), o trabalho e a vida são dois elementos que se codeterminam para a construção de experiência das mulheres, já que são por meio de suas atividades que são criadas as condições para a reprodução e desenvolvimento da vida.

Para as mulheres da zona rural, a busca dessa “solução” não é aplicável, ou ainda tem pouca percepção nas estatísticas oficiais. Nobre (1998) alerta que no meio rural é comum se considerar a unidade familiar como um espaço harmônico e de unidade entre seus membros. O debate do desenvolvimento como liberdade e da economia feminista faz críticas a esse entendimento. Sen (1990), conforme já referido, quando elabora o conceito de conflitos cooperativos, caracteriza o lar – unidade familiar – como um espaço de conflito

e negociações. Explica que seus membros reagem aos problemas de maneiras diferenciadas, permeando a cooperação e o conflito. Dessa forma, as decisões sobre os recursos familiares, o tempo e o trabalho são definidos pela racionalidade econômica. Tratam-se das questões culturais e relação de poder que envolvem, segundo Enríquez (2010, p. 50) “concepciones subjetivas sobre lo que se necesita y lo que se contribuye”<sup>16</sup>. Essa crítica, a partir da contribuição de Sen (1990) e da economia feminista, teve como resultado a percepção e a formulação sobre as contribuições<sup>17</sup>. Baseado no princípio da cooperação percebe-se quem se torna legitimado para reivindicar os benefícios da cooperação. São para Sen (1990) questões subjetivas que definem a posição dos membros nos processos de negociação no seu interior. No entanto, Enríquez argumenta que

[...] la contribución monetaria al hogar es ponderada socialmente como más importante que las contribuciones no pagas del trabajo doméstico, las mujeres (y todas las personas económicamente dependientes) se encuentran en una situación de desventaja que se refleja en la distribución y control sobre los recursos en el hogar (ENRÍQUEZ, 2010, p. 6)<sup>18</sup>.

Picchio (1999) tem o mesmo ponto de vista de Sen (1990) quando argumenta que o trabalho doméstico influencia na quantidade e qualidade do trabalho remunerado e este está relacionado com as capacidades adquiridas por cada membro das famílias pela educação. Por outro lado, segundo Enríquez (2010), o trabalho do cuidado também influencia na quantidade de horas disponíveis para o trabalho remunerado. Sabe-se que para parte das mulheres, este só é possível com as horas restantes do tempo gasto na responsabilidade com a reprodução. Dito de outra maneira, o trabalho da reprodução está, intrinsecamente, incorporado no espaço da economia, uma vez que, o trabalho produtivo depende da reprodução para se manter em funcionamento.

---

<sup>16</sup> Concepções subjetivas sobre o que se necessita e o que se contribui (Tradução livre da autora).

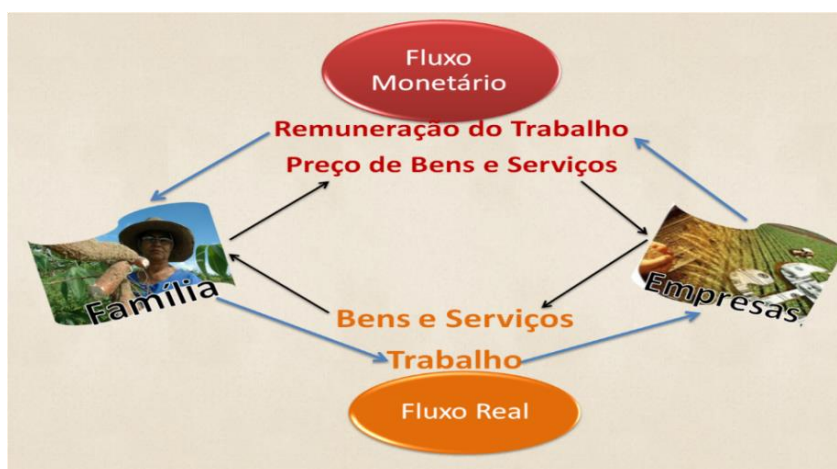
<sup>17</sup> Contribuições é parte das formulações de Sen (1990) que é a soma das disponibilidades de contribuições totais dos membros da família. Seja contribuição financeira ou não.

<sup>18</sup> “A contribuição material da casa é ponderada socialmente como mais importante do que as contribuições não pagas do trabalho doméstico, as mulheres, (e todas as pessoas economicamente dependentes) se encontram em situação de desvantagem que se reflete na distribuição e no controle dos recursos da casa” (Enríquez, 2010, p.6) (Tradução livre da autora).



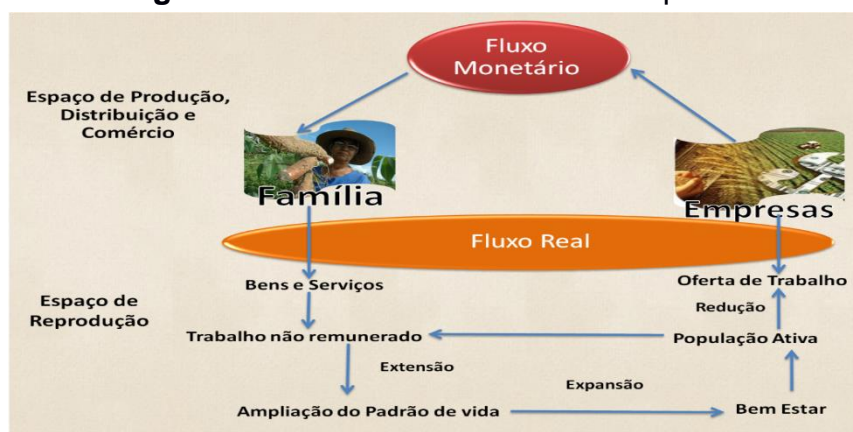
Para facilitar a compreensão, Picchio (2001) explica com o recurso de um gráfico, que aqui foi adaptado para figurar a ampliação do “Esquema Tradicional do Fluxo Circular da Renda”<sup>19</sup>. Essa ampliação faz a proposta de uma incorporação nos espaços econômicos à esfera reprodutiva que se distingue em três funções econômicas que se desenvolvem no campo privado da casa. De acordo com Rodríguez, tais funções podem ser visualizadas nas figuras a seguir.

**Figura 7 – Fluxo circular de renda**



Fonte: Adaptado de Picchio (2001).

**Figura 8 – Fluxo circular de renda ampliada**



Fonte: Adaptado de Picchio (2001).

<sup>19</sup> Neste trabalho o gráfico desenvolvido por Picchio (2001) foi traduzido e adaptado para figura.

Primeiramente, a função amplia a possibilidade da renda monetária – Salário Real – para o denominado “Nível de Vida Ampliada” ou consumo real, isso quer dizer: incluir as mercadorias adquiridas com os salários reais, mas também os bens e serviços em consumo real, ou seja, adicionar o trabalho da reprodução social não remunerada à possibilidade de renda familiar.

A segunda função se refere à expansão do nível de vida efetivo, que só é possível pelo trabalho do cuidado, reproduzido pelo trabalho não remunerado, afeto. É imprescindível apontar que o conceito de bem-estar construído por Picchio se baseia no enfoque de Sen, quando se refere a um conjunto de capacidades humanas de funcionamentos efetivos na esfera social.

Por último, a terceira função da esfera reprodutiva como parte do espaço econômico direciona-se à redução e à seleção dos segmentos da população e às suas capacidades de produção mercantil. Nessa função se observa suas capacidades individuais para serem usadas nos processos de produção de mercadorias. Assim, o trabalho desempenhado sem o objetivo de remuneração, realizado na esfera da reprodução, serve de apoio para o trabalho remunerado ou trabalho mercantil. Como demonstrado na figura, o espaço produtivo é composto, apenas, pelo trabalho remunerado e responsável pela produção mercantil. Essa é uma demonstração da maioria das análises econômicas clássicas e neoclássicas.

Na parte inferior da figura é demonstrada a ampliação da análise proposta por Picchio (2001) e Enríquez (2010), baseada na economia feminista, na qual incorpora, em espaço econômico, a esfera reprodutiva. Nessa perspectiva, as atividades realizadas no âmbito doméstico, que garantem a reprodução de todos os membros, estão incluídas no trabalho do cuidado e deveriam ser incluídas no espaço econômico. Dessa forma, garantindo a produção do viver. As atividades desempenhadas no meio reprodutivo são consideradas importantes para o fluxo circulante de renda, uma vez que, segundo a teoria das autoras citadas, a reprodução e a produção são interligadas e dependentes. Como já foi dito, a separação é fruto da capacidade ideológica do atual modelo de desenvolvimento que, por sua vez, valoriza o produtivo em detrimento da ocultação do trabalho da reprodução.

Essa concepção, que insiste em uma separação e independência entre a produção e reprodução, trata-se de uma dicotomia que constrói um imaginário

social no qual as pessoas nascem prontas para o mercado e são independentes. Essa dicotomia é desfeita com a apresentação da Figura 3<sup>20</sup>. Como afirma Nobre (2002), no imaginário produzido pela economia clássica e neoclássica, é como se os indivíduos não tivessem sido crianças e não ficassem idosos, portanto, não precisariam de cuidados. Ou seja, como se as pessoas chegassem à idade adulta sem a necessidade dos trabalhos da “produção do viver”. Essa falsa autonomia invisibiliza a reprodução, necessária para sustentar o trabalho mercantil. Então, pode-se considerar pertinente a afirmação de Carrasco (2003), quando diz que o mercado prevê quando a pessoa tem ou deve ter o seu tempo disponibilizado para a produção. Paradoxalmente, a reprodução constrói a lógica do cuidado que exige acompanhamento dos ciclos da vida, desde a infância até a velhice.

Contrariamente ao que pode ser visto na Figura 2, a tensão entre esses dois mundos encontra-se presente no modelo de desenvolvimento vigente em qualquer realidade social. No entanto, segundo Carrasco (2003, p. 12), “para a economia oficial, a sustentabilidade da vida não tem sido uma preocupação analítica central; ao contrário, usualmente é considerada uma ‘externalidade’ do sistema econômico”.

### **3.5.2 Pirâmide do essencial para a vida humana**

Os estudos de análises socioeconômicas têm utilizado as distintas correntes de pensamentos<sup>21</sup> para entender os sistemas econômicos de produção e os graus de desenvolvimento econômico à industrialização de determinada sociedade, no entanto, a reprodução humana, ainda não foi utilizada como categoria analítica central, tão necessária para entender o desenvolvimento de uma sociedade. Neste sentido, a maioria dos indicadores de avaliação de desenvolvimento, não consideram mensurar, em sua totalidade, a implicação que existe entre a reprodução e o espaço considerado econômico. Só com estudos específicos, desenvolvimento de novas categorias de análise, tais como a economia feminista, é que se consegue visualizar a real relação, entre a esfera produtiva e reprodutiva.

---

<sup>20</sup> Ver página 58 desta tese.

<sup>21</sup> Consideram-se como principais correntes as mesmas citadas nos escritos de Carrasco (2003): Clássicas, Neoclássicas e marxistas.

Em sua aula pública “Economia feminista, aposta teórica e política”, em 19 de fevereiro de 2018, na sede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, APEOESP, Cristina Carrasco utilizou a pirâmide do essencial para a vida humana para explicar o redirecionamento da centralidade do debate sobre economia. Segue a figura:

**Figura 9** – Pirâmide do essencial para a vida humana



Fonte: Adaptado de Carrasco (2018).

Na Figura 9 têm-se uma pirâmide em que, em sua base, está a natureza como o primeiro elo da cadeia de sustentação da vida. Para Carrasco e Tello (2011), a organização econômica do capital desconsidera a biodiversidade e não enxerga a interdependência entre seres humanos e natureza. Argumentam que a natureza em si não é capaz de satisfazer diretamente todas as necessidades humanas, mas que há um processo de mediações sociais, culturais e tecnológicas que transformam materialmente a natureza em bens e serviços úteis para satisfazê-las.

O segundo degrau da pirâmide se refere ao cuidado, que implica no espaço doméstico em que se realiza o trabalho cotidiano necessário para a produção da vida. A dedicação de cuidados e atenção que se realiza entre uma geração e outra, especialmente através das mulheres, produzem bens e serviços necessários para a sustentação da vida e para que os seres humanos possam vir a ser agentes atuantes na sociedade. De acordo com Moreno (2013), para além dos bens materiais e do trabalho que garante o salário, a dignidade humana

depende dos cuidados. Para Carrasco e Tello (2011), essa dimensão dos cuidados foi reconhecida mas não mensurada pelos economistas clássicos. “Assim, a força de trabalho não poderia se reproduzir só através do salário, mas dependendo também das relações e do trabalho de cuidados, compostos por dimensões imateriais que fazem com que não possam ser coletivizados ou mercantilizados por completo” (CARRASCO; TELLO, 2011, p. 36).

Os Estados constituem o terceiro degrau da cadeia de sustentação da vida, segundo Carrasco e Tello (2011). Na medida em que o Estado é uma instituição construída socialmente e reflete a correlação de forças na sociedade, seu papel é importante para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, suas normas e regulações estão a mercê do funcionamento do mercado, e isso interfere no conjunto das relações sociais. Esse degrau se articula, portanto, com o capital que constitui o último elo da cadeia de sustentação da vida.

Caracterizados pela produção de bens e serviços com trabalho mediado por dinheiro, o mercado regido pelo capital. E para o capital, o lucro predomina sobre as condições de vida das pessoas e da natureza, transformando estes em instrumentos a serviço da economia capitalista.

Explicitado cada degrau da pirâmide: natureza, cuidado, estado e capital, faz-se o seguinte questionamento: é possível que haja vida humana sem a natureza e sem o cuidado? Na aula pública citada, Carrasco (2018), por eliminação, buscou fazer a reflexão de como seria a vida sem os elementos natureza e cuidado. Essencial como a natureza, o cuidado é o que garante a sustentabilidade da vida. Na contramão, os elementos estado e capital se valem da natureza e do cuidado por meio de exploração destes para manter a sociedade organizada da forma desigual em que se encontra. Fazendo a mesma pergunta sobre a possibilidade de vida sem capital e Estado, chega-se à conclusão de que a vida não depende desses elementos e, logo, podem ser transformados.

Sobre a pirâmide, pode-se concordar com o que Moreno (2013) diz quando afirma que para visibilizar os vínculos entre os diferentes elos dessa cadeia estabelece-se um diálogo entre perspectivas “econômicas reais”, sobretudo entre a economia ecológica e feminista, com uma crítica ao discurso hegemônico de que a sustentabilidade depende principalmente de equilíbrios e compensações entre as dimensões econômica, social e ecológica.

Aliar natureza e cuidado em prol de um redirecionamento da sustentabilidade da vida humana é uma tarefa que precisa ser realizada pela agroecologia, isso é o que pontuaremos no tópico a seguir.

### **3.5.3 O trabalho nada leve das mulheres rurais**

Kergoart (2009) afirma que o trabalho da reprodução, o doméstico e os cuidados são essenciais nos processos de produção e reprodução da vida, porém o valor social é atribuído, primordialmente, às tarefas do mundo produtivo, ou seja, às tarefas consideradas masculinas. Dessa forma, o atual estágio da sociedade segue dividindo e hierarquizando as atividades de homens e mulheres. De um lado, atividades relacionadas ao atual modelo de desenvolvimento, voltado para o crescimento econômico, com valor social elevado. De outro lado, há atividades com menor valor social, por serem consideradas como um não trabalho, tais quais: as tarefas domésticas, o cuidado com as pessoas e as atividades de reprodução da vida humana. Essa mesma lógica de desenvolvimento, segundo Sen (2000), tem, adicionalmente, convivido com a desigualdade entre mulheres e homens. Trata-se de uma ocorrência que compromete e, às vezes, encerra, prematuramente, a vida das mulheres e reduz, em altíssimo grau, as liberdades substantivas para o sexo feminino.

No meio rural, a divisão sexual do trabalho manifesta-se com a adesão dos homens aos grandes projetos da monocultura e do agronegócio. Segundo Woortman (2007), com o avanço do agronegócio e da monocultura da cana sobre as terras das comunidades pesqueiras, as mulheres ficaram, cada vez mais, privadas de seu espaço de produção agrícola, ficando apenas com o espaço do quintal que é subaproveitado. O papel produtivo e social da mulher é desvalorizado enquanto seu trabalho sustenta uma cultura patriarcal que o desqualifica.

Segundo Silipandri (1999), o debate no rural é, muitas vezes, apresentado a partir de uma ótica produtivista mais ligada ao mundo do trabalho da produção agrícola. Tem-se, nesse caso, uma realidade de divisão sexual do trabalho, em que todas as tarefas feitas pelas mulheres são consideradas domésticas. Assim, o tema do desenvolvimento rural tem, historicamente, excluído as atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, as mulheres trabalham mais do que os homens, mas seu trabalho não é reconhecido como tal, já que a maioria destas não está na esfera mercantil. A ausência de reconhecimento é parte constitutiva da divisão sexual do trabalho. De acordo com Rua e Abramovay (2000), essa invisibilidade e ausência de reconhecimento é uma prática comum no meio rural:

A generalizada ausência de reconhecimento dos diversos tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres é parte constituinte da dinâmica das relações de gênero. No meio rural, um indicador desse invisibilidade é os elevados números de mulheres caracterizadas como trabalho sem remuneração. [...], a invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser observada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada em comparação com os demais setores da economia. Pode-se constatar que embora a proporção do trabalho feminino não-remunerado seja superior ao trabalho masculino em quase todos os setores econômicos, é na agropecuária que esse fenômeno se manifesta de forma mais eloquente (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 152-153).

Essa constatação leva a acreditar que no meio rural existe uma rígida divisão sexual do trabalho que direciona para uma realidade aonde os homens são responsáveis pelo trabalho considerado produtivo, seja na agricultura ou na pecuária, especificamente em todas as tarefas associada à esfera mercantil. As mulheres são as responsáveis pelo trabalho considerado reprodutivo, especificamente, o trabalho doméstico, o cuidado dos quintais e dos pequenos animais, além da reprodução da própria família, como nascimento e cuidado de seus membros. Como se vê, nessa realidade, as mulheres são responsáveis por todo o trabalho não remunerado, desenvolvido, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva, já que no meio rural essas esferas são coextensivas. Essa realidade leva a uma distribuição que, de acordo com Moreno (2013), a concepção do que é trabalho pesado e o que é trabalho leve varia de acordo com o sexo que realiza a tarefa.

Assim, as relações patriarcais sustentadas pela divisão sexual do trabalho permitem que ainda perpetuem estudos nos quais as mulheres rurais sejam vistas apenas como donas de casa, ressaltando o seu papel de mãe. No campo, a divisão sexual do trabalho se estrutura entre a separação da tarefa de casa e do roçado. Ou seja, no rural existe uma oposição entre a casa e o roçado.



Wootmann (1991), estudando os espaços da casa e do roçado, distingue esses ambientes como definidores dos trabalhos pesados e de leves, ou ainda de trabalho e não trabalho. O roçado é o local de produção em grande quantidade, produz mandioca, feijão, milho, cereais considerados essenciais para a sobrevivência da família. Dessa forma, é considerado, nesse caso, local de trabalho pesado, usam-se ferramentas mecânicas de grande porte, como a broca, o arado e a limpa. Os homens da família, em especial o pai, são os responsáveis por essas tarefas e no imaginário social, do meio rural, é uma obrigação masculina. Quando as mulheres realizam atividades nesse local, o seu trabalho é considerado como uma “ajuda”.

Por outro lado, a casa é o local da mulher, as atividades realizadas são consideradas o não trabalho. A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras, a reprodução social da família têm valor social menor quando comparadas às tarefas masculinas. Mesmo sendo atividades essenciais para o autoconsumo familiar e para o abastecimento do comércio local, são entendidas como trabalho leve ou como um não trabalho.

A ideia de hierarquia entre os produtos determina os conceitos de trabalho pesado e leve, de trabalho e não trabalho, ou ainda, de trabalho e ajuda. As mulheres rurais, quando descrevem as tarefas domésticas e o não reconhecimento de seu trabalho, falam de muito trabalho no preparo dos alimentos, explicam a necessidade de mais pessoas nessa tarefa e citam, como exemplo, a preparação da pamonha e da canjica, comidas típicas, principalmente nos festejos juninos, que necessitam de muitas horas de trabalho, pois não há divisão das tarefas.

No entanto, é possível reforçar a ideia de que o roçado e a casa podem ser vistos como espaços de realização de tarefa de homens e mulheres que vivem no campo. Percebe-se que as mulheres estão nos dois espaços e que realizam ou podem realizar ambas as tarefas. Isso significa aceitar que existe uma rígida divisão sexual do trabalho que divide e hierarquiza as tarefas realizadas por homens e mulheres e que transforma em oposição os espaços de sua realização (casa *versus* roçado). Dito isso, é preciso romper as barreiras que separam os espaços e reconhecer o valor, para além do monetário, do trabalho das mulheres.

### 3.6 FEMINISMO E AGROECOLOGIA: UMA ELABORAÇÃO CONSUBSTANCIAL

No início deste século XXI no Brasil, ocorreram pelo menos dois importantes deslocamentos de construção do saber na agroecologia que foram a criação da Articulação Nacional de Agroecologia que protagonizou a incidência nas políticas de agroecologia no Brasil e elaboração e construção da agroecologia e feminismo no campo político teórico erigido a partir da prática de movimentos sociais como Via Campesina, Marcha das Margaridas e Marcha Mundial das Mulheres<sup>22</sup>.

As mulheres que constroem a arena teórica prática da agroecologia têm elaborado uma crítica a esse campo político. No Brasil, o debate das mulheres da agroecologia se firma na economia feminista e na referência do acúmulo das organizações que compõem o Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA.

Nesse sentido, o debate iniciado pelas feministas que fazem agroecologia no país continua tendo como pontos de ligação a economia feminista e ecologia política. A elaboração de uma visão ampla sobre agroecologia passa por uma crítica metodológica e conceitual às tradições até então existentes e na elaboração de proposta com novas perspectivas teóricas.

Nesse aspecto, as conclusões de Emma Silipandri são pioneiras no Brasil, dialogam com os principais teóricos da agroecologia e, ao mesmo tempo, apresentam o ecofeminismo como uma das correntes construtoras do marco teórico da agroecologia. Em sua tese de doutorado, intitulada *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*, Silipandri (2009) mostra sujeitos antes invisíveis – neste caso, as mulheres – e, ao mesmo tempo, apresenta o espaço da prática agroecológica como uma arena promissora para o fortalecimento do feminismo, da auto-organização e da autonomia das mulheres rurais.

Para elaborar uma crítica à edificação do saber agroecológico, faz-se necessário apresentar seus elementos androcêntricos e limitadores para aceitar

---

<sup>22</sup> Além dos movimentos sociais, o Centro Feminista 8 de Março, CF8, e Sempre viva Organização Feminista, SOF, entre outras organizações, tem construído práticas e conhecimento no processo de articulação feminismo e agroecologia.

rupturas conceituais e novas propostas que incidam sobre o corpo central da análise e prática agroecológica. Um elemento ampliador desse androcentrismo é o fato da agroecologia, ao basear-se na naturalização e conservação das práticas produtivas advindas dos meios de produção indígenas e camponeses, não conseguiu fazer ver as especificidades e relações patriarcais de poder existentes no seu interior, em especial do grupo social das mulheres e dos homens. Com essa lacuna, a construção de saber tende a se estender às demais esferas do campo teórico político, invisibilizando a reprodução da hierarquia de poder existente entre homens e mulheres nas práticas sociais no campo agroecológico. Nas palavras de Miriam Nobre (2014), a agroecologia deve ser pensada em duas lógicas diferenciadas:

[...] a "naturalização" e a "desnaturalização". Se na agroecologia estimulamos a "naturalização" das práticas agrícolas, através da aplicação dos princípios ecológicos na agricultura, no campo das relações sociais de gênero, o que se busca é a "desnaturalização" de atribuições conferidas ao feminino e ao masculino. Portanto, se na agroecologia relacionamos o natural ao sadio e certo, nas relações de gênero não se pode considerar as relações tradicionais como naturais ou positivas (NOBRE, 2014, p. 5).

Isso significa dizer que para seguir com sua elaboração teórica pautada na ideia de que a “sobrevivência das pessoas não deve estar submetida à lógica do capital”, como afirma Caporal (2004). Faz-se necessário incorporar o debate feminista, já que se compreende que o capital não se sustenta sem o patriarcado e sem a divisão sexual do trabalho, a agroecologia necessita da economia feminista e de sua elaboração crítica. Para que as pessoas possam viver sem a imposição do mercado é preciso desnaturalizar as relações hierárquicas entre homens e mulheres.

No entanto, o androcentrismo da elaboração agroecológica como ciência impede a aceitação de rupturas ou acréscimos conceituais das elaborações feministas. Diferente do que se passou em outras áreas mais permeáveis e mais flexíveis como as ciências sociais, as novas propostas e novos aportes trazidos pela economia feminista não incidiram sobre o corpo central da análise agroecológica. Um exemplo disso foi a construção do Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado em outubro de 2017, em Brasília/DF. Na ocasião, as feministas tiveram de construir uma estratégia paralela ao núcleo central da

organização do congresso para que as mulheres fossem inseridas no centro do debate com suas contribuições.

Paradoxalmente ao que se passa no corpo central de análise, a agroecologia no Brasil é um campo em que encontramos um amplo leque de mulheres envolvidas: na prática milenar, advinda dos conhecimentos dos indígenas e camponeses; na assessoria técnica; nos movimentos e articulações da agroecologia e na academia. No entanto, entre as razões da não inclusão dos novos aportes, está o claro domínio, exclusivo e excludente, da análise da agroecologia continuar sob as rédeas masculinas. No CBA, caso citado no parágrafo anterior, o argumento utilizado para a não inclusão da análise feminista na história da agroecologia foi a inexistência de mulheres capazes de construir o histórico desse campo de conhecimento e até mesmo que os aportes feministas não são constitutivos da agroecologia.

Um segundo eixo da crítica feita ao corpo central de análise da agroecologia é a própria definição do que ela é. Uma visão de arcabouço técnico e troca da matriz produtiva que inaugura um novo sistema de produção de visão unilateral para um mercado ou para esfera produtiva, com uma nova proposta de mercado incluso, é ainda uma visão limitada e excludente, pois não incorpora o trabalho não monetário das mulheres e de outras experiências de batalhas dos movimentos sociais, como a luta pelo fim do patriarcado imbricado nas disputas dos territórios.

Se a atividade básica para a sustentação da vida humana e para reprodução de todas as espécies, inclusive a da humanidade, como o trabalho doméstico e do cuidado, está de fora do corpo central de análise, como a agroecologia pode se colocar como um sistema que busca assegurar a vida digna das pessoas? A verdade é que, parafraseado Carrasco (2009), a cegueira analítica decorrente desse enfoque androcêntrico e excludente não deixa que a figura masculina, para a autora, o *homo economicus*, seja vista como completamente dependente das mulheres em tudo que se refere às atividades do cuidado, sem as quais os homens sequer existiriam.

Ao não considerar a dimensão do cuidado, o corpo central de análise da agroecologia impede a construção de respostas às problemáticas suscitadas pelas experiências da economia feminista e pelo cotidiano das mulheres que fazem a agroecologia no Brasil.

Do ponto de vista da ecologia política apresentada por Silva Federici (2014), a agroecologia também deve aportar a ideias dos comuns<sup>23</sup> em seu arcabouço teórico, de forma a fugir da ideia de um estilo de preservação dos bens comuns alicerçado pelos organismos internacionais. No último período, a ONU, o Banco Mundial e demais instituições internacionais aprenderam a recuperar o comum como uma tendência funcional ao mercado e a serviço do capital.

Para não viver em um mundo sem acesso aos mares, às árvores, aos animais e nem aos semelhantes, a não ser por meio do nexos econômico, a agroecologia não deve perceber os comuns como no modelo revolucionário estatizador, muito menos como tentativa neoliberal de subordinar toda a vida à lógica do mercado. A agroecologia deve desafiar-se a construir sua proposta “de viver e produzir fora dos moldes capitalistas e de experiências reais do socialismo estatizador” (FEDERICI, 2014, p. 146).

Nesse sentido, Federici (2014) afirma que os comuns percorreram história da luta de classes e que a luta pelo comum segue cotidiana, o tempo todo no mundo. As mulheres e homens que constroem agroecologia na Chapada do Apodi/RN mantêm uma luta constante para preservar suas águas, as terras e a biodiversidade de seu território, por exemplo. As mulheres de Tibau/RN lutam para preservar suas zonas de pesca e mangues cobiçados pela pesca industrial e para não serem desapropriadas de suas terras por empresas eólicas, as chamadas energias limpas, propagadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS, da ONU. De um modo mais geral, a agroecologia tem elaborado e atuado de forma tímida nas lutas cotidianas das mulheres e homens do campo e das águas. Muitas vezes essas mulheres e homens estão dispersos e sem unificação na defesa dos comuns.

---

<sup>23</sup> A ideia de comuns defendida por Silvia Federici pode ser resumida em um dos trechos de seus inscitos: “A ideia de o comum e os comuns, nesse contexto, proporcionou uma alternativa lógica e histórica ao binômio Estado e propriedade privada, Estado e mercado, permitindo-nos rechaçar a ficção de que são âmbitos mutuamente excludentes e de que somente existiria escolha entre eles, em relação às nossas possibilidades políticas. Também cumpriu uma função ideológica, como conceito unificador prefigurativo da sociedade cooperativa que a esquerda radical luta para construir. No entanto, existem ambiguidades e diferenças significativas nas interpretações dadas a esse conceito, que precisa ser esclarecido se quisermos que o princípio do comum se traduza em um projeto político coerente (FEDERICI, 2014, p. 146).

O papel da agroecologia seria fundamental para que essas lutas fossem compreendidas em um todo e, assim, capazes de proporcionar uma base para um novo modelo de produção e de bem viver.

Ainda no sentido da exploração da natureza e dos comuns, Federici (2014) defende que é possível perceber o quão erroneamente as mulheres estão designadas como comum território de apropriação coletiva dos homens, como uma fonte de riqueza e serviços colocados à disposição da figura masculina. Logo, assim como os capitalistas se apropriam da natureza, os homens se apropriam do trabalho monetário e não monetário das mulheres. Essa compreensão é fundamental para a construção da agroecologia, pois, se há exploração dos homens sobre as mulheres em experiências agroecológicas, essas experiências são inconsistentes em seus princípios que alegam a busca do bem viver das pessoas e preservação dos ecossistemas. Não há comum possível baseado na reprodução do sofrimento dos outros. Como a agroecologia é possível sob a apropriação do trabalho das mulheres?

Por último e, em conexão com as demais críticas, entende-se que insistir na ideia de centrar as análises agroecológicas na unidade familiar sem perceber que no seu interior existem conflitos de interesses permeados pela divisão sexual do trabalho e por conflito de geração incorre no erro de simplificar e estereotipar a vida das mulheres rurais como, essencialmente, esposas e mães, nunca como sujeitos políticos da agroecologia. Essa simplificação fortalece a figura masculina como protagonista legítimo da unidade familiar e, por conseguinte, do fazer agroecológico desencadeando, assim, um conjunto de consequências que dificultam a superação da lacuna teórica metodológica ainda existente no campo de conhecimento da agroecologia.

Após o debate dos aportes conceituais, faz-se necessário o fazer ver as práticas das mulheres e do feminismo para a agroecologia nas dimensões de experiências concretas, construções teóricas e de movimento social.

### 3.7 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS, CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: PREENCHENDO A LACUNA DA AGROECOLOGIA

A seguir, explicita-se a crítica analítica à agroecologia em três dimensões: as práticas agroecológicas construídas pelas mulheres rurais são pouco reconhecidas; os aportes construídos pelas mulheres no campo do feminismo não são integrados na construção do saber agroecológico; e a organização social das mulheres precisa estar em constante disputa para incidir sobre o movimento da agroecologia.

Primeiramente, no que tange às práticas agroecológicas das mulheres rurais, é necessário tornar visível e valorizar sua contribuição econômica e social à agroecologia. Das contribuições práticas atribuídas às mulheres, pode-se citar a domesticação de espécies e a seleção de variedades e preservação da biodiversidade nos quintais. E isso traz o questionamento à assessoria técnica e saberes acadêmicos do RN, por exemplo, sobre o porquê de nas experiências de bancos de sementes, redes de troca e pesquisas sociais, as mulheres rurais quase nunca participarem.

Com atenção às experiências do Semiárido, podem-se citar três exemplos de aprendizados construídos pelas mulheres rurais que englobam o paradigma de convivência: o acesso à água, seja na captação de chuvas, seja no reuso; a produção de alimentos e a soberania alimentar nos aspectos da produção e na criação de animais e, por último, no tocante da saúde como ausência de doença.

Com seus conhecimentos, as mulheres rurais têm realizado tarefas fundamentais para o autoconsumo familiar e para a permanência das famílias no campo. O cultivo, seleção e preservação das sementes e das plantas nos quintais conservam espécies frutíferas resistentes ao clima, como cajaraneira, imbuzeiro, goiabeira, cajueiro e muitas outras. A criação de pequenos animais, como galinhas, bodes e ovelhas amplia a capacidade de alimentação familiar e permite uma alimentação enriquecida de proteínas. Dantas (2010) cita como exemplo a experiência de mulheres da Paraíba no polo da Borborema e sua prática de cultivar plantas frutíferas e a criação de animais “ao redor de casa”, as mulheres de Pernambuco, no Sertão do Pajeú, com questão da energia doméstica através do fogão agroecológico, as agroflorestas que revitalizam a caatinga, e os cultivos nos quintais. Com essas experiências, além de construir sua produção coletiva para fortalecer a auto-organização das mulheres e o princípio agroecológico, trabalha-se na perspectiva de preservação da flora, de



seus quintais e fortalece seu aprendizado secular no enriquecimento da alimentação da família e da biodiversidade.

Dantas (2010) afirma que as mulheres do Semiárido também acumulam saberes na manutenção de plantas nativas para preservação da saúde. Os conhecimentos transmitidos e socializados pelo saber popular constroem o que se chama de medicina alternativa: casca de romã é antibiótico para curar inflamação das diversas ordens; vargem de juá, casca da aroeira, do cajueiro e da quixabeira curam doenças uterinas; muçambê é regulador intestinal. Sejam nas experiências das mulheres do Sertão do Pajeú/PE ou na experiência coletiva da organização e produção das mulheres no Oeste do Rio Grande do Norte, é comum nas atividades de agroecologia as mulheres trocarem saberes medicinais advindos da vegetação nativa do Semiárido ou da plantação dos seus quintais.

Há também o exemplo do projeto “Água Viva” no RN, e como as experiências do Ceará, que demonstram a construção do saber das mulheres no reuso de águas cinzas. Assim, seja na garantia de alimentos saudáveis para a família através de seus quintais, seja na preservação da saúde através das plantas nativas e medicinais, ou até mesmo da captação de água de chuva e construção de uma política de reuso de água, as mulheres têm demonstrado que é possível conviver com o Semiárido, construir a soberania alimentar e a autonomia das mulheres, preservando a cultura alimentar, o jeito de plantar e a forma de viver em sociedade, sem coronelismo, sem patriarcado e sem imposição do mercado na alimentação.

A construção do saber nessas três esferas: alimentação, água e saúde são exemplos de conhecimento que as mulheres rurais aportam a partir de suas experiências para o campo de conhecimento agroecológico.

O segundo aporte crítico refere-se à elaboração e contribuição teórica para o marco conceitual e metodológico da agroecologia apoiado em Altieri (2009), Sevilla (1999) e Caporal (2004). A mais importante elaboração é sobre a superação da dicotomia entre produção e reprodução e o rompimento entre as fronteiras tradicionais de naturalização para todas as esferas da agroecologia. As fronteiras tradicionais de naturalização restringem o conhecimento agroecológico à mudança de matriz produtiva e tecnológica e não amplia o campo teórico da agroecologia para incorporar o trabalho doméstico e de

cuidados como parte fundamental dos processos de produção, reprodução da vida e, conseqüentemente, parte constitutiva da agroecologia. Incorporar o trabalho produtivo e reprodutivo como uma unidade constitutiva da agroecologia é completar a lacuna existente no termo de sustentabilidade considerada pelo campo teórico com a função de conciliar as atividades agrícolas e a manutenção das características ecológicas do ambiente, proporcionando meios de vidas dignas para as pessoas envolvidas.

Aqui se acrescenta considerar a produção e reprodução como uma unidade analítica e de prática social. Só assim a agroecologia amplia-se para considerar o marco da sustentabilidade da vida elaborada pela economia feminista. A sustentabilidade requer uma relação de harmonia entre humanidade e natureza e mulheres e homens, é o que diz Carrasco (2008). Sem a igualdade entre mulheres e homens, é impraticável falar de sustentabilidade.

Neste sentido, como defende Moreira (2017), centrar o objetivo da agroecologia na vida humana e na sustentabilidade da vida significa fazer visível, atribuir valor social e reconhecimento ao trabalho de cuidados; recuperar as experiências das mulheres, sem as quais não seriam possíveis nem a vida e nem a prática agroecológica e afirmar que não basta substituir a matriz tecnológica, os venenos e adubos químicos por insumos agroecológicos ou orgânicos para produzir alimentos livres de venenos com fibras saudáveis, mas que é preciso transformar o modelo, as relações entre mulheres e homens ressignificando as conexões entre campo e cidade para a construção de um bem viver.

A terceira contribuição crítica aqui elencada é no campo da organização social e construção do movimento de agroecologia no Brasil. As mulheres que fazem agroecologia também têm acumulado conhecimento na construção de um campo político sobre feminismo e agroecologia firmando a necessidade de espaços autônomos em que as mulheres possam compartilhar suas experiências, reelaborá-las, e encontrar formas de fortalecer sua autonomia.

O GT de gênero da ANA, fundado em 2004, traz consigo uma experiência de debates e reflexões sobre a construção da agroecologia com aportes feministas. Em sua gênese, apoiado e assessorado pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF), se constitui hoje como espaço aglutinador de auto-organização das mulheres que constroem agroecologia no Brasil. Além de atuar para dentro das ONG's, construiu interlocuções externas, fortaleceu a

presença de agricultoras em espaços políticos como a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres.

A partir de 2004, Nobre (2014) afirma que o GT de gênero da ANA avançou nas inter-relações entre feminismo e agroecologia e se construiu com uma dupla estratégia: o funcionamento de um GT Gênero como um espaço de debater e construir a atuação das mulheres na ANA, focado em temáticas definidas pela própria organização como práticas de construção do conhecimento, formas de financiamento, segurança alimentar, manejo da biodiversidade; e, ao mesmo tempo, consolidando-se como sujeito político capaz de construir incidência nas políticas públicas de agroecologia para as mulheres e de manter articulações políticas com campos do movimento feminista, como a rede economia e feminismo, MMM, GT de mulheres do MST, Marcha das Margaridas, MMC, entre outros movimentos feministas.

A dupla estratégia de atuação com o grupo de mulheres para interferir nos rumos e temas da ANA e de interagir com outras articulações mais extensas que a própria ANA, decorre do propósito de valorizar as iniciativas realizadas pelas mulheres e, para isto, ampliar a noção do que são práticas agroecológicas estendendo seu raio de atuação e articulação política. Esta dupla estratégia permite as mulheres possam “realizar outras coisas. No dizer de uma agricultora participante do GT Gênero, permitir às mulheres sair dos quintais” (NOBRE, 2014, p.9), o que permite que as mulheres construam uma visão do que seja agroecologia, em contraposição a uma visão produtivista do conceito.

O caminho coletivo traçado pelo GT de mulheres da ANA com o sujeito feminista ao qual se articula, recusa uma visão cientificista e tecnicista, ainda muito presente no mundo acadêmico e na prática cotidiana de parte das organizações que resumem a agroecologia à transição do modelo de produção. Para as mulheres articuladas no movimento de agroecologia no Brasil, o feminismo e a agroecologia fazem parte da construção de um mesmo projeto de transformação da sociedade que garanta a soberania dos povos sobre seus territórios e promova a produção e o consumo para o bem viver.

A separação em três dimensões de contribuição do feminismo para a agroecologia é para mero entendimento e não segue uma hierarquia entre elas. A construção do conhecimento e o aporte teórico são forjados na construção dos

movimentos, assim como o saber prático das mulheres rurais é potencializado pela imbricação existente entre as demais contribuições.

Nesse sentido, pode-se chegar ao entendimento de que a construção da agroecologia feita pelas mulheres nasce da experiência das mulheres rurais e da auto-organização e torna-se, a partir da prática agroecológica, uma experiência feminista de auto-organização em um movimento espiral e dialético. Quando isso não acontece e as mulheres não constroem sua autonomia, a prática da agroecologia torna-se mais distante pelo poder dos homens sobre o domínio da produção. Um exemplo balizador do poder masculino, dado pelas próprias mulheres, é de quando em sua plantação agroecológica os homens ameaçam colocar veneno nas plantas enquanto elas forem para as reuniões e formações feministas. Nesse exemplo, ocorre a clara unificação do patriarcado com o modelo de produção agrícola convencional para derrotar a agroecologia.

Desse modo, entende-se que o processo do corpo conceitual e metodológico da agroecologia deve construir flexibilidade para buscar outros aportes além dos estudos camponês/indígenas, da junção entre as áreas da agronomia/ecologia e da vertente sociologia. A economia feminista e a ecologia política e feminista têm aportes significativos que contribuem para uma construção prática teórica desse campo de produção científica e atuação política, já que em qualquer estudo ou práticas políticas envolvendo a agroecologia as mulheres estão presentes.

A teoria e prática social que conseguem compreender as mulheres como sujeito histórico é o feminismo, mesmo quando a mulher está considerada como membro da família, mãe e esposa, é a economia feminista que tem ferramenta teórica metodológica mais apropriada para compreender e atuar nessa realidade social.

Por fim, se majoritariamente são as mulheres que praticam a agroecologia no Brasil e esse campo é aglutinador da auto-organização das mulheres e da construção do feminismo tendo o GT de mulheres da ANA como sujeito político condutor através das suas articulações políticas feministas, e se os aportes teóricos metodológicos do feminismo são fundamentais para uma visão ampla da construção da agroecologia, logo, é correto afirmar que sem feminismo não há agroecologia.

O debate sobre agroecologia e feminismo segue no capítulo seguinte, agora a partir da condução do sujeito político feminista no campo. O capítulo quatro é sobre a agenda do movimento de mulheres rurais, e ao mesmo tempo como se articula com os demais movimentos de mulheres como a MMM e o GT de Mulheres da ANA. Antes, analisa a relação do sujeito político feminista do campo com o Estado para elaboração das políticas públicas, especificamente o ATER Mulheres. Para isso, apresenta o histórico da política de assistência técnica e extensão e como as mulheres foram incorporadas ao longo de sua implementação.





## **4 O FEMINISMO EM CAMPO: UMA LEITURA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE AGENDA DAS MULHERES RURAIS**

Para conhecer os movimentos sociais de mulheres rurais e suas pautas de reivindicação de políticas públicas, este capítulo se propõe a seguir os movimentos que, ao longo da história do Brasil, fizeram suas pautas de reivindicação tornarem-se agendas governamentais. Movimentos como a Marcha das Margaridas e as mulheres da Via Campesina são exemplos de organizações que juntas pressionaram o estado para a construção de políticas para as mulheres rurais. O capítulo encerra com a apresentação da contribuição da Marcha Mundial das Mulheres na proposição e elaboração de políticas públicas para mulheres rurais, considerando-o também como movimento constitutivo das pautas do campo.

Além disso, apresenta uma leitura de como os movimentos feministas pautaram o estado desde a abertura política, passando pelos anos 1990 e demonstrando como, ao longo do período, os movimentos de mulheres se constituíram como sujeito político em aliança com os demais movimentos sociais. Ao mesmo tempo, se discute como o estado possui dificuldades em absorver as demandas pautadas pelas mulheres em uma relação hierárquica de poder entre homens e mulheres. O capítulo apresenta ainda com a pauta das mulheres rurais para o ATER Mulheres e apresenta quais os sujeitos coletivos que contribuíram para essa pauta no Brasil.

### **4.1 MULHER SUJEITO POLÍTICO E A PAUTA PARA O ESTADO BRASILEIRO**

Em acordo com a abordagem da consubstancialidade das relações sociais de sexo, ao analisar o sujeito feminista não se pode correr o risco da fragmentação das práticas sociais, como nos diz Kergoat (2010).

Butto (2017), ao estudar o sujeito político na teoria feminista, afirma que a construção do sujeito resulta de experiências distintas, múltiplas, complexas e contraditórias, assim, ao analisá-lo se deve percebê-lo considerando as diversas relações estabelecidas na sociedade. É o que a autora chama de “noção de



multiposicionalidade”, isso significa considerar as variáveis sobrepostas num mesmo plano (BUTTO, 2017, p. 56). De acordo com a referida autora,

[...] há na literatura da teoria feminista uma ênfase nas reflexões sobre a identidade individual e coletiva para pensar o sujeito no feminismo que parte de um claro esforço para pensar a reconstrução do sujeito, tendo por referência a capacidade de ação humana e o resgate de uma perspectiva universalizadora do coletivo mulher na busca da transformação das relações de desiguais de gênero. Afirma-se que há distintas possibilidades de construção do sujeito em função da diversidade entre as mulheres a partir de suas intersecções com outras relações sociais e da contingência decorrente dos distintos contextos sociais (BUTTO, 2017, p. 58).

Com a afirmação da autora de que existem distintas possibilidades de construção de sujeito, a pesquisa se propõe a reconstruir as agendas de sujeitos feministas no meio rural, especificamente da Marcha das Margaridas e as mulheres da Via Campesina, como forma de chegar à pauta de políticas públicas para o estado brasileiro. Para isso faz-se um resgate nessas pautas no seio do movimento feminista.

Farah (2004) afirma que, a partir dos anos 1970, podem ser identificados dois períodos importantes para a atuação das mulheres como sujeitos políticos: o primeiro, denominado momento de democratização, no qual predominava a reivindicação por ampliação da participação nos espaços decisórios e, num segundo, a ampliação das políticas para entrada de novos seguimentos como agente da política pública. A proposta dos movimentos sociais urbanos defendia uma descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e implantação das políticas públicas. Na construção da agenda dos movimentos, pode-se identificar duas preocupações recorrentes, “implementar mudanças não apenas no regime político, mas também no nível da ação do Estado” (FARAH, 2004, p. 50).

No segundo momento, como parte da reivindicação de novos segmentos como agentes da política pública, a participação das mulheres deu-se a partir dos movimentos sociais com pautas que diziam respeito à classe de trabalhadoras e trabalhadores urbanos, as reivindicações eram por melhores salários, elevação do nível de vida e questões relativas à infraestrutura. As mulheres organizadas aliaram ao tema da desigualdade, pautas específicas. Nas palavras de Farah (2004, p. 51):

Os movimentos sociais urbanos organizavam-se em torno de questões como falta de água e de saneamento nas periferias urbanas e de reivindicações por equipamentos coletivos como escolas, creches e postos de saúde. Ao mesmo tempo em que denunciavam as desigualdades de classe, os movimentos de mulheres – ou as mulheres nos movimentos – passaram a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher.

De acordo com a autora, as mulheres foram parte de toda a agenda dos movimentos sociais durante a abertura política. Sua atuação com pauta própria foi forjada durante a militância nos movimentos sociais. A pauta desse período, ainda atual nos dias de hoje reflete a necessidade do Estado ser reestruturado para tornar-se capaz de elaborar e promover políticas públicas que incidam nas relações sociais de sexo. Reivindicações por creches públicas e as propostas relativas ao planejamento familiar estão presentes nas bandeiras daquele período e ainda permanecem na atualidade.

Além disso, é importante reafirmar o que a autora analisa em seus estudos sobre “a maneira como as reivindicações políticas específicas de gênero serão incorporadas às novas instituições políticas e planos públicos do novo regime” (FARAH, 2004, p. 317). Muitas vezes, a pauta é transformada em política que instrumentaliza as mulheres e reforça seu papel tradicional de mãe.

Percebe-se que essa preocupação é pertinente na medida em que o Estado institucionaliza programas que reforçam a funcionalidade das relações de poder entre homens e mulheres. Como exemplo, citam-se os programas Mães pela Paz e Mães Cuidadoras<sup>24</sup>.

Para evitar que as reivindicações das mulheres sejam absorvidas pelo Estado sem considerar as relações de poder entre homens e mulheres, é necessária uma disputa cotidiana dentro e fora do Estado. Segundo Alvarez

---

<sup>24</sup> *Mães cuidadoras* é uma categoria implementada dentro do programa de Atendimento Domiciliar realizado em alguns hospitais universitários, como é o caso do Hospital das Clínicas da UFMG. O Programa foi implantado no setor da Pediatria no ano de 2001, inicialmente sob a forma de terceiro ano de residência em pediatria, estando, desde então, ligado ao setor. A literatura médica enfatiza o Home Care, modalidade de atendimento na qual os recursos do hospital são levados pra casa, para que o paciente possa receber o tratamento junto de sua família e na totalidade dos casos os cuidados são destinados às mães; *Mulheres pela paz* é um programa desenvolvido pelo Ministério da Justiça. Mesmo tendo o objetivo de promover as mulheres como agentes, no entanto, as colocam como responsáveis por promover a paz nas comunidades consideradas conflituosas nas grandes cidades. Ou seja, instrumentaliza as mulheres para resolver um problema que é de responsabilidade do Estado.

(2004), as mulheres, até o presente momento histórico, não participaram de forma hegemônica nos espaços de decisão estatal. Essa afirmação pode ser reforçada com o que diz Delgado (2007), quando afirma que as relações sociais de sexo compõem a estrutura de poder ideológico existente na sociedade e coexiste as demais estruturas, como relações de classe e raça-etnia. Essas estruturas, em última instância, orientam as instituições estatais e fundamentam seu poder. “No entanto, tal articulação não é estática e responde aos embates sociais e políticos em jogo na sociedade” (DELGADO, 2007, p. 52).

Se as relações sociais determinam a estrutura ideológica que direcionam as ações estatais, logo se pode deduzir que as ações estatais são determinadas pelas correlações de força que existem na sociedade, no caso das mulheres, as relações sociais de sexo. Como a própria autora afirma, tais relações não são estáticas e dependem das lutas sociais em determinado contexto histórico.

No início dos anos de 1990, no começo do neoliberalismo na América Latina, a pauta apresentada ao poder público exigia uma resposta considerando as novas demandas e os novos temas, fruto da crítica da relação de poder estabelecida entre homens e mulheres, ou do questionamento da desigualdade, entre mulheres e homens. Essa pauta inicial e, ao mesmo tempo, inovadora, provocaria o repensar institucional do Estado. Sua suposta “neutralidade”, como propositor, articulador e responsável pelos interesses públicos, vai sendo desvelada e substituída por um olhar crítico sobre essa desigualdade específica, nesse caso, vivenciada pelas mulheres.

Para Delgado (2007) a cobrança em forma de exigência organizada pelas mulheres, como sujeito político, para que o poder público atue buscando incidir sobre as relações sociais de sexo, passa a basear-se na demanda concreta pela alteração das relações de poder e pelo acesso aos direitos em suas dimensões, social e política.

No interior do movimento feminista, no início dos anos 1990, ampliava-se a hegemonia do discurso de ação nos espaços institucionais. Predominava a ideia de fazer o possível, sem pretender realizar mudanças estruturais. A partir desse posicionamento, a maioria do movimento priorizou como agenda a participação no ciclo de conferências da Organização das Nações Unidas, iniciada com a ECO 92 no Rio de Janeiro. Em 1995, com a realização da IV Conferência da Mulher em Pequim, ocorreu um envolvimento intenso de grande

parte do movimento feminista. Como resultado, o evento teve impacto em amplos setores da sociedade, sendo no movimento feminista ou em outros setores não feministas. O evento tornou-se uma referência para a academia, movimentos sociais e governos. De acordo com Faria (2005, p. 19-20),

A IV Conferência da Mulher impactou o movimento feminista em dois aspectos importantes: na dinâmica política e nos processos organizativos: [...] do ponto de vista da dinâmica do movimento, na segunda metade dos anos 1990, as ações foram direcionadas para consolidar os chamados avanços das conferências por meio dos processos de lobby, monitoramento e consultorias, em particular das ONGs. [...] Do ponto de vista organizativo, nesse período acirrou-se um problema anterior do movimento de mulheres, cuja fragmentação e a inexistência de espaços consolidados de democracia interna permitiram a uma ONG ou a uma “feminista histórica” assumir a legitimidade para falar em nome do movimento ou até das mulheres em geral, colocando-se, portanto como intermediária do movimento em relação ao Estado e às organizações multilaterais.

A dinâmica pós-conferências foi marcada por um discurso triunfalista do setor do feminismo que considerava um grande êxito os temas das mulheres estarem inscritos nessas plataformas. A agenda, para esse setor, giraria em torno do monitoramento das recomendações da Conferência, a partir da implementação de políticas públicas. No entanto, tratavam-se apenas de políticas focais, sem questionar o caráter do Estado nos marcos do neoliberalismo.

Já do ponto de vista organizativo, ampliou o poder das ONGs e das chamadas feministas históricas. Cada vez mais, o movimento distanciava-se de uma política democrática e ampliava a legitimidade desses setores nas relações institucionais com a ONU, com os poderes legislativos e executivos dos países integrantes.

Ainda nesse contexto dos anos 1990, o movimento latino-americano foi hegemonizado por um setor do feminismo que inicialmente não conseguia fazer uma crítica incisiva ao processo de globalização neoliberal. O processo de globalização era avaliado como irreversível e percebido a partir de suas implicações para a vida das mulheres. A argumentação baseava-se na ideia de que Estados nacionais haviam perdido seu poder de definir políticas.

Analisa-se a globalização a partir dos impactos causados e não do questionamento de sua lógica neoliberal e agudização da desigualdade ou da busca de sua superação. Isso fazia com que os olhares para o processo fossem

direcionados a partir dos aspectos positivos e negativos, e não a partir da construção das estratégias para transformações gerais. Houve o “deslocamento de um debate mais geral sobre as mudanças, até mesmo no plano ideológico, para um debate no campo apenas da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas” (FARIA, 2005, p. 17).

Segundo a autora, com a ofensiva neoliberal, quem passou a definir a vida das mulheres foi o mercado. Nesse período, existia um consenso político de parte da sociedade civil organizada de que a ordem social exigia a construção de parcerias e não mais de transformações gerais ou contestações de rua.

No Brasil, durante toda a década de 1990, houve um esvaziamento das manifestações públicas, um exemplo são as manifestações ocorridas no dia 8 de março. Sua realização tornou-se um fardo para parte do setor do movimento feminista que vivenciava a dificuldade de articular ações de rua pelo fato de se voltarem a uma agenda de monitoramento de políticas e diálogo com as instituições.

Nesse período, o movimento feminista, hegemonicamente, acompanhava a tendência do movimento em nível internacional. Transformou-se em especialista em monitoramento de políticas públicas, sem questionar se tais políticas eram universalizantes ou se constituíam apenas políticas focais. Promoveram, assim, um debate cujo epicentro era a implementação de políticas compensatórias, sem a preocupação em discutir estratégia de como construir transformações do atual modelo de desenvolvimento, capaz de transformar a esfera produtiva e reprodutiva.

Em 2000, inicia-se uma nova agenda do movimento feminista frente ao Estado. A construção da Marcha Mundial das Mulheres<sup>25</sup> (MMM) coloca-se na contramão da agenda de Conferências da ONU e rompe com a dinâmica do movimento feminista imposta por essas conferências.

A construção da MMM Brasil em 2000 foi o marco da retomada das ações de rua do movimento feminista, com crítica ao atual modelo capitalista e androcêntrico. Em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, aconteceu a primeira edição da Marcha das Margaridas, realizada pelas mulheres da Confederação

---

<sup>25</sup> É importante mencionar a referência da construção da MMM, já que é o movimento citado por todas as entrevistadas e considerado o movimento responsável pela mobilização social das mulheres na região Oeste.

Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, com mais de 20 mil mulheres nas ruas de Brasília questionando o modelo de desenvolvimento em curso no país. Essa é a maior manifestação nacional de rua, organizada pelas mulheres, registrada pela história do Brasil, até então.

#### 4.2 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: UM BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL

O capítulo trata da história da política de ATER no Brasil. O propósito é fazer um apanhado histórico da política, utilizando referências, leituras de documentos oficiais e dados para demonstrar como as mulheres agricultoras foram incorporadas na política de ATER ao longo de sua história, desde a chamada extensão rural no Brasil até a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Antes, o capítulo faz um apanhado histórico do que seria a Extensão rural no Brasil e seu papel da política assumido durante o período da chamada modernização conservadora da agricultura brasileira, incluindo uma análise crítica do processo que, em última instância, distanciou a extensão rural do conhecimento de mulheres e homens do campo. Finalmente, apresenta-se as estratégias adotadas para incorporação da perspectiva de gênero na PNATER.

Em 2003, com o novo governo na esfera federal, muda a institucionalidade. O MDA assume a tarefa política de reconstruir a Extensão Rural com mudanças significativas em relação ao que se implementava anteriormente. É lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) nessa nova perspectiva. Com isso, correram significativos avanços na reorientação das políticas públicas com reconhecimento das desigualdades sociais e de gênero e o fortalecimento da atuação do Estado. A estruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a institucionalidade da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas, a elaboração do conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural e a ampliação da participação e gestão social são frutos dessa reorientação política.

De acordo com a pesquisa de Dantas (2013), em 2010, a Lei nº 12.188 muda a metodologia com a Política Nacional de ATER e o ATER Mulheres passa a ser gerido pela referida lei, em conformidade com o artigo II, parágrafo V,

devendo existir a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”. De acordo com a DPMR, os números demonstram um crescimento de acesso das mulheres à política de ATER, tendo uma redução no último triênio. Em 2004/2006, houve um acesso de 20.072 mulheres. No período de 2007/2010, esse número ampliou para 32.273 mulheres. Já no triênio de 2011/2014, em função da regulamentação e adequação da lei, ocorreram dificuldades de acesso já que a aprovação da política dependia do Congresso Nacional e de uma reorientação. Com isso, aconteceu uma redução para 6.960 mulheres beneficiadas.

Em 2013, na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidária, a primeira conferência brasileira com a instituição da paridade entre homens e mulheres, foram aprovadas 100 propostas, sendo 36 relacionadas às demandas das mulheres, entre estas 50% de mulheres atendidas como público beneficiário da ATER.

Segundo Dantas (2013), ao mesmo tempo em que se estruturavam as políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil estas passavam a ser consideradas na elaboração e execução de tais política, existia uma dinâmica organizativa no Rio Grande do Norte que propiciava o acesso das mulheres rurais do estado às políticas públicas para as mulheres rurais institucionalizadas no país no último período.

Considerando o processo histórico, o significado de extensão rural tem sido objeto de debate teórico-político desde o século XIX, no ocidente, a partir de que se consolidou a noção de extensão rural como sinônimo de produtividade pela transferência de conteúdo com uso intensivo de tecnologia. No início do século XX, ocorreram, pelo menos, dois importantes deslocamentos teórico-políticos em relação ao tema.

A história da extensão rural é a história da reprodução das relações de poder entre homens e mulheres no campo? Para responder a essa indagação é necessário dialogar com o processo de construção e percepção crítica de Extensão Rural através dos anos e fazer uma análise crítica de sua ação política.

Quando se estuda a história da humanidade, observa-se que a transferência de informações e de novas tecnologias ocorreu desde o período neolítico, quando se começa a fabricar utensílios e a prática da agricultura, como lembram Leeuwis e Van den Ban (2014). Com a chamada revolução agrícola



neolítica surgem as técnicas de cultivos e preparo de utensílios necessários para o trabalho da terra. De acordo com Caporal (1998), em migrações para formação de novos aldeamentos, se dava a troca de informações sobre o desenvolvimento das relações com a natureza e o uso dos materiais de trabalho. Na revolução agrícola neolítica eram as mulheres que colhiam os frutos e as raízes, e que observavam que, ao cair sobre o solo, as sementes brotavam novamente dando origem a novas plantas, assim, a agricultura foi uma descoberta das mulheres. Desde então além de caçar, pescar e coletar, os seres humanos passaram a plantar e colher.

Leeuwis e Van den Ban (2004) também falam da probabilidade de ter existido, em determinado momento da história da humanidade, pessoas que exerceram a função de “conselheiros” e de “veículos intercâmbio de informação” na agricultura. Outros autores, como Swanson e Claar (1987), mencionam que, já no Renascimento, devido à preocupação de implementação de conhecimentos científicos nas atividades, surgiu um serviço chamado de “extensão”. Ambos autores citados não conseguem confirmar se esses chamados conselheiros ou conselheiras eram as mulheres que descobriram a técnica de plantar.

No período Neolítico, as mulheres descobriram a agricultura a partir de seus aprendizados com as sementes e as raízes, os possíveis conselheiros ou conselheiras registrados na história como as primeiras práticas de extensão rural muito provavelmente seriam aquelas mulheres que aprenderam a domar a partir da observação o nascimento das plantas. No entanto, assim como nas demais profissões, quando passa a formalização do mercado e do Estado, as mulheres perdem o domínio sobre o seu saber adquirido e o “novo” saber e “nova” profissão passam para o domínio dos homens. Com a extensão rural não foi diferente. Quando se institucionalizou e o Estado passou a ofertar os serviços ao setor rural, as mulheres passaram a exercer outro papel ditado pela divisão sexual do trabalho, no qual cabe às mulheres o trabalho do cuidado.

Para Caporal (1998) há controvérsias sobre o nascimento do serviço “moderno” de educação e extensão agrícola, mas é sabido que já na idade neolítica existia troca de saberes e orientações para a agricultura. O primeiro serviço deste ocorreu em meados do século XIX<sup>1</sup>. A partir de 1785 se estabeleciam incentivos para a melhoria da agricultura. De acordo com o

autor, em 1792, a Sociedade Massachusetts realizava reuniões para a promoção da agricultura.

No Brasil, o primeiro serviço público estatal com um modelo específico de extensão rural que tinha em suas diretrizes o desenvolvimento da agricultura e meio rural foi registrado em 1893, no Japão, quando, depois da Segunda Guerra, os americanos impuseram uma reforma agrária e uma agricultura no Japão. O modelo sustentava-se por meio da unidade familiar. Desde então, nos países desenvolvidos, a unidade familiar tem grande importância nas economias daqueles países. Como afirma Abramovay (1992), essa importância das unidades familiares na economia na rural obrigou apoio estatal nos diversos países e, segundo o autor, o mesmo não pode ser dito no caso brasileiro.

É nesse momento da institucionalização ou estatização da extensão rural que as mulheres deixam de ser consideradas “conselheiras” e passam a ser extensionistas. E assim como nas demais profissões, o mercado e o estado não absorvem com valor social os aprendizados das mulheres. Quando se fala de fazer e consertar ou mesmo embelezar peças com bordados nas roupas da família, logo vem à cabeça as mulheres, esposas e bordadeiras; quando se fala em almoço e jantar da família, lembra-se da comida de tempero caseiro da mãe, da vovó e da esposa. No entanto, quando se fala em cozinhas especializadas e de pratos sofisticados ou mesmo de grandes estilistas de modas, rapidamente aparece a figura masculina famosa no mercado da moda ou da culinária. Os aprendizados que originaram tais conhecimentos já se perderam na história da aclimação de capital e na apropriação do saber, o que ocorre também com a extensão rural clássica.

O apoio à produção e às famílias do meio rural aparece, no Brasil, no início do século XX, no entanto, não ainda como uma política estatal e sim como resultado de pesquisas universitárias e projetos pontuais de elaboração do conhecimento.

#### 4.3 A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E O PAPEL DO ESTADO

De acordo com Caporal (2004), o termo Extensão Rural adveio a partir de 1952, quando a extensão rural teria o papel tradicional de difundir tecnologias preconcebidas. A expressão extensão rural compreende, segundo o autor,

ampla gama de atividades de natureza agronômica e social que deveriam ser realizadas pelos serviços públicos. Mesmo considerando que a extensão rural no Brasil é anterior à sua institucionalização como política estatal, foi a partir dos anos 1950 que o país assumiu para si a tarefa de “educar o homem do campo para tirá-lo do atraso” (sic). Esse período coincide, segundo o autor,

[...] quando se consolida produção de bens de capital no Brasil, a extensão rural passa a se implantar no país assumindo para si a tarefa de educar o homem do campo para tirá-lo do atraso. Era iniciado na época o processo de industrialização da agricultura e não podia o desenvolvimento deste setor prescindir de políticas e instrumentos capazes de assegurar o consumo crescente de bens industriais orientados para a produção agrícola. Era preciso que o Estado (e, na época, com recursos externos) atuasse no sentido do modelo urbano industrial em andamento, devendo assegurar a educação (“direito de todos”) para o homem rural, a fim de que este passasse a aceitar as mudanças que o modelo impunha. Desde então o extensionismo tenta se adaptar ao grande revolucionamento das forças produtivas e relações de produção inerentes ao modo de produção predominante e motriz do modelo de desenvolvimento (CAPORAL, 2004, p. 6).

Assim, a extensão rural seria a responsável de “levar” a educação e a informação capazes de facilitar o ingresso dos agricultores aos processos e às tecnologias capazes de promover a modernização da atividade agrícola. Com isso, era tarefa da extensão rural ajudar na transição de uma sociedade “atrasada” para uma sociedade “moderna”.

A partir dessa concepção, a extensão rural como política pública, o crédito subsidiado soma-se como incremento à chamada industrialização do campo e passa a ser fator fundamental na transferência de tecnologia. Nesse período, as universidades já haviam incorporado uma disciplina dos cursos de ciências agrárias a partir do padrão já criado por Everett Rogers e agora sistematizado por seus seguidores. Segundo Caporal e Fialho (1989), criou-se um modo eficaz de formar profissionais acríticos ao modelo estabelecido que tinham como tarefa profissional “levar” o conhecimento tecnológico para o campo e introduzir as ideias de modernidade nas atividades agrícolas.

Na discussão do conceito de desenvolvimento e suas inflexões durante o período histórico, percebe-se que o papel da extensão se modifica de acordo com o modelo de desenvolvimento hegemônico. No Brasil, ocorreram pelo menos duas grandes mudanças sobre a concepção de Extensão Rural – ER ou de ATER: a primeira foi durante a chamada modernização conservadora da

agricultura nos anos 1950, período da industrialização no Brasil, e a segunda foi em 2010, com a Lei de ATER, n. 12.188. Anterior a isso é mencionada a instituição de experiências pontuais como por exemplo, a experiência da Associação de Crédito e Assistência Rural, ACAR, que, em 1949, no contexto do início da Guerra Fria, com influência significativa do modelo de extensão rural dos Estados Unidos, se espalha em todo território brasileiro. No entanto, para fins deste trabalho, serão analisadas as mudanças dos dois períodos citados anteriormente.

No período correspondente ao processo da ACAR, a predominância da ER seria a “superação do atraso”. No Brasil, linha central inicial do enfoque da ER no Brasil, foi evoluçionando-se nos períodos. Entre 1948 a 1960 a ER tinha como principal tarefa expandir/transmitir conhecimento para influenciar as famílias a se transformarem com ideias advindas das modernidades. Nesse período já se presenciava o estímulo de consumo de fertilizantes.

Nesse período, as mulheres não eram reconhecidas como agricultoras e, conseqüentemente, não eram passíveis de políticas públicas, mesmo que pontualmente. Por outra esfera, nesse período, a equipe de extensão rural era sempre composta/s por um homem e uma mulher com tarefas bem definidas na execução: ao homem as atividades de transferências de conteúdo agrícola aprendidas das ciências agrárias das universidades. À técnica mulher, destinava-se a realização de atividades de higiene pessoal e saúde das famílias rurais.

#### 4.4 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA E A EXTENSÃO RURAL: ONDE ESTÃO AS MULHERES?

A partir da década de 1950, o desenvolvimento rural tem estado no centro do debate. Seja nos espaços acadêmicos, políticos e governamentais, é presente a discussão do significado do conceito de desenvolvimento. Ao tratar desse assunto, Navarro considera “o desenvolvimento rural [...] um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais, igualmente inspirando um crescente conjunto de debates teóricos” (NAVARRO, 2001, p. 84).

Desde os anos 1950 a modernização da agricultura se concentra em quatro abordagens: formação do complexo agroindustrial impulsionado pelo Estado brasileiro; aumento de produtividade e eficiência das pequenas propriedades; valorização dos processos da participação e estratégias sustentáveis de vivência no campo. A maioria das abordagens busca teorizar como tornar o rural mais eficiente e com maior capacidade de inserir ou construir resistência aos mercados.

Com a chamada "revolução verde", se impôs um padrão tecnológico, o qual rompeu com o passado por agregar as famílias rurais a novas formas de produtividade, mercantilizando, pouco a pouco, a vida social. Esse fato quebra a relativa autonomia do setor rural.

A partir dessa realidade, fala-se do processo de modernização agrícola iniciado na década de 1950, que buscou aumentar a produtividade no meio rural através do desenvolvimento de pesquisas, fertilização do solo, utilizando fertilizantes quimicamente fabricados com o uso de máquinas no campo. Esse modelo ampliou a produtividade sem a necessidade de alterar a estrutura agrária. O processo assemelha-se ao conceito de modernização conservadora. A respeito dessa modernização, Rodrigues (2010, p. 56) relata que

Por modernização conservadora entendemos o processo pelo qual se deu a modernização da economia e sociedade brasileira, nomeadamente a modernização da agricultura. Trata-se de um processo através do qual se moderniza a base da economia sem alterar a estrutura social, uma vez que não são feitas reformas sociais necessárias.

Essa modernização teve como resultado a permanência da questão fundiária no país e ampliou a concentração de terra no campo brasileiro, intensificando a concentração de renda. Ainda sobre esse período de modernização no meio rural, convém observar a citação de Navarro (2001, p. 84):

Esse período, que coincide com a impressionante expansão capitalista dos "anos dourados" (1950-1975), é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re)nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos.

Pode-se considerar a modernização inaugurada na agricultura brasileira, quando se refere à parte constitutiva do modelo de desenvolvimento em curso no país, que previa um conjunto de transformações na esfera econômica, nas relações de trabalho, nos campos tecnológicos e nas estruturas sociais. Nesse sentido, o período de 1950 a 1980 foi marcado por uma profunda transformação nas bases técnicas na agricultura brasileira.

Segundo Kageyama (1996), essa modernização pode ser vista em três dimensões: primeiro é a utilização de fertilizantes e defensivos quimicamente desenvolvidos e modificação da relação de trabalho; a segunda é a mecanização da agricultura desde o plantio à colheita; a terceira é a internacionalização da agricultura, tanto com compras de máquinas e fertilizantes como a especulação financeira em nível internacional, quando há a compra e venda da produção que passa a ser realizada pelos mercados financeiros, bolsas de valores.

A extensão rural é considerada um instrumento para viabilizar essa modernização conservadora ou “revolução verde” no campo. Marcelo Miná Dias afirma que há uma perplexidade, naquilo que se refere ao papel da extensão rural e do próprio extensionista. Quando apareceu a figura do extensionista como “promotor” do desenvolvimento, o seu papel era claramente definido: “era um agente público, formado em ciências agrárias, incumbido de difundir informações, conhecimentos e tecnologias para modernizar, em nome do progresso, sistemas arcaicos de produção agropecuária” (DIAS, 2007).

A ER tinha, portanto, que cumprir a necessidade de aumentar a renda e a produtividade das famílias agricultoras e para isso deveria introduzir ou difundir as melhores técnicas com os melhores métodos. Nesse sentido, foi exigido da ER maiores resultados nos aspectos da produtividade. É nesse período que o foco da ER passou a ser a modernização técnica da produção, o qual Caporal (1998) chamou de era produtivista.

A política de ER ou ATER no Brasil acompanhou o processo percorrido pela construção da noção de desenvolvimento da sociedade com um caminho a partir dos avanços tecnológicos e aumento da produtividade. A predominância de uma discussão economicista para debater a Extensão Rural dificultou uma ação voltada para um desenvolvimento no meio rural que considerasse as esferas da produção e da reprodução e, conseqüentemente, que percebesse as mulheres como agente de políticas públicas.

A modernização no campo tem reduzido o papel social das mulheres nas comunidades. Woortmann (1991), em seus estudos, afirma que, nos anos 1960, concluem-se as mudanças que impactaram negativamente as comunidades. As mulheres, em particular, tiveram suas vidas transformadas, já que são elas as responsáveis pela agricultura (espaço terra). Sobre essas, a autora diz que

Começa a se configurar uma alteração na relação de gênero, coincidente com a modificação das relações de subsistência do grupo doméstico. A mulher se torna cada vez mais dependente do marido, seja do peixe que ele traz para casa, como alimento, seja do dinheiro auferido pela comercialização do pescado. Agora, é com esse dinheiro que serão comprados o feijão, a farinha, o milho, e outros alimentos antes produzidos pela mulher (WOORTMANN, 1991, p.12).

As relações sociais de sexo alteram-se com as transformações estruturais. No caso das comunidades rurais e pesqueiras, as mudanças no modelo de desenvolvimento, saindo de relações familiares e comunitárias da agricultura para uma modernização agrícola, pautada na incursão de tecnologias e produtividade, têm um efeito danoso na autonomia das mulheres. A lavoura e o quintal, que antes tinham um papel fundamental na soberania e segurança alimentar da família, deixam de existir com a especulação das terras. E quanto mais reduz o papel social da mulher, maior as possibilidades de essas reduzirem sua autonomia no interior da família e fora dela.

A divisão sexual do trabalho esteve presente na atuação da extensão rural desde sua criação, com forte separação entre espaços e atividades dirigidas às mulheres e aos homens. Por décadas as mulheres não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais ou agricultoras, sendo compreendidas apenas por seu lugar na família como cuidadoras.

Segundo Silipandri (1999, p. 11), “a visão da extensão rural baseado em um tipo de “desenvolvimento” é, muitas vezes, pensada a partir de uma ótica produtivista e especificamente, da produção agrícola”. Nesse caso, em uma realidade de divisão sexual do trabalho, em que todas as tarefas feitas pelas mulheres são consideradas domésticas. Assim, a extensão rural, historicamente, exclui as atividades desenvolvidas pelas agricultoras das esferas produtivas, e as enquadra na esfera da economia doméstica.

Para Silipandri (2002), a divisão sexual do trabalho marcou a prática da extensão rural em pelo menos dois aspectos: na metodologia, quando não



considera as atividades como produtivas e importantes para a vida no campo, e na organização e composição das equipes técnicas, quando, historicamente, foi desempenhada por um técnico de Ciências Agrárias e uma técnica capacitada a atuar com o tema Economia Doméstica.

As extensionistas de bem-estar social, em geral graduadas em Economia Doméstica, realizavam atividades complementares às ações de apoio à produtividade agrícola. Silipandri (2002) afirma que o plano de trabalho do setor do bem-estar social era compreendido como um plano secundário, complementar ao planejamento geral dos escritórios. Já os extensionistas orientavam a produção, com apontamentos sobre solo, fertilizantes e acesso ao crédito. As técnicas eram impedidas de casar até a década de 1970 e de dirigir os carros das empresas prestadoras de ATER até a década de 1980.

De acordo com Silipandri (2009), as ações das extensionistas de bem-estar social orientavam as agricultoras sobre saneamento básico, saúde, alimentação, acesso à água e afazeres domésticos. Os clubes de mães, de senhoras, eram chamados de Grupos do Lar. Essa metodologia continha conteúdos de trabalho relacionados a primeiros socorros, puericultura, culinária, corte e costura, embelezamento da casa (interno e externo), hortas e pomar.

O trabalho das mulheres agricultoras é contínuo entre a esfera da produção e da reprodução. Diferente das mulheres assalariadas das fábricas ou do serviço público que trabalha em espaços distante do lar, as agricultoras transitam diariamente entre a casa e o roçado ou entre a cozinha e o quintal. Essa especificidade, aliado à total ausência de conhecimento sobre os estudos envolvendo as mulheres rurais e a intencionalidade de manter o “status quo”, faz com que estudiosos, pesquisadores, gestores e extensionistas desconsiderem a importância das atividades das agricultoras como atividades produtivas e, muitas vezes, não monetárias no meio rural. A extensão rural é marcada por esse total desconhecimento e pela legitimação da divisão sexual do trabalho.

O processo aqui resumido sobre a extensão rural comprova que tanto o termo extensão rural como a política exercida no período carrega um tipo de serviço que reproduz a hierarquia de poder entre homens e mulheres e percebem a unidade familiar como homogênea sem conflito e, ao mesmo tempo, receptores de uma “extensão” do conhecimento construído na universidade ou em espaços de pesquisa a serviço da tecnologia moderna

no campo como as empresas produtoras de agrotóxico e equipamentos mecanizados.

Aquilo que foi chamado de “extensão rural” tornou-se um instrumento valioso para a implementação do modelo de desenvolvimento hegemônico do período. Vale ressaltar a observação feita por Elizabeth Cardoso no Seminário Práticas Feministas 2018, em Guararema, SP, quando diz o porquê de o modelo replicado pela ER não ter chegado às mulheres, pois nem eram reconhecidas como sujeitos de direito da política, foram, então, as mulheres que seguiram com as práticas agroecológicas em seus quintais, na contramão do que os homens vinham produzindo.

Ainda assim, nos anos 1990, mesmo em um período de redução do Estado com as políticas neoliberais e estado mínimo, a extensão rural tem uma ação importante para a agricultura familiar. Com a criação do PRONAF, a ER passa a ter uma ação efetiva com os agricultores e, em alguns casos, com as agricultoras. A elaboração de projetos para o acesso ao crédito do PRONAF permite que os extensionistas governamentais trabalhem em conjunto com as comunidades rurais, no entanto, não há ruptura com o passado em termos de conteúdo e de métodos de trabalho. Ou seja, mudaram “os tempos, a conjuntura política, as demandas sociais, a estrutura disponível para a intervenção, mas permanece(u) o ethos extensionista enraizado no difusionismo produtivista” (INCRA, 2010, p. 22).

Na medida em que foram sendo feitas críticas, no cenário internacional, foram aparecendo propostas que visavam oferecer alternativas ao enfoque extensionista, difusionista e produtivista do modelo então vigente. Nesse mesmo período, em contramão da história neoliberal, impulso como primeiras experiências de ATER elaboradas a partir das experiências das ONGs, com raízes nos movimentos sociais, trazem experiências inovadoras com recortes agroecológicos e inaugurando um novo modelo de assessoria que se constitui como referências práticas e teóricas para o período seguinte com mudanças significativas no modelo de política até então chamado de extensão rural.

#### 4.5 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER) UM NOVO MODELO PARA AS MULHERES E HOMENS DO CAMPO

Em 2003, sob a coordenação do MDA e com nova orientação política de um novo governo federal, a antiga Extensão Rural passa por mudanças significativas respaldadas pela PNATER, que passou a ser denominada como ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Os movimentos sociais foram parte do processo de forma propositiva. Segundo Caporal (2008), a construção e o estabelecimento da PNATER foram elaborados em um ambiente de concordâncias e construção coletivas, sem disputas de concepção.

A Lei 12.188/2010 e o Decreto 7.215/2010, que regulamentam e instituem a PNATER, conhecida como “Lei de Ater”, trazem características importantes que diferem da antiga Extensão Rural. De acordo com documentos do governo, pode-se elencar os seguintes pontos que resumem as principais inovações encontradas na PNATER:

- a) Público: A nova PNATER define explicitamente o seu público como sendo aquele da Agricultura Familiar, incluindo as suas diversas “variantes” (assentados, ribeirinhos, quilombolas etc.).
- b) Sustentabilidade: Introduziu-se uma forte preocupação com a sustentabilidade, que levou à definição de uma matriz tecnológica diferente daquela do passado: em lugar da opção pela “revolução verde”, a PNATER busca trabalhar segundo uma linha “agroecológica”.
- c) Sobre os métodos de trabalho: Um terceiro elemento inovador é o distanciamento da visão “difusionista” da extensão (que, resumidamente, considera que a inovação tecnológica é criada pela pesquisa e depois é “transmitida” ao usuário agricultor/a pelo extensionista). A PNATER adota uma opção metodológica mais participativa, que deve permitir que a voz da população rural possa ser ouvida.
- d) Pluralidade no desenho institucional: A nova PNATER considera que a ATER, mesmo sendo um serviço público, não será implementada exclusivamente por órgãos governamentais. Esta política apoia sim os órgãos de extensão estaduais e municipais, mas também deverá apoiar outras entidades que mostram capacidade e vontade de fazer ATER (ONGs, cooperativas, organizações da AF como STRs etc.). Ao mesmo tempo, a PNATER estimula a articulação entre organizações diferentes, promovendo a criação das chamadas “Redes” de ATER (INCRA, 2010, p. 22-23)<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Publicado no BS nº 31 de 02 de agosto de 2010.

A lei de ATER deixa explícita as mudanças e apresenta que

- a) É necessário articular as políticas públicas por meio da compreensão integral do território ao qual está sendo executado o serviço, nesta novidade na nova lei de ATER está compreendido o conceito de território e a relação com seus ecossistemas;
- b) Destaca-se a nova visão de desenvolvimento pautada na agricultura familiar e na agroecologia com apoio ao desenvolvimento econômico equitativo e solidário, o estímulo à produção de alimentos, conservação dos recursos naturais, geração e inovação tecnológicas;
- c) Reconhecer que existe hierarquias de poder entre homens e mulheres as diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas, são exemplos das mudanças e novos rumos que a PNATER conseguiu na sua implementação.
- d) Essas mudanças significativas para se instaurar um novo modelo com novos princípios e novos instrumentos normativos de execução, ocorridas com aprovação da lei de ater e da implementação da PNATER teve um importante papel na nova institucionalidade na qual foi inaugurada em 2003 com a eleição do governo Lula (INCRA, 2010, p. 46).

Ainda como mudança significativa, vale ressaltar a importância do artigo terceiro que dispõe dos princípios da PNATER, no seu inciso quinto diz que a política de ATER deve ter “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”. Esses princípios dispostos no artigo 3º, assim como a lei 12.188/2010 é o novo mecanismo jurídico-legal e institucional que possibilitou a execução do ATER Mulheres e demais conquistas advindas dessas mudanças.

A nova lei tem elementos importantes para uma assessoria técnica que consiga contribuir para a igualdade entre mulheres e homens. Nesse sentido podemos concordar com Beduschi (2007) quando diz que os novos serviços técnicos devem superar a visão produtivista que marcou sua origem, e orientar-se principalmente para a construção de uma cidadania ativa no rural. Para tanto, os serviços de ER devem fortalecer a organização local, com a participação das organizações de produtores e produtoras na gestão e decisões, acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços, evitando práticas de clientelismo e assistencialismo.

Da mesma forma, a implementação da PNATER requer, como afirma Dias (2007), uma “reeducação, investimentos pessoais e coletivos” e isso

impõe um desafio para as instituições das diversas esferas diante da necessidade de novos profissionais para a execução da política. Isso significa sinalizar a milhares de profissionais “[...] que eles próprios precisam mudar as suas práticas para torná-las coerentes às concepções que mudaram e que foram adotadas pelas políticas públicas como novos referentes” (DIAS, 2007, p. 17).

A novidade de conceitos e princípios tem influência no âmbito institucional. As mudanças em curso geram a necessidade de arranjos institucionais seja na esfera federal ou nas organizações da rede de implementação nos estados e municípios.

Assim, em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o novo governo apresenta sua intensão política de construir uma nova institucionalidade para responder as demandas das mulheres. Neste contexto, constrói uma estratégia de fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e reforça o diálogo com a sociedade civil através da realização de três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, em 2004, 2008, 2015.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário cria, em 2003, a Assessoria Especial para Promoção à Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), cujo objetivo é efetivar o desenvolvimento de políticas públicas que promovam os direitos econômicos das trabalhadoras rurais. O apoio à produção, o acesso à terra e a cidadania são ações promovidas por essa assessoria. Em consonância com seus objetivos de estimular a autonomia econômica das mulheres, em 2003, a AEGRE, criou a linha de crédito para as mulheres rurais, o PRONAF Mulher.

De acordo com documentos do governo, em 2003, dá-se início a uma nova institucionalidade, também no MDA, no que se refere às políticas para as mulheres rurais, caracterizada pela participação social, qualificação dos programas existentes e da criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras. As ações desenvolvidas pela AEGRE/MDA, contemplam os direitos à terra, documentação civil, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva e enfrentamento da violência contra a mulher do campo.

No âmbito do MDA, o que antes era uma assessoria, a AEGRE, se tornou, em 2011, a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas<sup>27</sup> (DPMRQ). Essa diretoria seria responsável pela transversalidade de gênero nas medidas, políticas e programas direcionados à autonomia econômica das mulheres no meio rural. As ações da Diretoria incidiam, também, no Incra<sup>28</sup>, órgão vinculado ao MDA. A criação dessa institucionalidade conferiu legitimidade política, permitindo a transversalidade nas demais ações desenvolvidas no âmbito do ministério. No caso da DPMR, o fato de ser ligada à Secretaria Executiva do MDA foi determinante à garantia da transversalidade de gênero para o conjunto do ministério na medida em que explicitou a estratégia política da direção do órgão e construiu estratégia para execução de ações finalistas para as mulheres agricultoras.

Segundo Butto (2011), o principal objetivo da diretoria era ampliar e fortalecer a organização econômica das mulheres rurais por meio do acesso às políticas públicas, participação social e promoção da cidadania.

O DPMR desenvolveu uma estratégia de incidir sobre o PNATER. Para a diretoria tomou-se importante inserir as mulheres como sujeitas produtivas em duas frentes: a política de ATER deveria ser responsável por estimular a organização econômica das agricultoras e, por outro lado, valorizar o trabalho destas na unidade de produção familiar.

A concepção da ATER especializada para mulheres, com coordenadoria da DPMR, tem como estratégia demonstrar para o conjunto da política que é possível fortalecer a organização produtiva das agricultoras através da agroecologia, ampliar o acesso delas às políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos. A estratégia implementada pela Diretoria visava articular a ATER com as ações de fortalecimento da inclusão econômica das mulheres rurais. A ATER para Mulheres passou a integrar as ações do Programa Interministerial de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), criado em 2008<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Extinta. Atual Coordenação-Geral de Política para as Mulheres, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais.

<sup>28</sup> Atualmente vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

<sup>29</sup> O Programa de Organização produtiva para as mulheres rurais (POPMPR) visava fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso às políticas públicas de

A rede Temática de ATER para Mulheres<sup>30</sup> criada para atuar como um espaço de articulação em que técnicas de instituições públicas, ONGs e trabalhadoras, também constituiu um importante instrumento para contribuir com a estratégia de fazer as mulheres (agricultoras e técnicas extensionistas) parte integrante da política. A rede teve atuação junto às mulheres rurais e apontou como desafios: 1) Incorporação de uma dimensão de gênero nos indicadores de ATER; 2) a necessidade de envolvimento de todos os entes federados; 3) a proposição de metodologias de trabalho de ATER específico para mulheres; 4) a superação de uma prática tradicional de ATER em que as mulheres pouco participavam das atividades produtivas e econômicas, dentre outros. As novas institucionalidades, como a instalação do comitê de mulheres junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, CONDRAF, e a incorporação da perspectiva de gênero nas ações da Secretaria da Agricultura Familiar e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial também foi parte constitutiva da estratégia da diretoria de incidir sobre a PNATER e demais políticas de desenvolvimento rural executadas pelo MDA.

Como resultado prático da institucionalização da ATER com novos conceitos, considera-se importante apresentar alguns dados no que se refere ao acesso das mulheres a essa nova política. Como fonte, utiliza-se o diagnóstico feito pela SOF e CF8, encomendado pela DPMR/MDA<sup>31</sup>. Trata-se de um estudo qualitativo sobre a implantação da PNATER a partir da vigência da lei 12.188/2010 (lei de ATER) e seus instrumentos/ NEAD/DPMR/MDA.

---

apoio à produção e comercialização, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnico, de gestão e de comercialização.

<sup>30</sup> As redes temáticas foram criadas no sentido de fortalecer as diretrizes da PNATR entre seus diferentes atores/atrizes. Segundo o MDA/SAF, elas têm por objetivo articular e mobilizar Governo e Sociedade visando a qualificação e apropriação das políticas para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com foco nos eixos estratégicos da Secretaria de Agricultura Familiar (*superação da pobreza rural, promoção da segurança e soberania alimentar, ecologização dos sistemas de produção, geração de renda e agregação de valor*). A rede temática ATER para Mulheres, coordenada pela ação da AEGRE, tem por objetivo fortalecer o debate e inserção das mulheres na ATER. Foi criada em 2008 e conta com a participação de articuladoras das redes estaduais de ater e de ONGs (Diagnostico SOF/CF\*-2010).

<sup>31</sup> Diagnóstico sobre Implementação das Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero do MDA na Reforma Agrária e Agricultura Familiar realizado em conjunto pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) e pelo Centro Feminista 8 de março (CF8) do Projeto: Políticas Públicas para Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: Formação e Articulação executado pela SOF e CF8 em parceria com a Assessoria de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – AEGRE/MDA. Convênio MDA nº 700427/2008 (SOF) e Convênio MDA nº 701362/2008 (CF8).



O esforço do novo arranjo institucional de fazer valer a efetivação das modificações advindas com a PNATER é demonstrado através dos números, de acordo com o diagnóstico realizado pela SOF e CF8:

Quando perguntadas, as instituições que trabalham a PNATER, 66,7% delas confirmam que há mulheres contratadas como técnicas para desenvolver as atividades de ATER. Destas 75% afirmam que a equipe técnica já integrou processos de formação em gênero realizado pela própria instituição ou por órgãos e entidades parceiras e 79,2% conhecem (em detalhes ou em partes) a política de ATER do MDA para mulheres rurais.

Quando a abordagem é para utilização de estratégia de fortalecimento das mulheres na organização produtiva, as instituições apresentam algumas fragilidades, apenas 33,3% destas informam que trabalham com grupos de trabalho sobre gênero. No entanto, a maioria (75%) dos/as técnicos/as de ATER indicam que há atividades destinadas, especificamente, para as mulheres nos projetos desenvolvidos pela instituição.

As atividades mais desenvolvidas pelas equipes de ATER para as agricultoras, segundo o diagnóstico, são: atividades de produção e agregação de valor (panificação, produção de doces, compotas, conservas, artesanato etc.); apoio à organização produtiva, à comercialização e geração de renda; oficinas e formação para a promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia. Dentre os projetos mais recentes financiados pelo MDA que a entidade acessou, correspondendo a 37,5% dos casos, foi alguma atividade específica para atender as demandas das mulheres.

Em meio a esse contexto, paralelamente, se dá a articulação da Marcha Mundial das Mulheres. Para fins deste trabalho, o próximo capítulo abordará a intervenção da MMM na conquista de políticas públicas no RN.

#### 4.6 O FEMINISMO NO RURAL

Notadamente, com as lutas das mulheres rurais, as bases do movimento feminista foram fortalecidas. No meio rural o feminismo é construído por diversas frentes: igrejas progressistas, como a teologia da libertação, sindicatos, especialmente o setor rural da CUT, além de outros movimentos mistos. Desde meados dos anos 1980 a luta das trabalhadoras rurais ganha roupagem de

movimento e amplia os espaços políticos. Dito de outra maneira, as mulheres rurais iniciam suas reivindicações com pauta concreta: sindicalização e participação política, documentação e direitos previdenciários.

Segundo Deere (2004), nos anos 1980, os sindicatos filiados à CONTAG defendiam em seus documentos que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, como no atual modelo de agricultura. O homem é considerado chefe de família e seu legítimo representante. Tornou-se “natural” sua filiação e por exclusão a negação da sindicalização das mulheres. Além disso, as mulheres não eram consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho era tratado como “invisível”, tanto na esfera produtiva – roçado –, como no trabalho do cuidado ou reprodutivo – casa. Conforme a autora, em algumas realidades como no Nordeste, líderes sindicais argumentavam contrários à sindicalização, afirmando que as mulheres não eram trabalhadoras rurais. Uma vez que elas eram dependentes de seus maridos não necessitariam juntar-se aos sindicatos (DEERE, 2004).

Sobre esse assunto, vejam o que diz a autora quando explicita a perda de direitos ocasionada pela não sindicalização das mulheres rurais:

Uma vez que os sindicatos eram a principal fonte de assistência à saúde em áreas rurais, a exclusão de mulheres dos sindicatos significava que as mulheres chefes de família estavam em forte desvantagem. As mulheres também estavam em desvantagem em termos de benefícios de aposentadoria, já que somente uma pessoa por família era qualificada para tais benefícios, o chefe de família. Além disso, considerando que os trabalhadores recebiam 50% do salário mínimo na aposentadoria, suas viúvas recebiam uma pensão de sobrevivente, o equivalente a 30% (DEERE, 2004, p. 180).

A sindicalização, nesse sentido, seria a porta de entrada para que as mulheres rurais pautassem a conquista de novos direitos, sobretudo, os previdenciários, a participação política, a busca de cidadania e a constituição como agentes do desenvolvimento. Só em 1985, no IV Congresso da CONTAG, as questões das mulheres rurais foram seriamente tratadas. Em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores, foi debatido e, posteriormente, conquistado o direito à sindicalização. Era o início de uma luta para trilhar o caminho da participação política.

Outra reivindicação da época era a documentação e o direito previdenciário. Com a constituição de 1988 ampliou-se a cidadania das mulheres

rurais, notadamente no artigo 226, §5º, onde foi reconhecida a igualdade, entre homens e mulheres na família. No artigo 189, parágrafo único, foi estabelecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária. Para o meio rural, essa ocorrência significou a conquista do direito à terra e o início de outros direitos conquistados na década seguinte. Contudo, a conquista formal não aumentou o índice de beneficiárias na reforma agrária, nem tampouco o acesso aos direitos previdenciários, como licença-maternidade e aposentadoria. Foi necessária uma sequência de lutas para tais direitos se efetivarem no cotidiano das mulheres.

Segundo Deere (2002), a conquista do direito das mulheres à terra não era a principal prioridade de nenhum dos movimentos sociais rurais e,

[...] embora a participação das mulheres nos movimentos rurais continuasse a crescer nesse período, o tema, na maioria dos encontros e congressos nacionais, era apenas um entre vários outros. Também as prioridades do movimento autônomo das trabalhadoras rurais eram tão difusas e variadas quanto às apresentadas pelos sindicatos (DEERE, 2002, p. 112).

A afirmação da autora justifica-se quando se percebe que nos documentos dos movimentos rurais da época essa temática não é registrada como prioritária. A CONTAG, a CUT e MMTR buscavam responder demandas mais urgentes consideradas na ordem do dia, no que se refere às questões das mulheres. Isso significava lutar pelo reconhecimento da profissão da trabalhadora rural com o propósito de acessar os benefícios da previdência social, conquistados na constituição de 1988.

Dialogando sobre as prioridades do movimento pós-constituição, Deere (2002) afirma compreender a decisão do movimento de buscar o reconhecimento da profissão da trabalhadora rural. No entanto, o mesmo autor afirma que durante um longo período a luta pela terra para as mulheres acabou sendo silenciada pelos diversos movimentos.

Como já mencionado, a partir do reconhecimento profissional na Constituição Federal de 1988, as mulheres rurais passaram a ter os direitos previdenciários. Sua implementação materializada pela aposentadoria foi o que mais impactou positivamente a sociedade brasileira. Antes, somente o homem se aposentava, mesmo que com meio salário mínimo.

Assim, com o reconhecimento da profissão, as mulheres passam a ter direito à aposentadoria e à vinculação da aposentadoria ao salário mínimo. Além disso, conquistam o auxílio e o salário-maternidade. Refere-se aqui a conquistas notadamente específicas, que impactaram de forma universal a sociedade e contribuíram para dinamizar a economia em cidades de pequeno porte, alterando positivamente a vida no campo.

Essas demandas presentes na agenda das mulheres rurais transformaram-se em conquistas importantes do ponto de vista de políticas públicas para as mulheres. Ademais, o direito à documentação pessoal e profissional às mulheres trabalhadoras rurais, bandeira de seus movimentos autônomos, vem sendo viabilizado através do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural.

Entre os anos de 2003 a 2015, o movimento das mulheres no campo tem protagonizado a luta pela autonomia econômica. Disso decorrem reivindicações como acesso à propriedade da terra, a luta por reforma agrária, crédito, organização produtiva, comercialização e assistência técnica.

Ao observar o movimento feminista rural hoje, pode-se dividi-lo em três campos de articulação política que, na prática social, se articulam e codeterminam a ação política: um primeiro campo se dá com as mulheres vinculadas à atuação sindical e associações rurais que estão articuladas no campo político da Marcha das Margaridas. Esse campo se constitui inicialmente com o apoio de um movimento internacional de mulheres que reúne movimentos nacionais urbanos e rurais, a Marcha Mundial de Mulheres, surgida em 2000, foi parte constitutiva do surgimento da Marcha das Margaridas e tem sua fortaleza no reforço à auto-organização das mulheres nos sindicatos, nas federações estaduais, nas associações de base comunitária, bem como na articulação com MMTR e CUT, e organizações não governamentais. A comissão nacional de mulheres trabalhadoras rurais da CONTAG construiu, através da MM reconhecimento político no interior do movimento sindical, na arena do movimento feminista e no reconhecimento, como principal sujeito político capaz de pautar o estado Brasileiro para elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres rurais.

Em um segundo campo estão as mulheres do campo da Via Campesina, como o setor de gênero do MST, do MAB e as mulheres do MMC. No campo de

ação política das mulheres da Via Campesina, dois movimentos se destacam na articulação – MST e MMC – cujas ações priorizam a luta contra o modelo capitalista de agricultura e seus impactos sobre a vida das mulheres.

Uma ação desse campo que teve repercussão internacional foi a ocupação da Aracruz celulose realizada durante a conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO, em Porto Alegre, em 2006. A ação envolveu todas as mulheres da Via Campesina para denunciar o deserto verde existente no País e consistiu na ocupação do laboratório da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul, com a destruição de mais de 10 milhões de mudas de eucalipto e pinus. Após essa ação, as mulheres articuladas com a Via protagonizam anualmente ações de denúncias nas jornadas das mulheres no período do 8 de Maio.

Seja no campo da Marcha das Margaridas ou no campo político das mulheres da Via Campesina, movimentos construíram suas ações locais ou regionais a partir de uma crítica à ação política no interior dos movimentos mistos. Nesse caso, podemos citar o MMC e MMTR\_NE que, hoje, se constituem em movimentos autônomos de mulheres que tiveram raízes de atuação política interior dos movimentos sociais mistos.

Um terceiro campo que interage com esses dois espaços de articulação citados é o das mulheres vinculadas à experiências de redes e ONGs, como é o caso das mulheres da Articulação Semiárido Brasileiro, ASA, que tem uma articulação nos processos organizativos dos encontros e no processo de articulações dos estados como a ASA – Paraíba e o GT de Mulheres da ANA, que tem um importante papel desde 2002 com a articulação de debates e proposição de políticas na temáticas de mulheres e agroecologia.

No entanto, é importante reconhecer que, do ponto de vista de organização e representatividade política, segundo Cintrão e Heredia (2006), a Marcha das Margaridas e a Via Campesina têm dado maior visibilidade às mulheres e suas organizações, e ampliado a legitimidade, como interlocutoras que reivindicam as políticas públicas ao Estado. Já no campo da formulação, avaliação e proposição de política de ATER, objeto deste trabalho, não se pode deixar de considerar a contribuição da ASA e, mais precisamente, do GT de mulheres da ANA.

O GT de mulheres é parte importante na construção da Articulação Nacional de Agroecologia. Com realização de momentos de reflexão e construção de propostas que foram fortalecidas no II Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu em Recife em junho de 2006, a partir da realização de um Seminário do Grupo de Trabalho de Gênero em São Paulo, em novembro de 2005, e do Encontro Nacional Mulheres Agroecologia em maio de 2006, onde participaram 128 mulheres de todas as regiões do país.

Na conjuntura atual, o movimento das mulheres no campo tem protagonizado a luta pela autonomia econômica. Disso decorrem reivindicações como acesso à propriedade da terra, à luta por reforma agrária, crédito, organização produtiva, comercialização e assistência técnica.

No Brasil, a Marcha das Margaridas, desde sua primeira edição, pautou o governo por mudanças no atual modelo de desenvolvimento, com temas estruturantes para a vida das mulheres. Na edição de 2011, as reivindicações estiveram ancoradas nos seguintes eixos: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade; biodiversidade e democratização dos recursos ambientais; terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, trabalho e renda; educação não sexista, sexualidade e violência; saúde e direitos reprodutivos<sup>32</sup>.

Outro campo de articulação são as mulheres da Via Campesina, que constroem pautas estruturantes de contestação ao modelo e com manifestações importantes internacionalmente, como foi a manifestação unificada proposta pela Via Campesina em 8 de Março de 2006. Essa manifestação, organizada pelas mulheres do MMC e MST, contou com a participação de aproximadamente duas mil mulheres. A realização da ocupação do horto florestal da empresa Aracruz Celulose, em Guaíba/RS teve o objetivo de denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos. Em 2007, as mulheres da Via, notadamente do MST, pautaram o questionamento ao “agronegócio e em defesa de um projeto de agricultura

---

<sup>32</sup> No ano de 2011 foi a terceira edição da Marcha das Margaridas. A primeira foi em 2000 com a adesão das mulheres rurais da CONTAG à Marcha Mundial das Mulheres; A segunda foi em 2007, com a participação de cinquenta mil mulheres e com pauta específica para as mulheres rurais. O governo, em todas as Marchas mobiliza-se para responder as demandas das mulheres com ações e fortalecimento de programas direcionados às mulheres rurais. Das três edições, a de 2011 teve uma maior pressão sobre a autonomia econômica das mulheres.

camponesa, que respeite a natureza, produza alimentos para o auto sustento, conserve a biodiversidade e promova a soberania alimentar” (SILIPANDRI, 2006, p. 4).

Sobre demanda de políticas públicas, as mulheres da Via Campesina têm pautado o governo, reivindicando questões estruturantes e também protagonizam a luta das mulheres rurais do Brasil, levantando temas como o crédito, reforma agrária e soberania alimentar.

Na agenda das mulheres do campo, é importante ressaltar que nos diversos setores políticos há a construção de uma plataforma capaz de contemplar a pauta específica e, ao mesmo tempo, as mudanças estruturantes. O tema da reforma agrária e a crítica ao latifúndio, a questão ambiental e da água, a ampliação da infraestrutura no campo e a garantia de políticas públicas, tais como saúde e educação, são parte de sua agenda. Um aspecto muito positivo é que não invisibilizam a questão da violência sexista, nem as reivindicações por igualdade entre homens e mulheres (FARIA, 2009, p. 25).

#### **4.6.1 As mulheres da Via e a construção e fortalecimento do feminismo no campo**

O campo de articulação das mulheres rurais pela Via Campesina constrói pautas estruturantes de contestação ao modelo econômico e manifestações internacionalmente importantes, como a já citada ocupação da Aracruz Celulose e manifestações contra o agronegócio.

Considerando a natureza da auto-organização das mulheres do MST, que representa a relação das mulheres da Via Campesina com a MMM no Brasil, analisa-se a agenda de luta das mulheres sem-terra e sua crítica ao atual modelo do agronegócio.

Ainda que sustentem uma pauta sobre políticas públicas para o governo reivindicando questões como o crédito, reforma agrária e soberania alimentar, as mulheres da Via Campesina têm suas ações políticas prioritárias voltadas para construir uma ação crítica ao modelo do agronegócio. Por meio de denúncias através ocupações de grandes produções de laranja, soja, cana de açúcar, celulose, nas quais destroem plantações e laboratórios de experimentos transgênicos, apresentam suas críticas ao monopólio das grandes corporações



que impõem um padrão de política agrícola no país e ao mesmo tempo colocam em disputa “o padrão dominante que rege o sistema agroalimentar, a forma de acesso à terra por empresas internacionais, as pesquisas e os experimentos” (GALGANI, 2014, p. 264). As mulheres da Via ainda colocam em evidência as relações de subordinação dos governos diante do modelo agroexportador implementado pelo agronegócio e as transacionais.

No Boletim Especial “Jornadas de Lutas das Mulheres Camponesas” de 2010, as mulheres sem-terra expressam sua intencionalidade de denunciar o capitalismo patriarcal que rege o modelo exportador através das transacionais: “estamos mobilizadas para enfrentar a crise política, econômica, social e ambiental, criada pelas elites que controlam o Estado brasileiro: o capital financeiro internacional e as empresas transacionais” (MST, 2010, p. 1).

Ainda nesse mesmo boletim, aparece a preocupação de conexões históricas das mulheres sem-terra e a auto-organização das mulheres da classe trabalhadora. Seja nesse boletim ou na organização cotidiana das mulheres do MST, é notória a intencionalidade de conduzir a luta das mulheres unificando gênero e classe.

O II Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, realizado em 1999, é um marco na construção da política da organização das mulheres sem-terra. Em Butto (2016), James Petras, através do artigo *Uma revolução dentro da revolução*, sistematiza o debate realizado no encontro e faz proposições que apontam para a necessidade de dois tipos de luta. Gênero e classe passam a ser o norte das trincheiras de luta das mulheres do MST. Pela sistematização da primeira, é uma luta dentro da classe que deve ser conduzida entre os companheiros de forma pacífica. A segunda luta é a de classe, aquela que exige uma batalha violenta contra os inimigos de classe, como o latifúndio e os fazendeiros.

Sobre a importância desse encontro e sua sistematização, a tese de Butto (2016) traz a fala de Cristiane Lima, uma das coordenadoras do setor de gênero do MST:

Esse texto foi importante pra discussão de gênero, que a gente quis propor. Porque ele clareou, nos ajudou, assim, a pensar nessa ideia de que a gente precisava criar as condições; fazer da luta, a luta geral. As mulheres tinha que ter esse domínio, da luta contra o capital, da luta, né, contra o latifúndio, da luta política, da macro política, mas também,

a gente dizia, nós só vamos avançar se a gente fizer uma revolução interna, no movimento, no seu jeito de ser. E esse texto do James, foi um texto super importante porque ele conseguiu sistematizar esse nosso debate, e fazer essa discussão de que a gente tinha que fazer a luta política, participar da luta política geral; fazer a luta pela visibilização das mulheres nessa 191 ofensiva como movimento social contra o latifúndio e tal, de reconhecer a importância da participação das mulheres (BUTTO, 2016, p. 191).

Essa sistematização também apresenta a crítica que as mulheres sem-terra elaboram sobre o feminismo burguês, que afirma que todas as mulheres sofrem a mesma opressão. Após o II encontro, as ações políticas realizadas pelas mulheres do MST denunciam que as camponesas enfrentam outros tipos de problemas que exigem outros enfoques e essas ações devem considerar as diferenças profundas entre as mulheres. Dessa forma, Butto (2016) afirma que a proposta do setor de gênero do MST recusa o essencialismo feminista quando afirma que as mulheres são naturalmente iguais, bem como rejeita o reducionismo de classe e enfatiza a necessidade de buscar uma combinação das duas lutas, por meio do feminismo socialista.

A estratégia de unificação de gênero e classe consolidou a ação política das mulheres do MST, seja para o interior do movimento para dentro da classe entre companheiros, como ainda contra os inimigos de classe entre fazendeiros. Assim, no último congresso do MST, a ideia de um feminismo socialista fortaleceu a luta por participação no interior do movimento. Nesse sentido, o lema das mulheres no congresso ecoou: “sem a participação igualitária das mulheres não há socialismo”. Essa tática sábia das mulheres, construída nos 25 anos do movimento sem-terra, é para o reconhecimento da organização das mulheres e conquista do respeito em todos os estados e a nível nacional. Sobre o caminhar da organização das mulheres do MST, Galgani (2014, p. 264) afirma:

A sociabilidade nos encontros nacionais produz a descoberta de direitos políticos, fortalece o aprendizado de se fazerem cidadãos, traz a reação do lugar de subalternidade e de exclusão historicamente a elas destinado. Descobre-se o sentido político da participação, da autonomia e da organização associativa e de classe. Ao construírem suas pautas de reivindicações, reafirmam sua diferença exigindo direitos previdenciários, políticas públicas que reconheçam sua condição de mulher e de produtora rural. Mas, substancialmente, não são mudanças para inseri-las de forma subordinada no mundo do trabalho capitalista. São, sim, mudanças que valorizam a criatividade camponesa, a autonomia e liberdade no trabalho, o conhecimento aprendido na experiência, as transformações qualitativas produzidas

por seus manejos agrícolas para a soberania e segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Enquanto as mulheres produziam as melhores táticas de como ampliar a igualdade no interior do movimento, construía-se simultaneamente sua estratégia política de enfrentar o capital e, em alguns momentos, demandar políticas públicas do governo. No movimento de construção e de participação nas lutas que levam milhares de mulheres às ruas do país, há processos de autonomização entre os movimentos sociais que reorganizam suas nomeações e suas lutas e, ao mesmo tempo, constroem pautas que norteiam a estratégia de intervenção. Nesse sentido, como parte necessária para a presente pesquisa, apresentam-se de forma didática e cronológica as pautas e ações construídas pelas mulheres do MST/ Via Campesina de 2000 até 2014<sup>33</sup>.

**Quadro 3 – Pautas das mulheres da Via Campesina**

Mês/Ano	Evento/Temática	Org.	Pauta Ação Política
Mar./2000.	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. “Mulheres Gerando Vida, Construindo um Novo Brasil”.	ANMTR	Reforma agrária; soberania alimentar; dívida externa; direitos previdenciários; saúde; educação. 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; ato contra soja transgênica na Embaixada Americana; marchas; audiências com ministérios e governos estaduais; acampamentos e seminários estaduais.
Mar./2001	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Mulheres Trabalhadoras Rurais na luta por um Novo Brasil.	ANMTR	Reforma agrária; neoliberalismo, transgênicos, política agrícola, de saúde, educação, previdência social. Acampamentos estaduais; audiências com ministérios em BSB; atos contra alimentos transgênicos em lojas do McDonald's; marchas; seminários.
Mar./2002	Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.	ANMTR.	Reforma agrária; política agrícola; projeto neoliberal; documentação para mulheres. Acampamentos estaduais; mobilizações contra BID; marchas; panfletagens; formações.

<sup>33</sup> Mesmo considerando que a tese estuda o período de 2008 a 2016, a pesquisa conseguiu sistematizar os dados apenas até o ano de 2014, o que já permite uma ampla visão da pauta política das mulheres da Via Campesina .

Mar./2003	Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra Semeando lutas e novas relações de gênero	Via Campesina.	03/2004 Reforma agrária; política neoliberal; agronegócio; políticas públicas. Acampamentos estaduais; encontros estaduais e regionais; marchas; seminários.
Mar./2004.	1º – Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas. “Fortalecer a luta, em defesa da vida”.	MMC	Projeto Popular de Agricultura Camponesa; ampliação de direitos sociais; participação política. Articulação dos movimentos de mulheres para criação do Movimento de Mulheres Camponesas; manifestações na Esplanada dos Ministérios; audiências com ministérios.
2005	Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra	Via Campesina.	Política neoliberal; agronegócio; políticas públicas. Acampamentos estaduais; marchas; seminários; encontros estaduais; lançamento de cartilha.
Mar./2006	Jornada de Luta das Mulheres do MST. “Mulheres Sem Terra na luta por Reforma Agrária, por Agricultura Camponesa e por um Brasil sem Desigualdades	Via Campesina.	PNRA; documentação; políticas públicas; agronegócio; soberania alimentar; violência contra a mulher; agrocombustíveis. Acampamentos estaduais; Acampamento da Via Campesina e das Mulheres Sem Terra no RS com ocupação do Horto Florestal da Aracruz Celulose/ RS; de prédios públicos; de terra; marchas; encontros.
Mar./2007	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra e da Via Campesina. Mulheres Camponesas na Luta contra o Agronegócio e por Soberania Alimentar Campesina.	Mulheres Sem Terra e da Via Campesina.	Reforma agrária; soberania alimentar; violência contra a mulher; expansão do agronegócio; modelo agrícola para agrocombustíveis; agricultura familiar. Ocupações em empresas multinacionais: Usina Cevasa/SP; Aracruz Celulose/ES; MBR Minerações/MG; latifúndios; Avipe/PE; de prédios públicos; audiências públicas; construção de colcha nacional com o lema “a participação das mulheres no MST”.
Mar./2008	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra e da Via Campesina. “Mulheres da Via Campesina em defesa da saúde, da biodiversidade e da vida	Mulheres da Via Campesina	. Expansão do agronegócio; política agrícola para agrocombustíveis; campanha “Produção de Alimentos Saudáveis”; crimes ambientais; soberania alimentar, criminalização dos MS; violência no campo. Audiências públicas; doação de alimentos à população urbana; caminhadas; cursos; ocupação de fazendas e áreas ilegais, de prédios públicos e embaixadas, de ferrovias da Vale; bloqueio de rodovias; manifestações em frente a transnacionais.

Mar./2009	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Camponesa. “Mulheres camponesas em luta contra o agronegócio, pela reforma agrária e soberania alimentar	Mulheres da via Campesina	. Soberania alimentar; agronegócio; transnacionais. Ocupação de usinas de cana-de-açúcar, do porto de exportações da empresa Aracruz/ ES, de fazendas, de prédios públicos; caminhadas, doação de sangue; seminários; corte de eucaliptos em fazenda/RS; marchas.
Mar./2010	Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina. “Mulheres Sem Terra: na luta contra a violência do agronegócio, por reforma agrária e soberania alimentar”.	Mulheres da Via Campesina.	Reforma agrária; soberania alimentar; multinacionais do agronegócio; agrotóxicos. Participação de 250 mulheres da Via nas ações da MMM em SP; ocupação de prédios públicos; de rodovias, de indústrias produtoras de agrotóxicos, de usinas de cana-de-açúcar, de fazendas; bloqueio de obras em barragens; palestras em escolas; doação de sangue; cursos de formação; palestras; vigílias; marchas.
Fev./2011	Jornada de luta das mulheres sem terra	Mulheres da Via Campesina.	Enfrentamento ao agronegócio e ao modelo de produção das grandes empresas Violência contra a mulher O veneno é a cara do agronegócio - Violência contra a mulher
Fev./2012	Dia internacional das mulheres	Mulheres da Via campesina	Mobilização das mulheres pelo veto do código floresta; pela agroecologia; contra a violência, pauta livre para os estados.
Fev./2014	Jornada de lutas	Mulheres do MST	Comissão da verdade denuncia violência contra camponesas.
Abr./2014	50 anos de golpe	Mulheres da Via campesina	Mulheres e jovens iniciam jornadas de luta.
Abr./2014	Jornada de luta das mulheres sem terra	Mulheres da Via campesina	Jornada de luta das mulheres sem-terra.

Fonte: Autora, 2017.

Como é apresentado no quadro, as mulheres da Via Campesina estiveram em luta com uma pauta que unificava as demandas das mulheres na reivindicação para o estado e principalmente no enfrentamento ao capital.

Concomitante às ações das mulheres da Via, no tópico seguinte busca-se resgatar a pauta da Marcha das Margaridas tendo como norte principal a reivindicação por políticas públicas. A análise se concentra, de forma especial,

na demanda por assessoria técnica para as mulheres. Antes, busca-se um resgate da MMM e seu sentido político para as mulheres rurais do Brasil.

#### **4.6.2 A Marcha das Margaridas e a luta por políticas públicas para as mulheres rurais**

De acordo com a sua própria definição, a Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta protagonizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com o apoio de Federações, Sindicatos e parceiras do movimento feminista. Hoje, a Marcha é parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), dos movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras centrais, sindicais e organizações internacionais. Sua primeira edição foi realizada em 2000, com edições a cada quatro anos: em 2003, 2007 e 2011, 2015.

Em seu primeiro documento, está descrito que a Marcha das Margaridas é uma proposta de iniciativa das mulheres da CONTAG em adesão à Marcha Mundial das Mulheres:

A MARCHA DAS MARGARIDAS é uma mobilização de 20 mil trabalhadoras rurais em adesão à MARCHA MUNDIAL DE MULHERES 2000, que acontecerá no dia 10 de agosto, em Brasília. Esta iniciativa é da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que reúne 25 Federações Estaduais e 3.640 Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todo o território nacional, por entender que a MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES soma-se com a luta das trabalhadoras rurais pela equidade de gênero e por uma sociedade mais justa, que respeite os direitos humanos (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2000, p. 1).

Em agosto do ano de 2000, a Marcha das Margaridas foi assim nomeada em adesão à luta das mulheres rurais para não prescrever o crime contra Margarida Alves, líder sindical assassinada na Paraíba por lutar pela terra. Sabiamente a atividade levou seu nome como forma de pressão social sobre o judiciário e, sem dúvida, pelo que Margarida Alves representava para as militantes do meio rural.

Na sua primeira edição, a Marcha das Margaridas reuniu cerca de 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília. Nessa conjuntura, a Marcha Mundial das



Mulheres vinha se mobilizando, no mundo inteiro, contra a fome e a violência sexista. No Brasil, a adesão à Marcha Mundial se deu protagonizada pelas trabalhadoras rurais do movimento sindical tendo como tema “2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, mesmo lema construído mundialmente pela MMM.

Desde o seu surgimento, a Marcha das Margaridas pautou o governo por mudanças no atual modelo de desenvolvimento, levantando temas estruturantes para a vida das mulheres:

**Figura 10 – Marcha das Margaridas 2000**



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2000.

Em seu primeiro cartaz, a Marcha das Margaridas expressa a consonância com a MMM e seus lemas mundialmente propagados. Ao mesmo tempo, também é nítido no cartaz o propósito de denunciar o modelo de desenvolvimento. A pauta de reivindicações da primeira marcha, estruturada em um documento, fazia a denúncia do modelo de desenvolvimento da época, reivindicava do governo federal políticas capazes de alterar a vida das mulheres do campo. O documento que servia de instrumento de mobilização e negociação com o governo afirma que o modelo de desenvolvimento em questão:

[...] condiciona as trabalhadoras rurais a uma vida de empobrecimento, discriminação, violência e exclusão social. Estamos marchando, sobretudo, para reivindicar políticas de desenvolvimento rural que atendam às nossas necessidades específicas, respeitem nossos direitos e promovam a igualdade entre mulheres e homens no campo. Estamos marchando para fortalecer a construção e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável [...] (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2000, p. 2).



O modelo de desenvolvimento defendido pelas margaridas inclui a reforma agrária e a igualdade de gênero. Já na primeira edição, a marcha reivindica não apenas terra, mas, segundo seus documentos, a garantia dos direitos das mulheres à terra, o que implica na capacitação sobre as temáticas demandadas como gênero, direitos das mulheres, entre outros, e aponta que para garantir a produção na terra conquistada é necessário serviços de Assistência Técnica Rural (ATER) nos assentamentos.

Em 2000, as mulheres rurais introduzem na agenda de governo a pauta do emprego e renda das mulheres rurais, não tendo como estratégia a assessoria técnica para as mulheres rurais, mas a busca por programas de capacitação e inclusão das mulheres em programas existentes para a população rural. Nesse momento, ainda não se visualizava na pauta das margaridas propostas concretas com relação ao ATER voltado para as mulheres, já que o caráter dessa edição foi de muita denúncia da situação precária em que viviam as mulheres do campo. Priorizou-se a proposta de capacitação, de inclusão das mulheres nos programas de reforma agrária e crítica ao modelo de desenvolvimento:

Que 50% das vagas nos cursos e programas de capacitação e extensão rural promovidos pelo SENAR, EMATER sejam ocupadas pelas mulheres e que sejam adotadas metodologias que favoreçam a abordagem de gênero; (substituir pela proposta do GTB 2000 sobre SENAR); Que o Ministério do Trabalho e Ministério de Desenvolvimento Agrário incorporem o tema Gênero e Reforma Agrária e Gênero e Desenvolvimento nos programas de capacitação destinados aos profissionais e técnicos responsáveis pela formulação de programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural. (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2000, p. 5).

Na pesquisa documental realizada nos documentos públicos da Marcha das Margaridas da edição de 2000, percebe-se a proposta que busca debater com o executivo a demanda das mulheres para ampliação de emprego e renda. Naquele período, estava desenhado como proposta o formato de capacitação e não de assessoria permanente.

Em 2000 estava se consolidação o neoliberalismo no Brasil com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em 2003, já empossado o governo Lula (PT), caracterizado com amplo apoio popular e das forças

progressistas organizadas do país, teve no seu programa várias propostas contempladas da reivindicação da primeira edição da Marcha das Margaridas/MMM.

Em 2000 a Marcha teve um importante papel de denunciar as consequências no modelo de desenvolvimento na vida das mulheres. No contexto do governo progressista, a pauta foi construída com a intencionalidade de proposição. Como bem expressa o cartaz, existia uma pauta de reivindicação concreta e de insistência sobre as políticas públicas, como a reforma agrária; por uma política de direito à água, salário mínimo, direito à saúde e políticas de combate à violência contra as mulheres no campo. Nos documentos eram explícitas as proposições de políticas públicas para alterar a vida das mulheres rurais.

Em 2003, a Marcha das Margaridas caracterizou-se com um novo sentido propositivo. Essa afirmação pode ser percebida na pauta apresentada ao governo e nela expressada as diversas proposições de políticas advindas das mulheres rurais.

**Figura 11 – Marcha das Margaridas 2003**



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2003.

Na terceira edição da Marcha das Margaridas, em 2007, existe um visível fortalecimento da pauta com reforço à reivindicação de políticas públicas. Como está explícito no cartaz de mobilização, a temática da agroecologia é

considerada um eixo importante nas pautas de reivindicação. A primeira vez que sai como bandeira concreta da Marcha das Margaridas.

**Figura 12** – Marcha das Margaridas, 2007



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2007.

Como também expressa o cartaz, o tema da reforma agrária, da valorização do salário mínimo e demais agendas já pautadas pela MM permanecem presentes. A Agroecologia e a soberania alimentar aparecem na pauta de 2007 como um resultado do aprofundamento do debate no interior do movimento e de suas articulações com os demais setores. As temáticas agroecologia e soberania alimentar ganham respaldo político e se propõem tanto na pauta para o governo como na construção dos documentos de mobilização e estudos, dando um novo sentido ao conteúdo do que venha a ser desenvolvimento e a construção das mulheres como sujeitos da política pública. Ainda esse ano, a democratização da terra é tratada não somente como desapropriação do latifúndio, mas como uma democratização capaz de construir um acesso à terra para homens e mulheres de forma igualitária. A água é vista a partir de um bem comum necessário para produção e reprodução. A agroecologia passa, nessa edição, a ser considerada um modelo de produção agrícola capaz de proporcionar às mulheres autonomia econômica e soberania alimentar, como podemos ver:

[...] O compromisso verdadeiro com a Reforma Agrária passa, ainda, pela ruptura com o modelo de desenvolvimento dominante, excludente, concentrador da terra e da renda, comprometido com o agronegócio, que expande as monoculturas, destrói a biodiversidade e o meio

ambiente, compromete a agricultura familiar, gera fome e o empobrecimento de mulheres e homens do campo, da floresta e da cidade. A Marcha das Margaridas defende as águas como bem essencial à vida e condição primeira para fazer produzir a terra. A água é um direito de todas e todos e deve estar disponível para o consumo humano e para a produção de alimentos com a quantidade e qualidade necessárias. Essa perspectiva é incompatível com os grandes projetos que fortalecem o hidronegócio e a mercantilização da vida. A Marcha das Margaridas 2007 assume o desafio de fazer crescer a consciência social agroecológica e demanda ao governo a adoção de estratégias eficazes para garantir a mudança do padrão produtivo convencional e dominante para a produção de base agroecológica. Essa é a alternativa de desenvolvimento que valoriza as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais favorecendo padrões de produção e consumo de baixo impacto ambiental, que possibilitam superar a crise ecológica e social (PAUTA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2007, p. 2-3).

Essa pauta baseada na terra, água e agroecologia questiona o atual modelo baseado no hidro e agronegócio e vai respaldar a reivindicação por assessoria técnica que inclua os valores vinculados não apenas na defesa do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, comprometida com a construção de um novo modelo de produção agrícola baseado na agroecologia.

[...] Adotar a proposta agroecológica como referência para a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e incentivar práticas agroecológicas de iniciativas das mulheres, garantindo o acesso a créditos, capacitação, tecnologias e assessoria técnica. (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2007, p. 16).

A defesa da assessoria compromissada com o modelo de produção agroecológico, começada em 2007, será ampliada na edição de 2011 quando a MM defende a universalização e a ampliação da política de ATER, especificamente para as mulheres, bem como as demandas de recreação infantil para as crianças durante as atividades produtivas, responsabilizando o Estado pelo trabalho do cuidado.

As edições de 2003 e 2007 tiveram contextos semelhantes, mas ampliaram as articulações e proposições de políticas públicas. Ficou mais nítida a luta por reforma agrária e a possibilidade de outro modelo de desenvolvimento. A organização das mulheres e o fortalecimento como sujeito político ampliaram a capacidade de diálogo no interior dos movimentos sociais e da sociedade. Vale destacar que o tema da agroecologia entrou em destaque na elaboração e a

reivindicação por uma assessoria técnica, que ganhou elaboração com proposições concretas.

Em 2011, a marcha das Margaridas, já consolidada como um movimento que aglutina mulheres de todo o País e como um diálogo com todas as organizações feministas do Brasil, consegue, no processo histórico, um grande poder de negociação de suas pautas no interior do Governo Federal, nesse período presidido por Dilma Rousseff (PT).

**Figura 13 – Marcha das Margaridas, 2011**



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2011.

Com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, a Marcha das Margaridas 2011 se debruça sobre os desafios para superar a realidade de pobreza, desigualdade, opressão e violência que predomina entre as trabalhadoras do campo e da floresta. Em 2011, a MM constrói sua agenda política dividida em 7 Eixos: I – Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais II – Terra, Água e Agroecologia III – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional IV – Autonomia Econômica, Trabalho e Renda V – Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência VI – Saúde e Direitos Reprodutivos VII – Democracia, Poder e Participação Política. Esse último eixo é resultado de um amplo processo de articulação entre setores feministas e a pauta das mulheres rurais articuladas com a Marcha das Margaridas.

A pauta, apresentada ao governo Federal em 2011, é resultado de um amplo debate e de um processo construído desde a primeira edição. A MM faz



uma sistematização das conquistas até 2011 e construiu sua pauta debatendo com os diversos campos e ao mesmo tempo avaliando o que se conquistou até aqui e quais as agendas que ainda permanecem no campo da reivindicação e desafios para as mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade. A pauta apresentada pelo Governo Federal é a expressão desse processo e integra um conjunto de proposições, de ações e medidas estruturantes na expectativa de que sejam devidamente tratados e atendidos, num processo de diálogo permanente com as mulheres trabalhadoras articuladas em torno da MM.

A assessoria técnica é uma reivindicação presente na pauta da Marcha das Margaridas de 2011 e teve a universalização como norte. É a primeira vez que surge a reivindicação para universalização da ATER na pauta das margaridas, afirmando que esse ATER deve ser também de base agroecológica, de caráter permanente voltada para a agricultura familiar, extrativista e de comunidades tradicionais com qualidade capaz de

Garantir a ATER pública, de qualidade e condições para o seu exercício pelas Redes de Ater da Sociedade Civil; b) Garantir o atendimento às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta; c) Valorizar o potencial e os saberes locais; d) Articular o acesso às políticas de apoio à organização produtiva, crédito e comercialização; e) Assegurar espaços de recreação para as crianças durante as atividades de ATER para as mulheres; f) Promover, em caráter emergencial, a suplementação orçamentária de 300 milhões para a ATER; g) Priorizar nas chamadas públicas de ATER ações específicas para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta; i) Implementar ações de formação e capacitação para técnicas e técnicos da ATER voltadas para a realidade das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e com enfoque nas relações de gênero; j) Promover a capacitação de todos os técnicos e técnicas da rede de ATER-ATES com enfoque em gênero, para que se cumpram efetivamente os princípios de mudança da matriz de produção para a transição agroecológica com valorização e igualdade para as mulheres (PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2011, p. 18-19).

A Marcha das Margaridas de 2011 trouxe uma pauta sobre assessoria técnica que forçou o governo a debater sobre a universalização e ao mesmo tempo buscar uma política de assessoria técnica capaz de atender a diversidade das mulheres rurais do campo, da floresta e das águas. Além de ser a primeira vez que traz o tema da universalização, também é a proposta que propõe um modelo envolvendo as várias realidades do rural brasileiro.

Já em 2015, a Marcha das Margaridas é construída em um contexto de retrocesso e rearticulação das forças conservadoras no país, seja na sociedade

e/ou no parlamento. A Marcha das Margaridas assume então, em sua 5ª edição, a tarefa de denunciar o planejamento do Golpe pelo Parlamento Brasileiro e faz ecoar nas ruas de Brasília o grito de “Fora Cunha”, presidente da câmara dos deputados que articulava diversos retrocessos. Essa denúncia se expressa nas redes sociais e na carta lançada em conjunto com as organizações organizadoras da ação. Nos diversos trechos da carta aparece o tom de denúncia assumida pelas Margaridas:

Marchamos para denunciar o modelo concentrador, degradador e excludente do agronegócio, que contamina os bens da natureza e impacta na perda da biodiversidade e na saúde da população, com o uso de agrotóxicos e transgênicos; impõe tecnologias que desconsideram os saberes e culturas tradicionais; explora as trabalhadoras e trabalhadores, inclusive se valendo do trabalho escravo, e provoca a violência no campo, especialmente pela expulsão dos povos e populações de seus territórios.

Marchamos em repúdio à ofensiva das forças reacionárias, antidireitos e fundamentalistas, que se utilizam dos espaços de poder, das religiões e da grande mídia para proliferar a intolerância e disseminar preconceitos, sexismo, misoginia, racismo e ódio de classe na sociedade brasileira. Neste processo atacam direitos e ameaçam a democracia pela qual tanto lutamos.

Repudiamos, veementemente, as práticas de incitação à violência e ao ódio contra as mulheres, como no caso da veiculação de adesivos ofensivos com a imagem da presidenta da República, que reforçam a cultura do estupro e agridem a todas as mulheres. (... Outro exemplo de ameaça aos direitos e às conquistas populares, foi a aprovação da redução da maioria penal pela câmara dos deputados, que afeta em particular a juventude negra e pobre, e, também, a ação coordenada por setores fundamentalistas das diversas igrejas, que vem impondo a retirada dos termos relativos à questão de gênero nos planos municipais de educação, em vários estados e municípios.

Estamos organizadas ainda, contra o projeto que retira a obrigatoriedade da participação da Petrobrás na exploração dos campos de petróleo do pré-sal, lutando pela garantia do repasse dos recursos dos royalties para a educação. [...] Denunciamos a imposição e as manobras do congresso nacional, que desconsiderou o amplo processo de mobilização popular por reforma do sistema político e aprovou uma contra reforma, negando o direito de ampliação da participação política das mulheres no parlamento e mantendo o financiamento privado de campanhas, entre outras medidas conservadoras [...] Manifestamo-nos contra as orientações na política econômica em favor do capital. Não pagaremos pelos custos do ajuste fiscal. Exigimos que o estado não seja defensor de privilégios e sim portador do interesse geral dos povos, promovendo liberdades, garantindo direitos para todas e todos e ampliando os espaços de participação e de controle das políticas públicas, no fortalecimento da democracia (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 1).





Fonte: Transformatório das Margaridas, 2015.

Mais uma vez, o cartaz simboliza a luta e o momento da Marcha, o tema da democracia da igualdade e liberdade foi fortalecido em função da conjuntura. O tema das políticas públicas e especificamente do ATER foi ampliado nas proposições e permaneceu a reivindicação de universalização já existente na 4ª edição:

Queremos que a ATER chegue até todas(os); que apoiem nossos processos organizativos; que possamos ver ouvidas no debate sobre a repartição de benefícios; que as pesquisas sejam pensadas para a melhoria de vida da população local; que os assentamentos sejam vistos em toda sua possibilidade de produção sustentável, e não como desmatadores(as); que o Fundo Amazônia venha de fato para melhoria a vida do povo; que sejam pensados projetos para garantia de água potável. [...] Ampliar o acesso ao fomento do PBSM - Plano Brasil Sem Miséria a partir de outras chamadas públicas de ATER, contribuindo com um recurso inicial para a realização da organização primeira da produção das mulheres (PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA O GOVERNO FEDERAL, 2015, p. 7).

Como forma de universalização da ATER, a pauta das margaridas propõe a implementação da ANATER-Agência Nacional de ATER respeite a perspectiva da agroecologia e da agricultura familiar com a criação da Diretoria de mulheres na ANATER, como forma de potencializar o avanço de políticas de assessoria técnica para mulheres, frente ao grande desafio de acesso das mulheres à ATER.

Além da reivindicação pela universalidade da ATER, a Marcha das Margaridas reitera a sua preocupação com uma assessoria técnica promotora de igualdade entre as relações de mulheres e homens. Em seu caderno de pauta de 2015, estiveram presentes as reivindicações que demonstram o caráter feminista das suas proposições e reforçam a necessidade de contratação de no mínimo 30% de mulheres para os quadros de ATER; reafirmando a proposta já aprovada na II Conferência de Desenvolvimento Sustentável de ter 50% do público de mulheres acompanhadas, usando 30% de recursos específicos para atividades com mulheres e incluindo as atividades de recreação infantil. Esses são exemplos do compromisso com a pauta da igualdade de gênero.

A marcha também reivindica uma assessoria técnica qualificada e com uma formação continuada capaz de responder à demanda das mulheres:

Fomentar os estudos e pesquisas, potencializando o tripé: ensino, pesquisa e extensão. [...] Promover processos formativos voltados às equipes técnicas de ATER, com foco nas relações de gênero e seu impacto sobre as dinâmicas familiares, produtivas e sucessórias; Garantir a estruturação de salas de acolhimento para o filhos (as) das jovens beneficiárias dos programas e políticas de juventude, como PRONATEC, PROJOVEM (PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA O GOVERNO FEDERAL, 2015, p. 17).

As chamadas de ATER, segundo a pauta das margaridas, deve ser voltada para oportunizar a juventude, capaz de absorver as jovens egressas dos Institutos Federais, IFs. Com o mesmo fim, as margaridas também reivindicam mudar as regras dos IFs para romper as barreiras das jovens em assumir a profissão na área técnico agropecuária, comprometendo a demanda das mulheres por ATER que compreenda as especificidades de gênero tão necessárias na produção das mulheres.

Além da formação continuada dos técnicos de ATER, as margaridas consideram fundamental uma assessoria preocupada com a formação das mulheres rurais sobre a sua condição como sujeito histórico e, ao mesmo tempo, que considere a sua condição que é estabelecida na sociedade como a responsável pelo trabalho do cuidado:

Ampliação do apoio à formação política das mulheres rurais, introduzindo o diálogo entre o feminismo e agroecologia nos espaços de formação e ampliar as ações de recreação infantil para todas as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, garantindo o pagamento para um/a profissional, para a realização de ações lúdico-pedagógicas contextualizadas com as crianças, enquanto as equipes realizam acompanhamento técnico com os(as) integrantes da família (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 50).

Com isso, a pauta da Marcha das Margaridas deixa nítido que universalizar a assessoria técnica não é esquecer a especificidade e hierarquia de poder que existe entre mulheres e homens do campo. Essa preocupação é expressiva quando a pauta também traz a especificidade das mulheres quilombolas e das mulheres extrativistas reivindicando ATER Extrativismo para 100 mil famílias de áreas de uso coletivo. E o reconhecimento das áreas de quilombos com a titulação das terras às famílias, garantindo o acesso às políticas públicas de ATER, de crédito, PNHR, entre outras.

Como resposta do governo às demandas das mulheres no campo, houve também uma inflexão do Estado brasileiro, através do reconhecimento das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres. De acordo com Dantas (2010), a divulgação dos dados do PNAD 2008 demonstra que em 2002 a média de titulação do lote em nome da mulher era de 13%. Com o fortalecimento da Marcha das Margaridas e com o compromisso firmado nas audiências por parte do poder público, houve um aumento em 2006 quando esse índice media 25,6% e em 2007, quando chegou a atingir 55% de titularidade em nome da mulher.

Sabe-se que só a titulação não basta. A autonomia das mulheres rurais se relaciona com outras questões como assistência técnica, reforma agrária, crédito, documentação, organização produtiva. Fazer com que essas políticas cheguem a todas as mulheres é um desafio que a Marcha das Margaridas busca alcançar. Assim, o reconhecimento das atividades e organização produtiva das mulheres, a participação e o poder de decisão em todas as etapas do processo produtivo e na comercialização e políticas de apoio à produção e comercialização passaram a integrar a plataforma política e a pauta de reivindicações. Em 2007/2008, o governo respondeu à reivindicação com a criação do Programa de Organização Produtiva, antecedido do programa de documentação da trabalhadora rural, pauta de todas as edições da Marcha das Margaridas.

Na agenda das mulheres do campo, é importante ressaltar que nos diversos setores políticos há a construção de uma plataforma capaz de contemplar a pauta específica e, ao mesmo tempo, as mudanças estruturantes. O tema da reforma agrária e a crítica ao latifúndio, a questão ambiental e da água, a ampliação da infraestrutura no campo e a garantia de políticas públicas, tais como saúde e educação, são parte de sua agenda. “Um aspecto muito positivo é que não invisibilizam a questão da violência sexista, nem as reivindicações por igualdade, entre homens e mulheres” (FARIA, 2009, p. 25).

O governo responde às demandas apresentadas pelas mulheres rurais nas suas diversas articulações. Através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cria, em 2003, a Assessoria Especial para Promoção à Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, AEGRE. O objetivo da AEGRE é efetivar o desenvolvimento de políticas públicas que promovam os direitos econômicos das trabalhadoras rurais. O apoio à produção, o acesso à terra e à cidadania são

ações promovidas por essa assessoria. Em consonância com seus objetivos de estimular a autonomia econômica das mulheres, em 2003, a AEGRE criou a linha de crédito para as mulheres rurais, o PRONAF Mulher.

De acordo com documentos do governo, em 2003, dá-se início a uma nova institucionalidade no que se refere às políticas para as mulheres rurais, caracterizada pela participação social, qualificação dos programas existentes e da criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras. As ações desenvolvidas pela AEGRE/MDA contemplam os direitos à terra, documentação civil, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva e enfrentamento da violência contra a mulher do campo.

Nesse contexto, compreender como ocorre o acesso dessas políticas conquistadas é uma tarefa tão importante como analisar sua reivindicação e elaboração. É considerando esse pressuposto que no tópico seguinte serão analisados os artifícios necessários para a busca do acesso às políticas públicas na região Oeste. Para tanto, serão narrados os aspectos do processo organizativo que contribuíram para essa ação na região oeste Potiguar.

Ao longo dos últimos 13 anos, o Estado brasileiro promoveu o desenvolvimento nacional pautado em ações em que o rural fez parte dessa estratégia e constituiu uma agenda de governo com iniciativas de desenvolvimento rural sustentável com igualdade entre mulheres e homens.

Como parte dessa estratégia de responder à pauta política das mulheres rurais, o governo qualificou os programas já existentes e elaborou novos programas: “impulsionaram-se novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais” (BUTTO; HORA, 2014, p. 14). De acordo com as autoras, as ações desenvolvidas dão conta de incidir sobre

A garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional. (BUTTO; HORA, 2014, p. 14).

Nesse sentido, o governo brasileiro constituiu um novo desenho institucional com o propósito de atender as demandas das mulheres rurais e enfrentar as estruturas do patriarcado, presentes nas instâncias estatais. Segundo Butto e Hora (2014), foi nesse mesmo período que a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) foi criada com status de ministério dando início às ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), órgão designado para elaborar e executar políticas para mulheres. A criação da DPMR no MDA, com dotação orçamentária e equipe, foi fundamental para alavancar ações de promoção da igualdade no meio rural, reconhecendo-se as mulheres como sujeitos de direito.

As estratégias adotadas para atender as demandas das mulheres rurais coincidiram com as proposições da DPMR: a redução das desigualdades de gênero no meio rural como parte da agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e sua relação com as Políticas para Mulheres Rurais.

Essa parceria entre movimento feminista no campo e DPMR produziu mudanças significativas nos últimos períodos até sua extinção em 2017. No entanto, para efeito desta pesquisa, irá se debruçar sobre a auto-organização das mulheres rurais do RN a partir da Marcha Mundial das Mulheres para, assim, avaliar como se deu a política de ATER para as mulheres na região.

#### 4.7 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E SUA CONSTRUÇÃO COMO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

No início do item faz-se uma contextualização política tendo como referência o surgimento do movimento e os anos estudados na pesquisa. Em particular, este capítulo busca apresentar informações que possibilitem a compreensão do papel da MMM nas conexões com os processos desencadeados pelo movimentos sociais e feministas no período.

Para tal, apresento duas campanhas construídas pela Marcha Mundial das Mulheres no Brasil: a de valorização do Salário Mínimo e a contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Essas campanhas alteram o conteúdo e a mobilização das pautas das mulheres, ao passo que promove os



elementos necessários que vão, mais tarde, desencadear os conteúdos e as condições políticas para a contribuição da MMM na elaboração das políticas públicas para as mulheres rurais.

Sistematizo, a partir dos documentos e dados coletados, a relação da MMM e as mulheres rurais, busco também apreender como esse processo teve uma relação dialética entre os movimentos camponeses e a própria Marcha Mundial das Mulheres, apresentando a contribuição da Marcha para fortalecer o feminismo entre as mulheres camponesas e, ao mesmo tempo, como que as mulheres camponesas contribuíram para “campesinar” o feminismo da Marcha Mundial das Mulheres.

Apresento o aporte dialético entre as estratégias e atuação, mostrando as contribuições da MMM na proposição e acesso às políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil. Aqui busco consolidar a contribuição no marco das conferências nacionais de políticas para as mulheres promovidas no período estudado, e sistematizo as mobilizações e elaborações da MMM no marco do acesso às políticas pelas mulheres rurais do Brasil.

Como forma de concretude desse debate, considerando que o RN é o espaço geográfico da pesquisa, discorro, a partir de dados documentais, sobre como essa estratégia política de atuação da MMM se concretizou no RN e como isso possibilitou ampliar o acesso das mulheres rurais às políticas públicas e alterar suas vidas na esfera da autonomia econômica, individual/privada e na esfera pública e sua relação com o ecossistema.

Partindo do objeto de estudo desta pesquisa, que é a avaliação do ATER Mulheres tendo como referência conceitual o Feminismo e a agroecologia, concluo o capítulo com uma análise entre o feminismo construído pela MMM e os resultados apresentados pelas mulheres pesquisadas, bem como os conceitos agroecológicos e de sustentabilidade elaborados dessa relação MMM e mulheres rurais e seus resultados diretos para a vida das que acessaram o ATER mulheres, mostrando a relação direta da auto-organização pela MMM na influência das políticas públicas, do feminismo e da agroecologia pautada na igualdade.

A Marcha Mundial das Mulheres surge questionando políticas de governos no âmbito internacional. Em uma manifestação Internacional realizada em 1995 em Quebec, no Canadá, as mulheres iniciam um questionamento ao acordo



Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). Para as mulheres da Federação de Mulheres de Quebec e demais representantes internacionais, esse tratado era uma expressão concreta do fortalecimento da exploração neoliberal em todos os países da América do Norte – Estados Unidos, México e Canadá – a partir de uma política (acordos) dos governos daqueles países. Do ponto de vista das mulheres, significava mais empobrecimento, especificamente para as mulheres migrantes que viviam naquele território. Ao mesmo tempo, avaliaram que, em um mundo no qual a globalização era sinônimo de uma política neoliberal e que estava a serviço da internacionalização das políticas neoliberais, como uma alternativa à crise capitalista de acumulação do capitalismo, fazia-se, assim, necessário construir uma resistência mundial.

Ainda no ano de 1995, depois da realização de uma marcha, simbolicamente denominada de “Pão e Rosas”, em que mais de 850 mulheres marcharam por 200 quilômetros contra a pobreza e a violência. De acordo com Faria (2013), as mulheres de Quebec quiseram compartilhar a experiência com mulheres de todo o mundo e, por isso, partiram em busca de contatos de mulheres e movimentos nacionais com o intuito de construir uma ação internacional, tendo como referência a Marcha Pão e Rosas.

Enquanto as mulheres de Quebec buscavam socializar a exitosa marcha, o setor hegemônico do feminismo estava construindo a IV Conferência Mundial da Mulher da ONU realizada na China. Com o propósito de iniciarem a organização de uma campanha interacional contra a Pobreza e a Violência entre as mulheres, as militantes do Quebec estiveram na Conferência de Pequim fazendo uma crítica aquele espaço como definidor da agenda feminista e com o objetivo de discutir o que, posteriormente, veio a se tornar a Marcha Mundial das Mulheres.

A história da Marcha Mundial das Mulheres está unida a uma dinâmica de leitura da realidade e ação concreta construída no local e sua relação com as demandas internacionais, entendendo que uma atuação não se separa da outra.

A construção da Marcha Mundial das Mulheres iniciou-se com a ideia de criar uma rede global de mulheres em torno de uma campanha que foi formatada no I Encontro da Marcha Mundial das Mulheres, realizado em Montreal, Canadá, 1998. Com a participação de 145 mulheres de 40 países, o encontro deliberou

por uma campanha com 17 reivindicações mundiais para eliminar a pobreza no mundo e a violência entre as mulheres.

De acordo com Faria (2013), a ideia construída no I Encontro foi de organizar uma grande mobilização com origem nos movimentos de mulheres a partir de uma agenda própria. A intenção da Marcha era a construção de uma resposta do movimento ante a ofensiva conservadora em curso a partir das vitórias do neoliberalismo. Apesar de, no princípio, não articular estreitamente o patriarcado e o capitalismo como estruturas que se reforçam mutuamente, já havia uma compreensão dessa relação.

No I Encontro da MMM, foi definida a estratégia que acompanha a sua história de construção: pensar na plataforma centrada em 17 pontos contra a pobreza e 17 pontos contra a violência tinha como propositivo questionar o capitalismo patriarcal e suas estruturas mundiais e, ao mesmo tempo, edificar os elementos para lutar pela eliminação da pobreza e da violência entre as mulheres.

A campanha internacional contra a pobreza e violência sexista ocorreu de 8 março a 17 de outubro de 2000, culminando no primeiro dia de encontro da Marcha, com a entrega de um abaixo-assinado com as reivindicações das mulheres para a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A cidade de Nova York, Estados Unidos, foi o palco do encerramento do primeiro processo de mobilização internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), por meio de um ato simbólico com a presença de representantes de 40 países em frente à sede da ONU. Em seguida, o segundo dia de encontro da MMM acontece para discutir o que fazer para seguir com uma ação tão vitoriosa como a que foi construída desde 1998.

Ao concluir essa primeira etapa e com a decisão de continuar como um movimento permanente, a MMM passou a construir suas estratégias de atuação internacional, sendo a principal delas integrar os diversos espaços de resistências ao capitalismo neoliberal e do movimento antiglobalização. Entre os espaços nos quais a Marcha passou a compor, cito: o Fórum Social Mundial; as lutas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e para tirar a Organização Mundial do Comércio (OMC) dos trilhos; a Assembleia de Movimentos Sociais, entre outros. Como as primeiras edições do Fórum Social

Mundial ocorreram no Brasil, construiu-se um ambiente propício para o fortalecimento nacional da MMM.

#### **4.7.1 Outra agenda é possível: contribuição da MMM nas agendas de mobilização nacional no Brasil**

No Brasil, durante toda a década de 1990, houve um esvaziamento das manifestações públicas ocorridas no dia 8 de março, tornando sua realização um fardo para parte do setor do movimento feminista, que vivenciava a dificuldade de articular ações de rua pelo fato de se voltarem a uma agenda de monitoramento de políticas e diálogo com as instituições. No ano 2000, com a articulação da MMM Brasil, foi gerada uma maior amplitude e unidade do movimento feminista brasileiro daquele período.

A construção da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil iniciou-se em outubro de 1999, quando foi realizada a primeira reunião nacional. Na ocasião, as mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM Brasil. Essa construção, que colocou mais de 20 mil mulheres nas ruas de Brasília questionando o modelo de desenvolvimento em curso no país, foi o marco da retomada das ações de rua do movimento feminista com crítica ao atual modelo capitalista e androcêntrico. Vale ressaltar que a Marcha das Margaridas segue sendo a maior manifestação nacional de rua organizada pelas mulheres registrada pela história do Brasil até então.

A constituição da MMM Brasil edificou-se como um movimento ancorado nas lutas internacionais e passa a introduzir-se nos espaços do Fórum Social Mundial, por exemplo. Nessa intervenção apresenta temas fundamentais para uma releitura das estruturas econômicas do país através do reconhecimento e da valorização do trabalho de reprodução e do cuidado, realizado historicamente pelas mulheres, e constrói uma ótica de leitura da sociedade a partir das relações sociais de sexos com base em Kergoat (2009), mostrando que são essas relações que separam e hierarquizam socialmente as tarefas de homens e mulheres.

Nesse contexto, a Marcha defende que, como afirma Nobre e Faria (2003), o capitalismo expande suas fronteiras do mercado, sendo possível

comprar e vender relações interpessoais. Paradoxalmente, esse mesmo sistema dicotomiza a esfera da produção e a reprodução ou produção do viver. O trabalho realizado dentro de casa e na comunidade está fora do mercado e da sua contabilidade, no entanto, sustenta seu funcionamento e perpetuação.

No Fórum Social Mundial de 2003, a MMM/Brasil constrói a discussão da sociedade de mercado explicitando a discussão do conservadorismo explorado pela ideologia neoliberal, na qual impõem um padrão de beleza e comportamento às mulheres. Nesse sentido, as mulheres reduzem a autonomia sobre seu corpo já que, quando não se enquadram nessa ditadura de mercado, a correção é feita com a utilização da violência simbólica.

Nesse sentido, também propõe um debate acerca do controle do corpo e da vida das mulheres. A MMM Brasil reafirma também o direito ao aborto como uma de suas bandeiras, enfatizando que quer construir um mundo no qual as mulheres tenham autonomia sobre seu corpo e sejam respeitadas nas suas decisões de optar por ser mãe ou não. Debate, então, com o conjunto do FSM e na assembleia dos movimentos sociais que o direito das mulheres ao aborto deve fazer parte do outro mundo que se quer construir.

Com essas propostas constituídas de uma análise crítica e de um campo de ação em nível internacional fortalecido no FSM, a MMM Brasil reativa o movimento de auto-organização com ações de rua e contribui com a elaboração da pressão internacional para estabelecer, tanto em nível local como internacional, as mudanças de análise e ação sobre a nova ordem mundial chamada neoliberalismo. Foi nesse contexto e com uma leitura feminista da realidade que a MMM internacional e a MMM Brasil construíram o debate contra o livre comércio e teceram as ações da campanha contra a ALCA.

Em 2005, a Marcha realizou uma ação internacional que levou milhares de mulheres às ruas fomentando a auto-organização interligada com a mobilização de rua. Lançada no 8 de março em São Paulo/Brasil, nessa ação internacional, a Marcha construiu a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, em que expressa sua visão das alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade. Entre o 8 de março a 17 de outubro daquele ano, além da carta, as mulheres de cada país confeccionaram

retalhos com pinturas que expressavam sua luta. Ao final, formou-se uma grande colcha de retalhos como um Mosaico Mundial de Solidariedade, uma forma simbólica de representar a Carta que percorreu os 60 países envolvidos na ação.

Desde então, a MMM no Brasil se referendou no país como um movimento feminista de ações de massa com uma análise crítica da realidade e, ao mesmo tempo, reivindicando e incidindo sobre as políticas públicas. Em sua trajetória atuou conjuntamente com os movimentos sociais e com as mulheres rurais nos seus distintos campos políticos e diferentes regiões do país.

No plano teórico, a construção de um movimento dessa natureza traz conceitos fundamentais. Desses, podemos citar, a partir de Mond (2010), a multiplicidade do sujeito da mudança, questionando a compreensão de uma vanguarda única que vai dirigir o processo histórico, e, de acordo com Carrasco (2008), a necessidade de uma abordagem feminista da economia que integra a produção com a reprodução como unidade e não como campos opostos. São conceitos que, segundo Mond (2010), propõem uma leitura dialética entre movimento e prática, debatendo que a mudança não é o único fim de um projeto de transformação, mas todo o processo de construção da mudança. E as práticas exercidas durante a trajetória de construção são elementos fundamentais da transformação.

Dentro da nova fase no movimento feminista no Brasil, a MMM Brasil propõe agendas fundamentais para mudar os rumos da mobilização do movimento das mulheres a partir da mobilização de massa e em rua e do ponto de vista da economia feminista.

#### **4.7.2 “Somos mulheres e não mercadoria”: a ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres**

A MMM construiu, em conjunto com os movimentos sociais, todo o processo da luta contra os acordos de livre comércio. Na América Latina e Caribe isso se materializou na luta contra os Tratados de Livre Comércio, TLCs, e Campanha contra Área de Livre Comércio das Américas, ALCA.

No Brasil, a campanha contra a ALCA teve uma importante contribuição para construção de agendas unitárias dos movimentos sociais do país. A MMM Brasil se envolveu em todos os processos da campanha. Foi no seio das ações

contra o livre comércio que a Marcha elaborou uma leitura feminista acerca das implicações da sociedade regida pelo mercado e de suas consequências vivenciadas pelas mulheres. Naquele período já se afirmava que o mercado definia a vida e que se vivia em um momento de mercantilização da vida, da natureza, das pessoas e, especialmente, das mulheres.

Tais debates conduziram a MMM a construir a ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Esta, protagonizada pelas jovens militantes da MMM Brasil, “coloca em xeque os estereótipos de beleza, a homogeneização dos corpos, o sexo comprado, a imposição da maternidade” (MMM, 2005).

Ainda segundo o caderno da MMM Brasil (2005), produzido para o seu I Encontro Nacional em 2006, nesta sociedade de mercado as mulheres são reduzidas a coisas, pois os corpos são controlados e moldados como produtos. Dito de outra maneira, existe um padrão de beleza ditado pelas corporações transnacionais da indústria farmacêutica e da beleza que impõem um modelo de corpo para as mulheres, só adquirido com a condição de seguir a cartilha ditada pelo mercado patriarcal.

A Ofensiva Contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres foi lançada em 2004 como uma ação permanente, é construída como acúmulo das ações e discussões protagonizadas pela MMM e tem como objetivo articular e intensificar as ações que já eram realizadas como estratégia para denunciar o machismo na sociedade de mercado, “através de colagem de cartazes, intervenção em cartazes publicitários, ações de rua com batucada, debates sobre letras de música, publicidade na TV e em revistas e padrões de beleza” (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 311).

Com essa pauta, a MMM conseguiu inaugurar uma nova agenda para o movimento feminista e aglutinou jovens dos diversos setores: estudantil, da União Nacional dos estudantes, e demais setores, jovens rurais e urbanas, do meio popular, da arte e cultura.

Com a formação da Batucada Feminista, a ofensiva ganha ações de rua que embalam manifestações da MMM Brasil e fortalecem a construção da sua identidade política. Mais uma vez, a Marcha Nacional inaugura ações com batuque transformando-o em um instrumento político que potencializa suas ações. Sobre a formação da batucada, os registros contam:

[...] a batucada na MMM, como uma expressão de nossa ação feminista, iniciou com as mulheres do Rio Grande do Norte no FSM, em 2003. Essa experiência somou e inovou uma linguagem própria da MMM. Possibilitou ocupar plenamente o espaço público desde os nossos sons, que produzimos dos tambores e das latas, e de nossas vozes, com gritos que fortalecem uma ação feminista irreverente. O ritmo, o visual e a rebeldia da batucada feminista já apareceram nas manifestações do 8 de março de 2003 em alguns estados (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 311).

Deste então, a batucada feminista é considerada um instrumento de luta fundamental nas diversas atividades da MMM Brasil e se constitui como parte da identidade política desse movimento. É importante lembrar que os instrumentos de batuque sempre foram importantes para a esquerda mundial, desde os primórdios, como na luta contra o fascismo na Europa ou na Revolução Russa, quando utilizava percussão em suas manifestações. No entanto, diversos movimentos sociais vinham tentando reproduzir essa forma de manifestação sem continuidade. Há registros de movimentos com batuque nas ações diretas da esquerda mundial e nos chamados frentes de massas. A MMM Brasil consegue construir um Batuque que, junto com as coloridas bandeiras, representam o significado de fazer um movimento com a radicalidade que a realidade exige e com a austeridade e leveza que sua identidade consegue expressar.

#### **4.7.3 Campanha de valorização do salário mínimo: uma luta contra a pobreza entre as mulheres**

Em 2001, quando se inaugurava uma nova conjuntura nacional com a vitória de um governo progressista e a retomada de reivindicações diante do estado, a MMM Brasil iniciava a elaboração de uma proposta de valorização do salário mínimo, entendendo a importância política para ampliar a autonomia econômica das mulheres. A permanente abordagem feminista de temas considerados “gerais” fez com que a MMM Brasil problematizasse o debate



acerca da valorização do salário mínimo como um tema de mulheres, pois afeta diretamente a maioria das mulheres trabalhadoras do país<sup>35</sup>.

A proposta de revisão do salário mínimo nacional contou com a contribuição de pesquisadores e pesquisadoras da Universidade de Campinas (UNICAMP) e o diálogo com as mulheres dos movimentos sociais, em especial MST, CONTAG e CUT, e consistia em dobrar o valor do salário mínimo ao longo de quatro anos, com um reajuste a partir dos índices da inflação acrescido de um aumento real de 19%. Segundo a Marcha Brasil, há quase vinte milhões de mulheres que recebem até dois salários mínimos no país.

Na primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, Dantas (2012) expõe os argumentos construídos pela MMM Brasil para o aumento do salário mínimo com a relação dialética entre as transformações gerais da classe trabalhadora e a mudança na vida das mulheres. Os argumentos sintetizam a proposta argumentativa em alguns eixos centrais, a seguir:

1. O aumento do Salário Mínimo diminui a exploração das trabalhadoras e trabalhadores, que passam a possuir uma fatia maior da riqueza que produzem.

2. Faz girar a economia geral do país. Quando as pessoas ganham mais, consomem mais e isso faz girar a economia. Mais gente para comprar significa que o comércio vai precisar de mais produtos de consumo popular e isso vai exigir uma nova direção para a indústria e a produção de alimentos. Em muitos campos da economia, para aumentar a produção de produtos de massa, será preciso criar mais empregos.

3. Tem efeito muito positivo na economia da maioria dos municípios. Dinheiro a mais no salário significa desenvolvimento dos setores de bens e serviços e isso ajuda principalmente os municípios pequenos e medianos. Além disso, o dinheiro de aposentados e pensionistas melhora o comércio e a economia dos pequenos municípios, principalmente os das regiões mais pobres.

4. Protege as pessoas dos efeitos destrutivos da pobreza e da miséria. O aumento do mínimo é uma maneira rápida e simples de proteger a renda das pessoas discriminadas no mercado de trabalho, sem que seja preciso fazer

---

<sup>35</sup> De acordo com os dados do IBGE de 2001, 71,3% das mulheres que trabalham ganham até dois salários mínimos. O aumento do salário mínimo beneficiaria a mais de 70% das mulheres Brasileiras.

grandes pesquisas para saber quem são e onde encontrá-las. Esse aumento favorece as pessoas mais pobres entre os pobres: as mulheres negras, as mulheres em geral, os homens negros, pessoas homoafetivas e pessoas portadoras de deficiência.

5. Movimenta a economia positivamente, é referência para quem o recebe e tem carteira assinada, para pessoas sem carteira que calculam o preço de seu trabalho pelo mínimo e para pessoas que recebem múltiplos do mínimo.

6. Prepara a sociedade para viver em um país mais igualitário porque diminui a diferença entre os salários mais altos e mais baixos. Também vai diminuir a diferença entre a média de salários de homens e mulheres, entre a média de salários de pessoas negras e não negras, entre a média de salários de mulheres negras e não negras.

7. Por último, o aumento do Salário Mínimo ajuda a reverter a tendência histórica de desvalorização do mínimo e de uma política de baixos salários.

A Campanha reposiciona o tema na pauta nacional em um momento que os movimentos sociais ampliavam o diálogo com o governo federal. Nesse mesmo período a Central Única dos Trabalhadores (CUT) negociava com o governo federal uma proposta de aumento do salário mínimo. Por diversas vezes, a Marcha foi chamada a debater sobre a proposta em negociação.

Nos momentos de mobilizações seguintes, os diversos movimentos colocaram como parte da pauta nacional a proposta de valorização do salário mínimo. Dentre os quais, a Marcha das Margaridas, em 2003; A Jornada Nacional de Lutas do Movimento dos trabalhadores Sem Terra em 2004; Pauta da Coordenação dos Movimentos Sociais, 2003/2004 e o Grito da Terra Brasil da CONTAG, 2004.

A MMM Brasil questionou, naquele período, a decisão do governo de reajustar o salário mínimo apenas com as perdas da inflação, sem um aumento real significativo<sup>36</sup>.

Do ponto de vista do movimento de mulheres, a Campanha de Valorização do Salário Mínimo foi importante para mobilizar mulheres urbanas e rurais de todas as regiões e todas as raças do país em torno de uma proposta na qual se sentiram representadas. Do ponto de vista político, colocou a MMM

---

<sup>36</sup> Ver jornal da Marcha, julho de 2004.

Brasil como um movimento que discute as questões nacionais a partir de uma proposta feminista. Do ponto de vista pedagógico, as mulheres tiveram a oportunidade de discutir e apreender questões econômicas ainda não debatidas no movimento de mulheres.

Essas duas esferas de atuação: a luta contra o projeto Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em consonância com a campanha contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres e a luta pela valorização do salário mínimo produziu efeitos positivos na vida das mulheres. As mulheres passaram a compreender sobre economia e a se inserirem nesse debate; e o salário mínimo teve crescimento real no último período, até 2015. Do ponto de vista do movimento, essa articulação credenciou a MMM para atuar na incidência de políticas públicas para as mulheres na temática da economia feminista desde as proposições elaboradas nas conferências de mulheres dos últimos períodos e, principalmente, com as mulheres rurais.

#### 4.8 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES BRASIL: QUANDO AS MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE SE UNIREM O CAPITALISMO PATRIARCAL NÃO VAI RESISTIR

A construção conjunta da MMM Brasil com as mulheres rurais tem contexto específico, considerando que logo seu início teve a articulação com a Marcha das Margaridas, com setores populares e sindicais, como já dito e com um campo de organizações que vinha trabalhando o tema de gênero e agricultura como a SOF – Sempre Viva Organização Feminista e, mais tarde, a conexão com o Centro Feminista 8 de Março, no Nordeste brasileiro.

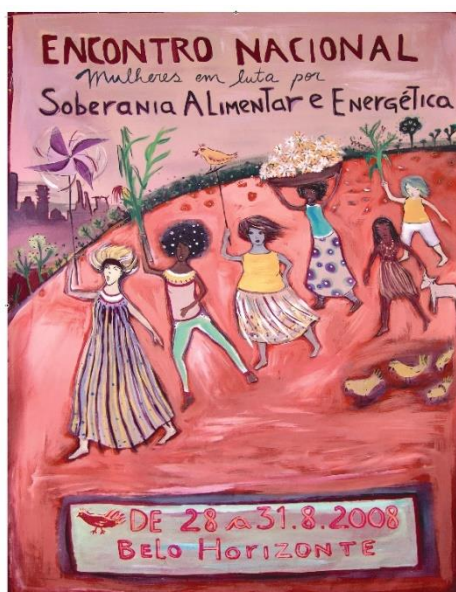
A construção política da MMM em conjunto com as mulheres rurais promoveu um fortalecimento recíproco a partir de alianças com os movimentos sociais nas agendas nacionais e internacionais no campo da soberania alimentar, agroecologia e proposição de políticas públicas para as mulheres rurais.

Assim, as mulheres rurais dos movimentos nos quais a MMM tem construído aliança como a Via Campesina/MST, a CONTAG que, desde o princípio, fez uma adesão à MMM, e GT de mulheres da ANA, se fortalecem como sujeitos políticos, auto-organizadas em seus movimentos.

Com construção de conceitos, articulações políticas e ações conjuntas, pretende-se resgatar aqui o processo de construção pautado em duas esferas: a luta pela soberania alimentar, a construção estratégica com as mulheres da via campesina e as ações concretas nessa temática através da agroecologia e da articulação com o GT de mulheres da ANA; e a construção de políticas públicas para as mulheres rurais, em especial a experiência da MMM com a construção da pauta da Marcha das Margaridas, a atuação com as Conferências de Políticas para as Mulheres convocadas pelo governo federal desde 2004 e da incidência com a diretoria de políticas para as mulheres – DPMR/ MDA, através dos conselhos gestores dos programas desenvolvidos por essa diretoria.

#### 4.8.1 Soberania alimentar e energética, aliança campo e cidade

**Figura 15** – Encontro Nacional mulheres em luta por soberania alimentar e energética 2008



Fonte: Arquivos CF8.

Em 1996, a Via Campesina propôs o conceito de soberania alimentar como alternativa às políticas neoliberais. Soberania alimentar é o direito dos povos de decidir sobre as suas políticas agrícolas e alimentares e de defender sua cultura alimentar da hegemonia capitalista, como também, produzir, trocar e

consumir alimento de acordo com seus costumes, livre de qualquer pressão política, militar ou econômica.

Garantir o princípio de soberania alimentar passa a ser: produzir em consonância com as características climáticas da região; priorizar a produção, o comércio local e a cultura de subsistência; resgatar a cultura camponesa nas suas dimensões de diversidade e respeito à natureza; visibilizar o trabalho das mulheres na produção e distribuição dos alimentos, deixando para trás a divisão sexual do trabalho; e recolocar a sustentabilidade da vida humana como centro da economia e da atividade das pessoas, afinal, a alimentação é parte fundamental desse processo.

A Marcha Mundial das Mulheres no processo de aliança e lutas conjuntas com a Via campesina constrói um diálogo com esse conceito e acrescenta que o direito à alimentação tem dimensões sociais, mas também individuais. É no interior das famílias que as desigualdades são cristalizadas e a comida existente não é dividida igualmente entre os seus membros. Os preconceitos de que meninas e mulheres não fazem trabalho pesado e são mais frágeis é a justificativa para comerem as menores quantidades e as piores partes dos alimentos. As mulheres camponesas quando falam das tarefas domésticas e do não reconhecimento de seu trabalho falam que no preparo dos alimentos há uma necessidade de mais pessoas para a colaboração. Citam como exemplo a preparação da pamonha e da canjica, comidas típicas dos festejos juninos no nordeste brasileiro que necessitam de muitas horas de trabalho. Haja vista não só a falta de apoio de outras pessoas como também o processo pelos quais aqueles pratos são desenvolvidos.

Na experiência de algumas mulheres do Projeto de Reforma Agrária de Aurora da Cessa (Apodi/RN), as mulheres organizam a preparação de forma socializada. Elas juntam todos os ingredientes (milho verde, rapadura – para substituir o açúcar – e leite) e dividem as tarefas entre as mulheres consorciadas, e assim reduzem as horas trabalhadas e dividem a comida preparada. Exemplos de socialização do trabalho do preparo e distribuição da comida se multiplicam em todo Brasil e América Latina, seja nas experiências do MST no sul do País, seja nas experiências dos comedores no Peru.

Com esses exemplos, reforçar a ideia de que a construção do princípio da soberania alimentar não é tão somente resgatar a cultura camponesa. É mais do

que isso. É construir uma outra relação entre homens e mulheres em que não reine o autoritarismo masculino do passado e do presente, e que esse novo princípio não traga consigo o reforço da divisão sexual do trabalho que tanto oprime as mulheres do campo e da cidade. Reafirma-se cotidianamente que as mulheres não querem comprar nem tampouco vender o aprendizado do cuidado e da preparação dos alimentos, mas compartilhá-lo com os membros da família e responsabilizar o estado para a socialização.

Seguindo essa lógica, o documento preparatório ao IV encontro da MMM, realizado no Peru em 2006, afirma que a agroecologia é a forma de produzir que aproxima a agricultura da natureza. As mulheres se identificam com essa maneira de produzir porque muitas das tarefas que realizam na produção e no cuidado são consideradas importantes para a vida da família e da comunidade. Na agroecologia as mulheres experimentam, são criativas e autônomas no fazer agroecológico.

O documento afirma também que as mulheres que vivem na cidade também são responsáveis pela alimentação da família e formam a maioria dos profissionais da área. Elas trabalham o dia todo em um emprego formal ou informal, no atendimento da casa, da família e da comunidade. Cansada e sem ter com quem compartilhar o trabalho de comprar e preparar comida, mesmo insatisfeitas, acabam comprando alimentos industrializados e esse padrão alimentar atual prejudica a saúde. Para alterar a cultura alimentar da cidade é necessário mudar a forma como a sociedade é organizada: reduzir o horário de trabalho, facilitar o transporte público e compartilhar o trabalho doméstico entre as pessoas que vivem juntas.

Ainda nesse documento, a MMM afirma que o acesso à terra, à água e às sementes são fundamentais para se construir uma soberania alimentar. Faz uma crítica contundente aos transgênicos e reafirma o já dito pela via camponesa que as sementes devem ser um patrimônio do povo à serviço da humanidade. A luta contra os transgênicos é a única forma de impedir que as empresas tenham a propriedade intelectual sobre as formas de vida. É garantir o direito de usar livremente, escolher, armazenar e trocar sementes e espécies. Na agricultura camponesa, as mulheres são as principais guardiãs de sementes. Em uma sociedade regida pela transgenia e pelo patenteamento genético, a troca de sementes e o tentar plantar em seus quintais em casa, nas palavras das

mulheres, “para ver se ela cresce”, torna-se nessa nova ordem uma desobediência civil.

Nesse contexto de aliança e debate sobre soberania, a MMM constrói sua visão sobre os transgênicos afirmando que, em tese, seria ótimo que, de repente, uma pílula alterada pela cultura transgênica resolvesse o problema da alimentação do planeta e, de quebra, contemplasse as mulheres, que sempre lutaram pelo direito à redução da sobrecarga com as tarefas domésticas. Mas essa possibilidade, teoricamente tão satisfatória quanto as colônias na lua, passa ao largo das realidades. Contentar-se com a perspectiva dessa ilusão mascara a verdadeira discussão, que seria a de questionar a divisão sexual do trabalho e o modelo capitalista de desenvolvimento. Mais fácil buscar tecnologia do que buscar a alteração dos valores e poderes já estabelecidos.

No processo de construção do Nyeneli<sup>37</sup> e os demais processos de articulação, MMM e Via Campesina passaram a consolidar uma aliança que tem propiciado um diálogo constante entre as mulheres da MMM urbanas e rurais e as mulheres da Via campesina.

Nisso, os debates entre as camponesas, feministas, ambientalistas, pescadoras e marisqueiras têm aprofundado a concepção de soberania alimentar como uma organização da vida em contraponto com o capitalismo. A reflexão conjunta da Marcha e da Via tem em comum a ação por uma transformação radical da sociedade e apresenta a questão de como garantir, hoje, a toda a população, alimentação de qualidade, e às camponesas, camponeses, pescadoras, pescadores e marisqueiras, condições de produzir esse alimento. Nas estratégias, o debate gira em torno de se há uma tensão ou se é possível haver complementaridades entre criar brechas no sistema a nosso favor (por exemplo, melhorando a renda monetária das unidades camponesas) ou na criação de sistemas paralelos (de produção, distribuição). Sobre as estratégias, a Marcha Mundial aponta:

As duas estratégias dependem de uma organização de cada setor e da construção de alianças estratégicas entre esses setores. Só isso nos permitirá apontar caminhos que, se são marcados pela correlação

---

<sup>37</sup> Em conjunto com a Via Campesina, Amigos da Terra Internacional, entre outras organizações, foi organizado em 2007 o Fórum Nyéleni de Soberania Alimentar, em Selingué, no Mali. Foram realizadas oficinas preparatórias no Brasil e América Latina com mulheres camponesas, pescadoras e também urbanas para aprofundar uma visão feminista sobre a soberania alimentar.



de forças, não nos façam perder o horizonte de aonde queremos chegar (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008, p. 41).

No Brasil, essas alianças estratégicas se materializam na luta cotidiana no apoio às jornadas de lutas das mulheres da Via e da contribuição destas nas pautas como a luta por salário mínimo, nas ações internacionais e nas ações cotidianas da luta pela agroecologia da Marcha.

Em agosto de 2008, as mulheres da MMM e da Via Campesina Brasil organizaram o Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética. Esse foi um momento no qual se afirmou a crítica à concepção de desenvolvimento baseada na ideia de crescimento econômico ilimitado, onde o mercado e o lucro privado são priorizados em detrimento da dignidade e sustentabilidade da vida. As mais de 500 mulheres urbanas e rurais presentes no encontro deram visibilidade às alternativas construídas em práticas populares nos territórios, pautadas pela afirmação da agroecologia como projeto político para alcançar a Soberania Alimentar, pela defesa do direito dos povos ao território e bens comuns e pela igualdade como princípio organizador da sociedade. De lá para os dias atuais, essa aliança segue se fortalecendo sob esses princípios.

#### **4.8.2 Feminismo e auto-organização e a luta por políticas públicas**

A construção da MMM e as mulheres do campo sindical rural também compuseram uma estratégia: fazer uma crítica ao modelo de desenvolvimento rural em curso tendo o feminismo como referencial para analisar e atuar sobre a realidade. No campo das mulheres da Marcha das Margaridas, a construção conjunta se deu pela pautas, mobilização popular e incidência sobre as políticas públicas.

De acordo com os documentos da Marcha das Margaridas (2000), a origem dessa mobilização se deu coordenada pelas mulheres sindicalistas rurais organizadas na CONTAG, construída numa articulação com a Marcha Mundial das Mulheres, com o chamado “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, numa ação que envolveu 159 países no período de 8 de março a 17 de outubro. A Marcha das Margaridas foi construída, portanto, como um movimento de caráter feminista, amplamente articulado com

o propósito maior de transformação, da discriminação e da violência às mulheres, da fome e da pobreza. Nessa ação em parceria, se destacaram as mulheres trabalhadoras do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, do Conselho Nacional dos Seringueiros e as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade organizadas na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Desde então, na elaboração da pauta das Margaridas, a MMM tem seguido na coordenação do processo e contribuído nos eixos propostos. Para fins deste estudo, resgata-se a contribuição nos eixos da economia feminista que se expressam na pauta da autonomia econômica das mulheres rurais e agroecologia. Em 2003, por exemplo, em uma conjuntura de pressão dos setores do agronegócio para liberação dos transgênicos no Brasil, a MMM desenvolveu uma importante contribuição na elaboração da pauta da Marcha das Margaridas sobre os transgênicos:

Proibir o cultivo e o comércio dos produtos transgênicos, garantindo a aprovação de legislação ordinária que assegure o direito a precaução na saúde pública e no meio ambiente e que impeça o controle do monopólio das sementes pelas empresas multinacionais. 58. Promover uma campanha nacional de esclarecimentos sobre os riscos do consumo de produtos transgênicos nos seres humanos, e em especial nas mulheres trabalhadoras rurais (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2003, p. 15).

Nesse período, outros movimentos também lançaram campanha contra os transgênicos. A MMM fez ações diretas em supermercados e construíram campanhas de conscientização e denúncias. No Fórum Social Brasileiro, realizado em 2003 na cidade de Belo Horizonte/MG, ocorreram diversos protestos contra os transgênicos. Os protestos realizados em supermercados tiveram como objetivo esclarecer a população sobre a obrigatoriedade de informações nos rótulos sobre a existência de ingredientes transgênicos nos produtos expostos nas prateleiras. O MST construiu esse debate com materiais educativos e as ações sobre os transgênicos perduraram por um longo período com adesão de setores importantes da classe média e intelectuais.

Em 2015, o conceito de soberania alimentar apresentado no caderno de pauta da Marcha das Margaridas esteve em consonância com a MMM e as mulheres rurais. Nesse ano, esse debate foi catalisador de outros temas como a

agroecologia e o modelo de desenvolvimento. Para a Marcha das Margaridas, a soberania alimentar

Refere-se ao direito e autonomia dos povos e nações de defenderem sua cultura alimentar e decidirem sobre as formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Significa também o respeito às culturas e à diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 12).

O conceito elaborado pelos camponeses e construído com a contribuição do Feminismo da Marcha dialoga com o aprendizado construído pela Marcha das Margaridas, fazendo uma única pauta das mulheres do campo e da cidade sobre a soberania alimentar. Essa pauta tem concretude no Brasil através da prática da agroecologia.

#### 4.9 A CONSTRUÇÃO DA MULHER COMO SUJEITO POLÍTICO: SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA

**Figura 16** – Plenária de Mulheres do III ENA



Fonte: Arquivo do CF8.

O aprendizado elaborado das ações conjuntas entre GT de Mulheres da ANA, movimentos feministas e mulheres rurais, tem elaborado um entendimento teórico prático do que seja agroecologia. A articulação da MMM e o GT de mulheres da ANA desencadeou processos de questionamentos ao conceito de agroecologia pautada em uma visão tecnicista e, ao mesmo tempo, conseguiu

unificar as mulheres do campo e da cidade em uma pauta da agroecologia que envolve a visão de mundo e a prática cotidiana.

Essa a articulação entre o GT de Mulheres da ANA, faz a MMM afirmar que: sem feminismo não há Agroecologia. Lema construído que expressa o entendimento sistêmico de que a agroecologia é ciência, prática e movimento. De acordo com Moreira (2017), para as mulheres que fazem agroecologia, incluso a MMM, o Feminismo e a Agroecologia fazem parte da construção de um mesmo projeto de transformação da sociedade que garante a soberania dos povos sobre seus territórios e promova a produção e o consumo de alimentos saudáveis, e ao mesmo tempo que reconheça os saberes, o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida.

No caminhar da articulação do GT com grupos e com a MMM se constrói uma prática feminista do fazer agroecológico ampliando os sujeitos desse processo, no qual mulheres rurais, equipes técnicas e administrativas das ONGs agroecológicas, mulheres organizadas na economia solidária e movimentos feministas estabelecem a agroecologia como plataforma de luta.

#### 4.10 MMM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS

**Figura 17** – Cartaz da Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Mossoró 2015



Fonte: Arquivo CF8.

A atuação da MMM nas Conferências de Políticas para as Mulheres de 2003 a 2015/16 trilhou a mobilização em todos os estados da federação em que existia a Marcha constituída como movimento no esforço de articulação com os demais setores dos movimentos feministas para aprovar propostas que continuassem com a igualdade entre mulheres e homens e a autonomia das mulheres nas suas diversas dimensões.

Durante esse processo, a Marcha construiu uma aliança com as mulheres rurais para elaborar um eixo da Conferência que tratasse das mulheres rurais sob o título: “Igualdade de Gênero no Campo, na Floresta e nas Águas, com tópicos apontados para defender uma política geradora de igualdade” para as mulheres rurais: (a) Enfrentamento à violência contra a mulher: combate aos altíssimos índices de violência contra as mulheres, estimulada pela impunidade dos agressores. (b) Desenvolvimento rural sustentável com igualdade de gênero: autonomia econômica, com acesso a financiamentos em geral; melhor divisão sexual do trabalho, sem imposição de sobrecarga de atividades à mulher. (c) Direito à terra: acesso à posse e ao título da terra por parte das mulheres. (d) Direito à legislação. (e) Serviços e políticas públicas.

Os processos desencadeados nas Conferências legitimaram as políticas construídas através da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais/ DPMR do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nisso, a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil teve a singularidade de implementações de políticas dialogadas com o movimento de mulheres rurais organizadas.

Para cada programa executado, como Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, PNDTR, crédito – PRONAF Mulher, ATER Mulheres e Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rural (POPMPR), existia um conselho gestor no qual movimento de mulheres rurais era parte integrante. Nesse sentido, de acordo com Hora e Butto (2014), o governo brasileiro, através da DPMR/MDA, afirmava que a construção de políticas públicas para mulheres rurais parte de uma estratégia integrada de acesso à cidadania, promoção da autonomia e participação social. Identifica-se nos últimos três Planos Plurianuais (PPA), do governo federal, ações específicas e transversais no MDA para mulheres rurais, sendo que as ações finalísticas executadas diretamente pela DPMR no período compreendido entre 2003-2013

resultaram em programas e ações que contribuíram para a autonomia econômica das mulheres rurais.

Nesse sentido, ao reconduzir as mulheres para a agenda econômica no período em que a economia era considerada uma demanda social, os debates construídos no seio da Marcha Mundial das Mulheres influenciaram significativamente as políticas demandadas pelos movimentos para o estado.

De acordo com os documentos informativos do governo federal, entre as diretrizes dos programas de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, estiveram: a promoção da igualdade de gênero; a economia feminista e solidária; a sustentabilidade e segurança alimentar; a geração de renda e agregação de valor; a valorização étnica e racial; a gestão econômica; o fortalecimento de redes de grupos de produção; a participação e controle social.

As principais ações desses programas eram a identificação e o mapeamento de organizações produtivas de mulheres; formação de políticas públicas (Crédito, ATER/ATES, PAA e outras), para fortalecimento das organizações de mulheres; capacitação sobre elaboração de projetos; estudos sobre o acesso às políticas de apoio, à produção e à comercialização; apoio à comercialização e à realização de feiras; financiamento de ações voltadas ao apoio à gestão, à agregação de valor e à comercialização (SOF/CF8, 2010).

No programa de Assistência Técnica de Extensão Rural especializada para as mulheres rurais, as diretrizes contidas no documento base da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada em abril de 2012, orientam que a assessoria técnica tem como dever a promoção da igualdade de gênero na agricultura familiar, reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, entre outros, reconhecendo o papel e a importância das mulheres nos processos de desenvolvimento rural, fortalecendo a cidadania, a organização e a autonomia econômica das mulheres, incorporando ações que pudessem contribuir para a diminuição do trabalho não remunerado das mulheres rurais; promover o fortalecimento institucional de grupos e redes de mulheres produtoras rurais; fortalecer a participação das mulheres nas cadeias produtivas locais e regionais; promover a agregação de valor dos produtos desenvolvidos pelas organizações produtivas de mulheres rurais; e viabilizar o acesso das organizações produtivas de mulheres rurais à infraestrutura produtiva.

Assim, as diretrizes dos POPMR e do ATER Mulheres coincidem com os debates da economia feminista construídos no Brasil pela MMM e, ao mesmo tempo, responde às agendas dos movimentos de mulheres apresentados ao Estado através das suas diferentes articulações políticas. No seio da elaboração desses programas está contido o que Carrasco (2009) denomina sobre a construção da economia feminista pautada na visibilidade e valorização do trabalho do cuidado e na busca pela autonomia econômica das mulheres.

Como se inserem esses debates de sujeito político, políticas públicas para as mulheres rurais no RN? O Capítulo 5 discute a construção do sujeito político na execução do ATER mulheres no RN e, ao mesmo tempo, como ocorreu a efetividade do ATER Mulheres em todos os territórios beneficiários no Rio Grande do Norte.





## **5 TERRITÓRIO, CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO E EFETIVIDADE DO ATER MULHERES NO RN**

Neste capítulo, busca-se, através de dados secundários e primários, apresentar os resultados da avaliação da efetividade do ATER Mulheres na pesquisa. Antes apresenta a caracterização dos territórios, os quais a presente pesquisa foi desenvolvida e o perfil das usuárias do ATER Mulheres. Em seguida analisa o sujeito político da ação que, segundo os dados, se constitui como três atores políticos locais: a MMM o Cf8 e os grupos de mulheres que acessaram as políticas públicas desde 2004.

Avaliar a efetividade do ATER Mulheres no RN tendo como referência a expansão das capacidades, o feminismo e a agroecologia é avaliar as transformações sociais ocorridas na vida das mulheres rurais. Para isso, busca-se articular a relação causal entre a execução do programa e a real ampliação das capacidades das mulheres para fazerem escolhas sobre como viver e como querem viver. Ou, nas palavras do próprio Sen (1993, p. 317), “[...] uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser [...]”.

Nessa avaliação é parte do conceito de efetivação a temática das relações sociais de sexo, nomeada na divisão sexual, economia feminista e a agroecologia. Isso significa que a expansão das capacidades das mulheres é a ampliação das capacidades no mundo produtivo e reprodutivo entendendo-o como uma unidade em sua relação com os ecossistemas aos quais estão inseridas.

Para que a política pública promova a efetividade, tem que alterar positivamente a esfera produtiva e reprodutiva, a relação com os ecossistemas e ampliação de suas capacidades como sujeitos políticos. É baseando-se nessa discussão que se determinará a análise das entrevistas realizadas durante a pesquisa. Para tal, o item a seguir está subdividido nas seguintes análises: a efetividade do ATER Mulheres no RN na ótica das técnicas que estão nomeadas como agentes mediadoras e pela visão das mulheres usuárias da política nomeadas no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, o capítulo está estruturado da seguinte forma: a caracterização dos territórios, tendo por objetivo demonstrar, através dos dados oficiais, o perfil dos territórios a partir dos números em que as mulheres estão inseridas, cito: os territórios Mato Grande, Seridó, Sertão do Apodi e Açu-Mossoró do estado do Rio Grande do Norte. Construção do perfil das usuárias da política de ATER Mulheres no RN a partir dos dados diagnóstico coletados pelo cf8. Em seguida, a análise da atuação do sujeito político no RN: a Marcha Mundial das Mulheres e o cf8 e os grupos de mulheres rurais. Em uma terceira parte do capítulo, os resultados da avaliação da efetividade são apresentados, iniciando com o perfil das usuárias do ATER Mulheres do RN.

Para elaboração do capítulo foi utilizada como instrumento metodológico a pesquisa de dados, cujas principais fontes foram o Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) via Sistema de Informações Territoriais, Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e fontes que produzem informações e dados gerais cruzados com recorte de gênero.

Este capítulo conclui a análise dos dados empíricos a partir dos pressupostos teóricos. Investiga o caminho percorrido pelas mulheres para o acesso às políticas públicas e as mudanças ocasionadas por esse acesso. Os documentos oficiais e dos movimentos sociais reconstroem o debate do ATER Mulheres no Brasil postulando suas especificidades. Para isso, faz referência ao ATER Mulheres e como se deu sua execução no RN.

## 5.1 PERFIL DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

No total, são 25 milhões de pessoas que vivem no Semiárido, distribuídos por 1.262 municípios dos estados do Bahia, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais, que compõem a região (PORTAL BRASIL, 2014) Para uma localidade ser incluída no mapa do Semiárido, são observados a aridez do solo, o déficit hídrico da região e o índice de chuvas. Esses municípios apresentam baixos indicadores sociais e de saúde, geralmente atrelados à escassez de água, o que aumenta a vulnerabilidade de sua população. Nos territórios em questão, a população rural representa uma parcela significativa, com destaque para o Território do Mato Grande, onde a população residente no meio rural ultrapassa os 50% da

população total. No Rio Grande do Norte, O semiárido se estende por 147 municípios e engloba parte da região de Mato Grande, que conta com 12 municípios.

As mulheres rurais são minoria em todos os territórios, porém em quantidade aproximada à população masculina. Isso indica que um olhar que as perceba como agentes produtivos pode vir a ser um grande acerto na elaboração e execução de políticas públicas para o meio rural, considerando sua forte presença e o potencial que cada uma dispõe para produzir e gerar renda.

**Tabela 1** – População por área residente e por sexo

Territórios	População residente total	População residente rural	População residente rural/mulheres	População residente rural/homens
Mato Grande	219.581	110.922	53.236	57.686
Seridó	296.481	72.002	34.202	37.800
Sertão do Apodi	157.203	53.335	26.394	29.389
Açu/ Mossoró	455.571	86.942	41.367	45.602
<b>Total</b>	<b>1.128.836</b>	<b>323.201</b>	<b>155.199</b>	<b>170.477</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Com elevada participação, as mulheres rurais estão presentes em todos os espaços da vida cotidiana no meio rural, porém ainda se convive com a invisibilidade desses sujeitos e a desvalorização do seu trabalho.

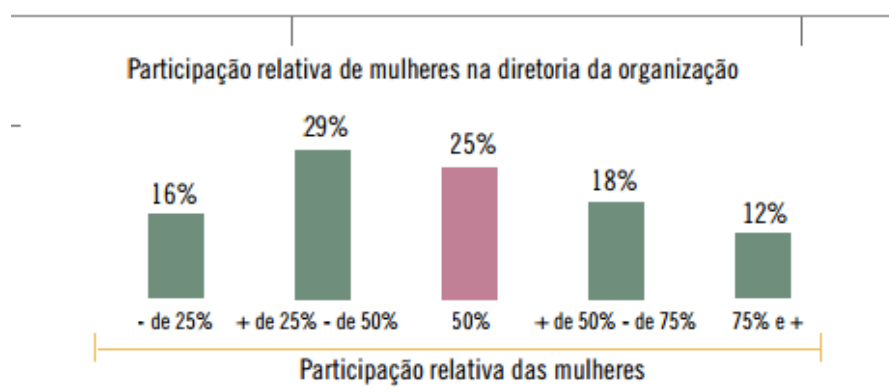
A pesquisa de mapeamento das organizações sociais do RN feito pelo Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, RN Sustentável, levantou e caracterizou as organizações sociais e de produtores familiares nos dez territórios do Rio Grande do Norte, identificando as particularidades-chaves das organizações sociais e de produtores familiares no estado potiguar e sistematizando os aspectos socioeconômicos das organizações nos territórios rurais do RN. Nessa pesquisa, encontra-se um pequeno retrato de onde e como estão as mulheres rurais desses territórios. Foram mapeadas 2.513 organizações, sendo 2.479 associações e 34 cooperativas, distribuídas nos 10 territórios do estado.



Essa mesma pesquisa revela ainda que as mulheres, em 45% das organizações mapeadas, são maioria de associados/cooperados. Destas, 93 são constituídas exclusivamente por mulheres. Por outro lado, 68 organizações não possuem mulheres em sua composição.

No que se refere aos aspectos de gestão das organizações, 398 das organizações não possuem participação de mulheres em sua diretoria, o que representa 16% do total das mapeadas. Por outro lado, verificou-se que 299 organizações, cerca de 12%, têm sua diretoria composta exclusivamente por mulheres, conforme mostra o Gráfico 1:

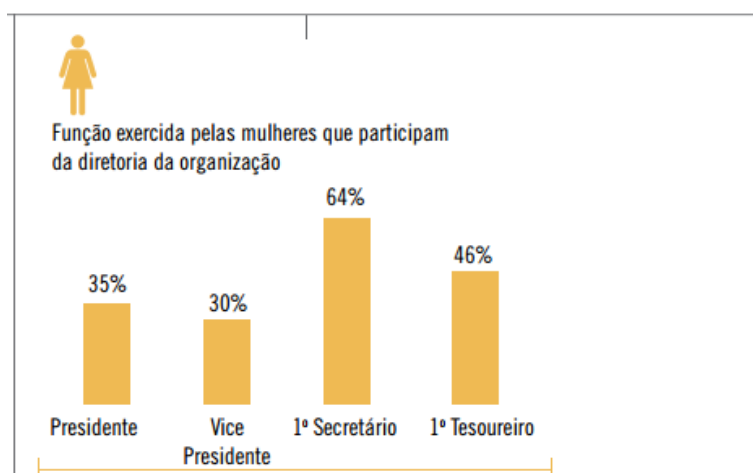
**Gráfico 1 – Participação relativa de mulheres na diretoria da organização**



Fonte: Mapeamento das Organizações Sociais e de Produtores Familiares do Rio Grande do Norte, 2014.

Já o Gráfico 2 apresenta as funções desenvolvidas pelas mulheres nas organizações. Ao observar os números, fica nítido que elas, em sua maioria, desenvolvem funções que denotam pouca representação e poder. Apenas 35% são presidentes, enquanto 64% são secretárias, função caracterizada de pouco poder e coordenação. Esse gráfico demonstra o que a literatura retrata, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres e os seus desafios de assumir cargos de comando, especialmente nas organizações de suas comunidades e assentamentos.

**Gráfico 2 – Função exercida pelas mulheres que participam da diretoria da organização**



Fonte: Mapeamento das Organizações Sociais e de Produtores Familiares do Rio Grande do Norte, 2014.

Na Tabela 2 é possível mostrar a totalização da população por território, apresentando em separado a população residente no campo, também por território, além de fazer o recorte de gênero e de faixa etária das mulheres.

**Tabela 2 – Dados de população e faixa etária das mulheres, por Território da Cidadania**

Território	Pop. Total (2010)	Pop. Rural	Pop. residente e feminina	Mulheres de 5 a 19 anos	Mulheres de 20 a 49 anos	Mulheres de 50 a 69 anos	Mulheres com mais de 70 anos
<b>Mato Grande</b>	219.581	110.922	110.853	34.073	47.189	14.240	5.717
<b>Seridó</b>	296.481	72.002	150.413	36.192	68.564	24.490	11.207
<b>Sertão do Apodi</b>	157.203	55.783	78.540	20.104	35.394	12.343	5.322
<b>Açu/Mossoró</b>	455.571	86.969	231.857	58.060	112.830	31.989	11.835

Fonte: IBGE, 2010.

Traduz-se que a população feminina tem uma grande expressão em número e em idade produtiva, o que requer um olhar de fato diferenciado e, com

isso, estabeleça condições de superarem as relações desiguais, construindo uma sociedade mais justa e igual.

Para maior contextualização, busca-se apresentar em números oficiais a caracterização de todos territórios do RN que o ATER Mulheres foi executado antes de avaliar a efetividade da política e a construção do sujeito político.

### **5.1.1 Caracterização dos territórios**

Desde 2003 o governo brasileiro adotou a abordagem territorial como forma de estruturar suas políticas no meio rural para agricultura familiar, com vistas à consolidação do desenvolvimento sustentável.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) começou a implantar o território da cidadania entre 2003 e 2006. Em parceria com os estados, mobilizou e capacitou atores e atrizes sociais para a formação dos Colegiados Territoriais. Em uma segunda etapa, de 2007 a 2010, iniciou-se o Programa Territórios da Cidadania, de forma mais arrojada e mais articulada, com planejamento e gestão de ações coordenadas por vários órgãos estratégicos dos governos federal, estaduais e municipais.

De 2011 a 2015, entrou-se em uma nova fase de pesquisas e debates na qual se estabeleceram parcerias com as universidades e institutos federais, aprimorando as políticas com apoio técnico aos colegiados, com a criação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, NEDET. Esse processo está em uma nova fase com os “Territórios em Foco”, consolidando o modelo de abordagem territorial.

A seguir, informações gerais sobre os Territórios da Cidadania nos quais o ATER Mulheres foi executado no RN.

#### **a) Território do Mato Grande**

O Território da Cidadania do Mato Grande abrange 15 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros e Parazinho. Apresenta 5.758.60 km<sup>2</sup> de área total, com uma população de 224.107 habitantes, sendo



que 114.518 destes (51,10%) residem na área rural. O território tem 6.665 agricultores familiares, 5.161 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola.

No território do Mato Grande, a população residente no rural é superior à que reside na zona urbana. Das quinze cidades que compõem esse território, em nove a população rural supera a que vive na cidade. São elas: Bento Fernandes, Maxaranguape, Pedra Grande, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Esses números já apontam um desafio ao gestor local para oferta de serviços básicos como saúde e educação de qualidade.

A população feminina aproxima-se dos 50%. Percebe-se na Tabela 3 que a maioria das mulheres está em idade produtiva, ou seja, tem entre 20 e 49 anos, que, somadas às mulheres de 50 a 69 anos, formam uma parcela significativa da população desse território.

**Tabela 3 – Dados de população e faixa etária das mulheres por município do Território da Cidadania do Mato Grande (2010)**

Município	Pop. total	População residente feminina	Mulheres de 5 a 19 anos	Mulheres de 20 a 49 anos	Mulheres de 50 a 69 anos	Mulheres com mais de 70 anos
Bento Fernandes	5.113	2.483	817	1.015	332	127
Caiçara do Norte	6.016	2.897	822	1.264	387	174
Ceará-Mirim	68.141	34.394	10.081	15.092	4.469	1.800
Jandaíra	6.801	3.287	1.003	1.386	420	185
João Câmara	32.227	16.185	4.899	6.951	2.136	874
Maxaranguape	10.441	5.091	1.598	2.135	636	208
Parazinho	4.845	2.411	830	906	322	137
Pedra Grande	3.521	1.749	574	724	225	80
Poço Branco	13.949	6.892	2.198	2.880	882	372
Pureza	8.424	4.147	1.370	1.652	518	223
Rio do Fogo	10.059	4.925	1.579	2.066	570	225
São B. do Norte	2.975	1.451	430	600	200	87
São M. do Gostoso	8.670	4.196	1.345	1.779	505	183
Taipu	11.836	5.724	1.765	2.377	776	314
Touros	31.089	15.021	4.762	6.362	1.862	728
<b>TC Mato Grande</b>	<b>219.581</b>	<b>110.853</b>	<b>34.073</b>	<b>47.189</b>	<b>14.240</b>	<b>5.717</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os indicadores sociais, apresentados na tabela a seguir, apontam para uma situação razoável, considerando que o Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal do conjunto do território ultrapassa 0,5, indicando uma maior aproximação do recomendado pelos organismos internacionais. Em alguns municípios esse índice alcança os 0,6, como em Maxaranguape e Ceará-Mirim.

No que se refere à educação, os índices apontam redução. Na maioria dos municípios, o índice que mede a educação não supera a casa dos 0,4. Apenas Maxaranguape e Ceará-Mirim se deslocam para a casa do 0,5, estabelecendo uma relação direta do IDHM como o IDHM da educação.

Observando as tabelas 4 e 5, verifica-se que as duas cidades que apontam maiores IDHM e IDHM Educação têm uma grande parcela da população que vive no meio rural. Com destaque para Maxaranguape, onde mais da metade da população é residente no campo.

**Tabela 4 – Dados por município do IDHM, IDHM Educação, mães chefes de família e sua escolaridade do Território da Cidadania do Mato Grande (2010)**

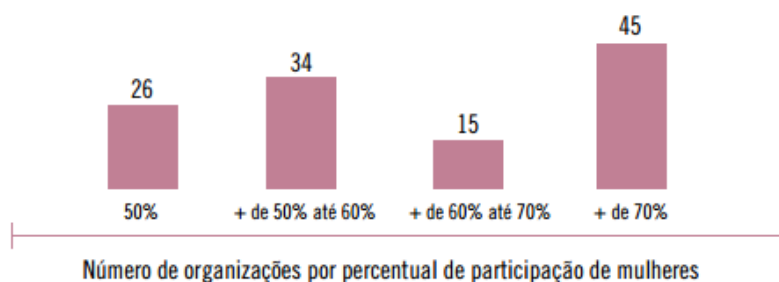
Município	IDHM	IDHM Educação	% de mulheres de 10 a 17 anos com filhos	% de mães chefes de família sem Fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	% de mães chefes de família sem Fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor
Bento Fernandes	0,582	0,494	2,23	16,12	56,83
Caiçara do Norte	0,574	0,454	4,49	31,52	67,09
Ceará-Mirim	0,616	0,505	3,14	36,83	65,38
Jandaíra	0,569	0,462	4,66	25,35	70,69
João Câmara	0,595	0,484	5,03	24,61	67,59
Maxaranguape	0,608	0,506	3,47	28,69	58,96
Parazinho	0,549	0,424	5,05	36,73	
Pedra Grande	0,559	0,430	2,76	23,44	58,14
Poço Branco	0,587	0,471	4,29	37,07	72,29
Pureza	0,567	0,456	4,2	29,18	64,09
Rio do Fogo	0,569	0,457	4,31	33,21	71,7
São B. do Norte	0,555	0,415	4,09	25,93	55,49
São M. Gostoso	0,591	0,468	5,2	40,61	52,26
Taipu	0,569	0,435	2,38	34,8	64,98
Touros	0,572	0,466	3,7	25,97	63,63

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

O Mato Grande tem 153 organizações sociais, das quais 3 são cooperativas. A maioria dessas organizações tem como principal atividade

produtiva a agricultura de sequeiro. O gráfico a seguir mostra que as mulheres rurais estão presentes de forma significativa, em número de participantes, nessas organizações.

**Gráfico 3** – Número de organizações por percentual de participação de mulheres no Território da Cidadania Mato Grande



Fonte: Mapeamento das Organizações Sociais e de Produtores Familiares do Rio Grande do Norte (2014).

O Mato Grande é um território reconhecido por seu potencial organizativo e pela diversificação dos atores sociais. Na dinâmica territorial, existe uma participação expressiva de comunidades tradicionais, jovens e outros setores que compõem o tecido social da região. As mulheres organizam-se em comitê territorial e têm um potencial produtivo centrado na agricultura familiar.

#### **b) Território do Seridó**

O Território da Cidadania do Seridó possui uma área de 10.954,50 km<sup>2</sup> com 25 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas. Apresenta uma população total de 295.748 habitantes, sendo que 70.676 vivem na área rural, correspondendo a 23,90% do total. Tem 11.266 agricultores familiares, 1.007 famílias assentadas e 3 comunidades quilombolas.

Esse Território apresenta a maior população dentre os demais territórios descritos neste documento. É também maior em número de cidades, como também em área de extensão territorial.

Em doze municípios, as mulheres superam a quantidade de homens na população residente. Nos demais os números são bastante aproximados. No entanto, as mulheres são mais de 50% da população que reside no Território do Seridó.

Apenas três municípios têm a população rural maior que a urbana. São eles: Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova e Cerro Corá. Correspondem somente a 23,90% que vivem na zona rural.

Situa-se em uma região de importância reconhecida para o RN, econômica e culturalmente, com forte poder de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, alta capacidade de pressão e luta por políticas públicas.

**Tabela 5** – Dados de população e faixa etária das mulheres por município do Território da Cidadania do Seridó (2010)

Município	Pop. total	Pop. residente feminina	Mulheres de 5 a 19 anos	Mulheres de 20 a 49 anos	Mulheres de 50 a 69 anos	Mulheres com mais de 70 anos
Acari	11.035	5.671	1.316	2.535	956	483
Bodó	2.425	1.165	322	523	163	61
Caicó	62.709	32.336	7.225	15.574	5.432	2.191
Carnaúba dos Dantas	7.429	3.713	926	1.680	592	239
Cerro Corá	10.916	5.457	1.497	2.298	806	437
Cruzeta	7.967	4.061	952	1.830	696	324
Currais Novos	42.652	22.279	5.303	10.156	3.686	1.717
Equador	5.822	2.862	797	1.208	416	223
Florânia	8.959	4.467	1.060	1.963	753	368
Ipueira	2.077	1.039	229	475	203	75
Jardim de Piranhas	13.506	6.782	1.716	3.184	983	402
Jardim do Seridó	12.113	6.227	1.294	2.806	1.240	590
Jucurutu	17.692	8.823	2.072	4.043	1.420	700
Lagoa Nova	13.983	7.059	2.066	3.052	947	425
Ouro Branco	4.699	2.345	539	993	442	227

Parelhas	20.354	10.393	2.560	4.603	1.571	877
Santana do Matos	13.809	6.940	1.686	3.079	1.155	558
Santana do Seridó	2.526	1.259	330	569	195	83
São Fernando	3.401	1.664	418	754	293	101
São J.do Sabugi	5.922	2.999	697	1.306	554	254
São J. do Seridó	4.231	2.109	509	1.019	324	121
São Vicente	6.028	3.084	755	1.418	481	251
Serra N. do Norte	7.770	3.869	939	1.756	625	287
Ten. Laurentino Cruz	5.406	2.660	734	1.205	354	114
Timb. dos Batistas	2.295	1.150	250	535	203	99
<b>TC Seridó</b>	<b>296.866</b>	<b>150.413</b>	<b>36.192</b>	<b>68.564</b>	<b>24.490</b>	<b>11.207</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

O Território da Cidadania do Seridó apresenta o melhor IDHM em todos os municípios que o compõe. Apenas Serra Negra do Norte e Santana do Matos têm abaixo de 0,6. Destaque para Caicó, que alcança 0,71. Esses números têm reflexo direto no IDHM Educação, que também é bastante positivo. Os municípios que estão com 0,4 também têm o IDHM menor.

**Tabela 6** – Dados por município do IDHM, IDHM Educação, mães chefes de família e sua escolaridade do Território da Cidadania do Seridó (2010)

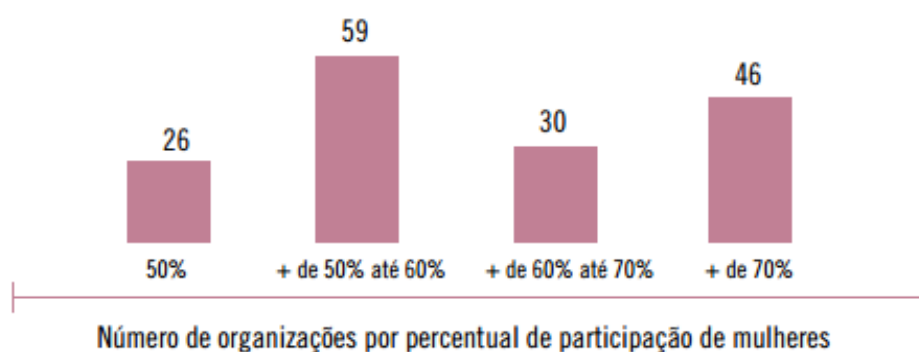
Município	IDHM	IDHM Educação	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de mães chefes de família sem Fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	% de mães chefes de família sem Fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor
Acari	0,679	0,634	0,59	10,9	47,07
Bodó	0,629	0,565	5,24	15,03	35,9
Caicó	0,710	0,619	1,63	10,12	40,89
Carnaúba dos Dantas	0,659	0,577	2,74	12,25	53,34
Cerro Corá	0,607	0,518	2,42	24,47	51,54
Cruzeta	0,654	0,621	3,46	5,4	28,25
Currais Novos	0,691	0,617	3,48	15,47	41,71
Equador	0,623	0,546	2,62	18,42	47,35
Florânia	0,642	0,56	3,05	13,66	38,87
Ipueira	0,679	0,633	0	11,59	27,79
Jardim de Piranhas	0,603	0,469	1,82	14,25	60,63

Jardim do Seridó	0,663	0,584	0	8,34	46,37
Jucurutu	0,601	0,492	3,35	14,49	53,88
Lagoa Nova	0,585	0,483	3,46	21,79	61,42
Ouro Branco	0,645	0,558	5,82	10,06	56,87
Parelhas	0,676	0,617	5,4	16,6	56,67
Santana do Matos	0,591	0,482	4,69	16,45	64,25
Santana do Seridó	0,642	0,58	8,31	13,72	55,56
São Fernando	0,608	0,508	4,5	20,97	61,65
São J.do Sabugi	0,655	0,581	4,98	16,83	46,3
São J. do Seridó	0,694	0,647	4,81	23,54	45,9
São Vicente	0,642	0,556	0	10,93	54,55
Serra N. do Norte	0,597	0,468	1,54	22,09	66,01
Ten. Laurentino Cruz	0,623	0,586	1,98	16,39	50,15
Timbaúba dos Batistas	0,640	0,591	1,29	12,82	56,65

Fonte: AtlasBrasil, 2013.

Foram identificadas no território do Seridó 252 organizações sociais, sendo duas delas cooperativas. A principal atividade realizada por essas organizações é o desenvolvimento comunitário, seguida da agricultura de sequeiro. A participação das mulheres nessas organizações, segundo o Gráfico 4, é bastante expressiva. Em 135 organizações, as mulheres são mais de 50% do quadro de sócios.

**Gráfico 4 – Número de organizações por percentual de mulheres no Território da Cidadania Seridó**



Fonte: Mapeamento das Organizações Sociais e de Produtores Familiares do Rio Grande do Norte (2014).

O Seridó é uma região com identidade reconhecida em todo o estado. Tem uma cultura de associações comunitárias e de participação ativa nas dinâmicas sociais, para além da dinâmica do colegiado territorial.

### c) Território Açu-Mossoró

Localizado a noroeste do estado do Rio Grande do Norte, o território Açu-Mossoró possui uma área de cerca de 8.105,10 Km² e é composto por 14 municípios: Alto do Rodrigues, Areia Branca, Açu, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Tibau, Baraúna e Serra do Mel.

**Tabela 7 – População por município (Urbano X Rural) Território Açu-Mossoró**

MUNICÍPIO	HABITANTES	ZONA URBANA	%	ZONA RURAL	%
Alto Rodrigues	12.305	8.873	72,11	3.432	27,89
Areia Branca	25.315	20.317	80,26	4.998	19,74
Assú	53.227	39.359	73,94	13.868	26,06
Baraúna	24.182	15.210	62,9	8.972	37,1
Carnaubais	9.762	4.757	48,73	5.005	51,27
Grossos	9.393	7.039	74,94	2.354	25,06
Ipanguaçu	13.856	5.383	38,85	8.473	61,15
Itajá	6.932	5.701	82,24	1.231	17,56
Mossoró	259.815	237.241	91,31	22.574	8,69
Pendências	13.432	10.574	78,72	2.858	21,28
Porto do Mangue	5.217	3.027	58,02	2.190	41,98
São Rafael	8.111	5.538	68,28	2.573	31,72
Serra do Mel	10.287	2.698	29,14	7.589	70,86
Tibau	3.687	2.835	76,9	852	23,1
<b>TOTAL</b>	<b>455521</b>	<b>368552</b>	<b>80,9</b>	<b>86969</b>	<b>19,1</b>

Fonte: IBGE, 2010.

A população rural desse território se apresenta com maioria feminina, chegando ao número de 45.652 mulheres de 91.254 pessoas que vivem na área rural. A população total é de 455.589 habitantes, que estão identificados em duas categorias sociais: assentadas/assentados e agricultoras/agricultores familiares.

A presença das assentadas (os) se destaca nesse cenário, pois são pessoas de diversas realidades (meeiro, servente, biscateiro, trabalhadoras e trabalhadores rurais, migrantes, expropriadas, expropriados, desempregadas e



desempregados) e de origens diferenciadas, vindas tanto do meio rural quanto das periferias urbanas das cidades circunvizinhas.

**Tabela 8 – Faixa etária da população do Território Açu-Mossoró**

	FAIXA ETÁRIA					
MUNICÍPIO	MASCULINO			FEMININO		
	0 a 14	15 a 64	65 acima	0 a 14	15 a 64	65 acima
Alto Rodrigues	1.598	4.198	369	1.506	4.225	409
Areia Branca	3.113	8.358	874	3.018	8.808	1.144
Assú	6.840	17.662	1639	6.721	18.282	2083
Baraúna	3.610	7.974	687	3.599	7.664	648
Carnaubais	1.254	3.271	371	1.280	3.211	375
Grossos	1.135	3.278	349	1.068	3.200	363
Ipanguaçu	1.971	4.596	435	1.919	4.470	465
Itajá	1.020	2.326	197	893	2.273	223
Mossoró	31.241	87.730	6776	29.729	94.678	9661
Pendências	1.669	4.506	518	1.696	4.457	586
Porto do Mangue	820	1.758	152	695	1.638	154
São Rafael	949	2.733	448	839	2.637	505
Serra do Mel	1.526	3.496	370	1.436	3.131	328
Tibau	461	1.266	120	1.234	1.266	126
<b>TOTAL</b>	<b>57207</b>	<b>153152</b>	<b>13305</b>	<b>55633</b>	<b>159940</b>	<b>17070</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Com uma população relativamente jovem, tem um dinamismo na economia que está distribuída, principalmente, nos seguintes eixos: agropecuária, extração de petróleo e fruticultura. As mulheres, quando incorporadas nas atividades de fruticultura irrigada, são consideradas mão de obra barata, uma ajuda para a família, sem valor social.

#### **d) Território Sertão do Apodi**

O território do Sertão do Apodi se localiza na região do Médio Oeste do Rio Grande do Norte, chegando a uma área de 8.297 Km<sup>2</sup>, sendo 15,6 % da área total do estado. Banhado por duas bacias hidrográficas, a Apodi-Mossoró e a Piranhas-Açu. Limita-se ao norte com o território Açu-Mossoró, a leste com o território Seridó, ao sul com o estado da Paraíba e a oeste com o estado do Ceará. Os indicadores sociais estão descritos na Tabela 9.

**Tabela 9 – Dados Sertão do Apodi – RN**

Variável	Valor
Área (em Km²)	8.177,95
População Total (hab.)	157.203
População Urbana (hab.)	101.420
População Rural (hab.)	55.783
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	2.506
Número de Projetos - Reforma Agrária	53
Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)	76.544
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	9.151
Pessoal ocupado na agricultura familiar	26.286
Número de Pescadores	0

É constituído por 17 municípios: Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Augusto Severo e Governador Dix-Sept Rosado.

**Tabela 10 – Dados Demográficos do Sertão do Apodi**

Município	Área (em Km²)	2000			2010		
		População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)
Apodi	1,602.48	34,138	16,325	17,813	34,763	17,531	17,232
Augusto Severo	896.95	9,02	4,666	4,354	9,289	5,002	4,287
Caraúbas	1,095.01	18,794	12,289	6,505	19,576	13,704	5,872
Felipe Guerra	268.59	5,527	3,269	2,258	5,734	3,875	1,859
Governador Dix-Sept Rosado	1,129.38	11,749	5,9	5,849	12,374	6,806	5,568
Itaú	133.03	5,277	4,115	1,162	5,564	4,789	775
Janduís	304.90	5,599	3,763	1,836	5,345	3,992	1,353
Messias Targino	135.10	3,715	2,907	808	4,188	3,638	550
Olho-d'Água do Borges	141.17	4,46	3,176	1,284	4,295	3,24	1,055
Paraú	383.21	4,087	3,152	935	3,859	3,335	524
Patu	319.13	11,143	8,822	2,321	11,964	10,159	1,805
Rafael Godeiro	100.07	2,949	1,749	1,2	3,063	1,933	1,13
Rodolfo Fernandes	154.84	4,467	3,782	685	4,418	3,734	684
Severiano Melo	157.85	10,571	2,271	8,3	5,752	2,118	3,634
Triunfo Potiguar	268.73	3,639	1,726	1,913	3,368	2,197	1,171
Umarizal	213.58	11,089	8,84	2,249	10,659	9,069	1,59
Upanema	873.93	10,993	5,039	5,954	12,992	6,298	6,694
<b>Total</b>	<b>8,177.95</b>	<b>157,217</b>	<b>91,791</b>	<b>65,426</b>	<b>157,203</b>	<b>101,42</b>	<b>55,783</b>
Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000)							

De acordo com a Tabela 10, sua população é de 157.213 habitantes. dos quais 55.783 vivem na área rural (IBGE, 2010). Desses, estão subdivididos em 26399 mulheres, equivalente a 47%, e 29.391 homens, representando 53%, que se identificam em três categorias sociais: 9.152 agricultores e agricultoras familiares, 2.860 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola.

O Sertão do Apodi tem na base de sua economia a agricultura/pecuária de subsistência com a produção de feijão, milho, arroz, algodão e melancia, sendo que o arroz é destacado pela quantidade produzida no estado do Rio Grande do Norte. O cultivo do arroz coloca o Vale do Apodi como segundo maior produtor nacional de arroz integral, conhecido como arroz vermelho ou da terra.

A produção de frutas e hortaliças também chama a atenção entre as atividades desenvolvidas. Há nela uma peculiaridade, que é a parte produzida pela agricultura familiar com sua comercialização realizada em feiras agroecológicas.

Desde 2002, existe uma forte atuação do governo federal, por meio do Projeto Dom Helder Câmara, que tem uma ação-piloto que envolve o fortalecimento da sociedade civil, infraestruturas para produção e ações produtivas de convivência com o Semiárido. A organização das mulheres tem uma forte influência na dinâmica territorial e no acesso às políticas públicas.

O território destaca-se em relação ao tecido social organizativo, que é histórico e orgânico. Possui enraizamentos com a ação da igreja católica, desde a década de 1960, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB). Quando foi estimulada a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais. O movimento sindical, por sua vez, na década 1990, intensificou a contribuição para com o associativismo, através da criação de associações comunitárias, inter-relacionado ao movimento em favor da reforma agrária. Bem como da organização de mulheres através do estímulo à criação das comissões municipais de mulheres trabalhadoras rurais. Nesse sentido, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região oeste, realizado no ano de 1993, representa um marco dessa ação que se fortaleceu no ano 2000 com a articulação da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Marcha das Margaridas.

### **5.1.2 As usuárias de ATER Mulheres no RN**

Os dados do perfil das usuárias foram extraídos do Sistema de Monitoramento de ATER (SIATER) e dos registros de diagnósticos do Centro Feminista 08 de Março sobre as usuárias da política. É a partir de um demonstrativo dos territórios que se pretende apresentar um panorama da situação das mulheres beneficiárias da política de ATER Mulheres no RN e, assim, ter um maior entendimento do perfil das mulheres do universo da pesquisa.

Entre os dados disponíveis, foram considerados apenas os que são base dos indicadores elaborados para a avaliação da efetividade do ATER Mulheres

no RN. É importante ressaltar que essas informações foram extraídas do diagnóstico realizado no início de cada execução de contrato.

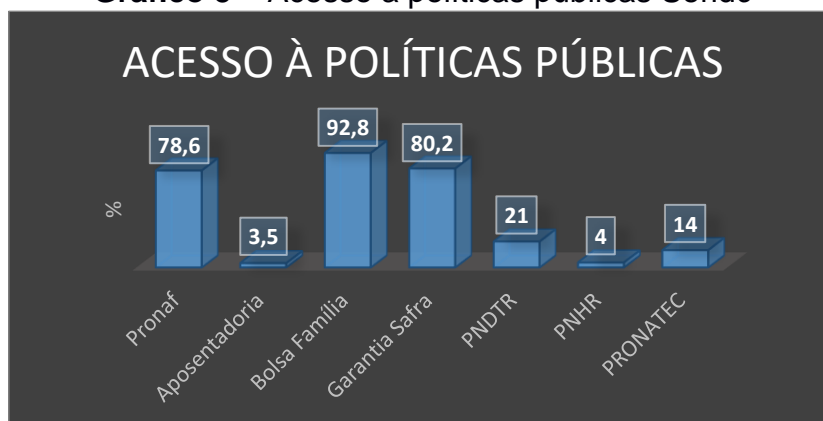
Um outro elemento a ser considerado são os diferentes formatos do diagnóstico. Ao longo dos contratos de ATER, houve uma considerável evolução na inclusão do debate do trabalho doméstico e do cuidado na coleta de dados. Os dois últimos contratos executados, Seridó e Mato Grande, tiveram uma importante inclusão da análise da divisão sexual do trabalho e da mensuração de escoamento da produção das mulheres. Uma outra diferença é que houve uma ampliação das políticas ofertadas e acessadas desde a execução do ATER Mulheres no Sertão do Apodi e Açu/Mossoró (2010) ao ATER Mulheres Seridó e Mato Grande (2014).

Para efeito da caracterização das mulheres usuárias de ATER, consideram-se dados sobre o acesso às políticas públicas, à terra, a divisão sexual do trabalho, o tipo e o destino da produção.

#### **a) Acesso às políticas públicas**

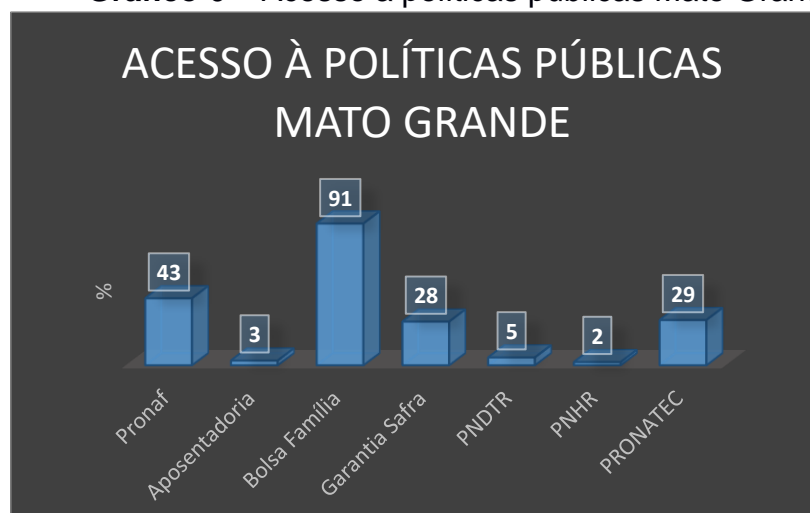
No Brasil, é recente a incorporação das mulheres rurais como usuárias das políticas públicas que se deu a partir dos anos. Butto (2008) afirma que a ação do Estado como promotor de política pública que incida sobre as relações sociais de sexo tem acompanhado o processo histórico do país. Sua intensidade e intencionalidade dependem de fatores conjunturais e de como a ação governamental estrutura-se para responder às demandas levantadas pelas reivindicações das mulheres como sujeito político e social e coincide com uma conjuntura de mobilização questionadora do *status quo*. De acordo com os dados das beneficiárias do ATER no RN, o acesso a políticas públicas ainda é incipiente. No entanto, quando olhamos para os dados de 2010 do Sertão do Apodi, percebe-se avanço nos números de programas acessados e números de mulheres por políticas.

No tocante ao acesso às políticas públicas, as Mulheres que acessaram o ATER Seridó apresentam o seguinte quadro:

**Gráfico 5 – Acesso a políticas públicas Seridó**

Fonte: CF8, 2016.

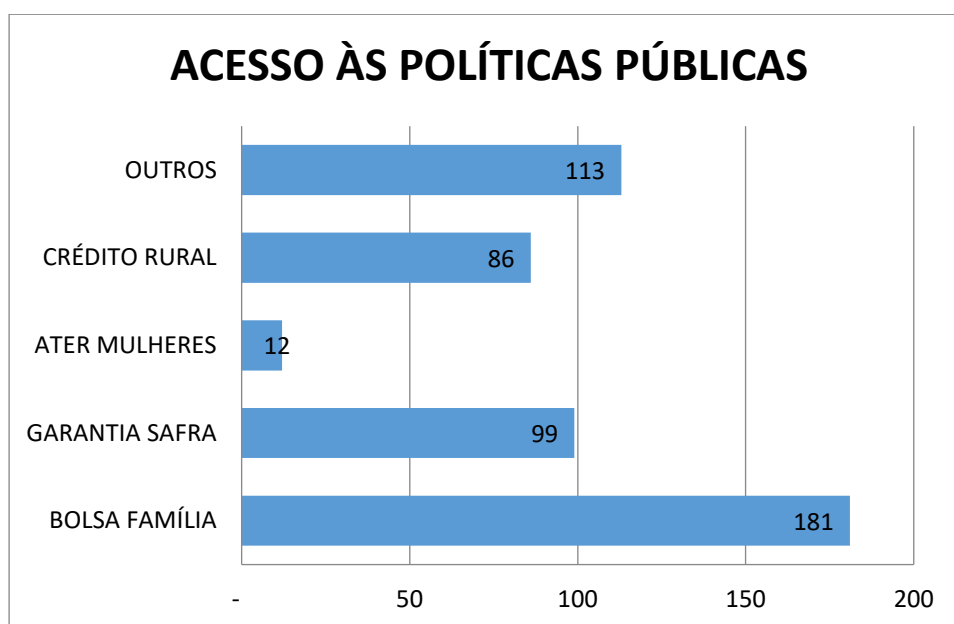
Já as mulheres do Mato Grande, conforme diagnóstico, tiveram acesso às políticas de acordo com o Gráfico 6:

**Gráfico 6 – Acesso a políticas públicas Mato Grande**

Fonte: CF8, 2016.

Mesmo considerando que essas mulheres experimentaram, em um período recente, o acesso às políticas públicas ofertadas pelo MDA, ainda permaneceu a ausência de acesso aos programas como PAA/PNAE e acesso à terra como a reforma agrária.

Já no ATER do Território Sertão do Apodi, considerando que seu acesso se deu em 2008, as mulheres tiveram um ingresso ainda menor como agentes da política pública. No Gráfico 7, apenas quatro políticas foram citadas:

**Gráfico 7 – Acesso às políticas públicas 2008**

Fonte: CF8, 2016.

Entre o contrato de ATER mais antigo (Sertão do Apodi) e os atuais (Seridó e Mato Grande), houve um considerado avanço das mulheres no acesso à política pública, conforme é possível ver nos dados citados. Já no acesso à terra, há uma semelhança nos números ou no controle dessas mulheres ao bem que legalmente é de sua propriedade.

O acesso desigual das mulheres à terra é uma realidade nas diversas regiões do país. De acordo a análise do censo agropecuário 2006, feita por Nobre (2012), as mulheres são responsáveis por estabelecimentos em áreas médias inferiores à metade da média dos estabelecimentos em que os homens são responsáveis.

#### **b) Acesso à terra**

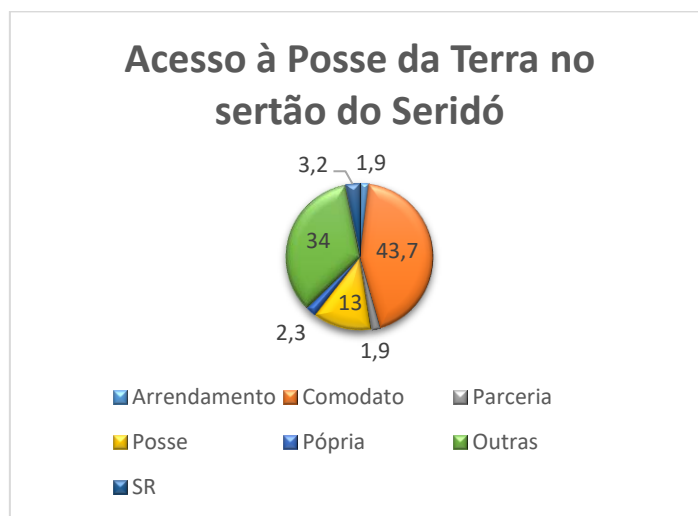
Apesar de na agricultura a terra ser peça fundamental na economia do país e na vida de camponesas e camponeses, os níveis de utilização das terras por mulheres são desiguais e estão abaixo do necessário para a conquista da autonomia econômica. Esses dados apontam que apenas 2,3% são proprietários da terra legalmente. O controle sobre a posse da terra é, portanto, fator fundamental. Essa questão pode ser apoiada na afirmação de Carmen Diana Deere (2010), quando cita as teorias feministas, afirma que o poder de



negociação das mulheres dentro de casa (na relação conjugal) também está relacionado com a posição que ocupa no interior da família, da comunidade e com os bens que possuem e que estão sobre seu controle<sup>38</sup>.

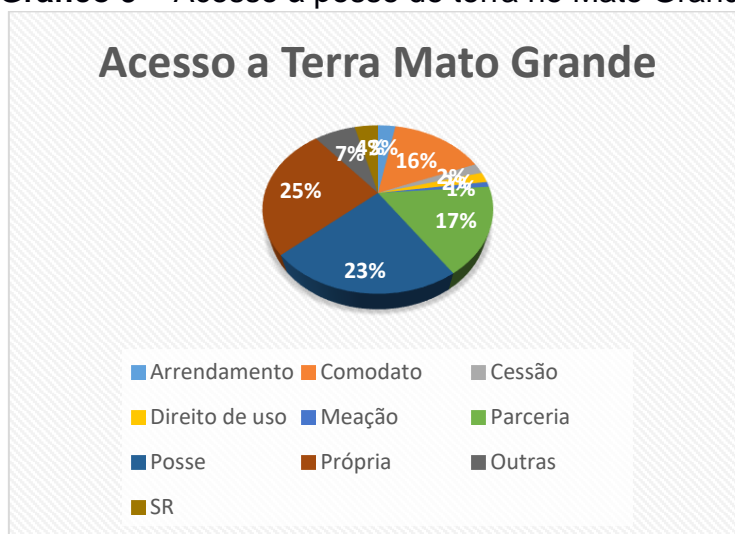
Quando perguntadas pelo acesso à terra, apenas 2,3% das mulheres do Seridó responderam que têm a propriedade da terra e 13% a posse da terra para uso familiar. Já no Mato Grande, esse número amplia para 25%, conforme os gráficos a seguir:

**Gráfico 8 – Acesso à posse de terra no sertão do Seridó**



Fonte: CF8, 2016.

**Gráfico 9 – Acesso à posse de terra no Mato Grande**

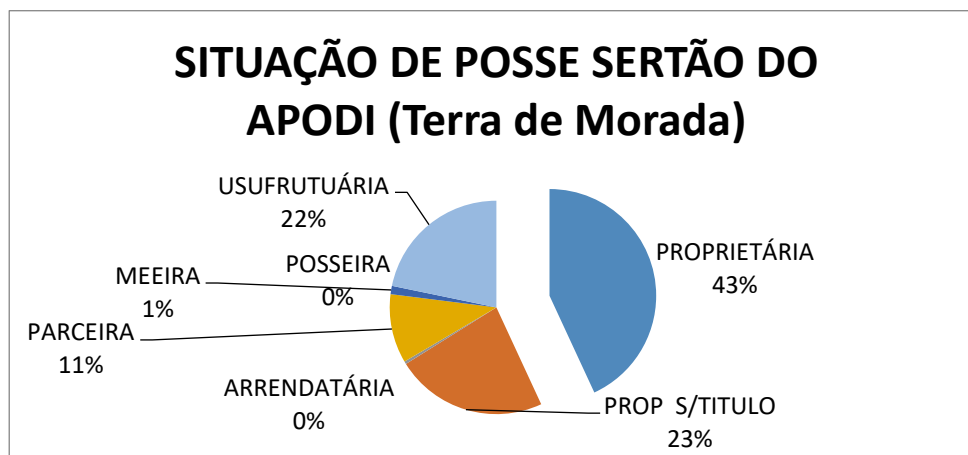


Fonte: CF8, 2016.

<sup>38</sup> Informações retiradas da conferência proferida no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Brasil, de 15 a 19 de novembro de 2010.

Os gráficos modificam-se parcialmente nos quatro territórios. No Sertão do Apodi, as mulheres beneficiárias do ATER Mulheres também não têm controle sobre a terra, mesmo afirmando a sua posse, conforme Gráfico 10:

**Gráfico 10 – Situação de posse sertão do Apodi (Terra Morada)**



Fonte: CF8, 2016.

Nesse caso, deve-se perguntar se as terras podem ser consideradas um bem sob o controle das mulheres, já que os dados indicam que essas mulheres não têm acesso a esse bem legalmente. Portanto o acesso à terra é um fator importante para a autonomia financeira das mulheres.

Nesse sentido, vale debater sobre a importância dos quintais produtivos que, se apresentam, nesse caso, como a capacidade de resiliência das mulheres por duas questões: primeiro porque, de acordo com os dados apresentados, as mulheres beneficiárias do ATER no RN, em sua maioria, não têm acesso à terra, restando apenas os quintais para o controle e produção das mulheres; o segundo refere-se ao fato de os quintais estarem ao “redor de casa” por não conseguirem quebrar as estruturas da divisão sexual do trabalho. A proximidade da terra à casa facilita que possam realizar as suas tarefas domésticas e produtivas ao mesmo tempo.

### **c) O tipo e o destino da produção das usuárias do ATER Mulheres RN**

A partir dos dados do diagnóstico de ATER Seridó e Mato Grande fica nítido que as mulheres convivem entre suas produções dos quintais

consideradas agroecológicas, com a produção da família que ainda persiste na produção de forma convencional.

De acordo com as mulheres do Seridó, suas famílias já praticavam agroecologia bem antes de acessarem o ATER. No entanto, ainda existe um significativo número de produção convencional.

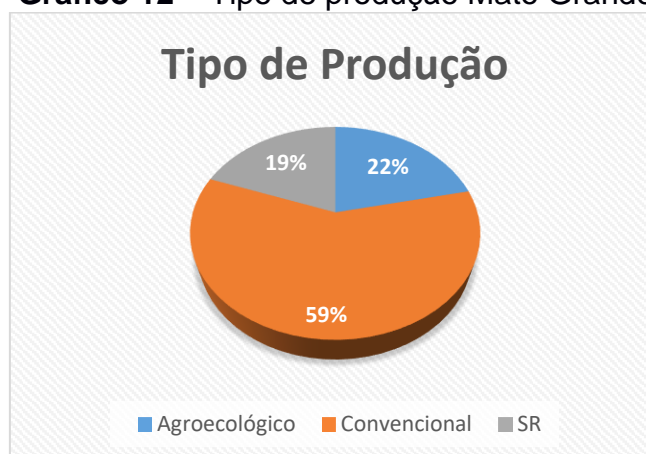
**Gráfico 11 – Tipo de produção Seridó**



Fonte: Autora, 2017.

No Mato Grande, o número de mulheres que convivem com a produção convencional é ainda mais elevado, conforme gráfico a seguir.<sup>39</sup>

**Gráfico 12 – Tipo de produção Mato Grande**

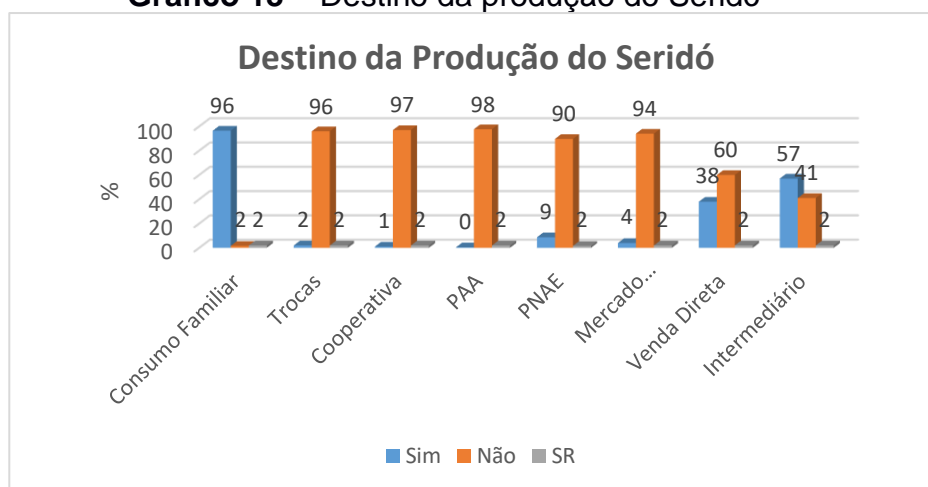


Fonte: Autora, 2017.

<sup>39</sup> Sobre esse tema, nas entrevistas com as técnicas do CF8 foi detectado que os dados coletados podem ter divergência na medida que as mulheres entendem agricultura convencional como aquela que elas praticam há anos e aprenderam com os pais. No entanto, também foi afirmado que as famílias das mulheres trabalham com insumos químicos e defensivos, advindos da revolução verde.

Um outro dado da produção importante de ser analisado é o destino da produção.

**Gráfico 13 – Destino da produção do Seridó**



Fonte: Autora, 2017.

A primeira análise é que um dos principais destinos da produção das mulheres é para o consumo da família. Considerando que o campo de saber da agroecologia baseado no aprendizado de camponeses e indígenas consiste na prática de subsistência, logo, a agricultura feita pelas mulheres aproxima-se das práticas agroecológicas.

Outro número que se sobressai nos diagnósticos do Seridó, é a relação direta com o consumidor que, neste item, estão incluídas as diversas formas de organização informais praticadas pelas mulheres (associação, grupos informais de mulheres, feiras agroecológicas, Rede Xique Xique). De acordo com dados do censo da economia solidária em Nobre (2012), os empreendimentos coordenados por mulheres têm um maior processo coletivo, no entanto com mais dificuldades de formalização. Observa-se ainda que, no processo de comercialização, 57 mulheres contam com intermediários, persistindo, assim, a figura do atravessador.

Após a apresentação da caracterização do território e das mulheres usuárias do ATER mulheres no RN, faz-se necessário apresentar os sujeitos políticos, parte constitutiva da execução do ATER Mulheres no RN.

## 5.2 OS SUJEITOS POLÍTICOS E SUA ATUAÇÃO NO RN: MMM, CF8, GRUPOS DE MULHERES RURAIS E A CONTRIBUIÇÃO PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção da Marcha Mundial das Mulheres possibilitou a existência de um feminismo popular, militante e articulado com as lutas antiglobalização no Rio Grande do Norte.

Desde sua fundação e, de maneira especial, a partir do ano 2000, o Centro Feminista 8 de Março assumiu como ação prioritária institucional a articulação e a construção da MMM, aglutinando as demandas cotidianas em lutas coletivas e contribuindo para o processo de organização e conquista das reivindicações. Para retratar tal importância, vale citar Beaulieu (2007, p. 6) quando afirma a importância do CF8 na consolidação da MMM em nível local, nacional e transnacional:

La MMM en el Rio Grande do Norte: Voy a abordar esta cuestión mediante el estudio de caso de la intervención del Centro Feminista 8 de Março (CF8), una organización situada en la pequeña ciudad de Mossoró, en la región Oeste del estado del nordeste brasileño, Rio Grande do Norte (RN). Gracias al trabajo de concienciación, de organización y de movilización del CF8, la MMM está bien implantada y muy activa en la región de RN. Esta región es, de hecho, una de las más activas de la MMM en Brasil y el CF8 es una de las pocas organizaciones que comenzaron un proceso de modificación de su radio geográfico de acción para apoyar a la organización nacional en la medida que se comprometen con los procesos transnacionales. Así pues, este caso, no es representativo de la organización local de la MMM en el conjunto de un país, donde el grado de movilización varía considerablemente en el tiempo y en el espacio. CF8 se trata de un ejemplo de bastante éxito en la movilización y concienciación local y regional en relación con las escalas nacionales y transnacionales, que permiten ver como estas relaciones se pueden construir y como puede ser su impacto.

Fica evidente a importância dada ao CF8 na construção da Marcha no Brasil e na construção de mudanças concretas na vida das mulheres a partir de sua intervenção, através do trabalho de conscientização e construção do movimento feminista. A autora de Quebec afirma, a partir de sua pesquisa, que o CF8 é um exemplo, pois conseguiu articular a luta real da região, com as mudanças estruturais da sociedade, algo que não é comum nos estados brasileiros.

Nesse caso, é imperativo fazer um breve histórico de sua influência na construção do feminismo no RN, sem, necessariamente, deslocar esse tópico para uma reconstrução histórica.

Nos anos 1990, período em que o movimento feminista estava no processo de institucionalização, seja no interior do estado e/ou na sociedade civil, através das ONGs. No dia 11 de março de 1993, foi fundado o Centro da Mulher 8 de Março, hoje Centro Feminista 8 de Março. Seu processo de consolidação como ONG feminista responsável de impulsionar o feminismo na Região Oeste Potiguar se deu, inicialmente, com a temática da saúde e violência. Por um longo período, esses foram os temas mobilizadores do feminismo na região. Só em 2000, com uma maior atuação junto às mulheres rurais e com a articulação do feminismo da região com a Marcha Mundial das Mulheres, se iniciou uma nova agenda na região capaz de dialogar com temas recorrentes das mulheres rurais como terra, geração de renda, assistência técnica, entre outros.

O CF8 fortaleceu seu diálogo com as necessidades imediatas das mulheres advindas das comunidades e grupos ao qual pertencem. As mulheres rurais tornaram-se construtoras de um novo movimento social. Sobre isso, retoma-se o que afirma Sen (2000), quando afirma sobre a necessidade das mulheres se constituírem como agentes para que haja desenvolvimento em uma determinada região.

O lema que aglutinou as diversas mulheres da região foi a defesa da autonomia econômica e da soberania alimentar, como parte da luta por outro modelo de (re)produção e consumo para o bem-estar de todas e todos em harmonia com a natureza.

As duas agendas de luta, saúde e violência, trabalhadas pelo feminismo desde a sua construção não desapareceram. Longe disso, transformaram-se em uma agenda interligada com as temáticas mobilizadoras das mulheres em seu cotidiano. Basta observar que na carta de princípio da Rede de Comercialização Solidária Xique Xique, reafirmada em 2010, a expressa premissa de que para que um produto possa ser considerado agroecológico é necessário incluir critérios das relações sociais de gênero: “para estabelecermos relações sociais adequadas, é fundamental romper com qualquer tipo de violência contra a

mulher, sendo considerado um ato inadmissível” (REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA XIQUE XIQUE, 2010, p.1).

Antes dessa carta, em maio de 2006, o Encontro Potiguar de Agroecologia já anunciava, pela ação das mulheres, que o combate à violência contra as mulheres era integrado à luta da agroecologia, quando afirmava que uma planta não pode ser considerada agroecológica se estiver livre do veneno, mas suja com o sangue das mulheres vítimas de violência no campo. Também em 2006, as mulheres reunidas em oficina preparatória rumo ao Fórum Internacional pela Soberania Alimentar, em 2007, afirmavam que queriam resgatar o modo de produção camponês, no entanto, queriam deixar no passado muitas coisas como o autoritarismo e o patriarcado, que marcaram o modo de viver do campo.

Esses três exemplos servem para demonstrar que a luta de combate à violência contra as mulheres foi fortalecida e ganhou uma dimensão cotidiana. Já não era apenas nas datas comemorativas do feminismo, como o 25 de novembro e o 8 de março<sup>40</sup>. O tema transformou-se em ações diretas e transversais no feminismo da região oeste.

A luta pela saúde transformou-se em luta contra os agrotóxicos e a medicalização da vida. Para além das lutas por políticas públicas de saúde, as mulheres buscaram compreender como funciona sua alimentação, sua vida e seu corpo na busca por saúde. Isso ocasionou uma maior valorização das plantas medicinais, e a discussão sobre as decisões do que plantar, como plantar e o que comer. Vários quintais das mulheres são fontes de alimentação e medicalização como formas alternativas à indústria farmacêutica e alimentar. O cuidado cotidiano, como caminhadas e alteração nos hábitos alimentares são exemplos dessa forma de pensar o processo de saúde como ausência da doença. Essa transformação na forma de encarar a saúde tornou-se cada vez mais visível, com a ação de 2010, quando as mulheres tiveram que se preparar e se cuidar para conseguirem enfrentar a tarefa de marchar durante dez dias dez quilômetros por dia<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Dia 25 de novembro: data considerada pelo movimento feminista como dia internacional de luta no combate à violência contra as mulheres; 8 de Março: Dia Internacional da Mulher, data de comemorar as conquistas e lutar por novas.

<sup>41</sup> A mobilização reuniu mulheres vindas de todos os estados brasileiros, de diferentes raças, idades e origens. Além de reforçar a diversidade existente em nossa sociedade, a realização da marcha foi um exemplo de auto-organização das mulheres e, com certeza, fortaleceu e seguirá fortalecendo nossa luta. Participaram da Marcha cerca de 3 mil mulheres vindas de todos os



A luta das trabalhadoras rurais por políticas públicas inicia-se nos anos 1990. Mas foi a partir do reposicionamento do movimento feminista no estado do RN, que se iniciou, com maior força, a luta por políticas públicas estruturantes, tendo como foco a autonomia econômica das mulheres.

Segundo Silva (1997), no ano de 1994, registra-se o primeiro encontro das trabalhadoras rurais da Região Oeste, com a participação de 170 mulheres com representação de oito municípios. O ponto principal da pauta foi a construção das estratégias para a organização das mulheres rurais. Assim como em nível nacional, a principal pauta das mulheres rurais foi pelo direito de serem sócias na associação do assentamento e o direito à sindicalização.

Nesse mesmo período, em nível nacional, estava em evidência a luta pelo reconhecimento da profissão da trabalhadora rural e consequentemente a conquista pelos direitos previdenciários. Em Silva (1997), o CF8, na época CM8, contribuiu para o diálogo das mulheres do Oeste com a Articulação Nacional das Mulheres Rurais que, na época, lançava a campanha de documentação das trabalhadoras rurais com o propósito de garantir os documentos pessoais e profissionais das trabalhadoras rurais.

Um segundo momento que deve ser pontuado na história de luta para o acesso às políticas públicas das trabalhadoras rurais da Região Oeste com repercussão estadual, hoje território Açu-Mossoró, foi, de acordo com Silva (1997), a ocupação da Prefeitura Municipal de Mossoró em 1997.

De acordo com documentos do CF8, na pauta da ocupação constavam as seguintes reivindicações: melhorias no atendimento à saúde, no acesso das comunidades, melhorias das estradas, iluminação pública nos assentamentos, regularidade de transporte escolar, abastecimento de água, entre outras reivindicações. Mesmo de forma paliativa, o poder público respondeu a pauta

---

estados do país. A Ação contou também com mulheres de diversos movimentos sociais como CUT, CONTAG, MST, UNE, MAB e MMC. A Ação foi construída integralmente pelas mulheres, que se dividiram em equipes de cozinha, limpeza, infraestrutura, segurança, comunicação, formação e cultura, saúde, água e creche. Foram abordadas questões como trabalho doméstico; saúde da mulher e práticas populares de cuidado; sexualidade, autonomia e liberdade; educação não sexista e não racista; economia solidária e feminista; soberania alimentar, reforma agrária e trabalho das mulheres; agroecologia; biodiversidade, energia e mudanças climáticas; políticas de erradicação da violência doméstica e sexual; tráfico de mulheres e direito ao aborto (Disponível em: <<http://www.tatianabarro.com.br/mmm2010>>. Acesso em: 12 dez. 2017).

das mulheres com a instituição de uma comissão para viabilizar as demandas levantadas.

Pouco a pouco, as mulheres rurais foram construindo caminhos até conseguir elaborar uma pauta que alterasse suas vidas na busca por autonomia econômica. Em 2003, já se considerando parte dos movimentos nacionais, buscava-se pautar o governo recém-eleito com a agenda das trabalhadoras rurais, que previa uma mudança na institucionalidade do estado. Com isso, o governo teria que elaborar e executar políticas públicas para as mulheres rurais, ainda não consideradas reais usuárias das políticas para o campo no país.

Esse processo de luta por políticas públicas foi coexistente com a possibilidade construída pela conjuntura política a partir de 2003, na qual tomava posse o presidente Luís Inácio Lula da Silva, filiado ao PT, considerado, pela maioria dos movimentos sociais, como democrático e popular.

As mulheres rurais do RN vivenciaram, a partir de então, o acesso às políticas públicas ofertadas pelo MDA, ainda não registradas na região Nordeste anteriormente.

Desde então, de acordo com Bezerra (2013), o processo de mobilização da MMM no estado e especialmente nos territórios Açu/Mossoró e Sertão do Apodi potencializava as rurais para o acesso às políticas públicas e, ao mesmo tempo, o acesso às políticas públicas inaugurado naquele período contribuía para que a MMM do RN fosse a MMM mais rural do Brasil e, talvez, do mundo, com um grande potencial de mobilização para as agendas construídas coletivamente pela MMM como a campanha de valorização do salário mínimo e a campanha contra a ALCA.

Assim, o pertencimento dos grupos de mulheres rurais assessoradas pelo Centro Feminista 8 de Março à Marcha Mundial constituiu uma nova estratégia de organização e de luta por políticas públicas. Sobre isso, concorda-se com os escritos de Medeiros (2008). A autora confirma, com base em sua pesquisa de campo, que as mulheres do RN, após a articulação na Marcha Mundial das Mulheres, estabeleceram uma nova forma de fazer movimento na região, articulando o local com o global e transformando a luta individual em um desafio coletivo. Isso significa que a falta de água, violência contra as mulheres, ausência de crédito, falta de terra, de renda, deixou de ser um problema de uma ou duas mulheres da comunidade. Transformou-se em pauta coletiva de um

movimento social que teve força organizativa e mobilizadora para alterar a realidade das mulheres rurais em seus territórios no RN.

A partir das experiências de auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais, podem ser observadas conquistas políticas e de direitos, tais como: a participação das mulheres nos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais e nas associações locais (antes não era permitido às mulheres se associarem), a realização de projetos produtivos coletivos, como o cultivo de hortaliças agroecológicas, criação de abelhas, caprinos e ovinos, dentre outras potencialidades descobertas nas vivências coletivas. Elas também representam o maior número de coletivos de militantes da Marcha na região. Sobre a importância da organização das trabalhadoras rurais específica da região oeste do estado, Medeiros (2008, p. 20) afirma:

As trabalhadoras rurais na região Oeste são símbolos de luta e resistência. Estas estão presentes nas lutas dos municípios e região por políticas públicas voltadas para o campo e para superação das desigualdades entre homens e mulheres, como a reforma agrária, soberania alimentar, titularidade conjunta da terra, documentação da trabalhadora rural, crédito e assistência técnica voltada para as mulheres.

Tanto Medeiros (2008) como Alves (2007) afirmam que as mulheres rurais dos territórios Açu/Mossoró e Sertão do Apodi têm aglutinado força e marcado presença nas mobilizações, sejam locais ou nacionais. A Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres são exemplos de movimentos que têm na região oeste uma grande representatividade em suas ações nacionais. O retorno dessa articulação é, sem dúvida, recíproco. Nos termos marxistas, essa dinâmica pode ser considerada dialética: as que fazem parte dos grupos locais, ao se deslocarem para eventos e capacitações, têm o compromisso de serem multiplicadoras das informações adquiridas e retroalimentam a luta local. Ao mesmo tempo, os movimentos nacionais nutrem-se e reelaboram sua ação considerando a experiência das mulheres rurais do Oeste Potiguar. Sobre essa dinâmica, Alves (2007, p. 41) afirma:

[...] tratar-se de uma região na qual há um nível de organização e participação significativo, é grande o fluxo de mulheres para esses encontros, o que tem uma repercussão bastante positiva nas

localidades, estimulando o crescimento e amadurecimento dessa forma de organização.

Com essa afirmação, fica evidente a importância que a organização das mulheres rurais do RN tem para os movimentos nacionais, já que as mulheres da região são constantemente convocadas para eventos e mobilizações no país, e que, assim, contribuem com esses movimentos em nível nacional. Percebendo a dinâmica construída pelas mulheres rurais do RN, é fácil concordar com Sen (2000) quando afirma que fatores aparentemente diversos criam as condições para as mulheres se tornarem agentes do desenvolvimento.

A organização das mulheres transforma a situação em que eram receptoras passivas de auxílio para um papel de agentes ativas do desenvolvimento, capazes de transformar suas vidas, a dos homens e a comunidade. Essa condição de agentes passa a alterar diversos aspectos do bem-estar das mulheres, como: conquistar as competências de conseguir renda no mercado, estudar e ter direito à propriedade. Esses aspectos, aparentemente diversos, constroem a capacidade das mulheres de ampliar seu poder na comunidade e no interior da família e têm uma contribuição decisiva para fortalecer a condição de agentes das mulheres, através do bem-estar e da conquista de poder (SEN, 2000).

Considerando especificamente a história, o CF8 como a instituição executora do ATER Mulheres do RN, no histórico institucional apresentado em seu sítio na web, consta que o Centro Feminista 8 de Março é uma Organização Não Governamental que surgiu em março de 1993 a partir de ações voltadas à reivindicação da instalação da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), em Mossoró/RN. Atualmente, a entidade desenvolve ações alicerçadas em três elementos: feminismo, organização e formação. Suas atividades têm como finalidade proporcionar o fortalecimento das organizações de mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais, oferecendo apoio, assessoria e formação em gênero aos grupos de mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região. Considerada uma ONG Feminista que, de acordo com seu trienal, tem como missão:

Contribuir para construção do feminismo, a partir do fortalecimento dos grupos de mulheres e de sua auto-organização, inclusive no interior dos movimentos sociais, como forma de impulsionar as transformações necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária para homens e mulheres (CENTRO FEMINISTA, 2009, p. 1).

Com base na sua missão, desenvolve um trabalho de assessoria a grupos de mulheres agricultoras e urbanos, jovens, comissões de mulheres dos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores do estado do RN e em alguns outros estados do Nordeste. Vale destacar que o CF8 foi a única organização executora do ATER Mulheres no Rio Grande do Norte.

O tópico seguinte, apresentação dos resultados, especificamente, a avaliação de efetividade do ATER Mulheres, entendida como a expansão das capacidades e liberdades das usuárias, como ampliação do sujeito político e melhoramento da sua vida através da alimentação, bem-estar e novas relações com as pessoas e os ecossistemas.

### 5.3 A EFETIVIDADE DO ATER MULHERES NO RN

As entrevistas com as agentes mediadoras foram divididas em três partes: caracterização da política de ATER; compreensão sobre a execução das políticas públicas para as mulheres e avaliação da efetividade do ATER Mulheres no RN. Na intenção de seguir a lógica das entrevistas, a análise foi desenvolvida com base nas três partes contidas no questionário.

De acordo com a entrevista da agente moderadora 1, a metodologia é um instrumento definidor dos resultados de efetividade de execução de qualquer política para as mulheres. O tópico seguinte apresenta a metodologia desenvolvida pelo CF8 para execução do ATER mulheres.

#### **5.3.1 A construção metodológica do CF8 como suporte para execução do ATER Mulheres no RN, as mulheres como sujeitos**

A partir da sua missão, é possível observar que, na instituição, a igualdade entre mulheres e homens é central, tendo uma abordagem feminista e com um compromisso de atuar para uma transformação geral da sociedade. E executa

suas ações com uma metodologia, a qual se analisa neste tópico. É considerando essa dinâmica de ação política que o CF8 desenvolveu um método de executar o ATER Mulheres no RN.

De acordo com o relatório do processo da execução de projetos do CF8/2016, a abordagem metodológica da instituição tem como base a concepção de que as mulheres são sujeitas de transformação de sua realidade. A participação contínua das usuárias da política é encarada como um fator indispensável de inclusão, tanto para o fortalecimento de capacidades individuais quanto para a auto-organização das mulheres e seu desenvolvimento como agentes multiplicadoras na transformação da vida de outras mulheres à sua volta.

O documento apresenta ainda que a construção de parcerias tem sido um importante fator de perpetuação das ações de acesso a políticas públicas. No Semiárido, o CF8 sempre teve como centro de sua base de formação a construção de parcerias estratégicas, através da articulação e construção coletiva em suas ações.

Os diferentes temas de formação capacitam suas técnicas para a melhor compreensão das mulheres usuárias das políticas, respeitando suas singularidades e individualidades. As linhas metodológicas de formação são apresentadas como um sólido condutor permanente de multiplicação de saberes. Respeitando a construção coletiva do conhecimento, as temáticas dos cursos, seminários e encontros previstos têm importante papel elucidativo para a usuárias, lhes permitindo uma melhor compreensão das possibilidades do trabalho em redes e cooperativas, além de entendimento financeiro e o aprimoramento de práticas de gestão, e a descoberta de novas tecnologias e práticas produtivas através do intercâmbio entre usuárias para troca de conhecimento e experiências.

A discussão do tempo das mulheres e sua utilização é parte importante da metodologia e conteúdos desenvolvidos durante a assessoria técnica. Nesse debate inclui o trabalho doméstico e do cuidado e sua lição inversamente proporcional ao tempo dedicado ao trabalho produtivo (CF8/2016).

Através de acompanhamento, monitoramento e avaliação, a assessoria técnica do CF8 às mulheres rurais, espera garantir que os processos de formação se transformem em ações continuadas, até cotidianas, que se

multipliquem muito depois do tempo do contrato de assessoria, permitindo uma maior autonomia das mulheres de acordo com os princípios do feminismo da economia feminista e a agroecologia (CF8, 2016).

### **5.3.2 A execução do ATER Mulheres RN a partir de uma metodologia de construção do sujeito político**

Como já apresentado no capítulo anterior, o programa ATER Mulheres foi construído em consonância com os movimentos sociais e dispõe de uma intencionalidade de construir o conhecimento capaz de transformar as mulheres em sujeitos políticos. No leque de atividades obrigatórias estão:

- 1) Mobilização e identificação das mulheres. Nesta etapa serão realizadas atividades individuais ou coletivas de mobilização e identificação de mulheres a serem beneficiárias pela entidade contratada;
- 2) Visitas técnicas de diagnóstico da unidade de produção, elaboração de projeto e monitoramento da produção;
- 3) Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações; de gênero e feminismo; Oficinas de avaliação e monitoramento parcial; Oficinas sobre políticas públicas e comercialização;
- 4) Atividades coletivas para troca de vivências agroecológicas. São atividades coletivas (podem ser visitas técnicas, mutirões, dias de campo, trocas de experiências, reuniões, oficinas e outras atividades propostas pela entidade) visando a construção coletiva do conhecimento.

Na chamada do ATER Mulheres tiveram basicamente duas modalidades de atividades: individual e coletiva. Os conteúdos também já estavam propostos na chamada pública. No entanto, a execução da política teve suas singularidades no Centro Feminista 8 de Março em pelo menos três aspectos: a) a construção coletiva do conhecimento, com destaque para os intercâmbios e oficinas de capacitação; b) articulação e conexão com outros processos existentes na região



e c) na visão de feminismo e agroecologia implementada pela entidade executora.

A metodologia explícita na chamada de ATER 2013 anunciava o tipo de serviço que deveria ser prestado às mulheres agricultoras. Afirmava que a assessoria das técnicas de ATER deveria acontecer de forma democrática, com metodologias participativas e uma pedagogia construtivista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local para privilegiar o potencial endógeno das mulheres e das comunidades. Isso se traduz, na prática, a facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades das protagonistas envolvidas (Chamada Pública n. 03/2013/DPMRQ/MDA).

Como forma de aprofundar o processo de análise da execução, faz-se necessário apresentar as estratégias da instituição executora como forma de demonstrar os caminhos que contribuíram com a efetividade da política, para isso discorro sobre três atividades que nortearam a execução do ATER Mulheres no RN: oficina, intercâmbio e visitas técnicas.<sup>42</sup>

### **5.3.3 Feminismo e agroecologia: a construção coletiva do conhecimento nas atividades do ATER mulheres**

Deste tópico pretende-se analisar o desenvolvimento das atividades, a forma da execução da política e quais as estratégias que levaram à efetividade na vida das mulheres e, por conseguinte, as especificidades que fizeram do CF8 uma referência na execução do ATER Mulheres no RN e no Brasil.

Para efeito de análise, como afirmado anteriormente, utilizaremos três atividades: o intercâmbio, as oficinas, especificamente a oficina sobre a divisão sexual do trabalho, e as visitas técnicas.

#### **a) O intercâmbio**

---

<sup>42</sup> O diagnóstico também se constituiu como uma ferramenta importante e serviu de fonte de pesquisa para chegarmos aos dados já apresentados.

O intercâmbio como estratégia metodológica para construção do conhecimento foi implementado no ATER Mulheres como uma proposição do movimento de mulheres da Via, da Marcha das Margaridas e do movimento agroecológico, em especial a ANA.

No CF8, essa estratégia dos intercâmbios já era desenvolvida em suas atividades de assessoria aos grupos de mulheres em parceria com instituições e comissão de mulheres dos STTR da região Oeste Potiguar.

No último período, a estratégia dos intercâmbios feministas e agroecológicos foi realizada com as beneficiárias do ATER Mulheres como parte de execução das atividades previstas na ação. A forma de desenvolvimento, as ações, conteúdo e metodologia, em parte são resultado de aprendizado das trocas de experiências com outras articulações, como a prática de intercâmbio da ANA e da ASA somada às singularidades construídas no fazer feminista na forma de construção do conhecimento do CF8.

Existe um encadeamento de procedimentos existentes em intercâmbios agroecológicos. De acordo com Zanelli e Silva (2015), os intercâmbios agroecológicos articulam diversos procedimentos para a análise e construção do conhecimento coletivo do agroecossistema, alguns presentes nos diagnósticos rápidos participativos, como a caminhada transversal, e outros já consagrados na educação popular, como os círculos de cultura, propostos por Paulo Freire.

O processo inicia-se com o debate de qual conteúdo o determinado grupo de mulheres quer se aprofundar no intercâmbio. No caso dos intercâmbios promovidos dentro do programa ATER Mulheres, os temas são definidos e priorizados coletivamente, de acordo com as situações/problemas que estão sendo trabalhados com a maioria das mulheres beneficiadas. Sempre existem proposições de tema como: organização de mulheres; reuso de água, quintais produtivos, agroflorestas, hortas agroecológicas e plantas medicinais, criação e manejo de pequenos animais, em especial galinha, abelhas e bode, além de compostagem, biofertilizantes e caldas naturais, comercialização e beneficiamento, todos ancorados na auto-organização de mulheres. Após a definição das questões que querem aprofundar, a mobilização é feita pelo próprio grupo de mulheres. Na maioria das vezes vão todas as participantes do grupo de mulheres e convidadas de instituições parceiras e mulheres de outras comunidades interessadas no tema. A finalidade dos intercâmbios

agroecológicos e feministas está ligada ao fortalecimento das mulheres como sujeitos de sua produção e organização, sensibilizando sobre essas temáticas gerais, discutindo sobre os potenciais e fragilidade da realidade daquela experiência visitada.

Quando chega o dia do intercâmbio, a dinâmica das mulheres se altera. Todas têm que acordar mais cedo para deixar “a casa em ordem”. O trabalho doméstico feito, nesse caso, não as aprisiona, mas as leva a reduzir algumas horas de sono para conseguir seguir viagem em busca da construção do conhecimento.

Durante o trajeto de sua comunidade até a experiência visitada são inúmeros os assuntos abordados no ônibus, dentre eles, falam da vida pessoal, lazer, saúde doença, política, economia, músicas, rezas, como um “palestrado<sup>43</sup>” na viagem. É difícil descrever a diferença de conteúdo e procedimentos individuais quando se trata de um intercâmbio misto e um intercâmbio somente de mulheres. A definição vem das próprias agricultoras quando dizem que vivem mais a experiências quando estão somente entre mulheres.

Ao chegar na comunidade a ser visitada, que foi previamente preparada pelo CF8 para receber as mulheres participantes dos intercâmbios, organiza-se um passeio na comunidade para que as mulheres tenham uma visão do todo e não apenas da experiência visitada. A intenção é conhecer o agroecossistema daquela comunidade para perceber as conquistas do grupo de mulheres, como o direito de ser sócia da associação, as fontes de águas existentes, como as nascentes e os tipos de captação, sejam de chuvas ou de reuso (quando é o caso); o uso dos diversos extratos da propriedade; os tipos de plantio, entre outras observações.

Logo após a caminhada, sentadas em roda, na maioria das vezes na associação da comunidade, ou mesmo debaixo de uma árvore, iniciam-se com atividade de entrosamento, massagem corporal, incluindo nesse momento apresentação do objetivo da atividade e a apresentação das participantes. Esses momentos, em muitos intercâmbios, são precedidos de uma atividade lúdica ou mística.

---

<sup>43</sup> Expressão popular dita por uma das mulheres na avaliação de um dos intercâmbios que significa conversa, diálogo.

Logo após é socializado o histórico do grupo de mulheres daquela comunidade ou da organização das agricultoras e agricultores com um foco para a organização das mulheres. Nesse momento vêm à tona diversos elementos os quais as mulheres enfrentam no processo de aprendizados organizativos e no fazer agroecológico, incluindo temas como a questão agrária, os quintais, as festas religiosas, as dificuldades de liberdades, o cultivo no roçado, a descoberta do feminismo, entre outros, como diz a agente beneficiária 1:

“Eu fui. Ana disse: “você vai mesmo?”, eu disse: vou! Vou botar seu nome. Ana disse: “vou botar seu nome”. E fui! Aí, eu me senti que eu era feminista, que eu podia lutar por tudo, porque a gente menos de dez, fomos valentes. Aí eu senti mesmo que eu era feminista, que poderia sobreviver sem o meu marido. A gente viu o feminismo como, em outro rumo. A gente, como ia ser, mas quando a gente começa a participar, a ver que não é nada mais, nada menos do que igualdade. É. É a luta por isso, eu acho. O ponto firme do feminismo é isso. Não é essa ideia que a gente tem de feminismo, é que as mulheres, muitos pensam assim, que a mulher quer ser mais do que o homem. Eu sou mais do que você? Não. Eu sou igual a você! [...]eu vejo na linha de igualdade. Eu sou da capaz igual a você. Eu posso chegar aonde você chegar. Porque a gente vê que o machismo acha que a mulher não pode chegar aonde o homem chega, não é?” (AGENTE USUÁRIA 1, 2017).

O relato da entrevistada representa as histórias vividas pelas mulheres nos processos de participação em intercâmbios ou em outros espaços, mas socializados nos intercâmbios. Nesse depoimento específico, a história foi relatada em um dos intercâmbios que ela foi responsável de falar da ação realizada em 2010 pela MMM, na qual duas mil mulheres marcharam durante dez dias em São Paulo<sup>44</sup>.

O aprendizado advindo das experiências do passado e a afirmação do presente são constantes nas conversas. A capacidade de resiliência das mulheres é demonstrada no cultivo das plantas enfrentando a estiagem cíclica típica do Semiárido, a reestruturação das suas vidas após dificuldades, além de trabalho, festas, transportes, concentração fundiária, entre outras.

Após a visita da experiência e observado os diversos aspectos, o processo de socialização é constituído de problematização e troca de conhecimento:

---

<sup>44</sup> Sobre a ação 2010 da MMM, ver: [www.marchamundialdasmulheres.org.br](http://www.marchamundialdasmulheres.org.br).

Eu também aprendi muito nesses intercâmbios que eu fui, eu fiquei maravilhada quando eu vi, que eu nunca tinha visto. Tinha visto falar do biogás, é. Nossa! Como eu fiquei admirada como funcionava isso, porque eu não sabia. [...] No tempo que eu fui eu não sabia que lá tinha, eu não conhecia. E eu fiquei: ah, eu quero um desse para mim! [...] Lá eles reaproveitam a água, todas as águas, em Arcoverde. Lá até pé de uva tem nos quintais (AGENTE USUÁRIA 2, 2017).

A fala das mulheres diz que em todos os aspectos o intercâmbio constrói conhecimento e esperança para seguir lutando. Hora mostra as fragilidades dos grupos visitante e a certeza de que é possível; hora mostra a fortaleza das suas próprias experiências e a certeza de que se está no caminho certo.

Quando o grupo que visita é grande, faz-se necessário realizar subgrupos para aprofundar-se em mais de um tipo de experiência na comunidade ou quando o intercâmbio concentra-se na mesma experiência, cada subgrupo responsabiliza-se de observar, mais profundamente, determinado aspecto da experiência visitada.

Nessa atividade de intercâmbio, as técnicas têm um papel importante na problematização e na busca de respostas coletivas para os problemas. Quando se exige um aprofundamento dos questionamentos e problematização surgidas nos intercâmbios, as técnicas assumem a responsabilidade de seguir o debate no processo de assessoria e nas oficinas seguidas ao intercâmbio.

Os processos organizativos das mulheres relacionados à produção agroecológica é um dos aspectos observados nos intercâmbios promovidos pelo CF8. O aprendizado das tecnologias apreendidas e aprimoradas pelas mulheres são o aprendizado que permeia toda a atividade.

O processo de socialização é construído com troca de sementes, mudas, símbolos de lutas como bandeiras camisetas, ou objetos significativos daquele momento. Assim como nos intercâmbios sistematizados por Zanelli e Silva (2015), os intercâmbios do ATER no RN sempre foram finalizados com um lanche coletivo, preparado pelas mulheres da comunidade. A diversidade e cultura alimentar são expressivas nesses lanches. É comum ter tapioca, bolo de milho, suco de fruta da época como manga, cajarana, caju, doces, queijos, entre outros. Nesse momento sempre tem troca de receitas e segredos culinários preservados e socializados com as mulheres visitantes. É o aprendizado agroecológico se misturando com o saber das mulheres, alicerçados na culinária

camponesa, que é a expressão da segurança e soberania alimentar construídas pelas mulheres.

Concluído o lanche coletivo, chega o momento da volta para casa. Antes, se faz o agradecimento, se diz as esperanças e os encaminhamentos. É também o momento de fortalecer os laços de construção conjunta, não só do conhecimento, mas de estreitamento dos laços e articulações para fortalecer a luta das mulheres a partir da produção agroecológica e da convivência com o Semiárido. É comum ecoar as palavras de ordem: “as mulheres são a resistência, sem feminismo não há convivência” e “sem feminismo não há agroecologia”.

#### **b) Visitas técnicas**

De acordo com as chamadas de ATER Mulheres, as visitas técnicas estão descritas nas etapas de diagnóstico da unidade de produção; visitas técnicas para elaboração dos projetos produtivos; visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos projetos produtivos e emissão do primeiro laudo; visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos projetos produtivos e emissão do segundo laudo; visitas técnicas individuais para acompanhamento e monitoramento da produção e emissão do terceiro laudo<sup>45</sup>.

Essa padronização da atividade não restringiu o desenvolvimento da tarefa, tendo como princípio uma assessoria voltada para a transformação da realidade das mulheres e, ao mesmo tempo, uma assessoria técnica que olhasse e atuasse sobre os problemas da vida das mulheres. O CF8 construiu seu jeito próprio de realizar as visitas. Tanto para as mulheres agricultoras como para as técnicas do CF8, as visitas são momentos de resolução de problemas e busca de novos caminhos. Seja quando se fala da vida pessoal da autonomia do corpo e da vida ou das plantas e criação de pequenos animais.

Uma equipe de entre seis a oito mulheres fazem visitas aos quintais. Na ocasião umas seguem tirando as dúvidas e absorvendo as experiências das

---

<sup>45</sup> De acordo com a chamada, existem 3 tipos de visitas ou visitas com 3 objetivos específicos:

1. Visita para diagnósticos;
2. Visitas para elaboração dos projetos;
3. Visitas de acompanhamento/monitoramento (são realizadas em três etapas).

demaís ao mesmo tempo. No final, as mulheres beneficiárias visitam e são visitadas no processo de construção do conhecimento coletivo. Essa experiência é acompanhada por uma técnica para mediar as questões e esclarecer quando necessário.

Esse processo faz lembrar o debate entre E. Leeuwis e van den Ban (2004) quando falam da probabilidade de ter existido momentos da história da humanidade em que as pessoas cumpriram um papel de “conselheiros” e de “veículos de intercâmbio de informação” no âmbito da agricultura. Nesse caso, o quintal das mulheres é o espaço da troca de conhecimento e de aconselhamento sobre o desenvolvimento das plantas e do ecossistema. Os autores estudados não conseguem confirmar se esses chamados conselheiros ou conselheiras eram as mulheres que descobriram a técnica de plantar. Mas na experiência do CF8, pode-se afirmar que todas as mulheres assessoradas são conselheiras da vida pessoal e do fazer agroecológico.

Em momentos distintos, as visitas técnicas realizadas pelo CF8 seguiram essa experiência de visita coletiva, acrescidas de estratégias para debater questões sobre a auto-organização das mulheres, a violência doméstica, a autonomia do corpo e da vida, bem como, apontando saída para os problemas das plantas e de suas vidas.

Nisso, uma beneficiária do ATER Mulheres do território Açu-Mossoró apresenta, com suas palavras, o sentido da visita coletiva: “vêm as meninas aí conversa com a gente, aí dá aquele ânimo de sobrevivência outra vez, que aí às vezes, a gente tá tão fraquinhas... Aí elas chegam, conversam, aí a gente sobe de novo com a esperança que vai melhorar cada vez mais”.

Esse mesmo sentimento é encontrado no diário de campo da agente mediadora 3 ao descrever um diálogo com uma das beneficiárias. Apresenta que a visita técnica não serve apenas para emitir o laudo<sup>46</sup> das tarefas realizadas ou para resolver o problema da planta que não cresceu ou do bode que está com doença. Serve para isso, mas vai além, buscando uma integralidade das transformações sociais:

---

<sup>46</sup> Visitas de monitoramento geravam um produto que era um laudo técnico sobre a execução do projeto que as mulheres estavam desenvolvendo com o fomento, como pré-requisito para receber a parcela seguinte.



[...] Mas me fale como vão as coisas? Quem é esse rapaz que eu nunca tinha visto aqui?

- As coisas estão andando, fui pro médico, porque tava me sentindo tonta... Esse rapaz é meu neto, que está passando uns dias aqui pra ajudar o avô a fazer uma cerca pra minhas ovelhas... cuide, tome logo esse café pra você ir ver minhas ovelhas. Eu fiz um hotel pra elas. (risos).

- Calma mulheeer, cheguei agora! Me fale, o médico disse o que dessas tonturas?

- Ah, ele disse que são taxas alteradas, mas eu não vou deixar de tomar café, nem comer cuscuz com galinha, já pensou... eu vou comer o que?

- Mas precisa ver quando fizer exames de taxas, saber onde está alterado... Vê isso direitinho, viu? Não está certo a senhora ficar com essas tonturas. E esse seu neto não estuda, não? Um menino novo desses tem que estudar.

- Estudava, mas está dizendo que vai deixar... eu já disse a ele que estude pra ser alguém na vida! Mas ele só gosta de sítio, de bicho...

- Pois é... já que gosta, faz agronomia, veterinária, zootecnia, ou técnico em agropecuária... – Meninooo, você estude... ora, ficar aqui sem estudar, tão novo... estude e venha produzir aqui, aprender as técnicas agroecológicas, inovar aqui com seu avô. Já pensou? Cuide meninoooo!!!

- Dona Edivan, a senhora já fez tudo das ovelhas, fez até um quarto pra guardar milho e material. Como foi que a senhora fez, hein? Aquele dinheiro que a senhora recebeu não dava pra isso tudo não... mas digo logo que ficou muito boa essa estrutura. Vamos até fazer uma foto bem linda pra fazer a prestação de contas, vamos dizer que ficou tudo ótimo e a foto vai comprovar isso [...] (AGENTE MEDIADORA 4, março de 2018).

Esse relato, mesmo no formato informal, representa uma forma de abordagem que trata as mulheres como sujeitos de sua ação e promove a busca pela autonomia nos diversos aspectos da vida. Nesse relato encontramos os aspectos da saúde e da preocupação com a educação dos membros da família. Mas em outros relatos é possível encontrar questões como violência, gravidez na adolescência. É o momento em que as técnicas se deparam com as mais diversas problemáticas enfrentadas pelas mulheres agricultoras. Diante disso, as técnicas têm duas alternativas: sair e dizer que isso não é papel de assessoria técnica ou buscar saídas junto com as mulheres atendidas pela política. No caso do ATER executado pelo CF8, os relatos demonstram que existe uma orientação de buscar, junto com as mulheres, encaminhamentos para suas problemáticas, seja na esfera coletiva ou individual, seja nos espaços da produção ou reprodução.

Ainda sobre as visitas técnicas, considera-se importante confrontar as duas dimensões das agentes (técnicas e beneficiárias) envolvidas. Com isso

percebe-se que tanto as beneficiárias como as técnicas concordam com o significado da atividade:

As visitas do ATER sempre foram a parte mais “fácil” do projeto, pois éramos muito bem recebidas em suas casas. Foi onde tivemos um contato mais direto com cada mulher, onde podíamos conversar e conhecer melhor cada uma. Nas primeiras visitas de elaboração de CAR e diagnóstico, muitas vezes esquecia-se de me apresentar, por mais que fosse primeiro contato, pois por ser tão bem recebida parecia que já nos conhecíamos. Mas, a princípio, a visita era bem uma conversa, a abordagem sempre foi tranquila e ao chegar no alpendre de casa, nós sempre perguntávamos como elas estavam, os filhos, companheiro, e informávamos qual seria a atividade do dia que estávamos executando, e no cenário em que estamos/estávamos sempre surgia assuntos sobre política. No quintal olhávamos as criações e cultivos e a partir daí perguntávamos às mulheres se estavam encontrando alguma dificuldade para executar as atividades produtivas, é onde nós dávamos algumas alternativas para melhorar sua atividade de acordo com a necessidade de cada uma. No Seridó, na região da serra, as mulheres tinham muito plantio de frutíferas (maracujá, caju, pinha) e muitas delas utilizavam de métodos convencionais de combate a pragas e doenças, quando começamos a dar alternativas agroecológicas de prevenção de infestação de insetos e doenças, elas rapidamente aderem à técnica, dizendo que não se dá com “aqueles venenos” (AGENTE MEDIADORA 5, Março 2018).

Não são apenas as técnicas do CF8 que descrevem a visita como um momento singular, as beneficiárias do ATER também expressam isso em seus depoimentos. Para seguir com a verificação de que as visitas técnicas do CF8 têm uma singularidade pelo fato de ser uma assessoria feminista, apresenta-se três depoimentos distintos de mulheres beneficiárias do ATER, nos quais demonstram as diferenças entre uma ATER feminista e as demais. Ao serem perguntadas se há diferenças, as usuárias prontamente respondem:

Tem, assim, não é igual, porque a mulher ela é voltada, a mulher ela nos entende mais, ela compreende, e a forma de ela nos tratar é diferente pra gente. Não desprezando os homens, mas é totalmente diferente, com certeza. Eu não sei se as meninas vão concordar, mas a mulher tem o dom, o dom de Deus [...]. Nós mulheres temos o dom mesmo de Deus de saber expressar, saber cuidar melhor, e tratar melhor as pessoas, saber ouvir e saber o horário de falar também (AGENTE USUÁRIA 2, março 2017).

O dom de Deus para a mulheres agricultoras, e para as que trabalham com mulheres, o aprendizado e a necessidade de perceber que a divisão sexual do trabalho constrói a socialização de mulheres e homens de uma forma que hierarquiza e divide as tarefas de homens e mulheres. Assim, quando as

agricultoras afirmam que se sentem mais à vontade com as técnicas mulheres, elas estão fazendo uma leitura de que existe diferenças entre uma ATER feminista e uma ATER que tem uma visão de assistência técnica pautado na produtividade e não na produção e no bem-estar das pessoas:

[...] acredito eu que a mulher é melhor. A mulher é mais, existe sim diferença de assistência técnica voltada para os homens e mulheres. [...] A assistência técnica não vai só para o campo dar essa assistência técnica. Fica sendo também psicóloga, conselheira. Porque, muitas vezes quando chega num grupo de mulheres que estão reunidas, é até uma forma de desabafo das mulheres, não é? [...] Aí uma conta um problema que está com o marido, outra conta o problema que está com o filho, outra conta que está doente, outra conta que uma vizinha sofreu violência. E aí, de certa forma, o companheiro se for homem ele não vai ouvir isso, porque mesmo até as mulheres não vão ter coragem de falar, principalmente se tiver violência. E ele não identifica a violência na questão do campo. Mesmo que ele identifique, mas aí ele sai, vai embora, “isso aí é trabalho meu, não é da minha alçada”. É diferenciado nesse sentido. Alguns companheiros são sensíveis, mas outros, não. Outros só chega lá, olha a propriedade “assina aqui!”. Você assinou lá, ele esteve lá, vai embora, e você fique com o seu problema lá (AGENTE USUÁRIA 5, março 2017).

A visita técnica feminista descrita nesse depoimento é a expressão do que foi a execução do ATER Mulheres e qual a concepção de ATER era executada. Mostra que a forma de fazer uma visita técnica tem a ver com a visão de mundo que a instituição executora e a técnica têm, a qual tipo de desenvolvimento rural se pretende alcançar com essa assessoria, bem como qual agroecologia quer implementar. Fica nítido pelo depoimento das beneficiárias que a execução do ATER promoveu uma agroecologia feminista e que a visita técnica construída para apoiar a produção e reprodução é o caminho que deve ser trilhado para se obter uma assessoria técnica que gera mudança na vida das mulheres. Nas palavras de Aretche (2001), o ATER Mulheres conseguiu construir efetividade na sua execução.

#### c) **A oficina**

A oficina é uma definição, dada pela educação popular, de espaço de formação. A metodologia de oficina é utilizada para conduzir a socialização de conteúdos em seus diversos assuntos. No caso específico aqui sistematizado, pretende-se relatar uma oficina feita durante os anos de execução do ATER pelo CF8. Na verdade, pretende-se explicitar mais como os conteúdos são abordados

e menos o resultado gerado, já que a efetividade desses conteúdos e muitas outras ações do ATER Mulheres estão explícitas no conteúdo deste capítulo. Como toda oficina, se inicia com trabalhos corporais, entrosamento, apresentação e explicitação dos propósitos da atividade.

Desde 2010, quando o CF8 iniciou a execução do ATER Mulheres, os debates e as ações estavam ancorados na discussão sobre economia feminista<sup>47</sup>, especificamente nos escritos de Cristina Carrasco. Com base nessa teoria se teve uma preocupação com o trabalho produtivo das mulheres, especialmente para demonstrar aos órgãos públicos e à sociedade organizada porque a produção das mulheres funcionava de forma diferenciada das dos homens. Nesse sentido, a agente mediadora 1 afirmou em sua entrevista:

Tudo vai chegando e a gente vai começando a discutir. [...] economia solidária e aí com esse debate da economia solidária passa a discutir economia feminista, porque assim, com a produção das mulheres e comercialização e cobranças “ah, por que a produtividade das mulheres é baixa?” Nesse primeiro grupo, uma vez, as mulheres foram questionadas “ah, tem um grupo lá, de Apodi produziam a mesma coisa, mas a produtividade deles era grande e a delas baixa”, mas quando a gente ia olhar, o grupo de Apodi era só homens que produziam hortaliças, e lá era só mulheres. Os homens acordavam e não tinham que fazer nada. Acordavam tomavam café e iam produzir, voltava. Ele não tinha o trabalho doméstico e da reprodução pra cuidar (AGENTE MEDIADORA 1, março 2017).

Segundo a técnica do CF8, foi baseado nesses questionamentos sobre a “baixa” produtividade dos grupos de mulheres que então o Centro Feminista elaborou uma oficina para explicitar isso ou, como falam as mulheres, para desvendar esse “mistério”.

Para tal, o CF8 valeu-se de uma oficina já elaborada pelo movimento feminista e muito utilizada nos cursos de formação feminista da Sempre Viva Organização Feminista (SOF). A oficina conhecida como a oficina do relógio tem como propósito pensar sobre o tempo. Sobre o tempo que se usa para as diferentes atividades da vida. E se há diferenças entre homens e mulheres no uso do tempo. Na oficina, as mulheres são convidadas a colocar no papel tudo que elas fazem durante o dia e tudo que seus maridos, irmãos ou pai fazem.

---

<sup>47</sup> Nossa fonte de debates coletivos sobre economia feminista foi a rede feminismo e economia, fomentado pela SOF e composta por diversas organizações das regiões do Brasil.

Esse exercício sempre causa uma surpresa porque as mulheres começam a perceber, a partir da visibilidade do relógio, que o dia é muito mais extenso para elas do que para o marido. Para além disso, a surpresa é maior quando elas contabilizaram as horas trabalhadas que, somadas, chegam a corresponder a 30 horas diárias com tarefas realizadas concomitantemente enquanto fazem o almoço, cuidam das plantas, varrem a casa e dão água para os bichos. Percebem, então, que acordam geralmente no mesmo horário que os maridos, mas vão dormir bem mais tarde arrumando a cozinha e sem horário de descanso ao meio-dia porque tem a louça do almoço para lavar. Isso explicita a sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres. Essa descoberta é reveladora porque em toda a sociedade e, especialmente no campo, existe o mito de que os homens trabalham mais que as mulheres.

A inovação do CF8 nessa oficina foi acrescentar os conceitos de tempo de Cristina Carrasco para identificar onde está a concentração de trabalho das mulheres. Nesse sentido, seguido do debate sobre a intensiva jornada de trabalho entre a casa e o roçado, incluindo quintais, reuniões, igrejas e outros, as mulheres voltam para os grupos com a tarefa de fazer uma divisão do uso de seu tempo baseado nas tarefas descritas nos relógios.

Em um cartaz, o grupo faz a distribuição do tempo dos homens e das mulheres de acordo com os tempos definidos pela pesquisadora chilena Cristina Carrasco. A saber: **Tempo de trabalho de mercado** é o tempo gasto com atividades de produção no roçado, quintal ou no beneficiamento, de mercadorias ou serviços que garantem o sustento ou reduzem as despesas da casa como plantar alimentos para o autoconsumo. Outra atividade que se encaixa nesse tempo é venda da produção. **Tempo de trabalho doméstico e de cuidados** como o tempo dedicado à limpeza, cozinha, administração, abastecimento e organização da casa. E também como cuidado, proteção, bem-estar, alimentação e saúde das pessoas que vivem nela. **Tempo de necessidades pessoais** é o tempo dedicado às atividades para benefícios próprios, como dormir, comer, cuidar da higiene pessoal, necessidades fisiológicas. **Tempo de participação cidadã** é o tempo que se gasta com atividades para o crescimento pessoal, como estudo, participação política e trabalhos voluntários. **Tempo de ócio**, tempo livre, gasto com atividades para se divertir e descansar, por vontade própria, ou quando não se faz nada.

Explicado cada tempo definido por Cristina Carrasco, a tarefa das mulheres é colocar as atividades descritas no relógio em cada tempo e fazer uma percentagem aproximada de cada tempo gasto. O impacto sobre esse conhecimento é imediato. As mulheres começam a comentar que agora entendem o mistério apresentado pela técnica entrevistada 1, desvendando que o uso do tempo para produção (tempo mercantil) é muito inferior ao dos homens, já que elas têm a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado. As mulheres que assumem sozinhas a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados têm menos tempo para as suas necessidades pessoais, a participação cidadã e o ócio e isso faz com que o grupo de hortaliça delas tenham menos produção que os grupos de hortaliças dos homens.

Ainda compõe essa oficina uma terceira atividade que se destina a buscar alterar essa realidade considerando qual distribuição de tempo dos sonhos das mulheres e quais estratégias elas conseguem vislumbrar para a conquista desses tempos sonhados.

Realizar essa atividade como parte das atividades do ATER é importante não só para as mulheres entenderem sua condição e lutarem para alterar a realidade, mas também para as técnicas organizarem sua assessoria tendo como norte a busca por superação dessa realidade, com um maior equilíbrio entre os tempos das mulheres e, conseqüentemente, uma mudança no tempo dos homens.

A construção coletiva do conhecimento só erige efetividade quando passa a ser prática social. As técnicas advindas da agroecologia têm uma consolidação entre as mulheres, que podem estar ligadas a dois fatores: elas já terem esse conteúdo adquirido como tradição dos seus antepassados e as capacitações fortalecem o aprendizado e pelo fato de as mulheres terem uma vivência social baseada no trabalho do cuidado e da cultura de subsistência. Como forma de apresentar a construção dialética do conhecimento, apresenta-se em seguida o conhecimento e a prática das mulheres sobre feminismo e agroecologia. Ou seja, como forma de seguir com o debate do feminismo e agroecologia, o tópico seguinte propõe-se a analisar sobre o que a execução do ATER Mulheres no RN contribuiu para mudar a vida das mulheres de acordo com o aprendizado dos conceitos teóricos e práticos da afirmação: “sem feminismo não há

agroecologia”. Em outras palavras, o que elas apreenderam dos conteúdos e o que está sendo praticado.

#### **5.3.4 A efetividade na ótica das agentes mediadoras<sup>48</sup>**

Nas entrevistas realizadas, as técnicas apresentam a concepção de ATER pelas gestoras feministas responsáveis por sua elaboração e a intencionalidade em incidir sobre as relações de poder entre mulheres e homens e de elaborar uma política que dialogue com a preservação dos ecossistemas. O campo de elaboração da política é definido por Draibe (2001, p. 27) como “campo de interesses e conflitos de ideias”. Nisso, a fomentação de uma política pública precede uma elaboração e segue direções e prioridades. Essa visão de transformação só é possível pelo tipo de ATER e gestoras feministas já concebidas desde a elaboração.

Segundo o depoimento da agente mediadora 1, os debates propostos pelo ATER Mulheres estão definidos como debates sobre gênero e feminismo e feminismo e políticas públicas. Isso comprova o compromisso da política em alterar a situação de desigualdade em que estão inseridas as mulheres rurais que usariam a política:

[...] na própria chamada, tá lá determinada, tem atividades que tem uma identidade com o processo de transformação da vida das mulheres. As chamadas de ATER mulheres têm um processo de reivindicação a partir das demandas que se tem identificado da vida das mulheres, diferente das outras chamadas (AGENTE MEDIADORA 1, março 2017).

Essa afirmação diz que as chamadas de ATER Mulheres estão alicerçadas nas propostas do movimento feminista e se propõem a contribuir com a alteração da realidade da vida das mulheres. Essa afirmação é melhor observada na própria chamada de ATER Mulheres quando se descrevem as atividades direcionadas às relações de gênero:

Oficinas de gênero e feminismo – Atividade coletiva com o objetivo de Atividade coletiva com o objetivo de estimular a reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no meio rural e agricultura familiar. Deverão ser abordados os conceitos de economia feminista e solidária, de igualdade de gênero, divisão sexual do trabalho e trabalho

<sup>48</sup> Consideram-se agentes mediadoras as organizações da sociedade civil executoras do ATER.



não remunerado, socialização do trabalho doméstico e dos cuidados, organização produtiva das mulheres (ATER MULHERES, 2014, p. 8).

Essa mesma demonstração de intencionalidade de mudar as correlações de força entre homens e mulheres existente no rural também é percebida quando se fala da agroecologia. Desde a concepção da política pública até a estratégia de execução, se percebe uma consonância quando se trata de incidir pela alteração do modelo de desenvolvimento, alterando a matriz produtiva para a agroecologia e a incidência sobre as relações sociais de gênero, como bem aponta as chamadas de ATER Mulheres.

Atividades coletivas para troca de vivências agroecológicas. São atividades coletivas (podem ser visitas técnicas, mutirões, dias de campo, trocas de experiências, reuniões, oficinas e outras atividades propostas pela entidade) visando a construção coletiva do conhecimento a partir das trocas de vivências dos cotidianos das mulheres na implementação dos Projetos Produtivos de Convivência com o Semiárido e nos processos produtivos agroecológicos (ATER MULHERES, 2014, p. 8).

A agroecologia como centro da matriz produtiva coloca as mulheres como um agente transformador capaz de redirecionar o modelo de desenvolvimento existente em sua comunidade. Essa afirmação se justifica quando se teve o acesso ao diagnóstico da produção das mulheres e percebeu-se que elas já faziam agroecologia em seus quintais. Com o ATER Mulheres, essa ação foi fortalecida não só na esfera da produção como nas relações sociais com o reconhecimento social.

A intencionalidade de alterar a vida das mulheres positivamente<sup>49</sup> também é percebida quando as técnicas descrevem a concepção de ATER do Centro Feminista 8 de Março, que privilegia a construção coletiva do conhecimento e a constante busca de transformação no meio em que atua. As agentes que executam o ATER, no caso estudado o Centro Feminista 8 de Março, conduzem e direcionam e constroem estratégias, escolhas e decisões que influenciam na política. Nesse sentido, quando a técnica descreve a concepção da política para

---

<sup>49</sup> Esse julgamento de valor atribuído é uma influência do conceito de efetividade de Arretche (2001), quando compreende a efetividade da política como as mudanças ocorridas na vida das pessoas, sejam positivas ou negativas.

o CF8 dá condições para afirmar que a ATER Mulheres executada pelo CF8 tende a promover mudanças positivas na vida das mulheres:

[...] a gente compreende ATER não de forma isolada, a gente costuma muito dizer isso pros fiscais, nesse formato de ATER que tem hoje, a gente costuma dizer que a nossa ação ela tá integrada com aquilo que a gente pensa de forma mais ampla, de processos de transformação social, de mudança de vida e isso não se dá só em eu tá executando todas as atividades que estão ali, então tem que ficar integrada com a discussão das mulheres, [...] tem que tá casada com a importância das mulheres se manterem em movimento, porque não é só o fomento que vai aplicar na produção que vai mudar a vida delas e pronto. Elas têm que tá articulada com processos de mudança maior, não é só aquilo que vai gerar autonomia e nem é só elas isoladas que vão conseguir se desenvolver, então pra elas conquistarem, na nossa perspectiva de mudança de vida, tem que tá integrada com muitas coisas. (AGENTE MEDIADORA 1, março 2017).

Fica claro o que Draibe (2001) afirma quando as agentes executoras da política pública também influenciam na própria política. Nesse caso, a execução do CF8 promove uma estratégia capaz de inter-relacionar as ações e potencializar as mudanças positivas na vida das mulheres.

Mesmo considerando difícil isolar a política e a realidade social, para construir uma relação de causa e efeito, entre a política executada e os resultados obtidos, como alerta Arretche (2001). Nos tópicos seguintes, pretende-se fazer uma análise das mudanças positivas ou negativas na vida das mulheres agentes da política pública. Para tanto, serão consideradas as dimensões dos indicadores: feminismo; agroecologia e desenvolvimento como liberdade.

#### 5.3.4.1 Feminismo: percepção sobre o trabalho doméstico e a construção do sujeito político nas comunidades

Com relação às usuárias do ATER Mulheres no RN e a divisão sexual do trabalho, analisando-se os dados, pode-se concordar com o que diz Picchio (2001) e Sen (1990, 2000) quando argumenta que o trabalho doméstico influencia na quantidade e qualidade do trabalho remunerado e este está relacionado com as capacidades adquiridas de cada membro das famílias. Por outro lado, segundo Enríquez (2010), o trabalho do cuidado também influencia na quantidade de horas disponível para o trabalho remunerado. Sabe-se que

para parte das mulheres, o trabalho produtivo só é possível com as horas restantes do tempo gasto na responsabilidade com a reprodução. Dito de outra maneira, o trabalho da reprodução está, intrinsecamente, incorporado no espaço da economia, uma vez que o trabalho produtivo depende da reprodução para se manter em funcionamento.

Sobre o trabalho das mulheres do Seridó, a partir dos dados fornecidos pelo CF8, elaborou-se um quadro que demonstra que todas as usuárias têm mais de uma ocupação. Sendo que a grande maioria, 90%, faz o trabalho doméstico conjugado com a ocupação no espaço produtivo. O quadro abaixo demonstra os principais tipos de atividades produtivas, do trabalho doméstico e do cuidado feito pelas mulheres e homens do Seridó.

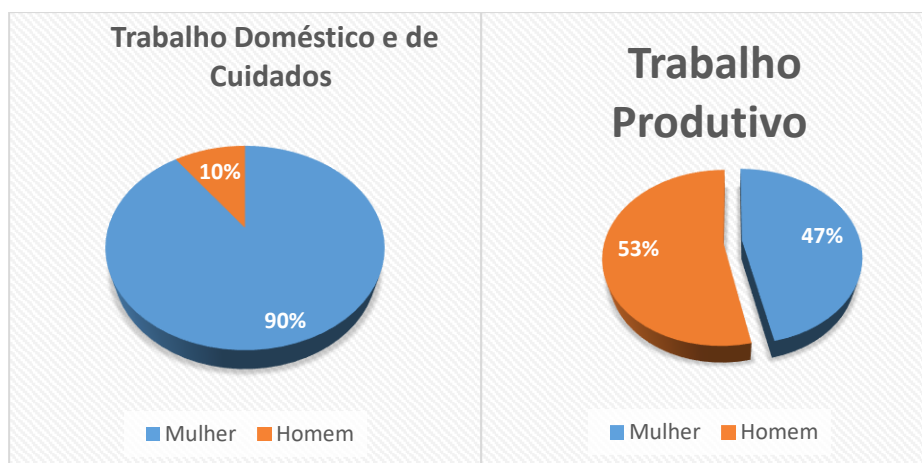
**Tabela 11 – Tempo do trabalho das mulheres**

Tipo de trabalho	Atividades	Horas/Semana	
		Mulher	Homem
Tempo Trabalho Produtivo	Cuidado com Pequenos Animais	8,1	5,8
	Cuidado com Animais de Grande Porte	2,2	9,4
	Roçado	15,2	24,6
	Horta	3	1,1
	Quintal	5,6	0,8
	Extrativismo	0,2	0,1
	Colheita	16	19,3
	Artesanato	0	0
	Beneficiamento	1,1	0
	Comercialização	1,7	1,4
	Outras Atividades	1,5	0,8
	<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>63</b>
Tempo Trabalho Doméstico e de Cuidados	Pegar Lenha	0,7	1,5
	Pegar Água	0,9	0,6
	Cuidas das Crianças	27,8	2,1
	Fazer Comida	19,9	0,2
	Limpar a casa, lavar a louça e passar a roupa	17,9	0,2
	Outras atividades (Lazer e cuidados pessoais)	4,7	3,1
	<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>8</b>

Fonte: Autora, 2017.

Voltando aos dados coletados no diagnóstico, observa-se que existe uma estreita relação entre o trabalho reprodutivo com a esfera produtiva.

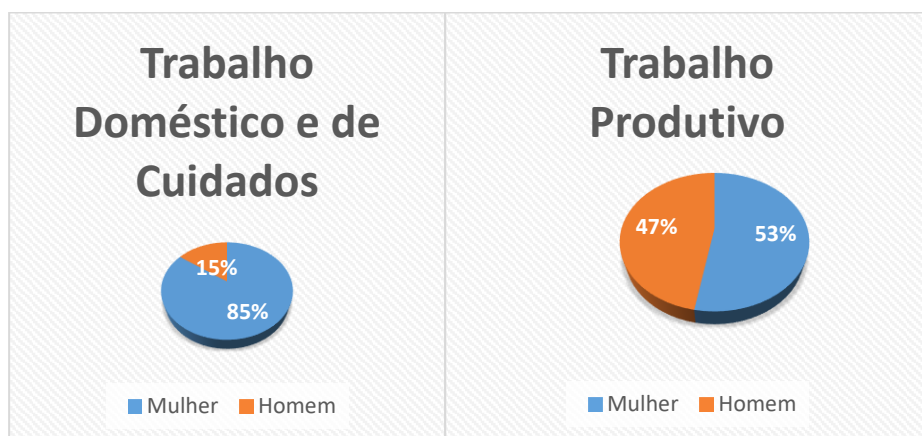
**Gráfico 14 – Trabalho das Mulheres**



Fonte: Autora, 2017.

Quando colocamos os dados consolidados em dois quadros, percebemos o que significa o uso do tempo de mulheres e dos homens de acordo com o diagnóstico das mulheres que acessaram o ATER no Seridó. No Mato Grande, esses gráficos não apresentam alterações e as responsabilidades de homens e mulheres permanecem quase que imutável.

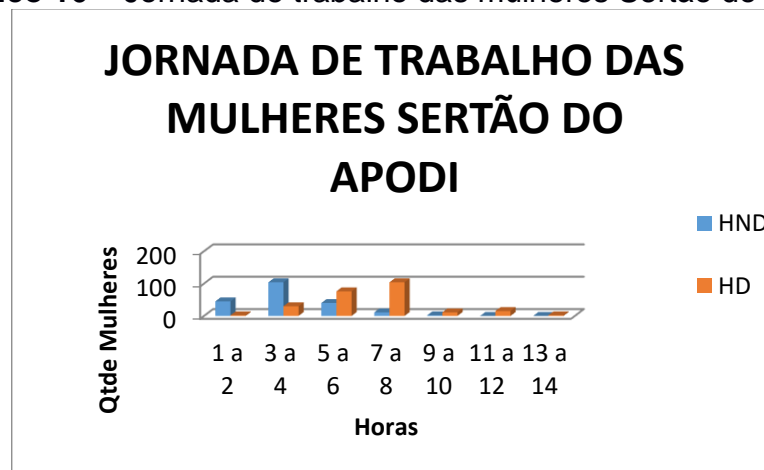
**Gráfico 15 – Trabalho doméstico e cuidados**



Fonte: Autora, 2017.

Mesmo mensurados pelos questionários de formas diferentes, os dados do Sertão do Apodi de 2010 demonstram que não há diferenciação da divisão sexual do trabalho dentro do espaço-tempo. Observando a jornada de trabalho das mulheres de Sertão do Apodi, percebe-se que a maioria das mulheres gasta diariamente de 7 a 8 horas diárias com o trabalho doméstico. As diferenças entre as horas de atividades domésticas – HD e as horas gastas nas atividades não domésticas – HND, revela que mesmo havendo deslocamento de algumas relações conjugais na realização das tarefas domésticas e do cuidado, seja no sertão do Apodi, no Mato Grande, Açu-Mossoró ou Seridó, a divisão sexual do trabalho permanece inflexível como estrutura social.

**Gráfico 16 – Jornada de trabalho das mulheres Sertão do Apodi**



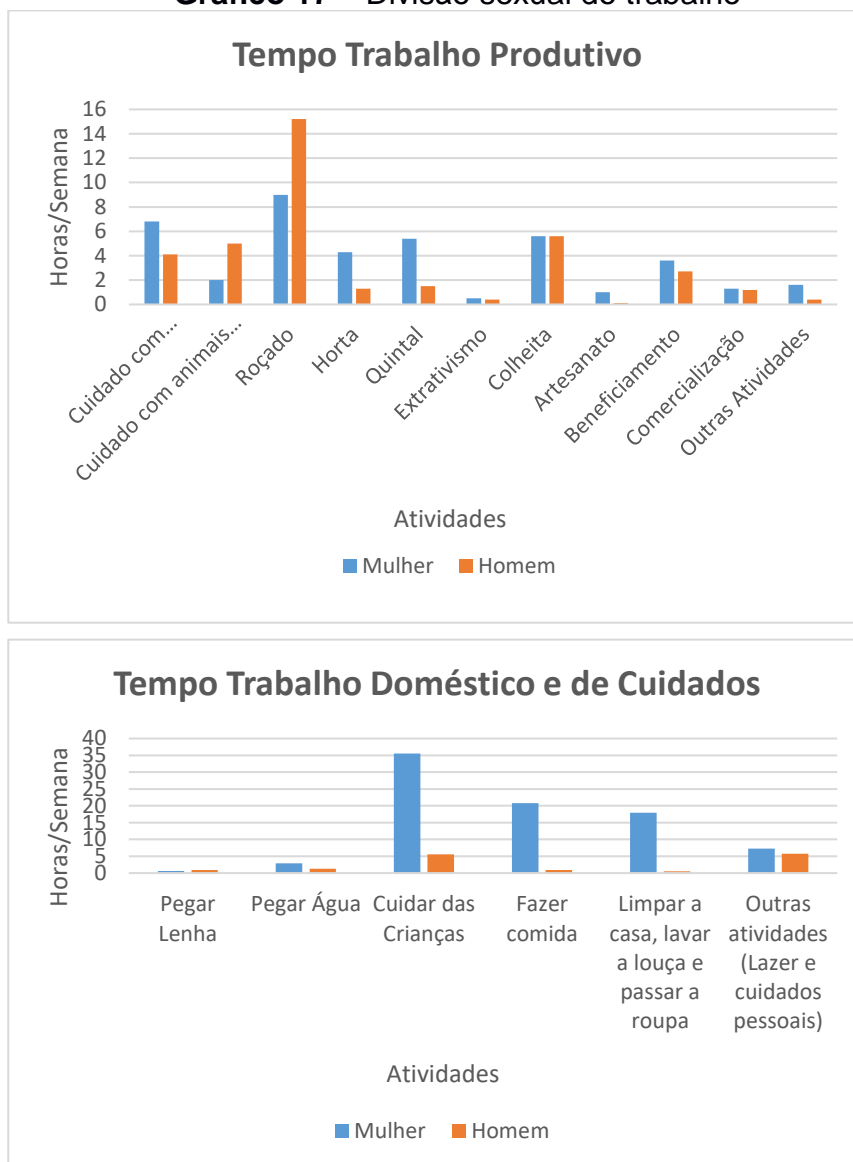
Fonte: Autora, 2017.

No rural, o uso do tempo das mulheres é intermitente entre casa e roçado e isso faz com que as mulheres trabalhem muitas horas por semana, sobrando, assim, pouco tempo para si própria ou para o ócio. De acordo com o gráfico acima, 90% dos trabalhos domésticos e do cuidado são feitos pelas mulheres, ao passo que 47% do trabalho produtivo é também feito por mulheres, aos homens apenas 10% do trabalho doméstico e 53% do trabalho da produção. Rapidamente se conclui que as mulheres trabalham mais que os homens quando se unificam as duas esferas.

Olhando para os gráficos dos trabalhos produtivos e reprodutivos assumidos por mulheres e homens do território do Mato Grande, confirma-se o

que já foi dito na análise do Seridó e, ao mesmo tempo, se reafirma o já dito no debate sobre a divisão sexual do trabalho:

**Gráfico 17 – Divisão sexual do trabalho**



Fonte: Autora, 2017.

Em uma análise rápida, basta visualizar a distribuição de trabalhos pelas cores no Gráfico 17, do trabalho produtivo, para perceber o significado da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres rurais. Na esfera produtiva que implica na criação com animais de grande porte, roçado, colheita e comercialização, vê-se que a cor laranja (cor representando o trabalho dos homens) está sempre igual ou um pouco mais alta que a cor azul (representado a atividade das

mulheres). Já no gráfico a seguir, da reprodução, o azul é predominante e a cor laranja é tímida e quase sem expressão. Isso denuncia o tamanho da jornada de trabalho das mulheres rurais e, ao mesmo tempo, reafirma o já debatido nos capítulos anteriores.

Quando se avalia a dimensão do feminismo, se está falando de avaliar sobre o ponto de vista de dois indicadores: percepção sobre o trabalho doméstico, utilizando o conceito de Hirata e Kergoat (2007) sobre divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico e do cuidado, bem como se valer das elaborações de Cristina Carrasco sobre a esfera do cuidado. Um segundo indicador é o sujeito político das mulheres, o que se responde com a pergunta: o ATER Mulheres contribuiu para a construção do sujeito feminista nas comunidades?

Todas as falas das técnicas demonstraram que, do ponto de vista de mudança positiva na vida das mulheres, ocorreram transformações nas diversas dimensões. Sobre o trabalho doméstico e do cuidado, a agente mediadora 2 relata um exemplo emblemático para representar um nível de alteração:

Lá em São Lourenço, tinha 70. 40 crianças, sempre muitas. Aí a gente garantia a alimentação pro dia todo, brincadeiras... A gente comprou livros, criou telas, espaço da leitura... as crianças adoravam, bombava a recreação. O que era bem interessante na recreação que a gente percebeu: no início era muita criança, depois foi diminuindo à medida que o projeto foi dando continuidade, as recreações iam diminuindo o número de crianças e a gente ficava discutindo isso, por que? O porquê. Por que as crianças não estão vindo mais? Aí a gente: não, vamos parar pra conversar com as mulheres. Como o projeto teve muito resultado, todos tiveram muitos resultados, umas estavam comercializando, outras se não comercializavam, mas já estavam garantindo para o uso da família, e os marido acharam ótimo o projeto, então eles ficavam com as crianças, então não era um problema pra elas. Não era o geral, mas muitos... “ah, hoje a gente não trouxe porque o marido ficou”. As crianças gostavam e tudo, mas depois, o resultado foi tão positivo... as comunidades inteiras gostavam, quem tava e quem não estava. (AGENTE MEDIADORA 2, março 2017).

O relato da técnica é revelador quanto ao resultado do ATER Mulheres na alteração da dinâmica familiar com mudança nas atribuições do trabalho doméstico e do cuidado. Se anteriormente era dado que as mulheres eram as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e do cuidado, a saída das mulheres para o mundo público de forma planejada e contínua altera a dinâmica familiar. O fato de os homens passarem a ficar com os filhos durante as atividades pode



não significar muito para o ideário de sociedade igualitária. No entanto, para a realização da divisão rígida do trabalho existente no campo, como afirma Silipandri (2009), é tombar uma estrutura que não se move há anos. Essa alteração pode ser lida nos diversos aspectos. No entanto, o fato de o ATER Mulheres proporcionar aferição de renda para as mulheres, como afirma Sen (2000), altera a relação de poder das mulheres em negociar no seio da família. E quando essa política também propicia o fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos, contribui para um maior poder de negociação, já que estão sendo legitimadas pela sociedade na qual convivem.

A agente mediadora 1 afirma que o CF8 tem uma assessoria técnica pautada na transformação geral da vida das mulheres. Isso significa que a organização está preocupada com a atuação das mulheres, pautada na autonomia delas tanto no campo financeiro como na transformação de sujeitos políticos capazes de mudar suas vidas e a sociedade que vivem. Essa preocupação está concretizada na realização da recreação infantil, por exemplo, demonstrando que a política do ATER Mulheres deve estar atenta à esfera produtiva e reprodutiva, incidindo sobre a valoração do trabalho doméstico e do cuidado e, ao mesmo tempo, contribuindo para que as mulheres se transformem em sujeitos políticos de suas vidas. Assim, no caso do RN, constata-se a contribuição, ainda com deficiências, do estado na autonomia das Mulheres, na promoção de políticas para resolver a questão da socialização do trabalho doméstico com a experiência da recreação infantil como desbravadora da demanda. Na entrevista, a agente mediadora 1 reforça o papel das entidades executoras do ATER na contribuição do engajamento em movimentos para o fortalecimento enquanto sujeito político, rumando para a autonomia das mulheres:

No Sertão Apodi, tem um nível de participação e articulação forte das mulheres. Assim, mas nós tivemos um enfraquecimento da política territorial, tivemos o processo que desencadeou no golpe. Se pensarmos, nesses dois últimos anos, tivemos um enfraquecimento do território, da articulação territorial. Mas no território, as mulheres se mantêm fortalecidas dentro das limitações e isso tem a ver com a articulação delas de outra forma, a partir do movimento. Tivemos agora o 8 de março, onde a principal bandeira trabalhada é a luta contra a reforma da previdência e o território, tanto o Sertão do Apodi quanto o Assu-Mossoró tiveram participação, fizeram o processo de participação de mobilização das mulheres nos municípios e tivemos participação significativa. Alguns municípios estão construindo

atividades... Tibau tem ação dia 30, Apodi teve ação sábado passado. Que as mulheres têm se mantido articuladas, elas estão fazendo atividades principalmente contra a reforma da previdência. [...] a assessoria tem um papel de contribuir com os processos de auto-organização das mulheres, então, pra nós, a gente chega numa comunidade pra desenvolver o ATER, porque assim, ele não é desenvolvido com grupos, então pode ser que na comunidade não exista grupos, e é importante tá? A gente vai fortalecer, mas a gente atua também pra, como acreditamos que é importante a auto-organização, as mulheres se constituírem como grupo é um passo importante para se fortalecerem no local, mesmo depois que a gente saia (AGENTE MEDIADORA 1, março 2017).

De acordo com Delgado (2007), a cobrança em forma de exigência organizada pelas mulheres, como sujeito político, para que o poder público atue buscando incidir sobre as relações sociais de sexo, passa a basear-se na demanda concreta pela alteração das relações de poder e pelo acesso a direitos em suas dimensões social e política.

No caso das mulheres nos territórios de execução do ATER Mulheres, suas demandas concretas as tornaram sujeitos políticos, “sujeito mulher” como afirma a fala da agente mediadora 1. Dantas (2010) afirma que no RN as técnicas e as usuárias se constituíram como sujeito coletivo através da Marcha Mundial das Mulheres. É nesse espaço que percebem que suas dificuldades não são individuais e as transformam em demandas coletivas.

O surgimento de uma articulação em nível nacional e internacional fez com que os grupos se fortalecessem em sua estratégia. A Marcha Mundial das Mulheres é o movimento feminista apontado como um sujeito político que conseguiu estabelecer um caminho para as organizações de mulheres no RN<sup>50</sup>.

[...] a marcha nos fez perceber que nosso horizonte é maior que um projeto produtivo, nós precisamos de uma sociedade de igualdade onde homens e mulheres sejam consideradas iguais (DANTAS, 2012, p. 144).

Aparentemente, o que ocorreu com a atuação do CF8 como entidade executora do ATER foi a vinculação de um conjunto de atores sociais entre si, em articulação com a MMM e com os movimentos sociais mais amplos como o Fórum Social Mundial (FSM), Redes de economia solidária, Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA),

<sup>50</sup> O Capítulo 4 trata da Marcha Mundial das Mulheres como sujeito político que representa a maioria das mulheres atendidas pelo ATER Mulheres.

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essa dinâmica de articulação entre os grupos com uma rede e movimentos nacionais e internacionais ajudou a criar um contexto estadual em que os grupos construíam motivações externas, além das necessidades imediatas para manterem-se organizados, buscando o acesso às políticas públicas e experimentando a construção de alternativas.

De acordo com Bezerra (2013 *apud* BEAULIEU, 2007), essa dinâmica dos grupos de mulheres é impulsionada pelo CF8, que assumiu em 2000 a construção da Marcha Mundial das Mulheres no RN e no âmbito do Nordeste: “A intervenção regional do CF8 faz com que os grupos de mulheres e um conjunto de atores estejam vinculados entre si”<sup>51</sup> (DANTAS, 2013, p. 93). O enraizamento da organização de mulheres parece manter-se quando existe uma organização comprometida com a luta das mulheres e se propõe a ser uma das articuladoras do processo. Ou ainda, quando essa organização consegue ampliar sua atuação, sua influência e suas relações políticas como sugere ser o caso do CF8. Sua articulação com a MMM é impulsionadora da dinâmica dos grupos locais dos territórios nos quais o ATER Mulheres foi executado. Isso é comprovado pela fala da agente mediadora 3:

[...] o CF8 consegue fortalecer de uma forma os grupos que eu acho que não é toda instituição que tem essa sensibilidade disso. De entender, de ver as mulheres como pessoas capazes. Acho que algumas instituições veem as mulheres como coitadinhas e reduzem a capacidade das mulheres. O CF8 vê que as mulheres são capazes de se organizarem independente da gente, na maior parte dos grupos elas são auto-organizadas. A gente entende a auto-organização como a capacidade delas se organizarem e terem a autonomia delas, isso é um diferencial e impacto nas comunidades. Fora a questão da sementinha que a gente planta, a gente mobiliza pra Marcha, Cúpula dos Povos... Então a gente mobiliza mulher de todo canto. Trazer essas mulheres pro movimento causa grande impacto. Embora elas sofram preconceito, dizem que as outras mulheres falam que elas não têm o que fazer. Embora o projeto acabe, eu acho que muitas mulheres vão insistir mesmo individualmente nesse processo de alteração da sua realidade (AGENTE MEDIADORA 3, março 2017).

De acordo com as técnicas do CF8, responsáveis pela assessoria, a execução da política de ATER Mulheres no RN teve efetividade na dimensão do feminismo. Especificamente nos indicadores apontados no estudo. Nos tópicos

---

<sup>51</sup> Tradução da autora.

seguintes, analisa-se as dimensões da agroecologia e do desenvolvimento como liberdade.

#### 5.3.4.2 Agroecologia: uma leitura a partir dos ecossistemas e dos aspectos sociais

Durante o processo de execução do ATER Mulheres no RN foi percebida a necessidade de trabalhar conjuntamente as dimensões da agroecologia com o feminismo, assim afirmaram as três técnicas entrevistadas. Em especial, elas apontam os prejuízos quando isso não acontece. Seja ele social, quando as relações patriarcais estão presentes em tudo e se não tiver a dimensão do feminismo enfraquece a agroecologia. Seja no próprio desequilíbrio do ecossistema, quando o patriarcado é utilizado para esse fim. Se observa, então, na fala da agente mediadora 3, a possibilidade de descompasso caso não exista a preocupação de construir um sujeito feminista no qual as mulheres se fortaleçam como protagonistas do seu destino:

A gente consegue, nitidamente isso, com aquelas mulheres que conseguem participar do movimento. As outras eu acredito que passam a ter uma dinâmica diferente. Como eu disse, dois dias fora de casa altera a realidade queira ou não queira. Tinha umas que traziam as crianças, outras deixavam com o marido, quando que esse homem ia ficar com esse menino se não tivesse vindo pra participar da reunião? A grande maioria diz que não estaria na reunião se não fosse obrigatório ir só a mulher. Às vezes tem um homem que chega, aí entra. Eu não gosto de tratar mal os homens, eu não vou dizer que eles têm que ir embora. Mas geralmente é o marido de uma mulher que não pode vir e ele veio no lugar, aí eu digo: “olhe, sua mulher é insubstituível e o senhor não pode de jeito nenhum ficar no lugar dela, se ela não puder vir não tem problema. E o senhor pode ir fazer seus afazeres”. Aí ele vai embora. Assim, das que participam do movimento, é muito forte isso, algumas foram pra Marcha das Margaridas, foram saindo seis dias, quase dois dias lá e dois de viagem. Isso é uma mudança. Mas tem umas que passam dificuldades, soubemos de um caso da mulher que foi contra a vontade do marido e quando chegou, ele tinha colocado veneno na horta dela e tipo assim, a grande maioria diz: “eu vou porque eu quero ir, mas eu sei que quando eu voltar não vai ter um pé vivo”, ainda hoje existe. Essas mulheres ficaram no movimento, outras experiências que a gente convive e acontece isso. Quando terminou a Marcha das Margaridas, teve uma que eu fui dois dias depois, só a sequeidão, sem uma gota de água. Só porque ela foi contra a vontade dele, isso é pra que ela não vá mais. Aí ele disse que ela não ia mais, mas quando foi na outra semana ela foi na atividade do projeto e hoje em dia é feito tirinete<sup>52</sup> no meio do mundo (AGENTE MEDIADORA 3, março 2017).

<sup>52</sup> Expressão popular no Nordeste que significa realizar uma atividade com grande intensidade.

Se nos debruçarmos sobre esse depoimento, podemos afirmar que o patriarcado destrói o ecossistema “Quando terminou a Marcha das Margaridas, eu fui dois dias depois, só a sequeidão, sem uma gota de água. Só porque ela foi contra a vontade dele”, isso é a demonstração da influência do patriarcado sobre os ecossistemas preservados pelas mulheres. Nesse sentido, torna-se fundamental construir uma proposta agroecológica conectada com as mulheres como sujeito feminista. Ao passo que, considerando a definição de Caporal (2009) sobre agroecologia, o patriarcado torna-se uma ameaça quando destrói o conhecimento construído pelas mulheres, como no caso citado pela técnica.

Se a agroecologia parte de que é necessário entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e do processo de revalorizar os conhecimentos e capacidades dos atores e atrizes locais para construção de sistemas agrícolas sustentáveis, a destruição do ecossistema utilizando-se das relações de poder que o patriarcado concede é, em grande medida, destruir a agroecologia. Quando se faz agroecologia e não se fortalece as mulheres como sujeitos políticos, a produção agroecológica também não se fortalece, bem como não consegue fortalecer os ecossistemas. A interdependência entre essas dimensões atesta o que esta tese levanta quando diz que sem feminismo não há agroecologia.

Em uma relação dialética, é também manifeste, nesse depoimento, a importância das atividades de agroecologia para fortalecer o feminismo: “[...] outras deixavam com o marido, quando que esse homem ia ficar com esse menino se não tivesse vindo pra participar da reunião?” Tal situação confirma o que Silipandri (2012) defende quando alega que a agroecologia tem se construído em um espaço de atuação das mulheres como sujeitos políticos. Nos projetos de esfera comunitária isso não é diferente.

Ainda sobre esse depoimento da agente mediadora 3, pode-se apontar elementos que estão nas definições de Sevilla nos três campos de saber constitutivo do pensamento da agroecologia: os saberes construídos pela prática social dos camponeses/indígenas; os saberes ligados à agronomia e ecologia representado por Gliessman (2003) e Altieri (2002) e uma vertente sociológica que trabalha as dimensões sociais.

No que se refere à apreensão de novas tecnologias, nas dimensões da agroecologia, foram observadas algumas experiências feitas pelas mulheres nos aspectos da relação da produção com os ecossistemas e suas dimensões sociais. A produção construída através da assessoria técnica do ATER Mulheres no RN estabeleceu uma consonância com a convivência no Semiárido fazendo uso de um sistema de produção que contribuía para preservação do ecossistema ao qual está inserido.

A construção coletiva do conhecimento conseguiu produzir experiências inovadoras envolvendo auto-organização e convivência com o Semiárido. Aqui é importante abrir um parêntese para falar do reuso de água construído pela assessoria do CF8. Essa experiência de reuso foi referência para demais organizações de assessoria técnica.

As Mulheres de Monte Alegre do território Sertão do Apodi, o Centro Feminista 08 de Março em parceria com a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e a União Europeia desenvolveram um sistema de reuso da água cinza para o plantio em comunidades potiguaras como alternativa de convivência com a estiagem no Semiárido. Essa experiência, realizada em 2013, chamada de Água Viva é resultado da soma de esforços entre o Centro Feminista, a universidade e as mulheres das comunidades, que se auto-organizam para lutar por melhorias em suas vidas e em seus territórios.

O projeto teve início no assentamento Monte Alegre I, no município potiguar de Upanema. O grupo de mulheres da comunidade já existia, e quando o Centro Feminista chegou até elas as mulheres apresentaram uma demanda de produção. A equipe técnica do Centro Feminista, junto com o grupo, observou que a comunidade tinha água para o consumo doméstico, mas havia uma limitação na água para a produção. A partir dessa observação, surgiu a ideia de reaproveitar essa água do consumo doméstico, que muitas vezes ficava empoçada nos quintais

As águas cinzas são aquelas geradas nas residências rurais e urbanas provenientes de chuveiros, lavatórios, pias de cozinha, tanques e máquinas de lavar roupas. Em sua composição encontram-se elementos provenientes do uso de sabões ou de limpeza em geral, sendo isenta da contribuição dos efluentes do vaso sanitário.

Após o tratamento, a água deve ser destinada para algum uso, entre eles, se destaca o uso na agricultura, como por exemplo, na irrigação de hortaliças e frutíferas, através do método de irrigação por gotejamento, em que a água é depositada diretamente na raiz da planta, não tendo contato direto com o produto agrícola.

O acompanhamento e as análises laboratoriais que comprovam a qualidade da água e o bom funcionamento do projeto são realizados pela universidade. Rafael Oliveira Batista, professor Doutor do Departamento de Engenharia Agrícola e Ambiental da UFERSA e coordenador das atividades de pesquisa no projeto, explica que foi o Centro Feminista que levou a demanda para a universidade e que a parceria tem sido fundamental para a aplicação dos conhecimentos científicos gerados na instituição.

De acordo com os relatórios do CF8, afirma-se que, a partir do desenvolvimento dessa experiência, as mulheres percebem uma mudança real em suas vidas: “Antes eu dizia: ah, como é que eu vou trabalhar nesse quintal? Não tenho isso, não tenho aquilo. E com esse projeto eu tive coragem e tive força para enfrentar e continuar com esse trabalho que eu tenho aqui hoje”, comenta Margilândia Luzia da Silva. “Para mim tá muito bom, porque sustenta a família e ainda sobra para vender. Quando eu olho para o meu quintal que eu vejo muita coisa eu me sinto muito orgulhosa de ter a idade que eu tenho e ter tanta força para trabalhar”, explica Maria Alvani Pereira.

É importante ressaltar que essas experiências não nascem somente das técnicas, nem dos técnicos, nem da universidade. Elas nascem a partir da constatação das necessidades das mulheres com as quais o Centro Feminista trabalha. Desse modo, é importante elaborar, a cada dia, junto com as mulheres, estratégias para melhorar sua produção, melhorar sua renda e melhorar sua autonomia.

Em novembro de 2015, o projeto Água Viva foi o vencedor do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social na categoria Mulheres. Essa premiação tem como objetivo identificar tecnologias sociais que promovam o envolvimento da comunidade, transformação social e possibilidade de serem reaplicadas, implementadas em âmbito local, regional ou nacional, e que sejam efetivas na solução de questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde.



A pausa dada para exaltar a experiência de reuso de água tornou-se necessária, já que foi uma experiência citada tanto pelas técnicas como pelas mulheres que acessaram a política como exemplo de convivência com o Semiárido e de preservação e manutenção dos ecossistemas existentes nos territórios em que foram executados o ATER Mulheres do RN. A contextualização também teve como propósito demonstrar como a assessoria técnica do CF8 utiliza-se de uma metodologia de construção coletiva do conhecimento entrelaçando a experiência de auto-organização das mulheres e o conhecimento adquirido com a prática agroecológica. Sobre isso, a agente mediadora 2 diz:

[...] uma coisa que a gente faz de construção da política, a assessoria tem que favorecer pra que as mulheres tenham acesso à informação e ao conhecimento e construam e troquem conhecimento entre elas. E também construir processos novos. Exemplo, foi outra experiência de assessoria, que a gente teve com um grupo de mulheres numa área de assentamento em Upanema que a partir da discussão no grupo, a comunidade tem muita dificuldade de acesso a água, a partir da discussão com elas, se construiu a ideia de reutilizar a água cinza. Foram feitos contato e parceria com a Universidade e com o debate com elas, se construiu um filtro pra reutilizar a água. [...]. É água de banho, de lavar louça... Roupas. Então essa água passa por um processo de filtragem, filtros que são construídos e depois utilizados na produção de hortaliças e frutas. [...] Esse é um papel da assessoria, que junto com elas, a partir de suas demandas, dificuldades e necessidades, construir estratégias pra superar as dificuldades, de gerar renda, de produzir... Então, hoje tem mulheres que produzem e elas usam pro seu consumo e comercializam na comunidade e comercializa (AGENTE MEDIADORA 2, MARÇO 2017).

A produção do conhecimento e o respeito aos ecossistemas foram uma das diretrizes da execução do ATER Mulheres no RN. Seja na assessoria, nos intercâmbios e/ou nas oficinas, o CF8 teve a preocupação de manter o princípio agroecológico na produção. Quando as técnicas foram indagadas sobre por que a maioria dos projetos produtivos foram de produção animal, logo veio a resposta óbvia: “Porque naquele momento de estiagem era o mais adequado. Tinha comunidade que as mulheres tinham que carregar água, carroça, esperar um carro-pipa que viesse deixar água, isso é uma situação bem caótica” (AGENTE MEDIADORA 2, 2017). E os pequenos animais eram os mais apropriados para a quantidade de água que se tinha na região.

Diante dos depoimentos das técnicas responsáveis pela execução do ATER Mulheres no RN, é fácil afirmar que a execução da política no estado teve

uma fundamentação consistente nas dimensões da agroecologia nas suas dimensões dos ecossistemas e sociais na dimensão do feminismo, construção de sujeitos políticos, na percepção do trabalho doméstico e do cuidado.

Sem negligenciar as dificuldades, pelo contrário, levando-as em consideração, assegura-se que, segundo os dados analisados com os depoimentos das agentes mediadoras, existe efetividade na execução do ATER Mulheres no RN. Essa efetividade só foi possível pelo fato de se juntarem e se interagirem elementos fundamentais para a execução de políticas para as mulheres. É de conhecimento que: a missão da instituição executora tem o compromisso com a mudança nas relações desiguais entre homens e mulheres; existiu uma decisão política de capacitar as equipes sobre gênero e feminismo com o propósito da equipe entender a realidade de desigualdade a qual estão submetidas às mulheres; existiu durante a execução uma estratégia de realização das ações para que ocorressem com o maior número de mulheres e, por isso, existia uma visão de assessoria técnica que potencializava a busca por mudanças gerais na vida das mulheres.

Diante das prerrogativas citadas acima, é também correto afirmar que a efetividade existente na execução do ATER Mulheres no RN teve uma fundamentação consistente também na consideração das mulheres como promotoras das mudanças e construtoras do conhecimento. Ou como diz Sen (2000), as mulheres são consideradas, neste programa, como agentes do desenvolvimento, da sua elaboração até à execução.

### **5.3.5 A efetividade na ótica das usuárias da política**

Inicia-se a avaliação do ATER Mulheres do RN na ótica das mulheres agricultoras com relatos das mulheres sobre o que mudou na vida delas a partir do acesso à política. Definiu-se, então, narrar as histórias que melhor representam a mudança vida das mulheres beneficiárias do programa. Segue o relato da agente beneficiária 1:

No caso da gente lá, que somos pescadores, em São Rafael, a gente aprendeu a dar mais valor para a gente. Antes, meu pai chegava com o peixe, a gente ia vender lá por qualquer mixaria lá ao atravessador. Pronto, não é? hoje em dia, não! Com a assistência técnica a gente vai fazer o filé, a gente faz a linguça, faz a almôndega, faz as técnicas que

a gente aprendeu a fazer. Hoje em dia a gente valoriza mais o produto. Quando a gente vai vender; eu vendo camarão na beira da estrada. “Êita, está demais!” Está, não, moço! O senhor não sabe o que a gente passa para poder chegar a esse produto aqui, não! A gente sabe de onde está tirando, sabe como é que a gente trabalha com ele. É bem limpinho, lavadinho, depois bota para ficar de molho. Você vai comer essa comida, não vai ter problema nenhum. A gente trabalha, que nem trabalha. Aí começa a dizer, até que o senhor questiona, eu digo: olha, eu poderia muito bem; “Isso está muito caro!”. Olha, eu poderia muito bem está me prostituindo, me vendendo para os outros aí, mas eu estou vendendo camarão no meio do sol quente. E sei de onde eu estou tirando, pescando, de onde está saindo essa mercadoria. [...] Confesso a vocês que eu não sabia vender direito. Mas através delas, vieram a assistência técnica, a gente veio aprender a vender, a valorizar o produto. O atravessador vem botando preço baixo “Eu pago isso aí tanto”; pode deixar que a gente vende. Assim, foi (AGENTE USUÁRIA 1, 2017).

O depoimento retrata que a mudança é uma demonstração da ampliação das capacidades das mulheres, de acordo com Sen (2000) e da valorização do trabalho realizado. Quando as mulheres se constroem como sujeitos políticos, carregam consigo a valorização do seu trabalho, seja ele remunerado ou não e busca na sociedade o seu reconhecimento social. De acordo com Fraser (2007), para uma sociedade ser considerada justa, necessitaria da existência de uma base em três dimensões irreduzíveis entre si e separadas apenas analiticamente: reconhecimento social (dimensão cultural); redistribuição igualitária (dimensão econômica); representação paritária (dimensão política). Neste sentido, não só desse depoimento específico, mas nos vários depoimentos das mulheres que acessaram o ATER no RN, as mudanças específicas das suas vidas, as retiram de uma situação de exclusão para uma nova situação que, segundo elas, com significados positivos em direção ao reconhecimento social, redistribuição da renda e representação paritária. Vê-se na fala da beneficiária 2:

Pois é! Já no meu caso, eu participo de grupo de mulheres, mas eu não dava valor ao que eu tinha. Uma terra fértil como nós temos lá em Apodi, que dá de tudo, mas só que eu deixava perder. Depois do ATER eu criei galinha e porco. Sempre comprava ovo, quando queria, comprava uma galinha. E, agora, eu tendo já estou evitando de comprar os ovos. Quando eu quero uma galinha, eu mato, e sei que eu estou comendo uma coisa saudável. E, já os porcos, destruía, os restos de comida, milho como a gente sempre planta, a gente guardava de um ano para o outro, e as vezes vendia porque não tinha como armazenar tanto milho. E depois das criações, está nos ajudando mesmo. E na questão do quintal também as frutas se perdiam, nós não dávamos conta, as vezes dávamos para um vizinho. Mas depois da assistência das meninas, nós estamos produzindo polpa de fruta, o grupo. E estamos vendo a importância de transformar a fruta na polpa,

porque a fruta a gente vendia bem baratinho se fosse vender, e quando transforma na polpa dá outro valor aquela fruta. E sabendo também que a nossa polpa é 100% natural, sem agrotóxico, que é do nosso próprio quintal, sem adição de água. E eu aprendi também me alimentar melhor, porque, eu confesso que eu só comprava verdura nos sábados, só nos finais de semana; e, agora, todo dia eu tenho na minha casa (AGENTE USUÁRIA 2, 2017).

Nesse segundo depoimento, apresentam-se as mudanças obtidas com base na dimensão da agroecologia. Fazendo uma leitura deste relato tendo como base os escritos da agroecologia, percebe-se o quanto as mulheres desenvolvem sua plantação dentro dos princípios agroecológicos e de convivência com o Semiárido. Se a agroecologia, como afirma Silipandri (2009), tem como um de seus principais pilares a análise da co-evolução dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que aprendizado teria sido captado pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas), de acordo com o depoimento acima, é correto afirmar que as mulheres beneficiárias do ATER Mulheres têm se pautado, em suas unidades produtivas, pelos princípios da agroecologia.

Se o que os camponeses e indígenas ou mesmo as mulheres agricultoras que acessaram o ATER Mulheres no RN constroem o saber agroecológico, então a agroecologia rejeita o projeto hegemônico da ciência que vê como verdade apenas os saberes produzidos racionalmente por sua metodologia e, ao mesmo tempo, constrói um saber emergente, no qual os saberes vividos são parte constitutiva do saber científico. Destacando que a execução da política no RN promoveu a mudança na vida das mulheres tendo como princípio da produção a agroecologia, afirma-se que o ATER Mulheres teve efetividade no RN nos aspectos da relação com o meio ambiente e produção sustentável nas dimensões do ecossistemas e social

Seguindo o processo de análise, verifica-se no depoimento seguinte uma mudança significativa no que se refere ao que SEN (2000) defende sobre a ampliação das capacidades das pessoas, especificamente na capacidade de aferir renda das mulheres.

Evidencia-se, neste depoimento, que não é somente a renda que promove o bem-estar e transforma as mulheres em agentes. Sen (2000) já percebeu isso quando formulou seu conceito de desenvolvimento. Segundo os escritos do autor, aferir renda é apenas um dos elementos necessários para o

desenvolvimento e, neste caso específico do depoimento seguinte, teve efetividade quando a entrevistada afirma todos os benefícios que se somam quando esta passa a ter sua renda:

Uma coisa mais interessante, porque foi assim, quando surgiu o projeto, eu disse: mulher, eu vou! Mas nós vamos fazer num formato, que até todos ficaram achando graça, que eu fui a derradeira a apresentar o projeto. Primeiro antes de eu ir para a reunião oficial, eu me juntei com as meninas do CF8. Eu disse: olhe, eu não tenho como fazer um quintal. Meu quintal, essa sala era menor. Vocês estão vendo aqui que não tem como fazer um quintal. Aí elas disseram: “Mas, você vive de que?”. Eu disse: mulher, tirando da “fome zero”<sup>53</sup>; aí eu tinha uma geladeirazinha velha, antiga; mulher, eu faço uns dindim aí, num dá para quem quer, porque meu congelador é bem pequenininho, eu faço de manhã, de noite já não tem mais! Não cabia mais do que 20 dindim no congeladorzinho pequeno. Elas: “mulher, mas vá para a oficina para a gente ver como é que é”. Eu digo: vamos! Aí, elas me orientaram. Se eu disser assim que eu fiz da minha cabeça, eu estou mentindo. Elas me orientaram. Você faça o projeto, desenhe, apresente. Então, tudinho apresentou suas galinhas, seus chiqueiros, eu apresentei minha geladeirazinha velha, caindo aos pedaços. Aí eu fiz o projeto. Pronto, o projeto é esse aqui! Se me aceitarem o projeto da geladeira para eu aumentar a produção de dindim, dá certo. Aí o congelador; disse “não dá certo um congelador, porque a geladeira dá para ser a parte de cima, e o consumo da geladeira embaixo normal com o consumo de casa. E o congelador, eu não tinha condição de manter o congelador e uma geladeira em casa, devido ao gasto de energia. Foi exatamente o que eu disse. Elas me ajudaram a fazer o projeto, tudinho. Foi aprovado! Aí o dinheiro veio, eu comprei uma geladeira, elas me indicaram a marca da geladeira, eu comprei uma geladeira com o congelador em cima e a geladeira com o que tava normal. Olha, até hoje é uma benção. Aí, eu não tinha quintal; hoje se aparecer um chiqueiro eu tenho onde fazer. Por quê? Porque com a venda dos dindim, eu vendia trufa, eu vendo doce, eu faço doce, conservo na geladeira, vendo, eu consegui comprar um pedaço de terra para trás, viu? aí hoje em dia eu tenho onde fazer. Eu não tinha uma cisterna, que perdi esse projeto de cisterna porque não tinha onde fazer. Hoje em dia eu comprei, fiz. Comprei 20 metros por 10. Isso com o que? Com a ajuda dos dindim do projeto. Por quê? Porque do dinheiro do projeto sobrou. Então, eu não podia desviar o dinheiro para eu fazer uma feira para eu comer. Mas eu podia comprar os produtos de dindim. Aí com aqueles dindim eu já fui tendo lucro. Aí o terreno, quando eu fui juntando, juntando, quando o proprietário veio me vender ele pediu mil reais. Quando eu buli no cofre eu tinha quinhentos reais em prata. Eu saí juntando e não sabia. As notas eu gastava. E as pratas de um real e de cinquenta, eu botava lá. Quando eu fui abrir tinha quinhentos reais. Então, eu dei a entrada e comprei a vista o terreno por mil reais. Aí hoje no meu quintal já tem um pé de bananeira, um pé de goiabeira, já tem dois cocos fincados para nascer, já tenho os filhos de seriguela plantado, já tenho uma hortinha plantada pra o meu consumo. Hoje eu tenho! Quer dizer, foi graças a Deus, esse projeto. Que as meninas tudo acharam graça, que eu disse: eu vou vender meus dindim primeiro, do que comprar os ovos de vocês. Elas acharam graça. E até hoje meu projeto está em pé. Elas podem ir para fora, elas passam lá em casa. Eu não sei se é para chupar ou se é para conferir se o projeto está em dias (AGENTE USUÁRIA 2, 2017).

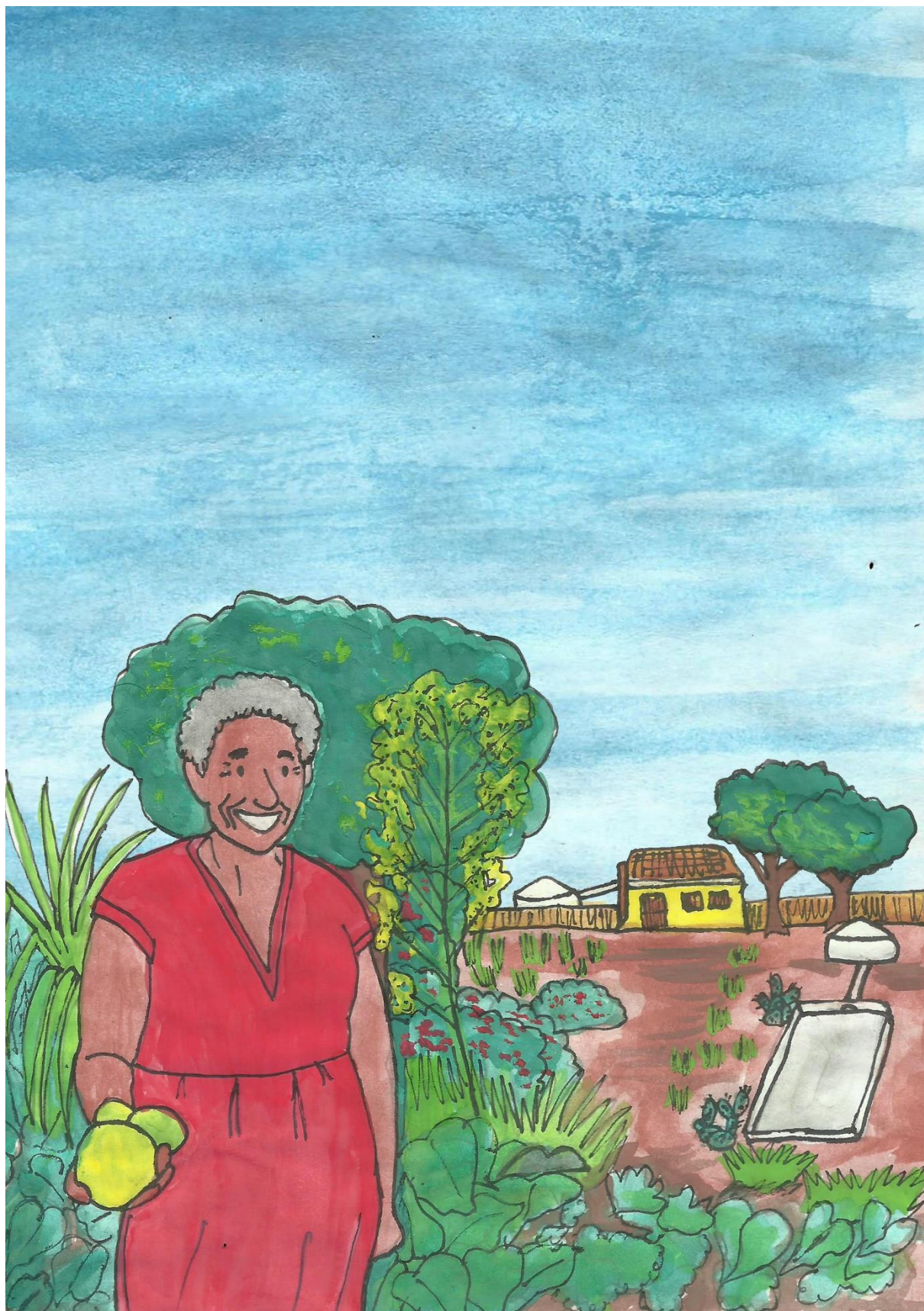
<sup>53</sup> A entrevistada se refere ao Programa Fome Zero do Governo Federal.

O desenvolvimento deve expandir as capacidades individuais das pessoas que precisam ascender a direitos. No caso desse depoimento específico, ficou evidente o que Sen (2000) quer dizer com isso. A beneficiária conseguiu aferir renda pelo projeto elaborado, comprou seu quintal, passou a desenvolver uma produção agroecológica e ampliou sua capacidade nas dimensões não monetárias quando se fortaleceu para participar da vida social da comunidade.

O depoimento demonstra ainda que houve efetivações na vida dessas mulheres. Suas capacidades foram ampliadas nas diversas dimensões. As condições materiais foram alteradas quando afirma que hoje tem casa e terra. No início do depoimento ela afirma que não tinha quintal e passou a ter com o dinheiro aferido com o projeto que ela elaborou. Ter acesso às condições materiais faz com que as mulheres ampliem as capacidades de decisões sobre suas próprias vidas.

O reconhecimento social em Fraser (2007) é considerado não só os ganhos materiais, mas o respeito simbólico adquirido através dos movimentos sociais feministas. Isso demonstra que se transformar em agentes do desenvolvimento é para as mulheres um elemento fundamental para seu reconhecimento social. Além disso, o fato de a participação social ampliar seus conhecimentos através das viagens realizadas e das conquistas adquiridas faz com que essas mulheres sejam referências comunitárias.







## 6 CONCLUSÕES

A articulação dos conceitos de feminismo, economia feminista, agroecologia e políticas públicas possibilitou a avaliação da efetividade do ATER Mulheres no Rio Grande do Norte.

Com base na articulação do conceito de agroecologia por Altieri (2002), Sevilla (1999) e Caporal (2004) com outros conceitos, como a divisão sexual do trabalho de Hirata e Kergoat (2007), autonomia econômica e economia feminista em Carrasco (2008), conceitos dos comuns de Federici (2014), foi possível desvendar as tessituras, entre as práticas feministas e agroecológicas, nos territórios do RN, o acesso às políticas e suas efetivações.

Essa asseveração se justifica pelo já afirmado no decorrer da tese: as mulheres têm acumulado experiências em um campo de saber importante para a agroecologia como ciência. Cito o trabalho do cuidado e a relação com a produção de subsistência, a reprodução da vida e da natureza, bem como e, não menos importante, o processo auto-organizativo e construção do sujeito político feminista para produção e contestação das relações de poder. Assim, a teoria feminista e seus conceitos constituídos são necessários nos aportes teóricos e metodológicos da agroecologia.

Os estudos da economia feminista entendem o sistema de produção e reprodução como uma unidade. Fato esse que contribuiu para perceber a importância do trabalho doméstico e do cuidado. Esses estudos trazem, ainda, dois aportes importantes para este trabalho: a divisão sexual do trabalho, entendida pela separação e hierarquização das atividades de homens e mulheres; e a autonomia econômica, entendida mais que autonomia financeira, como a capacidade das mulheres de serem provedoras de seu bem-estar e da comunidade.

Através dos estudos da economia feminista teve-se a constatação de que as políticas públicas podem contribuir com a autonomia das mulheres, tanto no campo financeiro como na transformação de sujeito capaz de mudar suas vidas e da sociedade que vive. Demonstra que a política para as mulheres deve estar preocupada com a esfera produtiva e reprodutiva, incidindo sobre a valoração do trabalho doméstico e do cuidado. No caso de todos os territórios beneficiários

da política, constata-se a contribuição do Estado na autonomia das mulheres, ainda com deficiências na promoção de políticas para resolver a questão da socialização do trabalho doméstico. No entanto, a recreação infantil proposta como atividades de apoio às ações coletivas do ATER mulheres é um indicio de ação estatal que tem demonstrado êxito e apresentado resultados.

O debate sobre os processos históricos da construção do sujeito feministas perpassando pelas etapas de construção do feminismo nos fez entender que essas conquistas de hoje têm base em uma construção teórica e de ação política. Conceitos como o patriarcado e consubstancialidade são importantes para percebermos como existe um entrelaçamento das questões de gênero, raça e classe e que estes não têm condição de serem visualizados separadamente na prática das relações sociais se não e somente no campo da análise teórica.

A pesquisa constatou ainda que uma avaliação de políticas públicas só é possível com uma rigorosa definição teórico-metodológica, capaz de construir uma avaliação sistemática dos programas sociais. O conceito de efetividade teve como base os estudos de Arretche (2001), quando compreendida como as mudanças ocorridas na vida das pessoas, sejam positivas ou negativas. No caso deste trabalho, efetividade do ATER mulheres no RN foi confirmada, o que significa mudanças ocorridas a partir de três dimensões presentes na pesquisa:

- 1) O feminismo e a economia feminista são consideradas teoria e prática social, que permitem às mulheres compreender a realidade que as circunda e ao mesmo tempo proporciona as ferramentas para atuar sobre o processo de mudança ao qual a efetivação da política pública, nesse caso o ATER mulheres, faz acontecer na vida das mulheres. A execução da política com um aporte metodológico que contribuiu para que as usuárias se constituam como sujeitos políticos só foi possível pelos aportes teóricos do feminismo e da economia feminista. Nas atividades e relatórios pesquisados percebeu-se que essa abordagem é parte constitutiva da efetividade. Nesse caso da execução do ATER mulheres, percebe a importância das estratégias de implementação das políticas públicas, para a avaliação do processo. Esse processo envolveu desde a avaliação das estratégias que orientaram a implementação, aferindo em que medida tiveram ou não êxito, garantiram ou dificultaram o sucesso

dos Programas (DRAIBE, 2001). Nesse caso específico a estratégia utilizada na execução teve êxito no que se refere à construção de sujeitos políticos feministas. Já que a sua implementação levou em consideração os atores estratégicos a serem mobilizados, nos diferentes estágios e contextos;

- 2) Na agroecologia, que tem fortalecido as relações de produção e autonomia tendo a relação com a natureza e as pessoas como norte, inaugurou ou fortaleceu um novo fazer considerando os ecossistemas. O constatado na pesquisa não foi uma mera substituição de técnicas produtivas e de insumos. Houve uma mudança de paradigma que questiona o método produtivo, mas também os resultados finais da produção e a forma organizativa da sociedade a qual o atual modelo da agricultura convencional se sustenta. A agroecologia, naquela experiência estudada, apoia-se na sustentabilidade para subsidiar a transição do modelo hegemônico de produção agrícola e no feminismo para tornar-se uma ciência e prática social capaz de dar conta de todo seu objeto de estudo como ciência e do sujeito político, como prática social. Isso significa que o ATER mulheres construiu uma consubstancialidade entre agroecologia e feminismo e conseguiu dar conta da produção agroecológica conectada como o trabalho reprodutivo também executado pelas mulheres e, ao mesmo tempo, esse fazer agroecológico potencializou o feminismo para construção do sujeito político feminista.
- 3) A terceira e última dimensão da efetividade do ATER mulheres no RN trata das capacidades (SEN, 2000), da capacidade das mulheres tornarem-se sujeitos da ação política. O acesso às políticas públicas é parte do conjunto das capacidades no sentido de ter uma vida com liberdade de escolher como viver.

O percurso da avaliação do ATER mulheres no RN constitui-se como um duplo desafio, seja porque a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres é embrionário em suas instâncias municipais, estaduais e federais ou porque se considera que as conquistas, os resultados das políticas públicas no estado são parte de um processo que envolve organização,

mobilização, construção de sujeitos políticos feminista, movimento agroecológico e acesso às políticas públicas.

Nesse contexto, os resultados que se apresentam têm uma estreita relação com a dinâmica organizativa das mulheres e sua vinculação entre si. Essa afirmação significa confirmar que o fato das mulheres que acessaram a política ter uma ação política articulada nacional e internacionalmente contribuiu para o acesso e para a efetividade da política.

No campo do feminismo, a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres são exemplos de movimentos que têm no RN uma representatividade em suas ações nacionais. O retorno dessa articulação é, sem dúvida, recíproco. Nos termos marxistas, essa dinâmica pode ser considerada dialética: as que fazem parte dos grupos locais, ao se deslocarem para eventos e capacitações, têm o compromisso de serem multiplicadoras das informações adquiridas e retroalimentam a luta local. Ao passo que contribui nacionalmente com suas experiências e saberes adquiridos no local.

No campo da agroecologia, o GT de Mulheres da Ana e a Marcha Mundial das Mulheres têm cumprido um papel significativo quando potencializam e conectam as ações locais do feminismo e da agroecologia com estratégias nacionais e internacionais. Os momentos de construção dos encontros nacionais da MMM e dos ENAs são exemplos de articulações que têm potencializado o “terreno” para execução e efetivação da política pública para as mulheres rurais, nesse caso para o ATER mulheres no RN.

Esses dois exemplos podem ser considerados ações políticas apreendidas como o processo que Castell (2000) denominou de redes de organizações capazes de potencializar o tecido social de uma região, nesse caso de territórios.

No campo do desenvolvimento, a execução propiciou efetivação na medida que a política pública se baseava em um novo conceito de desenvolvimento em que a sustentabilidade e a condição das capacidades das pessoas fizeram-se presentes desde a elaboração da pesquisa até a sua estratégia de execução.

Se por um lado essa realidade indica que ocorreu, nos territórios estudados, uma mudança de contexto do qual as mulheres são parte. Essa mudança de contexto, ao mesmo tempo dificulta afirmar que os resultados

mencionados pelas mulheres possam ser atribuídos, somente, ao acesso a uma política. Aqui, prefere-se afirmar que existiu um conjunto de transformações em curso no período e o acesso ao ATER mulheres baseado no feminismo, na economia feminista e na agroecologia é parte importante neste contexto político, o que potencializou significativamente essas mudanças e que direciona para um tipo de desenvolvimento capaz de promover o bem-estar das pessoas.

A análise das entrevistas percebeu-se que os resultados obtidos serviram para mudar a vida das mulheres. Nas palavras de Arretche (2009), percebe-se que houve efetividade da política. E essa efetividade foi possível pela articulação do feminismo e agroecologia como teórica e prática política.

As mudanças na vida das mulheres se fizeram presentes na fala das agentes mediadoras, técnicas do ATER, e nos depoimentos das próprias mulheres usuárias das políticas. As confirmações expressaram-se considerando as dimensões abordadas.

Segundo a pesquisa na dimensão do feminismo, dois resultados do ATER se sobressaem nas abordagens: 1) sobre a divisão sexual do trabalho houve uma reacomodação da divisão do trabalho doméstico na realidade rural dos territórios, tanto no aspecto do estado propiciar infraestrutura, caso da recreação infantil, como nos aspectos de negociação dos trabalhos domésticos no interior das famílias. Foram recorrentes exemplos dessa negociação durante os depoimentos do grupo focal; 2) ocorreu um fortalecimento das dinâmicas dos grupos e suas inter-relações entre as esferas territoriais, estaduais, nacionais e internacionais, ocasionando um maior fortalecimento do movimento feminista como sujeito político e consequentemente das mulheres e suas lideranças no seio da comunidade e território aos quais atuam politicamente.

Na dimensão da agroecologia, constatou-se que com a ampliação do aporte teórico e político do feminismo na prática da agroecologia consolidam-se as atividades das mulheres já existentes e ampliam as suas capacidades de resiliências com as adversidades climáticas e sociais existentes no RN. Um exemplo disso são as experiências de reúso de água encontradas em quatro comunidades e que as mulheres têm orgulho de esclarecer que são ideias e alternativas que advêm da auto-organização das mulheres, um outro exemplo citado que pode ser caracterizado como fruto da coextensividade entre feminismo e agroecologia é o fortalecimento dos quintais, sua produtividade

crece na mesma proporção que amplia o reconhecimento social e a autonomia das mulheres.

As mulheres rurais do RN, usuárias do ATER Mulheres, tiveram mudanças positivas nas suas vidas: na autonomia econômica, na construção e fortalecimento do sujeito político, na sua condição de agente ou liderança, no seu poder de negociação no interior da família e na readequação do trabalho doméstico, na sua relação com a produção e os ecossistemas do Semiárido.

A conquista da autonomia financeira e da capacidade de gerir recursos foi um dos fatores presentes no discurso de todas as mulheres entrevistadas. Antes não existiam espaços de comercialização dos seus produtos e tão pouco incentivo à produção. Com o contexto de mudanças ocorridas nos territórios, as mulheres, atualmente, conseguem negociar parte dos seus produtos e ampliar a renda familiar. No entanto, essa não é a principal conquista, ou a única mencionada pelas mulheres. O reconhecimento social, a conquista do bem-estar na família, pelo fato de “ser considerada gente”, aparece com mais ênfase na fala das mulheres.

A ampliação das articulações políticas, a formação, a construção ou o fortalecimento dos movimentos feministas e os acessos a outras políticas públicas a partir da assessoria técnica permitem afirmar que ocorreram a ampliação das capacidades de lideranças das mulheres e o fortalecimento do sujeito político nos territórios analisados. Em alguns casos, nas comunidades os grupos de mulheres são a referência “das coisas que dão certo”, isso é considerado parte de uma conquista que amplia a autonomia das mulheres na sociedade e nas negociações de âmbito familiar, o que ainda permite uma renegociação das atividades e responsabilidades domésticas.

Se por um lado percebemos mudanças na vida das mulheres, por outro, ainda existem desafios do ponto de vista estrutural a serem enfrentados para ampliar as transformações. O trabalho doméstico, relacionado à atenção com os filhos e com os parentes que compartilham o mesmo lar, em especial os netos, além das atividades diárias de gestão doméstica é, ainda, um condicionante para o avanço das conquistas das mulheres rurais.

Na região nordeste, há uma deficiência de infraestrutura, seja para produção, ou para a reprodução, isso se constitui uma realidade limitadora. Não se observou nos territórios, de forma permanente, estrutura ou qualquer iniciativa

do Estado para socialização do trabalho doméstico. Exceto a recreação infantil prevista nos ATERs Mulheres, durante as atividades coletivas.

Do ponto de vista da avaliação da política e de seu acesso, o ATER Mulheres ainda precisa avançar em dois aspectos: desde sua origem existe uma deficiência no aspecto da universalidade e mais recente, com a interrupção do processo em curso das políticas sociais, existe um desafio de conquistar sua legitimidade e principalmente fazer do ATER mulheres uma política pública e não um programa, isso permitiria uma permanência capaz de produzir uma continuidade do processo afastando as ameaças de intermitência, de acordo com a vontade política governamental. Um outro aspecto são as estratégias de execução que necessitam de maior avaliação e readequação de acordo com as realidades. Os indicadores devem estar pautados nos resultados obtidos e nunca unicamente na execução da atividade em si.

Com a constatação da efetividade do ATER mulheres no RN, percebe-se que as políticas de promoção à autonomia econômica das mulheres ainda necessitam ser complementadas com as demais políticas estatais, como: educação infantil; creches; políticas de infraestrutura; e a alteração da legislação da agricultura familiar. Esse último justifica-se para que as ações estatais deixem de ser executadas considerando a unidade familiar de forma homogênea e passem a perceber que no espaço familiar existem pessoas com desejos diferentes e poderes desiguais. Como se vê essas políticas, nessa investigação, são fatores essenciais para que o ATER mulheres no RN, ancorado no feminismo e na agroecologia, continue ampliando as capacidades das mulheres rurais.





## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.

AEGRE. **Relatório de gestão AEGRE 2003-2006**, 2006.

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: principios y estrategias para disenar una agricultura que conserva recursos naturales y asegura la soberania**, 2002. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Agroecologia\\_-\\_principios\\_y\\_estrategias.pdf/2002](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Agroecologia_-_principios_y_estrategias.pdf/2002)>. Acesso em 13 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: ROMANO, Jorge; EYKMAN, Wessel (Org.) **La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: curricula y perfil profesional**. Rio de Janeiro: REDCAPA/EDUR, 1996.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Porto Alegre, agropecuária, 2002.

\_\_\_\_\_. **Diseños agroecologicos para incrementar la biodiversidade de entomofauna benéfica em agroecosistemas**. Lima, Perú: SOCLA, 2013.

\_\_\_\_\_. **La agroecologia y el desarrollo rural sostenible en America Latina**. Agroecología e desarrollo, v. 1, 1989.

ALVAREZ, Sonia E. Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrática-popular. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, dez. 2003.

ALVES, Maria de Fátima Paz. **Gênero e Crédito no Oeste Potiguar**: uma experiência de inclusão e articulação. NEAD/ MDA e Secretaria de Agricultura Familiar, 2007.

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (Ed.). **Teoría feminista**: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva, 2007.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agroecologia e desenvolvimento sustentável. **Revista espaço acadêmico**, n. 70, março de 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/070/070faixa.gif>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo da avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliações de políticas sociais**: uma questão de debate. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

\_\_\_\_\_. Tendências no estudo da avaliação. In: RICO, Elizabeth M. *et al.* (Org.). **Avaliações de políticas sociais**: uma questão de debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ASSIS, Glauce de Oliveira; MINELLA Luzinete Simões; FUNCK Susana Bornéo. Transversalidades: gênero e feminismos em diversidade e movimento. In: ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização capitalista**. Santa Catarina: Copiart, 2014, p. 249-269.

ATER. **I Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural**, 2012. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1068/Documento%20Base%201%C2%AA%20CNATER%20-%20Vers%C3%A3o%20Nacional.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1068/Documento%20Base%201%C2%AA%20CNATER%20-%20Vers%C3%A3o%20Nacional.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Edital de chamada de ATER Mulheres**, 2014. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamada%20P%C3%ABlica%20ATER%20MULHERES\\_02%202014%20-%20NOVA.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamada%20P%C3%ABlica%20ATER%20MULHERES_02%202014%20-%20NOVA.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAULIEU, Elsa. “Échelles et lieux de l'action collective dans la Marche mondiale des femmes au Brésil”. **Lien social et Politiques** – RIAC 58, 2007, p. 119-132.

BEDUSCHI, Filho L. C. Participação e aprendizagem social em processos de desenvolvimento territorial rural: evidências de dois estudos de caso no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 2, p. 259-275, abr. 2007.

BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. Verde que te quiero violeta: encuentros e desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, 9., 2005, Barcelona. **Anais...**, Barcelona, 2005.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. (Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas, 2006).

BRUSCHINI, Cristina. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG Fúlvia (Org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982.

BUTTO, Andrea. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, 2017.

\_\_\_\_\_. Política para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres de meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

\_\_\_\_\_; LOPES, Adriana L. (Org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: NEAD/MDA, 2008.

\_\_\_\_\_; HORA Karla. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea DANTAS; Conceição; HORA, Karla NOBRE, Miriam; FARIA Nalu. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF/DATER-IICA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. 2008. Disponível em: <<http://sustentabilidadesemapi.blogspot.com/2008/03/agroecologia-no-um-tipo-de-agricultura.html>>. Acesso em 7 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição para agriculturas mais sustentáveis. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CERRADO E O SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SAVANAS TROPICAIS, 9., 2008. **Anais...** Brasília, 2008.



\_\_\_\_\_. Apresentação. In: THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (Org.). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 13-17.

\_\_\_\_\_. “As bases para a Extensão Rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul” (Capítulo 3). In: CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: 2009a. Disponível em: <[http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public\\_eletronica/downloads/OPB2449.pdf](http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2449.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) – Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

\_\_\_\_\_.; FIALHO, J. R. D. **A disciplina de extensão rural no Curso de Agronomia da UFSM: análise geral e sugestão de um novo programa**. Santa Maria: UFSM, 1989. (mimeo).

CARRASCO, Cristina. **El tempo y el trabajo desde la experiencia feminina**. In: La economia invisible y las desigualdades de género. Santa Maria: Organización de Salud, 2008.

\_\_\_\_\_. **La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?** en Mujeres y trabajo: cambios impostergables, Magdalena León T. (comp.), REMTE – CLACSO, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/03/06.pdf>>, Acesso em: 12 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian (Org.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

\_\_\_\_\_. O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível. In: JACOME, Márcia; VILLELA, Shirley (Org.). **Orçamentos sensíveis ao gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. Apuntes para una vida sostenible. In: MATEO, Maria Freixanet. **Sostenibilitats: Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologisme**. Barcelona: ICPS, 2011. pp. 13-53.

CARVALHO, Antônio Maria. **A mulher, a medicina e a aldeia: uma aproximação ao tema**. Disponível em:

<[http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos\\_medicina/vol10](http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol10)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CF8. **Documento Trienal do Centro Feminista 8 de Março**, 2009.

COBO, Rosa. **Aproximações à teoria crítica feminista Boletim do programa de formação**, n. 1. Ano 1, junho de 2014.

COELHO, Maria Ivonete Soares. **Desenvolvimento e assistência social: uma avaliação da efetividade da política de assistência social nos municípios de Assú e Mossoró/RN (2004-2008)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DALLA COSTA, Maria. **Las mujeres y la subversión de la comunidade**. Madrid: Siglo XXI, 1975.

DANTAS, Conceição. Mulheres, soberania alimentar e convivência com o Semiárido. In: SCHMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de Oliveira Silva; SECHIM, Wanessa Zavarese (Org.). **Economia solidária: caderno pedagógico educandas e educandos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na Região Oeste Potiguar – 2008/2012**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. Marcha Mundial das Mulheres Brasil, a construção dialética da identidade política. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 4., 2012. **Anais...**, Caldas Novas/SP, 2012, GT 15: Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt15-2/8013-marcha-mundial-das-mulheres-do-brasil-a-construcao-dialetica-da-identidade-politica/file>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.- abr., 2004, p. 175-204.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Madalena. O empoderamento das mulheres: terra e direitos da propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade de Porto Alegre, 2002.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa; Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de Governo e ação política feminista**: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

DELPHY, Christine. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. **Nouvelles Questions Féministes**, n. 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.

\_\_\_\_\_. O imaginário principal: a economia do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio a agosto de 2015.

DIAS, Marcelo Miná. **Outras visões sobre a promoção do desenvolvimento e os desafios aos serviços de extensão rural**, 2007. Disponível em: <<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/72/f1166outras-visoes-sobre-promomoo-do-desenvolvimento-e-os-desafios-aos-servios-da-extenso-rural---marcelo-min.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2018.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. Analisis Economico Para La Equidad: los aportes de la economia feminista. **Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas Saber Es**, n. 2, Sección Autora Invitada, 2010, p. 3-22.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p. 583-611.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jan.-abr., 2004.

FARIA, Nalu. **A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero**. 2010. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/textos>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

\_\_\_\_\_. Mulheres Rurais na Economia Solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.



\_\_\_\_\_. Para erradicação da violência doméstica e sexual. In: **Feminismo e Lutas das Mulheres: análise e debates**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2010.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p.623-632, 2003.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2014, pp. 145-147

FIGUEIREDO, A. M. C.; FIGUEIREDO, M. F. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e conjuntura**. Belo Horizonte, 13, set.-dez., 1986, p.107-117.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina/PR, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova [online], 2007, n. 70, p. 101-138.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Rio Grande do Norte: 147 Municípios do Semiárido**. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1185%3Ario-grande-do-norte-147-municipios-do-semi-arido&catid=75&Itemid=717](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1185%3Ario-grande-do-norte-147-municipios-do-semi-arido&catid=75&Itemid=717)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

GALGANI, G. As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização capitalista. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK Susana Bornéo (Org.). **Entrelugares e mobilidade: desafios feministas**. Tubarão: Copiart, 2014.

GLIESSMAN, Stephen (Org.). **Agroecologia: processos ecológicos na agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Agroecología y agroecosistemas. **Ciência & Ambiente**, Porto Alegre, n. 27. Jul./Dez. 2003.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Agroecología: bases teóricas para una história agraria alternativa. **Agroecología y Desarrollo**, n. 4, p.22-31, dic. 1992.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e Acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **UNIFEM: O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem, Ford Foundation, Cepia, 2006.

HERRERO, Yayo. Propuestas ecofeministas para un sistema cargado de deudas. **Revista de Economía Crítica**, Madrid, n. 13, primer semestre 2011.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, São Paulo, Jun. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007.

INCRA. **Referenciais metodológicos**, 2010. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/sao-paulo-sr-08/chamada-p-blica-de-ater-01-2017/port\\_01\\_dd\\_ates\\_metodologia.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/sao-paulo-sr-08/chamada-p-blica-de-ater-01-2017/port_01_dd_ates_metodologia.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LEEUWIS, C.; VAN DEN BAN, A. W. **Communication for rural innovation: rethinking rural extension**. Oxford, Blackwell Science, 2004.

KAGEYAMA, Ângela. **Modernização, produtividade e emprego na agricultura**. Campinas: Unicamp, 1996.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M. Outros (Org.). **Trabalho e Cidadania ativa para as Mulheres, Coordenadoria Especial da Mulher/ PMSP**. São Paulo: Editora da Unesp, dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”**. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 86, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Se. battre, disent-elles...** Paris, La Dispute, 2012 (col. Le Genre du Monde).

LEÓN, Magdalena. Mulheres transformando a economia. In: **KOINONIA**. Agenda Latino-Americana 2008. Rio de Janeiro: Koinonia, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma visão feminista sobre a economia e globalização. In: **SOF: Ação das mulheres contra o jogo da OMC**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2003.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista**, 2000. Disponível em: <[http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm\\_Texto-Base-Marcha-2000.pdf](http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm_Texto-Base-Marcha-2000.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pauta das reivindicações Marcha das Margaridas**, 2003. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Pauta-de-reivindica%C3%A7%C3%B5es-da-Marcha-2003.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pauta da Marcha das Margaridas**, 2007. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/PAUTA-Marcha-das-Margaridas-LEGISLATIVO.pdf>. Acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Caderno de texto e estudos para debate Marcha das Margaridas**, 2007. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/CADERNO-de-Textos-CNMTR.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pauta da Marcha das Margaridas**, 2011. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/marcha-das-margaridas-2011.pdf>. Acesso em: setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Carta Marcha das Margaridas**, 2015. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015\\_versaofinal\\_site.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015_versaofinal_site.pdf). Acessado em: setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pauta de reivindicações para o Governo Federal**, 2015. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2445cadernodepautaexecutivofinal.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Caderno Marcha Mundial das Mulheres**, 2008. Disponível em: <[http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro\\_MMM\\_Brazil.pdf](http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MMM_Brazil.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MEDEIROS, Leonilde. **Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo**. 13 ago. 2017. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna\\_id=3719](http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3719)>. Acesso em: ago. 2008.

MIGUEL, Ana de. **Feminismo ontem e hoje**. Lisboa: Ela por Ela, 2002.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Cátedra: Madrid, 1995. (Col. Feminismos).

MOLINA, M. G. de; CASADO, G. G. I.; SEVULLE GUZMAN, E. (Coord.). Agroecologia y desarrollo rural sostenible. In: **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi Prensa. 2000.

MOND, Nadia de. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. **Rev. Estud. Fem.**, v. 11, n. 2, Florianópolis. Relatório. Centro Feminista 8 de Março, 2010 – Avaliação da Ação 2010.

MORENO, Renata. **Além do que vê**: uma leitura das contribuições do feminismo para a economia. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

\_\_\_\_\_. **Nosso futuro comum/comissão mundial sobre desenvolvimento**, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF – Sempre viva Organização Feminista, 2014, p.11-26.

\_\_\_\_\_. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. In: FEDERICI, Silvia. **O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva**. São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2014, p.145-158.

MOREIRA, Sarah Luiza. Comunicação oral: Feminismo e agroecologia: mulheres em luta contra a Violência sexista, o capitalismo e o patriarcado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10., 2017. **Anais...**, Brasília, 12-15 de setembro de 2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez. 2001. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

NOBRE, Miriam. **Agroecologia, crédito e economia solidaria desde a perspectiva feminista no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2014/03/AGROECOLOGIA-CREDITO-E-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Org.). **Economia Feminista**. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2002.

\_\_\_\_\_. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, M./SILIPANDRI, E./QUINTELA, S./MENASCHE, R. (Org.). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 1998.

NUNES, Paul. **Economista, professor e consultor de empresas**. 2009. Disponível em: <<http://knoow.net/cienceconempr/economia/externalidades.htm>> Acesso em: 1 ago. 2017.

OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e lutas sociais**. Porto Alegre: TCHÊ, 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, PPGSP/UFSC, v. 21, n. 1, p.1-15, 2000.

PERÉZ, Amaia Orozco. **Perspectivas feministas em torno a la economia**: el caso de los cuidados. Madri: Consejo Económico y Social, 2006.

PERREIRA, J. A. G. **Radar Rio +20**: por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV/GVces, ISA, Vitae Civilis: São Paulo, SP, 2011.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede Ecovida de agroecologia**. 2012. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2012.

PICCHIO, Antonela. **Social Reproduction**: The Political Economy of the Labour. Market Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Um enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. Conferencia Inaugural de las Jornadas Tiempos, trabajos y género. Universidad de Barcelona. (1999) Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Ed.). **Mujeres y economía**. Barcelona: Icaria – Antrazyt, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTAL BRASIL. **Semiárido brasileiro ultrapassa 23,5 milhões de habitantes**. Set. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/09/semiario-brasileiro-ultrapassa-23-5-milhoes-de-habitantes>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

REDE XIQUE XIQUE. **Carta de princípios da RCSXX, 2010**. Disponível em: <<https://redexiquexique.blogspot.com.br/p/carta-de-principios.html>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.

RN SUTENTÁVEL, **Mapeamento das Organizações Sociais e de Produtores Familiares do Rio Grande do Norte, 2014.** Disponível em: <<http://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/db7230dce9631798fd4973db1b378365.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, João Freire. **A relação urbano-rural e as transformações em curso nos espaços rurais do Rio Grande do Norte.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa, Instituto de Ciência Sociais, 2010.

RUA, Maria; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis? As relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez.1995.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia, 1989. Disponível em: <[file:///C:/Users/Camila%20Paula/Downloads/genero\\_joan\\_scott.pdf](file:///C:/Users/Camila%20Paula/Downloads/genero_joan_scott.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Mota. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento como expansão de capacidades. In: Estados, Reformas e Desenvolvimento. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, São Paulo, abr., 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>>, Acesso em: 16 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Commodities and Capabilities.** Amsterdam: North-Holland, 1985.

\_\_\_\_\_. Gender and Cooperative Conflicts. In: TINKER, I. (Ed.). **Persistent Inequalities.** New York: Oxford University Press. 1990, p. 123-149.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Asientamentos rurales y agroecologia en Andaluzia. In: ECUEINTRO INTERNACIONAL “LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN EM LAS RELACIONES SUR-NORTE. **Anais...**, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 4 a 7 de marzo de 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução a perspectivas agroecológicas.** [S.l.: s.n.], 2015.

\_\_\_\_\_. La Agricultura y La Alimentación. In: **Asentamientos rurales y agroecologia en Andalucía Encuentro Internacional.** Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999.



SILIPANDRI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos objetivos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as floretas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILIPANDRI, E.; DUARTE, L. M. G. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7, 2006, Quito, Ecuador. **Anais**, Quito, Ecuador: Alasru, 2006.

SILVA, Telma Gurgel. **A liberdade é lilás**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

SILVA, D. J.; CARVALHO, J. W. C.; SANTOS, S. M. M. **A Classificação de solos a partir dos conhecimentos Etnodológicos dos agricultores de duas comunidades rurais do município de Ipanguaçu-RN**. São Gonçalo do Amarante-RN: IFRN, I SECTEC, 2014.

SILVEIRA, Maria Lucia da. Apontamentos par uma trajetória teórica do feminismo. **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**, v. 14, n. 1, 2014.

SORDERBAUM, P. Neoclassical and institutional approaches to environmental Economics. **Jornal of economic Issues**. V. XXIV n. 2, 1990.

SWANEY, J. A. A. Elements of a neoinstitucional environmental economics. **Journal of economic Issues**, v. XXVI, n. 42, 1987.

SWANSON, B.; CLAAR, J. Historia y evolución de la extensión agrícola. In: SWANSON, B. (Org.). **La extensión Agrícola**: Manual de Consulta. Roma, FAO: pp. 1 – 22, 1987.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Rev. Estud. Fem.** [online], 2012, v. 20, n. 1, pp. 291-312.

VINTEUIL, Frédérique; GODINHO, Tatau; OLIVARES, Rosa. **Marxismo e Feminismo (Cadernos Democracia Socialista)**. São Paulo: Aparte, 1989.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEISS, Carol H. **Investigación evaluative**: métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción. Trillas: México, 1975.



WOORTMANN, Ellen. Cambios de Tiempo y Espacio/ Cambios Sociales, Bajo El Impacto de la Modernización. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v.15, n. 2, p. 240. mai. –ago., 2007. Disponível em: <<https://territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 2 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Da Complementariedade à Dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Brasília: s. n, 1991 (Série Antropologia). Disponível em: <[https://mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-de-contas/Relat\\_SE\\_MDA.pdf](https://mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-de-contas/Relat_SE_MDA.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2013.

ZANELLI, F. V.; LOPES, A. S.; CARDOSO, I. M.; FERNANDES, R. B. A., SILVA, B. M. Intercâmbios agroecológicos: aprendizado coletivo. **Informe Agropecuário**. Agricultura orgânica e agroecologia, Belo Horizonte, v. 36, n. 287, p. 104-113, 2015.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO PARA GRUPOS FOCAIS COM AGRICULTORAS**

### **1. DADOS DA CHAMADA PÚBLICA (verificar e preencher com a Entidade Contratante)**

- Entidade Contratante da ATER:
- Chamada Pública:
- Lote:
- Território:
- Estado:

### **2. IDENTIFICAÇÃO DAS AGRICULTORAS (ANOTAR ANTES DE INICIAR O TRABALHO COM O GRUPO)** Sugestão para este momento: utilizar tarjetas coloridas, que as próprias mulheres preenchem e colam no quadro/painel.

- Nome Completo:
- Idade:
- Nome da comunidade onde reside:
- Nome do município/território:
- Estado civil:
- Tem filhos:
- Escolaridade:
- Condição da terra:
- Tecnologias sociais: Ex.: Cisterna, poço, quintal produtivo, outras •
- Raça/etnia: como se identifica

### **3. SOBRE A ATER**

3.1 O que entendem por ATER?

3.2 Desde quando recebem ATER?

3.3 O que acham das chamadas públicas? (pergunta que pode não ser respondida a depender da maturidade do grupo de mulheres, se não for possível, passe para a próxima)

3.4. Observa/percebe alguma inter-relação da política de ATER com outras políticas? Quais? 3.5 Como percebe a assessoria técnica feita por mulheres? É diferente da que é feita por homens?

### **4. ATER E AS TÉCNICAS**

4.1 Como as técnicas se relacionam com vocês?

4.2 Quantas visitas vocês recebem por mês?

4.3 As visitas são individuais ou em grupo? Quais as vantagens de uma ou de outra?

4.4 Quanto tempo dura cada visita?

4.5 Sentem alguma dificuldade com a técnica? Qual(is)?

## **5. Acesso à produção e à comercialização (este bloco pode ser discutido antes ou durante a ATER)**

5.1 Quais as mudanças foram feitas na unidade produtiva a partir da assessoria? (identificar se houve introdução de novas variedades de plantas, animais, mudanças no manejo, nas técnicas aplicadas, disponibilidade de água, gestão da água, mudanças no ambiente de modo geral)

5.2 A assessoria contribui na gestão e comercialização da sua produção? Comercializam em feiras agroecológicas? Participam de alguma rede de comercialização? Qual?

## **6. Metodologia da ATER**

6.1 Quais os temas das capacitações realizadas? Qual a frequência das capacitações? (ver quais temas são ligados à agroecologia e à dimensão de gênero)

6.2 Houve dificuldades de discutir algum tema? Quais dificuldades?

6.3 As técnicas disponibilizaram algum material didático? Houve dificuldade para ler e entender o material? O que mais gostou?

## **7. Acesso a Políticas Públicas e participação política**

7.1 Tem acesso às políticas públicas, como PAA, PNAE? Ou outras Políticas?

7.2 A assessoria teve alguma contribuição no acesso às políticas públicas? Como foi?

7.3 Quais os espaços políticos de participação: conselhos, associações, redes, fóruns?

7.4 Participa de algum grupo, rede de mulheres?

7.5 Você percebe que a assessoria favoreceu na sua formação, autoorganização e fortalecimento de estar articulada em rede, com o movimento, nos espaços público-político, qual tecido social que está inserida?

## **8. Percepções sobre o Feminismo e a Agroecologia**

8.1 O que é feminismo para você, o feminismo está na sua vida?

8.2 Qual foi o seu primeiro contato com o feminismo?

8.3 Como e quando você conheceu a agroecologia?

8.4 O que é agroecologia para você?

8.5 Você observa alguma relação entre feminismo e agroecologia? Como você consegue ver isso na sua vida?

8.6 Na assessoria você percebe essa relação?

## **9. Divisão sexual do trabalho e violência**

9.1 Na sua casa quem é responsável pelo trabalho doméstico, de cuidado, da educação? Outros membros da família participam? Como?

9.2 A assessoria discute sobre a divisão sexual do trabalho?

9.3 A assessoria discute sobre a questão do trabalho do cuidado?

9.4 Você conhece alguém que já sofreu Violência?

9.5 Você já sofreu algum tipo de violência?

9.6 Como foi encaminhado? Você sentiu esse trabalho foi apoiado pela assessoria?

**10. Mudanças na vida das mulheres** (este bloco fica melhor ao final de tudo, pois trata-se de questões de ordem mais subjetiva e individual)

10.1 Quais as principais mudanças na vida a partir da ATER?

10.2 Houve mudanças na sua alimentação? Quais?

10.3 O que produz é consumido pela família?

10.4 Quais as mudanças na gestão da unidade produtiva? Na tomada de decisão? (Estas três perguntas podem também ser feitas após as perguntas de acesso à produção e comercialização)

10.5 Mudanças como mulher, em casa, fora de casa, na autoconfiança, se reconhecer enquanto sujeito. Nas relações de poder na família, alguma mudança?

10.6 Quais suas perspectivas, horizonte, sonhos?

**APÊNDICE B – MULHERES E AGROECOLOGIA**

**Figura 1** – Lutar e resistir pela Chapada do Apodi



**Figura 1** – Mulheres do ATER Mato Grande





**Figura 2** – Mulheres de Apodi – Sem Feminismo não há agroecologia

